UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL- PPGDS

CURSOS D'ÁGUA, CURSOS DA VIDA: COMUNIDADES TRADICIONAIS E A RELAÇÃO COM A ÁGUA

Leila Ribeiro Rodrigues

MONTES CLAROS - MG
Março de 2013

Leila Ribeiro Rodrigues

CURSOS D'ÁGUA, CURSOS DA VIDA: COMUNIDADES TRADICIONAIS E A RELAÇÃO COM A ÁGUA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Gradução em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, área de concentração Antropólogia, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Ana Paula Glinfskoi Thé

MONTES CLAROS - MG
Março de 2013

R696c

Rodrigues, Leila Ribeiro.
Cursos d'água, cursos da vida [manuscrito] : comunidades tradicionais e a relação com a água / Leila Ribeiro Rodrigues. – Montes Claros, 2013.
190 f. : il.

Bibliografia: f. 182-190.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2013.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé.

1. Desenvolvimento. 2. Comunidades tradicionais. 3. Água e modo de vida. I. Thé, Ana Paula Glinfskoi. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Comunidades tradicionais e a relação com a água.

Catalogação: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

Leila Ribeiro Rodrigues

CURSOS D'ÁGUA, CURSOS DA VIDA: COMUNIDADES TRADICIONAIS E A RELAÇÃO COM A ÁGUA

Dissertação intitulada " **Cursos d'água, cursos da vida: comunidades tradicionais e a relação com a água"** apresentada ao Programa de Pós-Gradução em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, área de concentração Antropólogia, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social aprovada pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

Aprovada em 05 de abril de 2013

_____
Prof.ª *Flávia Maria Galizoni*
UFMG

Prof.ª *Andréa Maria Narciso* Rocha de *Paula*
PPGDS/UNIMONTES

Prof.ª Ana Paula Glinfskoi Thé
PPGDS/UNIMONTES
(Orientadora)

Montes Claros - MG
Março de 2013

Á Zé Coco do Riachão.

AGREDECIMENTOS

Agradeço,

Primeiramente a Deus, que me deu a oportunidade de compartilhar com pessoas queridas momentos inesquecíveis de crescimento pessoal e intelectual;

Ao meu esposo Edivandro, por sempre acreditar em mim e pelo apoio incondicional em todos os momentos;

Aos meus filhotes, Caio e João, pela compreensão durante a ausência nos períodos de férias para trabalhos de Campo;

`A meu pai e a minha mãe que mesmo distante, sempre tiveram orgulho das minhas conquistas;

Aos professores João Batista e Cláudia Luz, por acreditarem e buscarem sempre a construção de um conhecimento científico consistente, contribuindo assim para minha formação como pesquisadora e principalmente como pessoa;

Ao professor Carlos Rodrigues Brandão, que sempre demonstrou através de suas práticas que a educação nunca pode ser um elemento de exclusão;

À Elisa Cotta, com quem aprendi muito nas andanças de campo;

À minha irmã Flávia e meu irmão Evandro pelo incentivo;

Aos queridos colegas de turma, Adélia, Adílio, Bárbara, Débora, Elca, Elen, Fabíola, Felipe, Flávio, Leninha, Matheus, Otil, Reginaldo, Cibele, Sol, Werley, principalmente à Dayane e Eliane pelo ombro amigo nas horas de frustração;

Aos professores e funcionários do PPGDS, principalmente à Fernanda, Sara, Vanessa e Angélica pela atenção e paciência;

À Andréia e Marta, minhas amigas, pelo apoio e compreensão;

À Simone, Gera, Rosa, pelo apoio nos períodos de turbulência e sempre;

À Telma, uma nova amizade que fiz neste processo.

Enfim, a todos que fizeram parte da minha história, direta ou indiretamente, bem ou mal, pois toda vivência nos traz aprendizado, e todo aprendizado nos faz ainda mais, sublimes.

E como cada vereda, quando beirávamos, por seu resfriado, acenava pra gente um fino sossego sem notícia - todo buritizal e florestal: ramagem e amar em água. Aquilo nem era só mata, era até florestas! Montamos direito no Olho d'água – das - Outras, andamos e demos com a primeira vereda - dividindo as chapadas- o flaflo do vento agarrado nos buritis, franzindo no gradeal de suas folhas altas: e, sassafrazal - como o do alfazema, um cheiro que refresca: e aguadas que molham sempre.

João Guimarães Rosa

RESUMO

Cada cultura desenvolve uma relação específica com a água. As comunidades tradicionais, geralmente grupos do meio rural brasileiro, percebem os cursos d'águas como referências para a vida cotidiana tanto no que se refere às questões práticas quanto simbólicas. O sistema de produção, a localização da moradia, os seres mitológicos e a classificação do tempo e do espaço são criados e significados num todo em que a disponibilidade e a sazonalidade da água influenciam modos de reprodução social. Enquanto elemento intrínseco às relações sociais, a água também sintetiza as contradições existentes entre percepções e formas distintas de apropriação que coexistem. Nesta dissertação busco analisar por meio de pesquisa etnográfica a representação dos cursos d'águas para a formação sociocultural de grupos rurais do Alto Jequitinhonha e de Brasília de Minas, ambos no Estado de Minas Gerais. Esses grupos se estabeleceram em regiões de veredas e desenvolveram estratégias de reprodução por meio de manejos que garantem sua reprodução material e simbólica no convívio com o ambiente e com grupos circunvizinhos. O discurso do desenvolvimento, aliado ao anseio pelasustentabilidade, tem reduzido a importância desses povos à sua capacidade de preservar e produzir biodiversidade, condição que reproduz a lógica materialista de produção e ignora os vínculos estabelecidos com o território ancestral. Neste sentido, à medida que projetos desenvolvimentistas avançam sobre territórios tradicionais e utilizam excessivamente os recursos naturais, alteram de forma impetuosa os meios de reprodução material e simbólica desses grupos.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Comunidades Tradicionais. Agua e modo de vida.

ABSTRACT

Each culture develops a specific relationship with water. The traditional communities, usually groups of the Brazilian countryside, understand the water courses as references to everyday life both in regard to practical issues as symbolic. The production system, the location of the habitation, mythological beings and classification of time and space are created, and gain meaning in a whole, where the availability and the seasonality of water influence the modes of social reproduction. As intrinsic element to social relationships, water also synthesizes the contradictions between perceptions and different forms of appropriation coexistent. In this dissertation, I seek to analyze, through ethnographic research, the representation of water courses for the socio-cultural training of rural groups from Alto Jequitinhonha and Brasília de Minas, both in the State of Minas Gerais. These groups settled in regions of paths and they developed reproduction strategies through handlings that ensure its reproduction not only material but also symbolic, in the interaction with the environment and with surrounding groups. The discourse of development, coupled with the desire for sustainability, has reduced the importance of these peoples to their ability to produce and preserve biodiversity. This is a condition that reveals the materialist logic of production and ignores the bonds established with the ancestral territory. Thereby when development projects advance on traditional territories and use excessively the natural resources, impetuously they alter the devices ofreproducing material and symbolic these groups.

Keywords: Development. Traditional Communities. Water way of life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Água pela terra. .59
Figura 02: Mapa com localização das Comunidades Gigante e Pé da Serra, na Mesorregião do Norte de Minas 60
Figura 03: Mapa com localização da microrregião de Grão - Mogol, Norte de Minas Gerais.61
Figura 04: Mapa das Unidades de Conservação na região da UEH de Irapé 65
Figura 05: Microambientes da vargem em Gigante e Pé da Serra. 68
Figura 06: Esquema das comunidades Gigante e Pé da Serra. 71
Figura 07: Imagem da Serra do Gigante vista do Córrego do Gordura. 73
Figura 08: Lapa dos bugres, próximo à Vargem da Estiva. 74
Figura 09: Cachoeira em frente à casa da Justina. 76
Figura 10: ruínas do muro de pedra, no quintal da casa da Justina. 77
Figura 11: Móvel utilizado para batismo. 78
Figura 12: Casa do José João. 82
Figura 13: Joaquim acompanhando oração no rádio à pilha 86
Figura 14: altar para receber o terno de folia 86
Figura 15: Mapa dos Municípios atingidos pela UEH Irapé 93
Figura 16: Reservatório de água de dona Fia. .98
Figura 17: Esquema: Percepção hierárquica das águas em Gigante e Pé da Serra.100
Figura 18: Água de fora na casa da Jacinta, em Pé da Serra.102
Figura 19: Nascente da *água de fora* numa mata próxima à serra.103
Figura 20: Nascente da *água de* dentro, orifício de serra.103
Figura 21: Água pela terra, casa da Jacinta em Pé da Serra.103
Figura 22: Água da Bica na casa da Jacinta em Pé da Serra.103
Figura 23: Água da bica na casa de Dona Fia em Gigante.104
Figura 24: Terra em preparação para plantio.107
Figura 25: Córrego utilizado para o *entancamento*.107
Figura 26: Dona Dina passando no chão barro preto, estrume de vaca fresco misturados com água.112
Figura 27: Fogão da Fátima em Pé da Serra.113
Figura 28: Chão da sala (Pé da Serra) barro com tinta xadrez.115
Figura 29: Romana retirando água da cacimbinha 118
Figura 30: Mapa da Localização dos municípios da Sub- bacia do Riachão. 120
Figura 31: Mapa da Localização dos núcleos na Sub-bacia do Riachão. 121

Figura 32: GRÁFICO - Quadro fundiário da sub-bacia do Riachão..... 131

Figura 33: trabalho nas fazendas..... 132

Figura 34: Mapa: Uso do solo na bacia do Riachão em 1999..... 137

Figura 35: Uso do solo na bacia do Rio Riachão em 2009..... 137

Figura 36: Croqui da ocupação econômica na cabeceira do Riachão..... 139

Figura 37: Deslocamento das famílias no dia de reunião na associação..... 141

Figura 38: Cultivo de horta em volta da cacimbinha em Sumidouro..... 143

Figura 39: Esquema da comunidade Sumidouro em no "*tempo do lado de lá"*..... 147

Figura 40: Cipriana..... 148

Figura 41: Esquema da comunidade Sumidouro em 2012 no tempo atual " *do lado de cá "*..... 149

Figura 42: Esquema- Organização da produção no tempo do lado de lá..... 150

Figura 43: Esquema dos microambientes do brejo..... 155

Figura 44: Organização da produção em torno da cacimbinha..... 157

Figura 45: Menino observando o pai trabalhar do outro lado da cerca no alambique da fazenda..... 161

Figura 46: Brazinho (filho mais velho), Maria Caetana e Félix..... 164

LISTA DE SIGLAS

APP - Áreas de Preservação Permanente

CAA- NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CAMPO - Centro de Assessoria dos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha

CEDEFES- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CDB - Convenção da Diversidade Biológica

CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CONSEA/MG - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Minas Gerais

IBAMA - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEF - Instituto Estadual de Florestas,

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira

SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SINUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UC's - Unidades de Conservação

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

UFF- Universidade Federal Fluminense

UHE - Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

1 COMUNIDADES TRADICIONAIS ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A SUSTENTABILIDADE.....29

1.1 - Identidade e mudança social.....35

1.2- Entre o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha: natureza, formação sociocultural e políticas de desenvolvimento.....38

2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E A RELAÇÃO COM A ÁGUA.....50

2.1- Água, cultura e identidade.....50

2.2 - Água e território.....54

2.3- A dimensão conflitiva da água.....56

3 PERTO DA ÁGUA TUDO É BOM: ÁGUA, IDENTIDADE TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES GIGANTE E PÉ DA SERRA.....60

3.1- Água e Sertão.....65

3.2 – Os lugares das águas.....68

3.3 - As comunidades Gigante e Pé da Serra.....71

3.4 - Posses tradicionais e questões fundiárias.....89

3.5 - A barragem de Irapé: cercamento e as ações conservacionistas.....94

3.7 - Água, identidade e território.....100

3.8 - Os cursos de água e o conhecimento do barro.....113

3.9 - Água e Políticas desenvolvimentistas.....117

4 A ÁGUA ENCURTOU": ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE NEGRA BORÁ.....120

4.1 - A comunidade Negra Borá.....122

4.2 - Sub-bacia do Riachão: água do forte e a água do fraco.....137

4.3 - A vida a partir do brejo.....146

4.4 - Viver no brejo e viver do brejo.....157

4.5 -Trabalho: a essência da vida.....163

4.6 - Mitos e religiosidade.....168

4.7- A categoria quilombola no âmbito da comunidade negra Borá.....170

CONSIDERAÇÕES.....177

REFERÊNCIAS.....182

INTRODUÇÃO

As formas de acesso e uso dos recursos naturais são questões pontuais para se pensar conflitos inerentes às lógicas distintas de perceber e apropriar destes. A água, elemento essencial para a vida enquanto elemento físico e biológico é também item de representações simbólicas e recurso importante para o desenvolvimento de tecnologias. Assim, cada grupo, conforme a cultura desenvolve uma relação particular com a água, elemento em que estão imbricadas todas as ambivalências das relações estabelecidas entre os homens e destes com a natureza (Porto-Gonçalves, 2008).

O confronto entre racionalidades distintas no modo de apropriação da água evidencia um deslocamento do sentido prático e simbólico desse elemento, ao passo que os métodos de distribuição vigentes privilegiam a sociedade urbana industrial em detrimento das comunidades rurais, que compartilham percepções distintas no modo de acesso e gestão da água. Para Diegues (2005), existe uma diferença cultural na percepção desse bem pelas comunidades tradicionais em relação às sociedades urbano-industriais, tanto no modo de apropriação para reprodução material, quanto nas simbologias auferidas a ela no contexto da reprodução social. Neste sentido, esses grupos inserem na relação que estabelece com os recursos naturais, uma gama de significados que regula seu uso, *éticas do agir,* e justifica sua disponibilidade, *crenças*, que orientam manejos no desenvolvimento da agricultura, na lida com os animais, no uso doméstico, na navegação, na pesca e etc.

Cada grupo tradicional desenvolve uma relação peculiar com a água, influenciada pela maior ou menor disponibilidade desse bem e pela percepção cultural historicamente construída, assim “os sertanejos atribuem à água escassa e desigualmente distribuída um valordiferente daquele dado a ela pelos caboclos /ribeirinhos amazônicos ou pelos pantaneiros que dispõem de água mais abundante” (DIEGUES, 2005, p.8). Na percepção das comunidades tradicionais, além de ser um elemento indispensável para a sobrevivência humana, é considerada uma dádiva divina, um elemento que traz abundância produtiva por possibilitar a fertilidade e a renovação dos ambientes, além de matar a sede de humanos, animais e plantas. Na dimensão simbólica, além de outros significados, pode representar sorte ou azar emalgumas circunstâncias, como para alguns grupos rurais do norte de minas, que acreditam que sonhar com água limpa é sinal de boas notícias, vida longa, sorte, prosperidades na agricultura, ao passo que, sonhar com água suja, significa um mau agouro.

Nesta dissertação faço um estudo sobre comunidades tradicionais e a relação com a água, ao passo que problematizo questões inerentes ao desenvolvimento e a sustentabilidade. Para tal, procuro demonstrar através de pesquisa etnográfica como grupos tradicionais que se estabeleceram em regiões de veredas, concebem a representatividade dos cursos d'águas no seu cotidiano, como elemento significativo para reprodução social, constituição de sua identidade e territorialidade, além de enfatizar os conflitos inerentes ao processo de restrição do uso da água por órgãos governamentais, nesse caso, principalmente aqueles em que a restrição subsidia projetos desenvolvimentistas que impactam os territórios e as práticastradicionais.

As comunidades tradicionais que se estabeleceram em locais que vieram a ser classificados pela legislação ambiental brasileira como Áreas de Preservação Permanente - APP, como os grupos aqui pesquisados, são alvos de políticas públicas genéricas que não levam em conta o aparato cultural historicamente construído no convívio com esses ambientes. Desse modo o conhecimento desenvolvido no trato cotidiano, cuja apropriação é orientada por crenças e tradições, é subjugado pelas normas que restringem as práticas tradicionais ao mesmo tempo em que institui mecanismos de comercialização destes recursos pelo capital.

A legislação brasileira, desde 1934, através do Código das Águas, regulamenta o uso da água, porém foi na Constituição de 1988, que todos os recursos hídricos vinculados ao território nacional, tomam um caráter público, conferindo a União a responsabilidade de legislar e instituir mecanismos de gestão das águas, inserindo neste processo os Estados, Municípios e a Sociedade Civil. Para Ribeiro e Galizoni (2003) há uma disparidade no que se refere à representatividade no processo de gestão das águas instituído nacionalmente, já que os agricultores familiares disputam espaço com grandes produtores, esses últimos como um poder maior de articulação e organização política. Os autores ressaltam ainda, baseados em pesquisas em comunidades do Alto Jequitinhonha, que as maiores restrições recaem sobre as regiões de nascentes onde esses pequenos agricultores ainda conseguem permanecer, visto que são áreas de difícil acesso e principalmente por não serem atrativas economicamente. Na visão dos autores:

> O espaço rural brasileiro congrega tanto a pequena gestão comunitária quanto os grandes consumidores; nele, a regulação comunitária e o grande empreendimento consumidor começam a se confrontar num embate pela água. Ocorre que boa parte das nascentes d'água localiza-se em terras acidentadas e pouco férteis, onde também se concentram agricultores familiares. Por isso são estes segmentos da população os principais gestores

> de nascentes e alvos de programas educativos e repressivos de conservação das águas. Conflitos culturais, políticos e econômicos em torno de água remetem a uma reflexão sobre a lógica dos usos e dos diálogos, as opções que surgem da aparente irracionalidade das populações que se *opõem* ao *desenvolvimento*.(RIBEIRO e GALIZONI, p. 2, 2003).

Os grandes projetos enviesados pelas perspectivas desenvolvimentistas consomem os recursos do ambiente a partir de uma única percepção orientadora, o lucro. Nesse processo, os recursos (água, minério, solo, etc.) são encontrados em territórios tradicionais, que, significam para os grupos locais muito mais do que um depósito natural, é pois, um território coletivo compartilhado com ancestrais que contribuíram para a construção do conhecimento e na produção da biodiversidade no trato cotidiano (CUNHA, 2001). Paralelo à efetivação desses empreendimentos, o Estado cria mecanismos de preservação e conservação de outras áreas com o objetivo de compensar o impacto ambiental de tais empreendimentos, só que, outra vez há nessas áreas outros grupos tradicionais. Desta forma, o ônus ambiental dos grandes projetos desenvolvimentistas, agronegócio, hidrelétricas e outros, acabam recaindo direto ou indiretamente sobre as comunidades tradicionais, desencadeando um processo conflituoso entre as lógicas contrárias. Tal processo incide conseqüências negativas não só no ambiente, mas também nas relações humanas, já que, as práticas cotidianas dos grupos locais estão intrinsecamente vinculadas ao território impactado. Assim, o percalço desse processo recai sobre esses povos, que, segundo Diegues (2004), utilizam os recursos naturais de forma sustentável.

Para este estudo desenvolvi pesquisa etnográfica em três coletividades, a comunidade negra Borá, localizada em Brasília de Minas - Norte de Minas Gerais e as Comunidades Gigante e Pé da Serra, ambas no município de Botumirim - MG, localizado no território político do Norte de Minas, porém com relações estreitas com os processos socioculturais do Alto Jequitinhonha.

As comunidades Gigante e Pé da Serra, a primeira com dezoito e a segunda com vinte famílias, locais em que desenvolvi pesquisa de iniciação científica[1] vinculada a projetos de pesquisa[2], contribuindo ainda com os dados a monografia de graduação em Ciências Sociais. A pesquisa etnográfica se processou entre os anos de 2008 e 2010 e se estende até na atualidade em função deste trabalho. Neste período identifiquei os impactos sociais decorrentes da implantação da barragem de Irapé e as restrições do uso dos recursos naturais

---

[1] Apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

[2]OPARÁ: Tradição, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no Sertão roseano. Apoio FPEMIG e CNPQ.

do território tradicional, principalmente o uso da água. Percebi também que comunidades circunvizinhas ao empreendimento, que não foram afetadas diretamente com barramento, convivem com as implicações socioambientais que acarreta uma série de mudanças no âmbito social, econômico e político. Nesse sentido, Ribeiro (2006), identificou em sua pesquisa em 1999, período anterior à efetivação do empreendimento, que ecossistemas importantes para cerrado seriam inundados no local onde fora implantada a barragem. Condição agravada pela fragmentação do território tradicional em função do avanço das fronteiras desenvolvimentistas lá identificadas pelo estabelecimento de empresas reflorestadoras e mineradoras.

A comunidade negra Borá, composta por cinco núcleos com aproximadamente 250 famílias, sendo que, alguns desses núcleos também estão localizados em região de veredas, locais escolhidos em virtude da umidade do brejo que possibilitava a produção principalmente nos períodos de seca. Desde 1995, os pequenos agricultores da sub-bacia do rio Riachão, inclusive os inseridas neste estudo, ficaram vulneráveis à diminuição da vazão da água, tanto do Riachão, como das nascentes e pequenos córregos, em função do uso indiscriminado desse recurso pelas empresas agrícolas, a extensão da pecuária leiteira e de corte, bem como pela plantação de eucalipto em áreas próximas à nascente. O conflito instaurado pela intermitência das veredas e córregos, bem como pela intermitência do Riachão, contribuiu para que se refletisse sobre o modelo de desenvolvimento subsidiado pelo poder público pouco problematizado na esfera local. O Relatório Técnico elaborado pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA sugere pelo menos três reflexões nesse sentido:

> Por outro lado, o conflito tem se tornado um instrumento pedagógico para se repensar o uso, a ocupação e a conservação da sub-bacia hidrográfica. O que se esconde por trás do problema:
>
> - ✓ Primeiro, o conflito é uma herança de uma política de gestão ambiental de governos passados, montada para proteger os interesses privados de setores já privilegiados;
> - ✓ Segundo, há ainda a frágil institucionalidade pública, despreparada para intervir de forma decisiva em situações de conflito ambiental;
> - ✓ Terceiro, um estilo de desenvolvimento conservador, centrado no consumo irracional dos estoques de capital natural e na proteção dos interesses do capital privado, em detrimento das minorias sociais. (CAA, 2003, p.35).

Dentre as várias minorias sociais a que se refere o estudo citado, a comunidade negra Borá e os cinco núcleos que a integra (Sumidouro, Borá I, Borá II, Vila Cedro e Vereda da

Onça), encontram-se em processo de articulação com os movimentos sociais e instituições como a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais N'GOLO[3] e o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES, buscando apoio técnico e político para o processo de reconhecimento da identidade quilombola, condição que possibilita, em menor espaço de tempo, o acesso a políticas públicas específicas para a população negra, e a longo prazo, a posse do território coletivo. A ascensão aos direitos coletivos postula assim como uma alternativa de reparação histórica, cuja centralidade é a questão fundiária, porém constitui como um processo social interno que articula poderes e percepções distintas em uma situação que incita o grupo a se pensar e principalmente a se colocar como sujeito. Nesta perspectiva, este estudo contribuirá para esse processo, visto que busca inserir dados construídos tanto com a pesquisa etnográfica, quanto com a consulta documental,bibliográfica e principalmente nos momentos de articulação política, que resultará em uma síntese que permitira uma visualização tanto pela comunidade quanto pelos órgãos responsáveis por tal reconhecimento, nesse caso a Fundação Palmares.

Ao identificar um conflito latente no que se refere à restrição no uso da água nas coletividades deste estudo, vivenciei dois contextos distintos, um com restrições, mas, com água em abundância, o outro, com escassez de água. Assim, tomei a relação com água um elemento central para refletir a questão sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Comunidades Tradicionais: a insurgência, a conceituação e o vivido

A sociedade brasileira durante o processo constituinte considerou que existem no interior do país diversos grupos culturalmente diferenciados que contribuíram para a constituição da nacionalidade brasileira. Decorre daí a insurgência do direito coletivo culturalmente diferenciado das populações que passaram a ser consideradas como tradicionais pela Constituição de 1.988. Esses direitos emanados do texto constitucional necessitavam de regulamentação em sintonia com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, da qual o Brasil é signatário. Em julho de 2.000, por meio da Lei 9.985 que cria o SINUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação é reconhecido os direitos das comunidades tradicionais em suas interfaces com as unidades de conservação. Elas são consideradas por sua forma positiva de apropriação do espaço orientada segundo princípios

[33] Nome de origem africana que referencia uma dança ritual dos Mucopes em Angola para conquistar suas esposas. Também popularmente conhecido como "dança da zebra" com base nos movimentos violentos entre os machos quando disputam uma fêmea.

próprios, construídos em interação com o ambiente e sem perspectivas exclusivamente comerciais. A relação homem/natureza, conforme Barreto Filho (2001) vivida pelas populações que passaram a ser legalmente consideradas como tradicionais, contribui para a manutenção do ecossistema. Para este autor, a tradicionalidade dessas populações se vincula:

> (a) por sua relação particular com a natureza, traduzida num corpo desaberes técnico e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam; (b) pelo fato desses ecossistemas representarem, em muitos casos as derradeiras amostras e remanescentes globais de ecossistemas críticos e frágeis; e (c) por situarem-se relativamente à margem da economia de mercado formador de preços, organizados em sistema de produção baseado na organização familiar e orientados para a subsistência e num modelo de uso de recursos naturais intensivo em trabalho e, supostamente de baixo impacto (BARRETO FILHO, 2001, p. 18-19).

Amparada em Diegues e Arruda (2001) em quem Barreto Filho (idem) alicerçou sua categorização, posso afirmar apoiada em diversos estudos que se dedicam a entender esses grupos culturalmente diferenciados, que as populações que se desenvolveram em meio a saberes propiciados pela interação homem/natureza, desenvolveram práticas sociais específicas por sua interdependência com o ambiente ecológico[4]. São a partir destas práticas que os grupos sociais ou as comunidades que ali reproduzem seus saberes práticos e simbólicos por diversas gerações, possam se caracterizar e serem caracterizados por uma etnicidade ecológica, como discutido por Parajuli (1996) não como elemento determinista, mas como influenciador de práticas que contribuem para a formação identitária desses povos.

O conceito de comunidades tradicionais também foi cunhado no âmbito de pesquisas no Norte de Minas, onde a relação desses grupos com diversos ecossistemas remetia a uma vinculação espaço temporal, cultural, territorial, política e principalmente de resistência a expansão desenvolvimentista pelos respectivos territórios tradicionais. Nesse sentido Carlos Rodrigues Brandão conceitua,

> *Comunidade tradicional* constitui-se como um grupo social local que desenvolve:
> a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram;
> b) saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;

[4] Neste sentido, vide Dayrell (2000), Brito e Outros (2003), D´Angelis Filho (2005), Luz Oliveira (2005), Costa (2005), Costa e Outros (2006), dentre outros.

> c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o "mundo de fora", ainda que quase invisíveis;
> d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral;
> e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral;
> f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado;
> g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (BRANDÃO, 2012, p. 379).

Diante da crise ambiental, as abordagens a cerca da sustentabilidade, traz a tona discussões sobre a relação dos povos e comunidades tradicionais com o respectivo território. Convenções a nível global, como a Convenção da Diversidade Biológica - CDB e Organização Internacional do Trabalho - OIT, vem inserindo essas comunidades locais, que outrora eram empecilho para o desenvolvimento, numa posição ativa com relação à gestão e conservação da diversidade do território, visto que esses povos historicamente contribuíram para a conservação de ecossistemas e pela produção de diversidade biológica através de suas práticas culturais. Porém essas populações precisam passar por um processo de reivindicação de seus direitos através da busca pelo reconhecimento da identidade coletiva como meio de acessar os direitos políticos instituídos pela constituição de 1988 e pelas regulamentações dos tratados e convenções.

Na realidade brasileira, os povos indígenas dependem de um processo mais simplificado, já que seus direitos territoriais são originários. De modo que os agentes mobilizadores são, em sua grande maioria, do próprio Governo Federal. As comunidades remanescentes de quilombo, também possuem um amparo jurídico mais consistente, visto que existem diretrizes especifícas para o processo de reconhecimento e titulação, embora a questão burocrática e as brechas constitucionais tenham contribuído para a morosidade no *caminho quilombola*[5]. Em contrapartida, grupos de seringueiros da Amazônia passaram por um cansativo processo em defesa do território, que teve seu êxito a partir da fundamentaçãodo caráter positivo da apropriação do espaço e a conquista da criação de reservas extrativistas.Suas práticas paralelas à extração de látex contribuíram para o aumento da fauna e da floranas proximidades seringais.

No Brasil, inúmeras coletividades historicamente desenvolveram uma relação sustentável com a natureza, porém muitas delas estão sendo submetidas aos efeitos negativos

[5] Figueiredo (2008) O "caminho quilombola" Interpretação constitucional e interpretação dos direitos étnicos.Tese de Doutorado.

de empreendimentos desenvolvimentistas que avançam sobre seus territórios. Algumas, quando estão politicamente articuladas, conseguem amenizar os efeitos negativos desse processo, as demais, são engolidas pela nova estrutura, ou mesmo desenvolvem pequenasilhas de resistência que são compreendidas pelos grupos circunvizinhos como um comportamento adverso.

As coletividades inseridas neste estudo, Comunidade Negra Borá, Gigante e Pé da Serra, estão localizadas em área de veredas. As comunidades do vale do Jequitinhonha, Gigante e Pé da Serra, desenvolvem uma relação de pertencimento, identidade eterritorialidade, com as vereda localizadas em campos de altitude. Os grupos de Brasília de Minas desenvolveram suas atividades produtivas de forma interdependente com o agrossistemas das veredas, utilizando efetivamente o sistema de produção no brejo paragarantir a reprodução prática e simbólica do grupo.

Os grupamentos humanos que se fixaram no espaço ecológico das veredas, característico do bioma cerrado, estão localizados na região nortemineira situada na área do alto e médio São Francisco e podem ser encontradas também, entre os grupos rurais do alto e médio Jequitinhonha. No estudo coordenador por Donald Pierson (1972) sobre o homem no vale sanfranciscano, esses grupamentos são identificados como *veredeiros*, termo relacionado ao caráter eco-geográfico da região em que habitam. Porém para efeito deste estudo, a denominação *gente das veredas* ou *veredeiros* vincula-se, sobretudo ao modo de vida peculiar dessas gentes e não há discussão sobre o caráter étnico das mesmas.

As veredas são importantes para o ciclo hidrológico no cerrado, visto que elas se constituem como nascentes de cursos d'água que dão vida a diversos rios que formam a bacia do rio São Francisco e do Jequitinhonha. Este contexto natural onde socialmente se localizam comunidades tradicionais se tornou alvo de legislação conservacionista, Área de Preservação Permanente - APP[6]. Condição que impede que alguns tipos de atividades tradicionais de apropriação do ambiente sejam praticadas por serem consideradas conflitivas com os princípios de conservação que, por meio dos órgãos governamentais, inserem de forma compulsória novos elementos que contrastam com a formação cultural dessas comunidades, que estrategicamente buscam mecanismos de conciliar elementos contrapostos como condiçãopara manter elementos fundamentais em suas sociabilidades. Essas populações convivem em meio a um ecossistema cuja relação com o ambiente configura-se como uma etnicidade

[6] Segundo o Código Florestal (Lei Federal n° 4.771/65) Áreas de Preservação Permanente são aquelas que constam nos artigos 2° e 3°, cuja função ambiental é: preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e o bem estar das populações.

territorial, ou seja, quando é recorrente o vínculo que os membros de uma comunidade estruturam e regulamentam, por meio de articulações singulares, as relações sociais vividas no interior da comunidade que se dão a partir dos padrões culturais, que constroem e reconstroem os saberes no trato com a natureza e com os seres humanos de forma interativa com o ambiente. Constituindo assim, seu modo de ser e de viver específico, embora continuem vulneráveis às mudanças geradas por inúmeros fatores externos, principalmente os socioeconômicos. As mudanças nos processos sociais são considerados nas Ciências Sociais vinculadas à teoria da prática como estratégicas para incorporação do novo sem perda do caráter singular de cada uma das etnicidades consideradas tradicionais existentes no mundo contemporâneo.

Esta dissertação é um trabalho de cunho antropológico, cujo procedimento é voltado para a interpretação do modo de vida das sociedades, entendendo que o ser humano é culturalmente moldado. Em contraposição às demais ciências positivas, que através de experimentos buscam comprovações que de certa forma caracterizam leis, a Antropologia por sua vez volta-se para o entendimento das relações estabelecidas entre os homens, essesúltimos como sujeitos dinâmicos que são ao mesmo tempo estruturados e estruturadores de relações sociais. Estes ao se organizarem para viver e conviver em grupo constroem subjetividades baseadas nos significados socialmente instituídos. Para compreender essas relações que se desenvolveram em meio a símbolos e significados é necessário que se estabeleça um diálogo a fim de buscar a compreensão do *ethos*, ou seja, o estilo moral e estético, e do *eidos*, ou seja, a concepção de mundo compartilhado pelos membros de cada comunidade cultural, que são orientado pelos valores do meio social em que o indivíduo se encontra inserido.

A cultura é o meio que possibilita ao homem uma referência que o orienta para suas ações, sentimentos ou mesmo para questões existenciais. As práticas sociais agregam símbolos, cujos significados são capazes de atuar de forma normativa no processo de internalização e externalização de modos de agir e pensar, que possibilitam o desenvolvimento de hábitos muitas vezes inconscientes permeados de significados. O homem,de acordo com Geertz (1978) é um animal incompleto e é à partir de formas altamente particulares de cultura que se complementa através de sua grande capacidade de aprender. A cultura é o meio pelo qual as informações de um grupo social são passadas para orientar condutas que propicia o saber para que o homem o absorva e desenvolva capacidades que lhe são socialmente internalizadas pelos processos de endoculturação. Para desenvolver suas capacidades individuais o homem necessita da cultura de seu povo, nesse sentido, Geertz

afirma que “nossas idéias, nossos valores até mesmo nossas emoções são como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais” (GEERTZ, 1978, p.62). Para este autor, o ser humano cria signos e significados capazes de regular seu comportamento, sendo ele também o agente que produz sua cultura, dado que “o homem é um animal amarrado a *teias de significados que ele mesmo teceu*, assumo a cultura como sendo essas teias” (GEERTZ, 1989, p.15, grifos meus).

Nesse sentido me sirvo da interpretação construída dialogicamente, como estratégia para entendimento do *mundus* social de cada coletividade. Para Woortmann (1995) o *mundus* social de um grupo é construído à medida que o espaço é apropriado e transformado em espaço cultural, onde o conhecimento é construído, compartilhado e reproduzido, tornando-seuma referência ancestral que imbrica práticas e simbolismos. Por conseguinte, considero as especificidades históricas e culturais de cada grupo, e o significado compartilhado tanto no âmbito da percepção dos grupos pesquisados, quanto na percepção dos agentes formadores de opinião, como a comunidade acadêmica e os Movimentos Sociais.

Há que notar que o estabelecimento da prática dialógica durante o trabalho de campo requer do pesquisador antropológico a ruptura de qualquer assimetria nas relações de pesquisa, já que o pesquisador e o *nativo* devem propiciar um mutuo acesso às informações que são disponibilizadas entre si para construir uma leitura do mundo em interpretação. Se o pesquisador disponibiliza, por meio de um pensamento sistêmico, que o *nativo* articule seu pensamento fragmentário, conforme argumentação gramsciana, de modo que amboscontruam o conhecimento da vida cotidiana, em suas ocorrências, em suas práticas e em seus simbolismos. Nesse sentido, procurei inserir o conhecimento antropológico na prática metodológica me servindo principalmente da interpretação, sem comprometer o significado que localmente é compartilhado pelos sujeitos envolvidos nessas relações.

Este trabalho teórico e metodológicamente constituem-se como uma pesquisa etnográfica, conforme discutido por Geertz (1989), desenvolvida em dois espaços de pesquisa distintos, um *estando aqui*, dividido em dois momentos distintos, e um *estando lá*, em que me distancio de minha realidade social cotidiana para me inserir, seja cultural, geográfica ou epistemologicamente em uma realidade social diferenciada. Assim, a pesquisa etnográfica se fecha em um círculo de práticas a partir daqui, estando lá e voltando aqui.

No primeiro momento, desenvolvi intensa formação teórica para construir o olhar por meio do qual pude compreender a realidade social ao *estar lá*. Nesse primeiro momento, busquei respaldo teórico que me possibilitou um entendimento maior sobre comunidades tradicionais, as abordagens sobre o desenvolvimento e a inserção das comunidades

tradicionais no discurso da sustentabilidade. Nesse sentido foi necessária também uma fundamentação sobre o projeto de desenvolvimento no norte de Minas e Vale do Jequitinhonha e sobre a percepção da água em contextos tradicionais distintos. Em síntese, procurei compreender como se dá a relação desses grupos tradicionais com a água, noentendimento das territorialidades inerentes a esse processo, bem como o aparato cultural compartilhado pelas comunidades tradicionais em contexto distintos de acesso a esse bem. E finalmente, de certa forma para justificar a discussão que se propõe, fundamentação para a relação conflitiva que envolve lógicas distintas de apropriação da água.

Construído o olhar teoricamente, a pesquisa etnográfica requer um distanciamento da realidade cultural em que se encontre situado. É o momento de *estar lá*, ou seja, realizar o chamado trabalho de campo. Nesse momento procurei participar da vida social dos membros das comunidades e compartilhar tanto os momentos do cotidiano, como momentos de formação discursiva com agentes externos. Para Evans-Pritchard (1978) um antropólogo não estuda um povo, mas problemas que sejam relevantes para a compreensão das humanidades existentes no mundo. Nesse sentido, mesmo observando o comportamento cotidiano, focalizeio meu olhar e abrir os meus ouvidos para apreender os aspectos cruciais, segundo cada contexto, quanto à representatividade da água nas práticas cotidianas, bem como as questões externas em torno da mesma. Para isso, procurei identificar no cotidiano dos grupos asinferências ao território, a cultura, a identidade bem como os conflitos inerentes as contradições no processo de apropriação da água por agentes externos. Desta forma, aspráticas coletivas e os símbolos compartilhados em varias temporalidades me permitiram compreender a percepção intrínseca dos grupos quanto aos processos sociais e a historicidade,o que me possibilitou compreender as contradições históricas e o confronto entreracionalidades nas formas de uso do território. Nesta perspectiva, recorri à memória coletiva, Halbwach (1968) como ponto de partida para o estabelecimento de diálogo, onde minha atenção se voltou para tanto para a estrutura social vigente como para as práticas sociais compartilhadas pelo grupo historicamente, procurando sempre identificar em que medida a cosmologia se vincula a uma cadeia de significados que relacionam a água com aspectos da identidade, da territorialidade e das relações produtivas conforme a especificidade de cada grupo. Para tanto, algumas rotinas são características do trabalho de campo, tais como:

> (...) entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedades, fazer o senso doméstico... Escrever seu diário. Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos,

> escritos não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transcritos de comportamento modelado. (GEERTZ, 1978, p.20).

A prática dialógica no trabalho de campo propicia o estabelecimento de um encontro etnográfico por meio do qual pesquisador e *nativo* realizam o que tem sido chamado de *fusão de horizontes*. Ocorrendo o encontro etnográfico ambos saem da prática da pesquisa com outras compreensões de mundo, porque interpretadas no próprio campo e devolvidas aos interlocutores contribuem para preenchimentos das lacunas ainda não preenchidas, além de possibilitarem uma construção interpretativa conjunta. Nesta perspectiva procurei fazer inferências sobre o cotidiano dos meus parceiros de conversação, interpretando as ações pelo prisma de meu objeto de estudo, apreendendo por meio dos relatos e de pesquisas de outros autores, os processos sociais vividos por cada coletividade. Para tanto recorri à memória coletiva como estratégia de coleta de dados para que, ao conversar sobre os processos sociais vividos, compreendesse também as dinâmicas verificadas na historicidade do grupo que subsidiam o presente etnográfico.

Nos momentos de diálogo, procurei identificar nas sociabilidades dos grupos seus aspectos constitutivos como prerrogativas para compreender a organização social, seu sistema de produção, suas relações políticas e institucionais, as estratégicas de uso e ocupação do território, bem como as subjetividades expressas por crenças, mitos, religiosidade, intrínsecas nas relações sociais como um todo. Embora o diálogo estabelecido com meus parceiros de conversação, fosse orientado por alguns questionamentos, identifiquei que os posicionamentos espontâneos contribuíram de forma significativa para a construção interpretativa aqui desenvolvida. Utilize a historiografia dos grupos para me resguardar das limitações inerentes às comparações que não se consegue desviar quando se estuda mais deum grupo ao mesmo tempo, como sugere Boas (2010), no seu entendimento que esse recurso [a comparação] reduz a análise a aspectos de similaridade e diferença, limitando o presente etnográfico a questões pontuais que simplificam a densidade da vida social e os processos sociais vividos pelos grupos, GEERTZ (1989).

Para este estudo, utilizei os dados coletados na vivência que estabeleci com os grupos de Gigante e Pé da Serra, entre abril de 2008 e maio de 2010, no processo da pesquisa de iniciação científica, além de outras duas incursões em 2012, já em fase de estudo para esta dissertação.

Em abril de 2008 com vistas a identificar uma comunidade que estabeleceu-se em região de veredas, para pesquisa etnográfica no âmbito do Grupo de Pesquisa Opará, fui apresentada à comunidade Gigante e Pé da Serra por Elisa Cota de Araújo, atual doutoranda

na Universidade Federal Fluminense - UFF. A mesma já havia feito um trabalho na região junto ao Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha - CAMPO, durante o processo de negociações entre da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e os moradores que seriam atingidos pela barragem de Irapé. O contato intermediado por Elisa foi de estrema importância para a credibilidade do meu trabalho junto ás comunidades, visto que a referência pessoal é de extrema importância para essas. As demais visitas se deram em ocasiões de festas tradicionais e nos períodos de férias escolares. Uma das ocasiões de festa foi em Maio de 2008, na Bandeira do Divino Espírito Santo, festejada na comunidade Pé da Serra. Conforme estudo de Moura (1988) é uma das manifestações religiosas mais tradicionais do vale do Jequitinhonha. Nesta ocasião, foi possível apreender além da estrutura das manifestações religiosas, questões morais que são expressas durante o evento e avaliadas como exageros pelos próprios nativos. Outras questõessobre reciprocidade, conflitos internos, além de questões políticas também foram observados.Nas vivências mais extensas (15 dias) pude vivenciar o cotidiano dessas comunidades: festas, cultos, trabalho, conflitos, aspirações, enfim situações que não se consegue absorver em finaisde semana como as demais visitas.

As visitas intercaladas entre uma comunidade e outra (Gigante e Pé da Serra) me possibilitou perceber que mesmo que as comunidades estivessem localizadas próximas, a formação cultural tinha aspectos diferenciados justificado pelo processo historiográfico vivido por cada uma. A semelhança do modo de vida entre as várias comunidades do Vale do Jequitinhonha, também percebidas por Ribeiro (2006), não corresponde a elementos simétricos, de modo que cada comunidade possui sua peculiaridade que se expressa tanto em elementos práticos, como simbólicos, conforme trato neste trabalho.

O trabalho de campo se tornou ainda mais significativo, ao passo que as primeiras sistematizações abriam novos leques, de modo que *o escrever* se tornou muito esclarecedor (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), visto que, ao sistematizar os dados, apareciam novos questionamentos a cerca da dinâmica social das coletividades estudadas. Questionamentos esses que se tornaram infinitos levando em conta os imponderáveis da vida cotidiana. Em Gigante e Pé da Serra, o trabalho de campo se processou com diversas caminhadas entre as trilhas estreitas entre uma moradia e outra, ou mesmo à cavalo, pelas estradas cavaleiras entre as serras que separavam a comunidade Gigante e Pé da Serra. Meus principais guias foram crianças, visto que os adultos estavam quase sempre ocupados com as tarefas do cotidiano, condição que se tornou oportuna visto que durante o percurso vários assuntos surgiam, de modo que a espontaneidade das crianças se tornou muito esclarecedora. Esses assuntos

depois, eram retomados com os adultos que contavam então sua versão, possibilitando então, fazer analogias com relação à formação moral dos grupos.

Em 2012, as visitas se deram principalmente em função de aprofundar as análises direcionadas á questão da relação com a água. Nessas ocasiões me propus a conhecer a nascente de água de algumas famílias ao passo que descreviam as técnicas que conduz a água até os espaços da casa e de produção. Questões sobre a classificação das águas e os espaços potenciais das águas de boa qualidade foram apontadas espontaneamente nas conversas e exploradas neste estudo, inclusive pela consulta de estudos similares na região. Ainda levanteiquestões sobre as técnicas de uso antigas e os mitos e crenças que por ventura envolvesse a relação com a água.

Nos grupos que constituem a comunidade negra Borá, o trabalho teve início em agosto de 2011, numa reunião de articulação para do processo de construção da identidade quilombola na comunidade, cuja análise foi basicamente o contexto de uma reunião denominada *A verdadeira*, que aconteceu no dia 13 e 14 de agosto de 2011. A reunião tinha como principal objetivo reunir vários sujeitos que dialogam a questão das comunidadesnegras e sua luta pela cidadania e pelo acesso ao direito instituído pela constituição de 1988. Para análise desses momentos, recorri aos elementos discursivos dos vários agentes presentes constituindo assim a análise do discurso como principal recurso metodológico. Para compreender esse processo, problematizei alguns conceitos a cerca da mudança social por meio da construção da identidade.

Em outra incursão a campo, em Novembro de 2011, minha atenção se voltou principalmente em conhecer os demais núcleos, ainda de forma superficial, com o objetivo de ter uma visão geral e eleger locais e informantes, visto que, o pouco tempo de pesquisa não permitiria o aprofundamento nos cinco núcleos, tendendo para o modelo contemporâneo de pesquisa etnográfica (Marcus, 1991), em que o pesquisador e os sujeitos envolvidos elegem épocas e condições significativas para o trabalho de campo.

Conforme direcionamento do próprio trabalho de campo, a vivência nas próximas visitas (Abril, outubro de 2012 e Janeiro de 2013), foram mais intensas com o núcleo Sumidouro, que constituiu como exemplo de resistência ao modelo socioeconômico imposto desde a década de 1960, sendo identificado pelos demais grupos como uma coletividade que sintetiza a condição de expropriação territorial, já que buscam várias estratégias para manter algumas práticas de manejo do brejo que regula e garante uma gama de sociabilidades, além de ser um grupo que sofreram efetivamente as implicações dos vários processo de

expropriação territorial e a escassez da água em função dos projetos desenvolvimentistas na sub-bacia do rio Riachão.

Inicialmente tive muita dificuldade em estabelecer um diálogo aberto com os grupos que compõem a comunidade Borá, mesmo quando relacionado a questões do cotidiano.Porém observei que nos espaços de trabalho, principalmente no brejo, a memória do grupo eraacionada e o diálogo fluía. Assim, procurei conduzir as conversa nesses locais como estratégiarecorrente para este grupo, situação que possibilitou ainda relacionar a fragmentação dos espaços de trabalho ao processo de uso intensivo da água pelas reflorestadoras e projetos de irrigação.

Este estudo evidencia principalmente os conflitos latentes recorrentes ao avanço dos projetos de desenvolvimentos sobre os territórios tradicionais, tendo as relações estabelecidas com os cursos d'água como fato social total conforme proposto por Marcel Mauss (2003), ou seja, o que fiz foi buscar ver o todo através das relações com a água. Nesse sentido compreendo que na apropriação da água estão condensados toda sorte de relações vividas em vários tempos por essas comunidades, representadas por elementos capazes de caracterizar a vida cultural e social desses grupos.

Porém, por ser uma pesquisa etnográfica, na qual a totalidade da vida social é significativa, não me impede de pensar questões inerentes aos processos de construção identitária dos grupos tanto no contexto ambiental como político, ao passo que as identidades desses são construídas resignificando suas práticas, seja como discurso, seja em sua relação intrínseca com o ambiente, seja como instrumento de mudança social.

O primeiro capítulo é um esforço para contextualizar a discussões sobre o desenvolvimento e a reivindicação atual por sustentabilidade, no qual problematizo o discurso que insere os grupos tradicionais, antes empecilho para o desenvolvimento, aos dilemas da busca por sustentabilidade, bem como as identidades que se processam em contextos de desenvolvimento distintos, cujas motivações partem de questões, sociais, étnicas e políticas. Ainda neste Capítulo, trago a discussão do desenvolvimento para o contexto do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, onde faço uma caracterização da formação sociocultural e dos processos sociais desta região, que implica compreender a expansão das fronteiras desenvolvimentistas sobre o território tradicional.

No segundo capítulo busco teorizar, a partir de outros estudos sobre comunidades tradicionais, as relações territoriais, culturais, identitárias e conflitivas que permeiam a relação com água.

No terceiro capítulo faço a descrição etnografica das comunidades do Vale do Jequitinhonha, Gigante e Pé da Serra, enfatizando a relação intrínseca com os cursos d'água, que contribuiu para a formação identitária dos grupos, constituindo também como um elemento central na territorialidade. Busco ainda relacionar os impáctos sociais inerentes ao processo de instalação da hidrelétrica de Irapé, que alterou as sociabilidades à intensificação dos usos dos ambientes e das águas no contexto local. Outra questão que também tornou se recorrente para este estudo são as estratégias de conciliação com novas lógicas de apropriaçãodo espaço vem sendo negociadas com agentes externos, principalmente pelo interesse em mineração na região.

No quarto capítulo, apresento a etnografia da comunidade negra Borá, onde retomo a relação com a água, nesse caso enfatizando principalmente a representatividade dos agroambientes das veredas para a reprodução dos grupos, que concebem o sistema de produção e as relações de trabalho como elementos significativos na constituição prática e simbólica desta coletividade. Pelo processo historiográfico, faço referência ao modelo de desenvolvimento implantado a partir da década de 1960, que culminou na redução da disponibilidade de água, cujas implicações alteram o ciclo produtivo dos ambientes, resultando na precarizacão do trabalho.

Nas considerações problematizo os dois contextos tradicionais a partir de algumas questões que também orientam este trabalho: Que elementos discursivos, no âmbito do desenvolvimento, reduzem a importância dessas comunidades ao uso sustentável do ambiente em detrimento da gama de aspectos simbólicos, culturais e de pertencimento ao território tradicional? Como a relação com os cursos d' água orientou aspectos culturais de cada coletividade? Sobre que aspectos os recursos do meio biofísico contribuíram para a construção identitária dos grupos? Como as mudanças cíclicas no ambiente e o uso indiscriminado dos recursos naturais por projetos de desenvolvimento, alteraram a dinâmica local de produção e de reprodução material e simbólica?

CAPITULO I

COMUNIDADES TRADICIONAIS ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A SUSTENTABILIDADE

Embora seja um conceito consolidado no século XX, especificamente em 1960, o desenvolvimento enquanto projeto civilizatório tem suas origens na difusão do sistema capitalista e, em sua configuração contemporânea, levou os agentes do desenvolvimento a recorrer a um conceito complementar contraditório, sustentabilidade, para amenizar o peso das ações principalmente sobre o ambiente, ignorando as mazelas sociais decorrentes deste processo. Sobre esta contradição Souza (2011) salienta que,

> (...) parte significativa desta controvérsia deriva da complexidade própria da temática do desenvolvimento e, principalmente, na efetivação prática dessas proposições teóricas. Sintomático desse emblema é o modo como os recursos naturais têm sido analisados e apontados como o fator de desenvolvimento. Para alguns autores, abundância de recursos naturais e meios adequados de extraí-los nos garantiriam esperanças de um futuro sem escassez, enquanto, para outros, não há abundância que nos livre do subdesenvolvimento se não houver mudança no modo como interagimos com a natureza. Entre as promessas de um futuro abundante e a maldição da escassez, situam-se complexas relações de poder que deslocam sempre parao lado mais fraco o peso mais elevado das contas a pagar. (SOUZA, 2011, p.14).

Para compreender a força discursiva que o conceito de desenvolvimento engendrou historicamente bem como a reivindicação atual por sustentabilidade, retomarei a percepções que historicamente subsidia a consolidação deste conceito, que ocorreu no século passado especificamente em 1960 nas ciências humanas e sociais.

A concepção emancipatória iluminista do século XVIII, posicionou o homem numa condição superior em sua relação com a natureza, ao passo que postulou uma nova visão de mundo: homem (sujeito) x natureza (objeto), percepção que subsidiou a revolução tecnológica, baseada numa nova racionalidade científica, onde o homem possui autonomia irrestrita para apropriação dos recursos naturais, conforme discutido por Luz (1988). Nesse contexto, houve uma desvinculação do homem do sistema constitutivo do mundo fico e simbólico, onde a objetividade das relações sobrepõe à visão sistêmica, na qual o homem também é parte do mundo natural.

O caráter sedutor do desenvolvimento, subsidia uma série de justificativas para relações desiguais, ao passo que se formulou um conceito ideal que orienta uma buscaimpossível por uma condição de felicidade fluida, por que inconstante ao passo que assume formas distintas de idealização. Nesse sentido, Rist (1997) ressalta que a *aura* do desenvolvimento foi formulada a partir de um ponto de vista particular, e por isso o conceito pode flexionar a bel prazer pelo discurso dominante, que oferece uma maior liberdade individual como estratégia para camuflar as reais causas e efeitos do deste processo. Baseado na teoria dürkheimiana, o autor historiciza o desenvolvimento em suas várias facetas e afirma que há desenvolvedores (os países centrais, detentores de capital) e aqueles em perene processo de desenvolvimento, que nunca se concretiza, dado o avanço da tecnologia e da assimetria nas relações da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido Rist chama atençãopara que,

> As imagens a ele associadas, [o desenvolvimento] e as práticas que requer, variam de um extremo ao outro se adotamos o ponto de vista do "desenvolvedor" - comprometido a promover a felicidade almejada para os outros - ou o do ponto de vista do "desenvolvido" - que é forçado amodificar suas relações sociais e suas relações com a natureza para entrarno novo mundo prometido. (RIST, 1997, p.2)

Na contemporaneidade, o conceito de desenvolvimento, foi contextualizado por Mota (2001), em três princípios temporalmente distintos, mas que, no meu entendimento, interrelacionam entre si porque são cumulativos : 1- Desenvolvimento como Progresso; 2- Desenvolvimento como Bem Estar Social; e 3- Desenvolvimento Sustentável. O *Desenvolvimento como Progresso,* difundido no Século XVIII, focalizou as diversas concepções progressistas de desenvolvimento, que conforme Luz (1988), romperam sucessivamente com a visão holística, simétrica e cosmológica da relação homem/natureza. A escala de produção como uma condição de desenvolvimento cada vez mais dinâmica, que estimula uma assimetria nas relações de trabalho, através do modo de produção capitalista. O desenvolvimento tecnológico gera assim, uma superprodução, à medida que a mecanização da produção reduz a participação direta do homem na estrutura produtiva, gerando assim, um déficit de empregabilidade. Nesse sentido, Rist ressalta que a condição de ócio resultante desta estrutura de produção, modifica as relações interpessoais a ponto de tornar relações biológicas como a reprodução humana, em relações mercadológicas, isso subsidiado pela própria capacidade tecnológica de substituir algumas funções eminentemente biológicas. Essa

analogia sintetiza uma *visão de mundo*[7] onde a supervalorização da tecnologia disfarça os efeitos sociais negativos implícitos a esse processo, que liberta o homem dos seus laços sociais para aprisioná-lo numa busca infinita pela felicidade fetichizada no aparato tecnológico.

O *Desenvolvimento como Bem-estar social*, percepção difundida no Século XX, pós Segunda Guerra, resultou dos conflitos gerados pela assimetria recorrente ao processo crescente de desigualdades subsidiadas pelo *Desenvolvimento como Progresso*. O Estado passa a fazer o papel de regulador dessa relação através de intervenções sociais.

> Se até a década de 1930 do século XX a idéia de desenvolvimento estava fortemente ligada à produção material e ao mercado como principal mecanismo de distribuição (...) depois da Segunda Guerra aquela idéiapassa a estar associada ao bem-estar social, pois o desenvolvimento passa a ser identificado como direitos sociais, segurança social e políticas redistributivas de renda. (MOTA, 2001, p.30)

Nessa perspectiva, Kliksberg (2003), afirma que a revolução tecnológica criou uma distância enorme entre ganhadores e os perdedores nessa lógica eminentemente econômica e desenvolvimentista, cujo foco é a concentração e centralização de capital em determinada classe e em determinada área geográfica. E como mostra a história de alguns países, que, como apoio dos organismos internacionais, criam as políticas de distribuição de renda paraminimizar as mazelas sociais resultantes desse processo. Porém essa nova óptica do desenvolvimento está longe de ser uma mudança de paradigma. A intervenção do Estado através dos sistemas de seguridade social, toma para si a responsabilidade de minimizar as mazelas sociais geradas pelo sistema capitalista, e não propõe mudanças estruturais opostas à estrutura que consolidada no *Desenvolvimento como Progresso*, criando uma coexistência peremptória entre os dois paradigmas de desenvolvimento. Para Rist(idem), odesenvolvimento é um termo *fetichizado,* em torno do qual todo um aparato se forma para proporcionar uma condição de desenvolvimento que **(...) "**aparece, no caso, como um sentimento subjetivo de satisfação que varia de indivíduo para indivíduo, e no outro comouma série de operações para qual não há nenhuma uma prova que, *a priori*, realmentecontribuam para se chegar ao objetivo declarado." (RIST, 1997, p.33**).** E assim, mobiliza recursos das esferas sociais, políticas e naturais.

No terceiro contexto apresentado por Mota, difundido a partir de 1960, a questão ambiental toma o centro da discussão, ao passo que o uso irrestrito dos recursos naturais é

[7] Geertz, 1989.

assimétrico ao tempo necessário para a recomposição do mesmo pela natureza. Nessa perspectiva, o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* foi cunhado e difundido como resposta ao limite imposto pela própria natureza que apontava os limites para odesenvolvimento. Marx (1963) chamou esse processo de disfunção na relação homem/natureza, cujo ambiente natural demanda um tempo de reprodução maior do que o permitido pelo modo apropriação dos recursos naturais no sistema capitalista. O conceito de desenvolvimento sustentável propõe então "O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades" (MOTA, 2001, p. 37).

Em meio às diversas abordagens sobre desenvolvimento, "o conceito de Desenvolvimento Sustentável, originário da economia ecológica, tem sido um dos mais institucionalizados" (RODRIGUES, 2009, p.146), através de uma proposta ideológica muito sedutora: compatibilizar o desenvolvimento econômico, social e equilíbrio ambiental. Porém, para Carneiro (2005) a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável envolve contradições com relação à questão ambiental e as relações produtivas, quando relacionada a ótica capitalista atual. Baseando se nas proposições de O'Connor (1988), Carneiro retoma a discussão de que o sistema capitalista é contraditório e por si só, incapaz de gerar sustentabilidade até para si mesmo, como discutido por Marx (1963).

O autor ressalta que a intervenção do estado, através de políticas públicas ambientais, reproduz a condição de desenvolvimento autocontraditório, já que atua para viabilizar a disponibilidade de recursos naturais e financeiros para alimentar a lógica mercadológica capitalista, que por sua vez demandará de intervenção estatal na esfera social e natural em um processo sempre crescente. Nesse sentido, a intervenção estatal se torna arbitrária já que subsidia empreendimentos privados sob um discurso social através da mobilização de recursos públicos. Sendo assim, o autor aponta o limite do conceito, sustentabilidade, quando o mesmo vem atrelado a uma lógica eminentemente desenvolvimentista, visto que seu principal objetivo perpassa pela garantia de um capital natural que continuará subsidiando o desenvolvimento em seus moldes progressistas.

Nesse processo de produção de riqueza abstrata[8], Carneiro (2005) atenta para o fato de que as formas de uso dos recursos naturais e as intervenções protecionistas do estado colocam em risco a reprodução social de grupos cuja lógica de apropriação desses recursos foge ao modelo capitalista.

[8] Neste sentido vide Kurz (1996)

> (...) o uso capitalista das condições naturais como condições do processo de acumulação de riqueza abstrata choca se com outras formas de apropriação social das condições naturais,seja para fins de produção de valores de uso em moldes não-capitalistas, seja para fins científicos ou lúdicos, seja como fundamento da vida orgânica ou da identidade territorial de determinadas populações e comunidades. (CARNEIRO, 2005, p. 29)

Nesse raciocínio posso inserir uma leitura da problemática dos povos e comunidades tradicionais, que diante do dilema da questão ambiental, surgem como protagonistas em abordagens que os relacionam aos usos e manejos sustentáveis à capacidade de serem portadores do conhecimento da biodiversidade e multiplicadores da mesma. Na esfera jurídica Brasileira, muitos desses grupos, sejam eles povos tradicionais, (*indígenas, quilombolas*) ou comunidades, vinculadas a outras tradicionalidades, na maioria das vezes vinculada a territorialidades históricas singulares *(vazanteiros, veredeiros, catingueiros, geraizeiros, faxinalenses, pomeranos, fundo de pasto, extrativistas, ribeirinhos, etc*), ao emergirem como sujeitos de direito na constituição de 1988, passam por processos de construção e reconstrução da identidade na luta por suas territorialidades diferenciadas como meio de acessar seus direitos frente ao estado. As Convenções Internacionais[9] ao reconhecerem a importância desses grupos para a produção de biodiversidade e como referência de usosustentável dos recursos naturais, tencionam os Estados Nacionais a aderirem legislações específicas para esses grupos, prevendo ainda subsídios econômicos (royalties), em virtude da propriedade intelectual dos seus conhecimentos tradicionais.

Porém, o discurso recorrente que relaciona os povo e comunidades tradicionais a seus usos e manejos sustentáveis e ao conhecimento da biodiversidade reduzem a importância histórica e cultural desses povos a elementos objetivos, que fragmentam a possibilidade do desenvolvimento efetivo desses grupos no âmbito local, visto que, não problematiza a trajetória a histórica, cuja influencia capitalista inviabilizou não apenas as práticas tradicionais, mas também a memória coletiva e a organização social.

Ao estudar alternativas de desenvolvimento sustentável para o Vale do Jequitinhonha-MG, Matos (1999) ressalta que para haver efetivamente sustentabilidade, as estratégia de planejamento regional devem ser pautadas em cinco dimensões de sustentabilidade :

> 1- Sustentabilidade social: diz respeito à maior equidade na distribuição de bens e renda, reduzindo a diferença entre o padrão de vida de ricos e pobres.

[9] Ver Convenção de Diversidade Biológica – CDB e Organização Internacional do Trabalho -OIT

> 2- Sustentabilidade econômica: diz respeito a eficiência no redimento, independente de serem grandes ou pequenos empreendimentos, avaliado em termos macrossociais, pressupondo alocação e gerenciamento eficiente dos recursos humanos e financeiros, tanto em investimentos públicos como privado.
> 3- Sustentabilidade ecológica: diz respeito ao conjunto de medidas adotadas para reduzir o consumo de recursos renováveis, diminuir o volume deresíduos e de poluição, aumentar a capacidade de recuperação ambiental, definir normas de proteção do ambiente, intensificar pesquisas de novas tecnologias etc.
> 4- Sustentabilidade espacial: diz respeito à obtenção de uma configuração rural-urbana e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.
> 5- Sustentabilidade cultural: diz respeito à promoção socioeconômica de modo a preservar a identidade cultural, com soluções especificas para olocal, o ecossistema, a cultura e o território. (MATOS, 1999,p.26)

Dentre várias formas de se perceber o desenvolvimento e de se buscar asustentabilidade, não se vislumbra alternativas que não sejam aquelas que envolvam as aspirações do capital, mesmo quando o caráter sociocultural é acionado. Desta forma as tecnologias são pensadas para geração de lucro e a preservação da natureza para garantir a matéria prima e os grupos locais vistos como agentes da preservação. Obstante, na esfera comunitária local, despontam-se nesse início de séc. XXI outras formas de perceber do desenvolvimento, principalmente àquelas voltadas para um envolvimento político que busque a autonomia dos grupos, ao invés de aliená-los às concepções de desenvolvimento convencional, ou seja, relacioná-lo ao o viés meramente econômico ou engessado na percepção conservacionista. Nessa perspectiva, torna se necessário inserir no discurso do desenvolvimento, as perspectivas dos sujeitos locais, envolvidos ou não com o movimento social, processo semelhante ao que concernem as identidades emergentes na esfera política, que dialeticamente mobilizam recursos da esfera global e local, se tornando sujeitos de uma percepção que corresponda com suas práticas e crenças que e que garantem a autonomia na gestão do territórios em seus aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Porém, esse desenvolvimento a partir do contexto local não implica desvinculação da dinâmica socioeconômica global. É mais coerente entender como sendo um processo dialético entre desenvolvimento econômico, melhoria na qualidade de vida, responsabilidade na utilização dos recursos naturais e na gestão comunitária do território. Embora o contexto local articule vários sujeitos e relações de poder Milani (2005), é necessário que haja maior respaldo político para os grupos tradicionais, para que os mesmos se defendam em pé de igualdade com os demais. Nessa perspectiva, entendo que o desenvolvimento para se tornar efetivo, necessita de um esforço para dinamizar as relações de poder, onde os sujeitos locais

devem estar inseridos nos processos deliberativos que envolvem intervenções diretas ou indiretas, principalmente no que se refere à gestão do território, visto que essas populações são historicamente os gestores que eminentemente se pautaram na sustentabilidade.

1.1 Identidade e mudança social

As identidades que emergem paralelo a essa nova dinâmica de desenvolvimento, pressupõem uma participação política mais ativa dos grupos, implicando em uma maior comunicabilidade entre o local e o global. No caso de povos e comunidades tradicionais no Brasil, sujeitos coletivos que emergiram a partir da constituição de 1988, esse processo de articulação política e cultural para a acessão do direito constitucional, Costa (2012) conceitua de *(des) invisibilidade* dos povos e comunidades tradicionais. Para o autor,

> A assunção dos mesmos à condição de tradicionalidade se deve à contribuição dos mesmos para a construção da nacionalidade brasileira, considerada, a partir daí, como multiétnica e multicultural. Se o princípio constituinte do e constituído desse sujeito de direito emergente alicerça-se na cultura e na identidade de cada um dos povos e das comunidades entre o direito e a prática existem diversos obstáculos que requerem de cada comunidade inserir-se em um processo de (des)invisibilidade de si como sujeito coletivo do direito constitucional. Para tanto, cada povo ou cada comunidade para ser considerada tradicional e ser efetivamente partícipe do direito de que são detentores necessita produzir-se culturalmente como tal e afirmarem sua territorialidade que fundamenta o sentido de pertencimento ao sujeito coletivo de que são constitutivos. Há diversas amarras que os mantiveram invisíveis aos olhos do Estado e da Sociedade Nacional que necessitam ser desarticuladas para emergirem no campo político de produção de suas legitimidades como portadores efetivos de tal direito. A este processo conceituo como *a (des)invisibilidade dos povos e das comunidades tradici*onais em que compreendo existirem duas dinâmicas cruciais e diversas estratégias fundamentais que devem ser consideradas para que se possa compreender qualquer povo ou qualquer comunidade tradicional como partícipe efetiva do princípio constitucional que os fez sujeito coletivo de direito (COSTA, 2011, p.66).

Em alguns casos a produção identitária emerge de uma vinculação espaço temporal e cultural com um território que muitas vezes incide numa Identidade étnica (indígenas, quilombolas, etc.), ou vinculada a um ecossistema específico, (*geraizeiros, barranqueiros, veredeiros*, etc.) ou mesmo a alguma atividades agroextrativistas (*babaçueiros, seringueiros, quebradeiras de coco*, etc.). Porem, para Castro (2000) essas terminologias vinculadas às referencias citadas anteriormente, simplificam a densidades da relação estabelecidas por essas

comunidades em sua relação cultural com o respectivo território e as sociabilidades construídas historicamente.

A identidade na perspectiva antropológica tem sido orientada pela concepção do *nos* em oposição ao *outros* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976) dada à construção da diferençaque exclui os que não são vinculados às semelhanças que constituem um grupo social. Assim os grupos tradicionais brasileiros buscam a construção ou a reconstrução de identidadescoletivas através de processos políticos, a princípio, pela afirmação de sua especificidade histórica na construção de um território coletivo, embora as prerrogativas da identidade se alicercem muito mais na necessidade de reprodução material e simbólica de um modo de vida peculiar de toda a coletividade portadora da identidade posta em cena requerendo direitos territoriais. Para Castro (2000),

> Esses grupos experimentam um movimento que pretende recuperar a identidade outrora do seu grupo, pela construção identitária por meio de processos políticos de afirmação sobre o território. Grupos que revivem suas tradições étnicas têm recriado na memória seus saberes tradicionais, reinventando para o presente, formas de fazer política atando passado e presente, saberes sobre a natureza e tradições. (CASTRO, 2000, p. 177).

Ainda que a identidade insurja para a reivindicação de direitos territoriais, há sempre a exclusão de grupos sociais que não estiveram presentes na historicidade do grupo, da mesma forma em que outros, mesmo que não possuam laços consangüíneos ou uma relação histórica forte, são inseridos nos grupos à medida que compartilham os mesmos ideais. Algo semelhante ao processo vivido pelos índios xacriabás, no Norte de Minas, que negaram o acesso ao território tradicional reconhecido àqueles que não aderiram efetivamente o embate político pela terra, mesmo que esses membros possuíssem parentesco com os ancestrais. Em contrapartida, sujeitos externos foram inseridos no grupo ao passo que assumiam a luta pelo território.

Para melhor compreender os processos de mudança baseadas nos aspectos constitutivos da identidade coletiva, e como ele se distingue a partir do contexto em que se traduz, seja na dimensão *social, étnico ou político,* será necessário abordar autores quediscutam o conceito de identidade nessas três dimensões, que sugerem as aspirações demudança social. Entendo assim, que a identidade orienta práticas tanto no âmbito coletivo, como individual, que pode ser remodelada ao passo que são resignificadas. Nesse sentido, entendo que a relação das comunidades tradicionais, com seus respectivos territórios também

podem ser resignificadas, ao passo que a dinâmica social se depara com percepções distintas de apropriação que demandam mudanças nas estratégias de reprodução social.

A identidade *na dimensão social*, pode ser compreendida a partir das proposições de Berger & Luckmann (1971), ao enfatizarem que a identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e a sociedade, sendo formada por processos sociais que uma vez cristalizada é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Sendo assim, existe uma dinâmica social da identidade, uma espécie de *mundus social* que envolve os grupos em uma espécie interdependência entre a escala social e pessoal, que não é fixa, mas contribui para a estabilidade do grupo. Cardoso de Oliveira (1976) observa que a identidade é composta por duas dimensões: a pessoal e a social, sendo que nessa ultima é que a identidade social se edifica e se realiza. Nesse sentido, a identidade social surge como uma atualizaçãodo processo de identificação que evolve a noção de grupo, porém sem descartar da identidade pessoal, ou seja, uma é reflexo da outra. Leach (1961) por sua vez, relaciona a identidade a uma representação coletiva constituída a partir da cultura como seu núcleo formador mais dinâmico, já que é inerente a um processo de ideação obedecendo a um padrão e dando formas, muitas vezes, a representações altamente negativas, expressas no discurso do grupo hegemônico considerando a cultura do contato. Sendo assim a identidade ainda pode ser algo externo, que em algum momento de dominação, foi apropriado pelo grupo da minoria e reproduzido socialmente.

Para compreender a *dimensão étnica* da identidade, recorro a Barth (1966), cujas discussões ressaltam a importância da organização política de si frente ao outro, já que os estudos dos mecanismos de identificação refletem a uma identidade em processo. Sendo assim, analisar um processo possibilita o entendimento de uma variedade de formas complexas que ele produz. Consolidando assim a força do conceito de Grupo étnico para o estudo dos processos identitários. Para Cardoso de Oliveira (idem), a identidadecontrastiva constitui-se na essência da identidade étnica, a afirmação dos *Nós* diante dos *Outros*, ou seja, uma identidade que se afirma a partir da oposição ao outro e não isoladamente. Nessa perspectiva, existe uma relação entre identidade e valor também no nível social, já que a ideologia constitui a partir do jogo dialético entre a semelhança e a diferença. Um grupo em condição de isolamento não tem necessidade de qualquer designação específica, sendo que essa torna se necessária a partir do primeiro contato com gruposdiferentes, que juntos criam categorias de diferenciação.

Já na *dimensão política* da identidade, utilizarei as proposições de Stuart Hall (2003) sobre a reelaborarão cultural da identidade. Para este autor a situação da diáspora torna as identidades múltiplas, que ora são conduzidas pelos elos que as ligam a uma ilha de origem específica, ora são empurradas de encontro a outras que tencionam para uma mistura, que impede que retorne completamente a uma unidade passada, já que esta é permeada por simbolismos e por isso mesmo apresenta-se de forma inconstante. Nessa perspectiva, Bourdieu (1989) ressalta que a identidade é criada e recriada a partir do conhecimento e reconhecimento de tais classificações, sendo assim, as práticas são legitimadas pelos elementos simbólicos nelas contidas. Nesse sentido o autor vê a objetividade e a subjetividade como elementos complementares e passiveis de mudança de acordo com as circunstâncias, sendo as relações de poder, reflexos de sistemas socioeconômicos que hegemonizam tais classificações e as utilizam politicamente quando posiciona - se no campo oposto, frente aos outros grupos que o ameaçam.

No Norte de Minas, a insurgência desse movimento em busca da defesa territorial recorrendo à politização de suas identidades ao afirmarem suas tradicionalidades específicas, ocorre a partir da expansão das fronteiras desenvolvimentistas que impactam esses grupos através de práticas econômicas no respectivo território. Os Movimentos Sociais participam como uma soma de agentes mediadores nesse processo. Essas comunidades, que outrora eram politicamente *invisíveis*, buscam agora na (des)invisibilização, defender sua territorialidade ao afirmarem sua tradicionalidade por meio da identidade coletiva no campo político, como estratégia de defesa de cada coletividade e de seu modo de vida singular. Quando essas comunidades estão vulneráveis a algum empreendimento, o reconhecimento político da identidade coletiva pode amenizar os efeitos negativos desse processo.

1.2 Entre o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha: natureza, formação sociocultural e políticas de desenvolvimento

Nesta sessão faço uma contextualização histórica do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha com vistas a identificar os aspectos naturais e socioculturais compartilhado por cada grupo estudado, bem como visualizar os processos sociais vividos.

Para o Norte de Minas, faço uma síntese a partir das pesquisas de João Batista de Almeida Costa[10] sobre a formação sociocultural do Norte de Minas, bem como a formação

[10] O referido autor construiu o histórico da formação do Norte de Minas utilizando como base a obra de Afonso de Taunay (1948), Capistrano de Abreu (2000), Francisco Carvalho Franco (1940), Pedro Taques de Almeida

natural e os processos sociais os quais contribuíram para a configuração atual dessa região, principalmente no que se refere aos grupos tradicionais. Para o vale do Jequitinhonha, recorro principalmente aos estudos organizados por Souza e Nogueira (2011), Souza e Henriques (2010) e Moura (1988) além de outros autores que se dedicaram a pesquisas principalmente na região do Alto Jequitinhonha.

O Norte de Minas

Localizada na região do médio São Francisco, o Norte de Minas constitui-se como uma área de transição que articula o domínio do Cerrado, da Caatinga, da Mata Seca e da Mata Atlântica, cuja dimensão chega a 120.000 Km². Cada um desses domínios são compostos por diversos ambientes, classificados por categorias locais que permitem identificar grupos identitários específicos. Para Costa (2005) a interconexão entre esses diversos nichos ecológicos e os processos sóciais vividos por esses grupos, contribuiram para que se estruturasse no Norte de Minas

> [...] uma sociedade com características próprias em que o eixo crucial consiste na articulação de diversidades culturais, de identidades contrastivas, de racionalidades dispares e de projetos civilizatórios construtores da civilização brasileira, que permitem pensar o norte de Minas como a síntese de nossa nacionalidade (COSTA, 2005, p.8)

Segundo o autor, a população nortemineira compreende o ambiente como uma totalidade, e evidencia sob os parâmetros da Antropologia, a compreensão de que ao ser classificada "a natureza não é natural, mas cultural" (COSTA, 2005, p. 10). Neste sentido, baseado nas proposições de Durkheim e Mauss (1981), além de Lévi-Straus (1986), Costa (2005) afirma:

> (...) a classificação da natureza é homóloga da forma como a sociedade se vê discursivamente, então posso afirmar, também, que o conteúdo gramatical que informa o meio ambiente é replicado a partir do conteúdo gramatical de como a própria sociedade vê a si mesmo e se representa. Para Lévi-Strauss (1986), as coisas sociais[11] são boas para pensar a própria sociedade, ou, dizendo de outra forma, como a sociedade norte-mineira vê o ambiente onde se encontra localizada é a forma como vê a si mesma, ou seja, como uma totalidade ambiental, por um lado e, por outro, ela é uma sociedade integradae uma cultura específica. Isto não quer dizer que nessa sociedade a cultura

---

Paes Leme(1980), Urbino Viana(1935), Luiz dos Santos Vilhena (1069), Simeão Ribeiro Pires(1979), Brazilino Brás(1977) e Aberto Vieira de Araújo(1970).

[11] A natureza e sua classificação é coisa socialmente construída.

> construída seja homogênea. A diversidade é uma marca ideleável na vida social e cultural norte-mineira. (COSTA, 2005, p.11, nota do autor)

Nesse entendimento, a sociedade nortemineira constitui-se como um todo cultural nas suas especificidades, ou seja, as populações que se estabeleceram em nichos ecológicos distintos, desenvolveram um conhecimento aprofundado dos ciclos naturais orientados por uma percepção do tempo e do espaço[12] que as integram entre se e ao mesmo tempo evidencia as peculiaridades de cada formação sociocultural.

Antes dos portugueses chegarem ao território nortemineiro, a sociedade local era composta por uma população não branca, ou seja, índios e negros. Os indígenas, alguns originários do Norte de Minas, outros vieram de outras regiões do Brasil e adentraram o território seguindo o curso dos principais rios. Costa (2005), identifica dezenas de denominações de grupos indígenas que viviam nas imediações dos rios São Francisco, Jequitinhonha, Urucuia, Paracatu, Pardo, Rio Verde Grande e Gorutuba.

Os grupos negros, por sua vez, constituíam-se de africanos, e ou, seus descendentes, que resistiram ao regime escravocrata através da fuga, dando origem aos quilombos. Os negros se estabeleciam em áreas ermas, sem valor econômico e algumas vezes insalubres para a população branca, como estratégia de resistência frente à sociedade escravocrata. Costa(2005) conceitua essa estratégia como inerente às *barreiras estruturais*[13] que possibilitam um parcial isolamento e contribuíram para a formação de pequenas comunidades que estabeleciam relações entre si e com grupos indígenas, condição que também contribuiu paraa proteção do território.

Por sua vez foi a partir da chegada dos Bandeirantes, especificamente a bandeira[14] anônima capitaneada por Mathias Cardoso de Almeida que deu origem a sociedade pastoril situada no atual Norte de Minas. Como o principal objetivo desses grupos eram exterminar os

---

[12] Evans-Pritchard afirma a partir do estudo sobre os Nuer do alto Nilo, que o sistema social é um sistema dentro do sistema ecológico, dependente dele, e , que ,embora as concepções de tempo e espaço sejam influenciados por motivos ecológicos, os valores morais auferidos a elas dependem também dos princípios estruturais do grupo.

[13] Segundo Costa (2005), as barreiras estruturais instituídas nos quilombos norte-mineiros resultam de parâmetros naturais ,e ou, sociais. As barreiras estruturais de cunho natural, constituem se como impedimento físico(corredeiras, cachoeiras, serras íngremes, doenças) e as barreiras estruturais de cunho social constitui se como uma distancia socialmente construída como por exemplo a ocupação de terras cujo valor econômico é insignificante.

[14] Costa (2005) ressalta que não se deve reduzir o papel de uma bandeira aos feitos de uma única pessoa visto que a mesma é uma organização social. O autor, baseado nas proposições de Cassiano Ricardo (1956) caracteriza a bandeira como um corpo de guerra contra sociedades indígenas e grupos quilombolas resistente ao aprisionamento, formado por grupos organizados por parentesco e compadrio mantidos por relação de solidariedade e reciprocidade

grupos quilombolas resistentes ao regime escravocrata e aprisionar indígenas para comercialização, esses grupos locais se defendiam através dessas *barreiras estruturais* anteriormente citadas reforçadas pelo conhecimento aprofundado do território. Costa relata como se deu a fixação da bandeira de Mathias Cardoso e origem da sociedade pastoril.

> Localizada inicialmente nas margens do Rio Verde Grande, quase em sua foz com o Rio São Francisco, os membros da bandeira travaram lutas contra as sociedades indígenas aqui existentes, objetivando escravizar seus membros para comercializar os indivíduos em Salvador ou na Vila de São Paulo. Nesses mesmos locais, ao entregarem pares de orelhas salgadas, eram pagos com cabedais, porque neste período às administrações só interessavaa morte dos africanos e de seus descendentes que viviam em quilombos. Entretanto, devido a uma enchente do Rio Verde Grande, abandonaram o local e se fixaram nas margens do Rio São Francisco, onde ainda hoje existe o Arraial do Meio, no município de Mathias Cardoso. Por alguma razão que nenhum historiador informa, houve a mudança dos mesmos para outra área onde fundaram o Arraial de Morrinhos, onde hoje se localiza a cidade que homenageia o fundador do Norte de Minas. Esse arraial foi também conhecido como Arraial de Mathias Cardoso ou de Januário Cardoso, o seu único filho legítimo. Em uma ida em São Paulo no ano de 1674, quando deveria acompanhar Fernão Dias Paes, iniciava a sua busca das esmeraldas, que não passavam de turmalina. Mathias Cardoso de Almeida trouxe consigoalgumas cabeças de gado, por compreender a riqueza alimentar que a vegetação da área propiciava ao gado bovino. (COSTA, 2005, p.17)

Como estratégias de controle eram direcionados membros da bandeira para estabelecer-se em outras localidades, dando origem assim a muitos arraiais e posteriormente, vilas e municípios. No final do Século XVII, ao se consolidar como região criadora de gado, a população do Norte de Minas, que também se dedicava a produção agrícola de vários gêneros alimentícios, contribuiu para a efetivação das atividades na região mineradora, visto que se tornou o fornecedor de alimentos e animais de carga para a população das minas, que se dedicava exclusivamente a mineração[15]. Devido à desconfiança de contrabando do ouro entre pastores e mineradores, que não passava da troca do ouro por gêneros alimentícios e animais de carga, a administração colonial criou a capitania de Minas Gerais anexando parte dos *Currais da Bahia* ao território que hoje constitui o Norte de Minas. Para Costa, esse processo contribuiu para a perda da autonomia política da região, já que desarticulou o legado de Mathias Cardoso e inseriu novas formas controle da produção e da comercialização, levando aregião a uma condição de isolamento que perdurou cerca de cento e cinqüenta anos. Até aqui compreende-se a origem da formação sociocultural norte mineira,

[15] Para João Batista de Almeida Costa, foi do comércio entre a sociedade pastoril e minerada a origem e consolidação da sociedade mineira.

> Inicialmente, indígenas, africanos e seus descendentes, caracterizados por uma organização social baseada na reciprocidade e, na constituição de uma territorialidade baseada em relações de parentesco e compadrio, que já se encontravam articulados entre - si. Em seguida os paulistas, com seu caráter expropriador e nômade, que, ao se fixarem no médio São Francisco, encontram-se como baianos e pernambucanos, com seu caráter sedentário e patriarcal. [...] Essas três correntes civilizatória consolida-se uma sociedade especifica com uma cultura própria e uma identidade singular (...)reconhecida a partir do seu sotaque, do seu comportamento e sentimentos, bem como a pertença a essa região (COSTA, 2005, p.24)

Esses grupos permaneceram por mais de cem anos sem qualquer intervenção por parte da administração colonial, condição que contribuiu para que se desenvolvesse no âmbito regional uma sociedade cultural peculiar articulando em seu sistema produtivo a *baixada* a *encosta* e as *chapadas*.

Com o deslocamento de famílias mineiras (da região das minas) para o norte do estado como funcionários do império no Século XIX, especificamente em 1831, inicia-se o processo de estruturação do Estado de Minas Gerais no sertão sanfranciscano e a transformação dos arraiais em "vilas com legislativo, tendo o poder executivo e organismos militares - coletor e judiciário. Dessa forma, os mineiros penetram na sociedade nortemineira até então paulista, baiana e pernambucana" (Costa, 2005, p. 23). Em fins do Século XIX, com a chegada dos padres de batina branca, são introduzidos na população norte mineira osparâmetros da civilização europeia e criadas várias instituições como escolas, hospitais, grupos de teatro, casas de caridade, asilos, bandas de música e jornais. Nesse processo, algumas áreas também foram ocupadas por imigrantes italianos.

A partir de 1870, uma industrialização ainda dispersa inicia-se nesta região, subsidiada pelas oligarquias locais. O ramo têxtil foi o primeiro a ser difundido e tencionou a criação de vários serviços. Porém a dinamização comercial se deu efetivamente com a construção da ferrovia em 1926, que impulsionou a criação de indústrias cujos produtos ainda possuíam um perfil regional e demandavam da à mão de obra local, já que as relações de servis entre fazendeiros e agregados prevalecia.

Desta forma a ruptura drástica da estrutura produtiva e social do Norte de Minas se deu efetivamente quando a mesma foi anexada em 1960 à área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, quando as relações capitalistas de produção foram expandidas através do investimento pesado pelo governo federal e estadual, com incentivos fiscais que viabilizou a criação de infraestrutura e apoio

para a instalação do capital na região, onde Montes Claros constituiu como principal pólo industrial.

Para subsidiar esse processo, uma nova estrutura fundiária se instala no Brasil a partir da criação do Estatuto da Terra[16] em 1964, que formaliza o regime de posses e institui mecanismos que prever duas metas principais: a execução da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Como medida do Governo militar, visava apaziguar as tensões no meio rural, já que propunha ações positivas tanto para os camponeses, como para os grandes proprietários.

> Paralelamente, buscando a modernização da agricultura, através de políticas agrícolas, crédito subsidiado e incentivos fiscais, inicia-se o processo de transformação da estrutura produtiva regional. Com a implementação do Estatuto da Terra- lei que vai propiciar o regime militar amenizar as pressões por reforma agrária, por ter possibilitado o consenso entre as partes envolvidas nas questões da terra no país, processa se na região a expulsão de agregados e posseiros, até mesmo de pequenos proprietários de terra. (COSTA E OUTROS, 2008, p.71)

Porém a prioridade aplicativa desta legislação privilegiou o desenvolvimento da agricultura em detrimento da reforma agrária. Os agentes ligados aos grandes latifúndios,com maior familiarização com os mecanismos burocráticos, acessam os mecanismos previstosna lei. Nesse processo os camponeses perderam áreas que eram compatíveis com o sistema anterior (agregados x posseiros). Assim, inicia-se um acelerado processo de desestruturação da organização produtiva camponesa subsidiado pelo apoio financeiro para implantação de pólos industriais e para que as fazendas fossem modernizadas e estruturasse a produção nos moldes capitalistas, empresas rurais[17]. Condição que resultou em ciclos migratórios sucessivos: o êxodo rural.

Ao passo que as antigas fazendas eram transformadas em empresas, houve também uma acelerada mudança nos ecossistemas da paisagem do território nortemineiro. A intensificação do uso dos recursos naturais nesse período, resultante da implantação de projetos de pecuária extensiva, de irrigação, de reflorestamento e monocultura de algodão e cana de açúcar, levou a fragmentação do território, e em muitos casos, a expropriação das áreas apropriadas por populações tradicionais que não dispunham de registro oficial de suas terras de modo que as mesmas eram consideradas devolutas.

---

[16] Lei 4.504 de 30-11-1964

[17] Neste sentido vide Costa e outros (2008)

A partir de então, uma nova lógica de produção se instaura sobre os territórios tradicionais, historicamente construídos “ em séculos de convivência com os ecossistemas e com seus limites agroambientais. Acentuaram-se os desníveis socioeconômico entre as camadas sociais norte-mineiras e, por outro lado, os recurso naturais - biodiversidade, solos e água- entraram em um rápido processo de deterioração.”(Costa, 2005, p.38).

Quanto à relação desse processo com a disponibilidade de água, vários grupos tradicionais, presenciaram a gradativa diminuição da vazão dos rios e veredas, convivem lado a lado com os efeitos das práticas predatórias e com privatização das áreas coletivas:

> Em meados dos anos setenta, para subsidiar o emergente pólo siderúrgico do Estado de Minas Gerais e o planejado pólo de celulose, selecionaram-se as chapadas como áreas privilegiadas para reflorestamento. Por serem terras de ninguém, mas de ocupação coletiva e ainda, lençol freático dos rios regionais, tal atividade propicia o estrangulamento da organização camponesa, que já desestruturada, passa a perder cada vez mais trabalhadores com as famílias mudando-se para a cidade. (...) O reflorestamento por eucalipto e pinus determina ainda, a diminuição da capacidade de acumulação de água no lençol freático, e, no processo transforma rios, até então perenes, em rios temporários. (COSTA E OUTROS, 2008, p.67).

Os grandes projetos de irrigação são instalados sem qualquer controle, além de serem incentivados com financiamento públicos. Assim,

> A partir de uma visão reducionista e de conhecimento parcializado dos ecossistemas, implementa-se a irrigação como a única solução para a agricultura regional capaz de viver com as irregularidades climáticas. Através da construção de barragens, ou não, são executados inúmeros projetos de irrigação pública e privada, utilizando se financiamento externo esubsídios governamentais, bem como incentivos financeiros. Em poucosanos, mais de 50 mil hectares passaram a ser irrigados sem nenhum controle das bacias hidrográficas. Ao mesmo tempo, destroem-se vegetações típicas das formações existentes nos ecossistemas e constitui-se uma imensa monocultura de eucalipto e pinos nas chapadas das margens direita do Rio São Francisco, esquerda do Rio Jequitinhonha e na calha de formação do RioPardo, que cortam toda a região e no momento começa a ser implantada também nas chapadas da margem esquerda do São Francisco, determinando cada vez mais o esgotamento do lençol freático regional que drenava 1138 cursos d’água. Rios e córregos perenes que formavam as bacias hidrográficas existentes secam completamente ou tem suas águas cortadas a partir de 1988 (COSTA e outros, 2008, p.67).

Com isto, o processo de desenvolvimento impetrado no território nortemineiro a partir de 1960, substituem os agrossistemas tradicionais por técnicas de produção modernas que alteram significativamente a paisagem e as relações sociais ali estabelecidas até então. As

populações que não deslocaram para os centros urbanos em busca de trabalho, convivem com estrangulamento do território e perdem as áreas coletivas em potencial, as chapadas, e a maior parte das áreas tradicionais, nas margens dos pequenos cursos d'água, são inseridos em área de preservação ambiental, ou institucionalizados como reservas para compensar áreas impactadas pelos projetos de desenvolvimento.

O Vale do Jequitinhonha

Localizada no nordeste do estado de Minas Gerais (alto e médio Jequitinhonha) e extremo Sul da Bahia (baixo Jequitinhonha), o Vale do Jequitinhonha é uma das doze mesorregiões[18] que compõem o estado de Minas Gerais na configuração política atual. Cada uma das suas divisões possui uma configuração física especifica, porém caracterizarei aregião do alto Jequitinhonha, região deste estudo, em que predomina o complexo de grotas e chapadas.

> As chapadas são as terras altas, com vegetação típica do cerrado [...]. As terras das chapadas são usadas em boa parte das vezes para a "solta" de animais e para o extrativismo. As grotas são as depressões entre as chapadas,ou seja, são vales entre as terras altas. Estes vales possuem diferentes inclinações e profundidades, contendo riachos e rios, e são cobertos por uma vegetação de porte elevado. As terras das grotas são boas para lavouras, e nelas se situam as propriedades familiares, que se localizam, sempre que possível, perto dos cursos d'água. Assim, o regime agrário combina áreas privadas usadas para lavoura e para moradia, com áreas comunitárias para extrativismo e solta de gado. (PEREIRA e outros, 2012, p.5).

Nas demais regiões, (médio e baixo Jequitinhonha) as baixas altitudes predominam e há uma transição entre caatinga e cerrado.

Essa região originou-se da delimitação do Estado em Macrorregiões de planejamento em 1993, em que os municípios constitutivos de tal regionalização foram referenciados pela divisão de 1964, instituída para efeito da atuação da CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, criada para promover o desenvolvimento desta região.

Quanto ao processo de formação sociocultural, embora seja recorrente uma significativa ocupação do alto Jequitinhonha em fins do Século XVII, a região recebeu maior

[18] Mesorregião é uma área individualizada, em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. (IBGE, 1990)

visibilidade apenas no início do Século XIX, com a abertura do Baixo Jequitinhonha para a navegação tendo como marco a expedição de 1804 comandada pelo capitão-mor João da Silva Santos. Recebeu influência tanto do ciclo da mineração na região central do estado, quanto da expansão da pecuária na região do Norte de Minas. Nas primeiras décadas do Século XVIII, a rota da mineração se expandiu rapidamente para Serra do Espinhaço, incentivados pelas sucessivas descobertas de minas de ouro de aluvião, e alcançou o Alto Jequitinhonha[19] onde ocorreu um processo acelerado de formação de vilas e povoados, enquanto no Norte de Minas, pela rota do São Francisco, os currais de gado já havia se consolidado, porém em um processo mais lento. Souza (2010) lembra que se

> A primeira foi caracterizada pelo ritmo frenético da atividade mineradora e pela força do elemento urbano no ordenamento da vida social, esta segunda acompanha o ritmo próprio do passo do boi e fundou a base de uma organização social, ainda hoje, fortemente marcada pelos elementos constitutivos do mundo rural. (SOUZA, 2010, p.12).

Historicamente a atividade mineradora tomou uma centralidade quando se trata do processo de formação da sociedade mineira, porém na região do Vale do Jequitinhonha, estudos reconhecem a influência de duas grandes frentes de ocupação que se tornaram simbólicas para a configuração sociocultural da região: a mineração e a pecuária. Para Souza (2010)

> A região remanescente do Antigo termo de Minas Novas, da Comarca do Serro Frio, foi o ponto de encontro entre duas grandes frentes de ocupação do território nacional: a mineração e a pecuária. Essas atividades imprimiramsuas marcas na configuração sociocultural da região de tal modo, que ainda hoje, mesmo em caráter residual em algumas áreas, são elas que definem o *mondus vivendi* da maior parte da população local. Ao lado dessas atividades, ora em apoio providencial a uma e outra, ora, nas suas franjas e bordas emerge e se constitui uma atividade agrícola que, exceto em alguns momentos e lugares de maior produção e produtividade, resultou num tipo particular de relações sociais e econômicas predominantemente de base familiar de subsistência. (SOUZA, 2010, p.25).

A produção agrícola, embora com importância econômica pequena, constitui como elemento importante para se pensar a formação dos lugares de moradia dessa população, que fixavam se ao longo dos cursos d'água, onde além da agricultura, praticavam a mineração artesanal. Desenvolveram localmente uma autonomia no que se refere à produção agrícola para consumo próprio a partir das condições biológicas locais que propiciaram criar estratégias e técnicas de produção específicas. Dessa forma, garantiu a reprodução material e

[19] Serro, Diamantina, Itacambira, Minas Novas e Grão mongol.

simbólica de muitas comunidades, independente das oscilações econômicas no âmbito regional e nacional. Neste sentido Souza observa que

> A diminuição gradativa da exploração mineradora, contrapôs-se a afirmação da agricultura como principal ocupação dos moradores locais. Desde o inicio, caracterizou-se como atividade de subsistência, consolidando ao longo dos tempos, uma agricultura de tipo familiar, explorada principalmente nas margens cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos. Isso constitui um lento processo de ocupação das grotas, já que as chapadas por serem, muito áridas, não se prestavam a o cultivo sem um tratamento especial da terra. (SOUZA, 2011, p.11).

Embora o Vale do Jequitinhonha apresente uma peculiaridade tanto em seu processo de formação sociocultural, é na representação recorrente de pobreza e estagnação econômica que esta região é reconhecida na contemporaneidade. Para (MOURA, 1988 p.3) "O Vale do Jequitinhonha, tido como naturalmente pobre, torna inteligível a dissociação social e histórica das duas conjunturas, a passada e a presente" visto que a

> [...] dissociação que habitualmente se faz entre o atual Vale do Jequitinhonha e o antigo distrito diamantino leva também a omitir fatos importantes ali ocorridos no Séc.XIX, como a edição do segundo Jornal do Brasil, no município de Serro; o florescimento da praça comercial de Araçuaí e o cultivo de Algodão em Minas Novas, que abastecia o próprio Rio de Janeiro. [...] (MOURA, 1988, p.2 e 3)

Este paradoxo evidencia a violência simbólica, material e física que os grupos locais convivem historicamente. Somado a outros condicionantes[20], a visão construída a partir de índices de desenvolvimento e localização geográfica, subsidiam políticas de desenvolvimento que abstraíram as reais necessidades da população local, justificando intervenções que alteraram significativamente a configuração espacial e sociocultural compartilhada localmente. Sobre esse processo no Vale do Jequitinhonha, Laschefski e Zhouri (2011) caracterizam:

> A paisagem dita rural foi transformada em um mosaico de áreas "monocultorizadas", onde prevalecem modos industrializados de produção de determinados produtos agrícolas destinados aos mercados de consumo nos centros urbanos internos e externos. Neste cenário estão inseridas as hidrelétricas e as mineradoras, que resultam de uma concepção de determinados recortes espaciais como meros depósitos de recursos naturais especifico para a produção industrial. Com efeito,

[20] Para Moura (2008), a pobreza ideológica e a pobreza real não são problematizadas pelos diagnósticos que subsidiam as políticas de planejamento regional.

> trava-se uma visão que subordina a diversidade ecológica e cultural local ao potencial lucrativo dos referidos recursos (ouro, ferro e outros), transformados em mercadorias. As conseqüênciasinsustentáveis desse modo de apropriação do espaço se refletem no êxodo rural, na favelizacão e na transformação acelerada dascondições naturais nas áreas objeto desse modelo de desenvolvimento. (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2011, p.182)

A realidade acima descrita é materializada na extensão das áreas de pastagens, monocultura de eucalipto e na construção de barragens de perenizarão e hidrelétricas, além da histórica mineração, que por si só rendeu impacto significativo ás paisagens do Vale e atualmente aparece como uma potencialidade pelas prospecções de exploração de minério de ferro.

Porém no entendimento de Moura (1988) a expropriação do território camponês no vale do Jequitinhonha não se deu exclusivamente pela expansão grandes projetos desenvolvimentistas, estes apenas a consolidou, visto que já existia na região uma estrutura de dominação e expropriação configurada na relação fazendeiro x agregado e na invasão da posse camponesa por falsos fazendeiros. Assim, enquanto as fazendas priorizam a propriedade para o pasto, restringe o espaço da roça e da casa do camponês, e

> Simultaneamente, empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, exploram nas chapadas a madeira nativa, que substituem gradativamente por plantações de eucaliptos. São essas empresas as principais responsáveis pela expropriação do campesinato que mora nas grotas e que depende, de modo vital, da chapada para complementar sua reprodução econômica e social (MOURA, 1988, p.5)

Nesta perspectiva, a fazenda além de contribuir para tal processo, constitui se como uma aliada, principalmente porque sua estrutura de propriedade contribuiu para os processos de invasão de terras devolutas que constituíam as áreas coletivas.

Na década de 1960, iniciara-se a privatização das chapadas aliada aos incentivos fiscais para a implantação da monocultura de eucalipto, reduzindo a área de reproduçãodesses grupos e obrigando-os a concentrar as atividades nas áreas próximas à moradia. Apartir de então, observa-se uma redução na disponibilidade da água e de áreas agricultáveis. Em pesquisa desenvolvida Por Galizoni e outros (2010), em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha foi observados que “ ‘ Os terrenos ‘*encurtaram’ :* atividades que utilizavam uma extensão maior foram confinadas de modo sobreposto a uma mesma gleba. Foi diminuído o intervalo de *descanso* da terra (pousio), ocasionando um menor período de

recomposição da vegetação, e as cabeceiras de água que não eram utilizadas começam a receber trânsito de gado.” (GALIZONE e outros, 2010, p.138).

Na contemporaneidade o espelho d’água da Usina Presidente Juscelino Kubitschek ou Hidrelétrica de Irapé, inaugurada em Junho de 2006, atingiu sete municípios a jusante o Jequitinhonha, construída entre os municípios de Berilo e Grão Mogol. Inundou uma área de cerca de 134.000 hectares, sendo os municípios diretamente atingidos (Berilo, Grão Mongol, Turmalina, Leme do Prado, José Gonçalves de Minas, Botumirim e Cristália). Conforme relatório da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, os números do empreendimento chegaram a cerca de 40 comunidades de lavradores e garimpeiros, sendo 1.200 famílias e aproximadamente 5.000 pessoas. Porém esses números não compreende a totalidade de pessoas que, de alguma forma, tiveram suas sociabilidades alteradas pelo ímpeto das águas barradas da hidrelétrica. Centenas de famílias transitavam livremente entre os cursos estreito do Jequitinhonha, e, nessa dinâmica, relações de reciprocidade estendia os vínculos familiares, econômicos e religiosos.

Em um processo imediato, a mineração retoma o papel principal no processo desenvolvimentista, despontando como principal potencialidade para os projetos futuros, alguns já iniciados, como estudos sobre jazidas de minério de ferro na região. Neste contexto, é possível concluir que a hidrelétrica foi planejada para garantir esses e outros projetos que demandam de estrutura energética para se efetivar.

CAPÍTULO II
COMUNIDADES TRADICIONAIS E A RELAÇÃO COM A ÁGUA

Para compreender as comunidades tradicionais a partir da relação com a água, evidenciei alguns aspectos centrais que orientam esta discussão: água e a dimensão cultural e identitária; água e território; e, a dimensão conflitiva que envolve a água.

2.1 Água, cultura e identidade

A relação com a água pode ser compreendida em sua dimensão cultural e identitária já que por meio do modo de apropriação deste elemento, podem-se avaliar práticas, códigos morais e representações simbólicas que evidenciam as peculiaridades de um grupo em relação a outros. Em muitas culturas, o ciclo da água é uma referência para as percepções de tempo e espaço, como entre os Nuer, onde relações ecológicas são significativas para a compreensão do sistema social, que é um sistema integrado ao sistema ecológico (EVANS-PRITCHARD, 1999). A sazonalidade referenciada pelo ciclo das águas, cheias e secas, orientam atividades produtivas: períodos de planta, colheita, etc. além de possibilitar um distanciamento necessário de uma região numa determinada época, para que ocorra a valorização tantoprática como simbólica ao retornar.

> O ano consiste, assim, em um período nas aldeias e outro nos acampamentos: e o período no acampamento divide-se em começo da estiagem, quando os jovens mudam de um pequeno acampamento para outro, e parte mais avançada da estiagem, quando todos se concentram nos grandes acampamentos em torno dos reservatórios permanentes, que não deixam enquanto não voltam para sua aldeia. (EVANS-PRITCHARD, 1999, p. 74)

As limitações ecológicas influenciam as relações sociais. Ao passo que as estações são definidas controlam os movimentos das pessoas: água, vegetação, movimentos dos peixes, etc. A importância simbólica do gado para esses grupos evidencia o esforço mobilizado para alimentá-los a partir de estratégias que permitem conhecer e se programar conforme asvariações no tempo que alteram a disponibilidade de suprimento. Essa dinâmica traduz principalmente o ritmo ecológico para o ritmo social do ano, o que caracteriza a influência dasrelações ecológicas sobre as instituições.

> Excesso ou falta de água é o primeiro problema que se depara o Nuer. É essencial que o gado seja protegido da água que cobre a região nas chuvas, pois eles logo apanham doenças no casco se tem de ficar dentro da água por períodos longos. Os locais para construírem as aldeias são escolhidos entre únicos lugares que fornecem proteção aos homens e animais. Quando as chuvas passam, os suprimentos de água perto das aldeias esgotam-se logo porque, naturalmente, os lugares mais altos e mais secos foram os escolhidos para construir, e torna-se necessário mudar para perto das poças, lagos,lagoas, pântanos e rios. (EVANS-PRITCHARD,1999,p.68)

A observação das mudanças de estação e da lua, que, repetem-se a cada ano, possibilita que um Nuer situado em qualquer ponto, possua um conhecimento conceitual daquilo que está por vir de modo a organizar sua vida de acordo com essa previsão.

Os cursos d'água sempre foram referências para a ocupação humana em tempos e espaços diversos. No norte de Minas, as nações indígenas seminômades habitavam os vales dos rios onde desenvolviam algum cultivo, caça, pesca e coleta. Os bandeirantes, por sua vez, além de se estabelecer nos vales dos rios, utilizavam os rios para transporte, comércio,produção e etc. A formação das grandes fazendas de criação de gado se deu principalmente nos vales dos grandes rios, já os pequenos camponeses, estabeleceram-se nas margens dos pequenos cursos d'água.

Os geraizeiros do Norte de Minas estabelecem uma relação com a água diferente das populações ribeirinhas da Amazônia ou dos Caiçaras do litoral. Mas não é necessário ir muito longe para perceber essa distinção. Mesmo entre os grupos tradicionais do Norte de Minas, a relação com a água evidencia uma especificidade cultural conforme o território construído por cada coletividade. Nessa região existem pequenos grupos rurais com denominações vinculadas a ecologia do espaço onde se encontram inseridas (Dayrell, 1998). Existem na região pelo menos seis grupos com culturalidades distintas evidenciadas pelo domínio de um ambiente por cada grupo. São *as gentes das veredas, as gentes dos gerais, as gentes das caatingas, os vazanteiros, quilombolas e indígenas* (Costa, 2006).

As gentes das veredas são caracterizadas pela lida no brejo e pelas técnicas de construção de objetos com o tronco e as folhas do coqueiro buriti. Nesse sistema o ambiente úmido precisa ser drenado para viabilizar a agricultura em determinada época do ano, além de permitir o cultivo de arroz. O ciclo agrícola desses grupos são diferenciados pela proximidade com o brejo, que garante um período *das águas* mais extenso. A descrição da comunidade veredeira Cabeceira de Forquilha feita por Gomes (2012) aponta alguns desses elementos:

> O extrativismo dos Buritis constitui-se em elemento importante para essa população tradicional, pois dele além de se retirar o fruto para alimentação, como doce ou paçoca, ou farinha, retiram-se folhas que são utilizadas na cobertura das casas veredeiras ou nas paredes externas, na produção de esteiras redes, etc. [...] Os veredeiros se vinculam a seres "encantados" com os quais se relacionam através de códigos morais que devem ser respeitados, pois a quebra desses códigos implica punições. (GOMES, 2012, p. 257 e 258)

As gentes dos gerais, ou geraizeiros, que se encontram nos planaltos, encostas e vales das regiões de cerrado, convivem com períodos longos de seca, recorrendo a estratégias diversas para viabilizar uma agricultura e as criações. As moradias quase sempre localizadas nas encostas, possibilitam uma maior concentração das águas vertentes, do período chuvoso. Os pequenos poços e olhos d'água que surgem nesse período foram durante muito tempo a única fonte de água para esses grupos, que nas secas percorriam longas distâncias para buscar água nos rios perenes e de maior vazão. Ribeiro (2012) fez uma síntese do mundus geraizeiro através das relações estabelecidas na feira de Grão Mongol, para esse autor "Além da feira evidenciar o calendário anual natural do sistema produtivo que os geraizeiros estão vivendo, ela representa certa marcação do ritmo no cotidiano da vida deles". (RIBEIRO,2012,p. 328)

As gentes da caatinga ou *catingueiros*, cujo signo referencia a paisagem da caatinga, localizam-se nos sopés da serra do espinhaço, geralmente constituídas por descendentes de imigrantes portugueses e italianos, estruturaram se desde o início como agricultores familiares vinculados ao mercado de forma mais efetiva, desenvolveram técnicas de produção queprever um controle maior da água através de projetos de irrigação.

Os *vazanteiros* são encontrados nas ilhas e barrancas do rio São Francisco e de outros grandes rios, onde o movimento do rio possibilita a fertilização de áreas inundáveis em que se desenvolve uma agricultura de vazante e sequeiro, além da pesca, criações de animais e extrativismo. Todas as atividades são conciliadas com dinâmicas próprias e reconhecidas pelos grupos ao se relacionarem com a natureza. Assim,

> A mexida na *vazante* e a lida diária com o rio, fonte de água e alimento coloca homens e mulheres, jovens e crianças em contato com a natureza e suas dinâmicas. Estes aprendem na convivência cotidiana a acompanhar o subir e baixar das águas, e sabem que mudanças na sua cor são indicativos importantes, que ajudam a marcar o tempo das *cheias* e das chuvas, e neste sentido orienta diferentes plantios e a pesca. (ARAUJO, 2009, p.45)

Os quilombolas, por sua vez, estabeleceram-se nas margens dos rios, ribeirões e lagoas da grande área do Rio Verde Grande. A iminência de doenças como a malaria nesse espaço,

possibilitou uma barreira natural para esses grupos constituídos por escravos fugidos, e ou, desterritorializados no período escravocrata e posteriormente a partir das legislações fundiárias. Só em 1988, a constituição reconhece o seu direito consuetudinário, porem sob umprocesso jurídico moroso para a garantia do território. Sobre o Quilombo do Gurutuba, Costa Filho(2005) relata:

> Cada unidade da paisagem tem uma (ou múltiplas) potencialidade(s), e estas potencialidades são utilizadas nas estratégias produtivas dos Gurutubanos, a partir de um conhecimento sincrônico e diacrônico do ambiente. A lógica da ocupação dos terrenos segue uma estratégia de multi-usos das diferentes unidades da paisagem, explorando suas potencialidades, mas respeitando, também, os seus limites. A apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das Vazantes e dos Furados para as culturas mais exigentes. Nos Capões, os Gurutubanos constroem suas moradas, plantam os quintais, cultivam plantas adaptadas: milho, mandioca, amendoim, feijão gorutuba e andu. Dos Carrascos, Capões e Furados provem o complemento fornecido pela diversidade de frutíferas nativas, fibras, forragem para o gado, lenha, madeira para diversos fins. De todos eles, a caça; das Lagoas, Corgos e Poços, a pesca. A interação é complexa e a manutenção da vitalidade da Caatinga, dos Rios, das Vazantes, Capões, Carrascos e Furados é fundamental para a sobrevivência do povo Gurutubano. (COSTA FILHO, 2005, p.37)

Os indígenas possuíam o domínio de quase todo o território nortemineiro antes da chegada dos bandeirantes. Inúmeras tribos ocupavam as margens dos rios, ribeirões e córregos foram dizimados, outros foram inseridos como mão de obra nas fazendas de gado. “Todas essas identidades vinculadas às comunidades rurais existentes no norte de minas são construídas a partir do nicho ecológico em que se encontram situados os *mundi* sociais vinculados a esses grupos sociais singulares” (COSTA, 2006, P.87). No entanto essa vinculação identitária e cultural a um nicho ecológico especifico, não reduz o território tradicional a esse espaço, visto que cada coletividade articula outros ambientes para sua reprodução material e simbólica. O que quero justificar é que existe uma referência ecológica,cujo eixo central é um ambiente especifico que identifica cada grupo seja pela auto identificação ou pela relação contrastiva com outros grupos.[21]

[21] “No estudo de uma comunidade rural, a partir do conceito de *populações tradicionais*, há que considerar, no escopo da antropologia, algumas questões que se imbricam e propiciam fazer uma varredura em suas vidas sociais.Em primeiro lugar o foco deve ser colocado na autoidentificação identitária de cada um desses grupos. Em termos identitários, todo agrupamento humano é definido a partir de si mesmo, mas também em contraposição a outros segmentos ou grupos sociais, utilizando termos para se referirem ao seu próprio grupo e aos outros grupos com quem mantenham relações.Dessa forma a identidade coletiva é caracterizada por grupos circunvizinhos a partir de aspectos culturais demarcadores de diferença intergrupais.” (COSTA, 2006,p.82)

2.2 Água e território

Compreender a noção de território é um fator importante para compreender a relação das comunidades tradicionais com o ambiente biofísico, especificamente, no caso deste estudo, a relação com os cursos d'água. A estrutura e a regulamentação das relações sociais sedão a partir dos padrões culturais criados e significados a partir de um espaço que ao ser apropriado reúne regras e condutas morais.

O território ocupado por grupos tradicionais é compreendido não apenas por sua extensão territorial e pelas referências materiais do espaço, mas também pela gama de significados construídos coletivamente ao passo que apropriam do espaço no cotidiano, registrando ali, através da memória e das expressões culturais, uma experiência de vida compartilhada pelo grupo. Utilizo o conceito de territorialidade definido por Little (2002) "como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela física do seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território" ou *homeland* [22]" (LITTLE, 2002, p. 3/ Grifos e nota do autor).

Para Castro (1998), na sociedade ocidental o homem ao transformar sua relação com natureza, transforma sua própria natureza, num processo que tende a privatização dos territórios e de seus recursos, compreendendo que "o território reivindicado por cada sociedade constitui o conjunto de recursos que ela deseja e se sente capaz de explorar sob condições tecnológicas dadas" (CASTRO, 1998, p.5). Assim, cada sociedade elegemecanismos para gerir seus recursos naturais conforme sua visão de mundo, que combinam elementos práticos e simbólicos.

O processo de formação da sociedade brasileira, historicamente favoreceu e ainda favorece a emergência de identidades construídas a partir de processos históricos de apropriação de espaços transformados em territórios pelos mais diversos grupos sociais. As comunidades tradicionais constituem matrizes culturais formadas em meio ao instável modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, nessa perspectiva, Little (2002) relaciona a multiplicidade de territórios, habitados por grupos, que muitas vezes se apóiam em uma razão histórica oposta à razão instrumental do estado e das elites, assim buscam a construção mundus social que coexiste com o sistema socioeconômico vigente, no entanto estabelecem uma relação particular com seu respectivo território, cuja relação pode ser lida, a partir de sua

[22] A palavra inglesa " homeland" tende a ser traduzida como "pátria" em português. Mas o significado mais comum de pátria faz referencia a um Estado- Nação, o que desvia o termo "homeland" de seus outros significados possíveis referentes ás territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-Nação.

cosmografia, conforme proposto por Little (2002), que informa as particularidades sociais de um território. Parajuli (1996) conceitua essa relação como etnicidade territorial. Uma etnicidade deve ser considerada territorial quando é recorrente o vínculo que os membros de uma comunidade estruturam e regulamentam, por meio de articulações singulares, as relações sociais vividas no interior da comunidade.

Nos grupos tradicionais o ambiente é percebido como uma categoria social e não como depósito de recurso a ser comercializado para gerar concentração de riqueza, Lascheski e Zhouri (2011) identificaram racionalidades distintas quanto ao modo de percepção e apropriação do espaço ao estudar comunidades do Vale do Jequitinhonha no processo de licenciamento para a instalação da Usina Hidrelétrica – UHE de Irapé e UHE- Murta. Segundo os autores, a percepção de território e territorialidades pelas comunidades locais conflita com a racionalidade hegemônica, visto que nas comunidades tradicionais compartilham-se territorialidades a partir das práticas ambientais e sociais construídas em condições ambientais especificas enquanto a racionalidade hegemônica a territorialidade é restrita ao seu caráter econômico.

A água pensada enquanto elemento do território, agrega suas contradições no processo de apropriação por meio das relações de poder, em estudo atuais acerca do conceito Saquet (2011), percebe o território a partir da compreensão do sujeito, de suas apropriações, as técnicas e tecnologias que usa, as relações de trabalho e poder, os objetivos de cada atividade, as relações com a natureza interior e exterior, as continuidades e descontinuidades, as temporalidades e as territorialidades. Nas comunidades tradicionais, a dimensão múltipla da relação com a natureza é evidenciada pela valorização dos elementos míticos, mágicos em consonância com um conhecimento aprofundado dos ciclos que garante o desenvolvimento detécnicas produtivas especificas. Com isso compreende-se que cada forma de organizar o trabalho, representa a percepção de cada grupo dos limites estabelecidos no processo de apropriação do espaço. Assim, Diegues ressalta que,

> A noção de território é a característica mais importante que marcam esses grupos tradicionais. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como os cemitérios, as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas. [...] Entre esses elementos, os rios, riachos, lagos, córregos, poços (e para as populações litorâneas, a praia e o mar) desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida. Eles garantem a água para saciar a sede dos homens e animais, para o uso doméstico, para as hortas e pomares, para transporte e navegação e para algumas dessas populações são também fonte de energia. Para muitas

> delas, são também locais, habitados por seres naturais e sobrenaturais benéficos que, quando desrespeitados, podem trazer destruição e desgraça. (DIEGUES, 2007, p.2).

A vida moderna demanda cada dia mais da disponibilidade de água. Os projetos desenvolvimentistas em sua grande maioria são pensados consoante a disponibilidade desse recurso, visto que tais projetos viabilizam a modernização da agricultura, a construção de hidrelétricas e o abastecimento de água nos centros urbanos, além de outros. Porém, essa visão tecnicista ignora a relação ancestral que muitos grupos locais desenvolveram ao longo de sua historicidade, algo semelhante ao que acontece nas ilhas do Rio São Francisco, onde o território do rio é respeitado pelas populações que ocupam as ilhas, ao passo que a população compreende o ciclo do rio como autônomo. Souza (2010), em seu estudo sobre a Ilha da Pimenta, relata "O limite territorial é ditado pelo movimento das águas, as fronteiras são estabelecidas pelas "cheias" e "secas" do rio. Essa mobilidade territorial delimita o uso do território [...]. Assim, a cada ciclo das águas o espaço físico é reconfigurado e os moradores adaptam-se a ele." (SOUZA, 2010, p.68).

A implementação de projetos desenvolvimentistas, alteram o ciclo das águas, subordinando a racionalidade dos grupos locais à racionalidade hegemônica. Nesse processo, territórios são alterados compulsoriamente e em alguns casos desaparece, como nos casos dos alagamentos para instalação de barragens. Ao passo que compreendo que "[...] o território não diz respeito apenas a função ou ao ter, mas ao ser [e que] esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo hoje." (HAESBAERT, 2005, p.4), essas populações perdem seus territórios, parcial ou integralmente, perdem também uma referencia cultural socialmente construída por varias gerações, seja na relação com o ambiente ou mesmo nas sociabilidades.

2.3 Água e a dimensão conflitiva

A água, ou os conflitos inerentes ao acesso a ela, constitui-se como um bom caminho para se compreender as ambivalências que existem nas relações sociais. Para Porto-Gonçalves (2008) "O ciclo da água não é externo à sociedade, ele a contém com todas as suas contradições. Assim, a crise ambiental, vista a partir da água, também revela o caráter de criseda sociedade, assim como de suas formas de conhecimento." (PORTO GONCALVES, 2008, p.3)

A crise ambiental difundida principalmente a partir dos anos 90, na Rio 92, carrega consigo o caráter instrumental, no qual a natureza é pensada simplesmente como um *recurso* e não como parte inerente da vida como um todo. O discurso vazio da escassez e da sustentabilidade ignora os elementos do processo de distribuição e a desigualdade social, que compreende respectivamente, mecanismos de acesso e formas distintas de apropriação da água. Neste sentido, Porto-Gonçalves salienta:

> [...] é preciso sublinhar que embora estejamos diante de uma desordem ecológica global, particularmente visível quando abordado a partir da água, seus efeitos estão longe de serem distribuídos igualmente pelos diferentes segmentos e classes sociais, pelas diferentes regiões e países do mundo, assim como estão muito desigualmente distribuídos os meios para lidar com a questão. Não bastassem esses efeitos há um outro, pouco debatido mas de efeitos igualmente graves, que diz respeito ao fato de que outras diferentes formas de lidar com a água desenvolvidas por diferentes povos e culturas em situações muito próprias, estão impossibilitadas de serem exercidas até porque essa desordem ecológica de caráter global produz desequilíbrios locais de novo tipo, cujas dinâmicas hídricas estão longe de constituir um padrão que possa servir de referência para as práticas culturais. Esse problema vem sendo acusado por populações camponesas em diferentes regiões e lugares no Brasil, que não mais conseguem fazer as previsões de tempo com a mesma precisão que faziam há não mais do que 30 anos atrás (anos 70). Assim, diferentes culturas e, com elas, diferentes modos de se relacionar com a natureza também vão sendo extintos e, com eles, todo um enorme acervo de conhecimentos diversos de como lidar com as dinâmicas naturais. (PORTO-GONCALVES, 2008, P.3 e 4)

Assim, a dimensão do conflito esta pautada muito mais na sobreposição de um modo de apropriação em detrimento do outro, do que no princípio da escassez do recurso, visto quea sociedade como um todo desenvolveu técnicas especificas de lidar com o caráter cíclico da água, porém, algumas, com caráter mais predatório que as outras.

Para pensar o caráter predatório da apropriação da água, refletirei a partir de estudos sobre políticas de desenvolvimento no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha já que nesses empreendimentos (como em outras localidades) a disponibilidade de água é um fator fundamental. Nas regiões citadas, as barragens de perenização, que atendem a irrigação e o abastecimento dos centros urbanos, além da construção de hidrelétricas que geram energia para as grandes indústrias, constituem segmentos fundamentais para subsidiar os projetos desenvolvimentistas. Em pesquisa no Vale do Jequitinhonha, região onde foram ultimamente foram implantados vários projetos de monocultura de eucalipto, além de barragens de perenização e hidrelétricas, a dimensão conflitiva da água, foi identificada por Lascheski e Zhouri (2011) como uma das principais causas dos conflitos inerente a esse processo.

> Um dado nos chamou especial atenção: a água em múltiplas face, ocupalugar central em todos os conflitos vividos pelas populações locais, sobretudo nas dificuldades encontradas para realização de seus própriosprojetos de futuro. [...]. Entendemos que o deslocamento de significados desse bem natural é uma das causas mais profundas dos inúmeros conflitos oriundos da implementação do modelo hegemônico de desenvolvimento. (LASCHESKI E ZHOURI, 2011, 188 e 189)

Conforme salienta Diegues (2005) a construção de barragens e os sistemas de irrigação são exemplos típicos de atividade geradora de conflitos, pois alteram significativamente os espaços de vivência e de produção, bem como o modo de distribuiçãodo recurso, que fica concentrado a uma atividade especifica em detrimento a uma gama de usos e representações compartilhadas em sua configuração anterior.

Diegues lembra ainda que tanto a origem dos conflitos como as estratégias para resolução ou amenização dos mesmos se diferem conforme a percepção de cada grupo. O governo, ao aprovar a implementação de uma hidrelétrica, por exemplo, prever em suas diretrizes um processo de licenciamento ambiental, bem como o plano de reassentamentos dos grupos ou parte dos grupos ali existentes. Estes dois mecanismos são utilizados pelo poder público para resolver, ou pelo menos amenizar os conflitos inerentes ao processo de mudança social compulsória. O primeiro avalia a viabilidade do projeto a partir das condições físicas e ambientais, propondo a criação de parques e reservas para compensar a área atingida pelo empreendimento. O segundo, voltado para o “bem estar social” prever ações que garantam uma qualidade razoável de reprodução material do grupo através da indenização com outras áreas e apoio no processo de reassentamento, negligenciando assim, os múltiplos significados construídos historicamente pela população com o lugar anterior. Tanto o licenciamento ambiental como o plano de reassentamento são elaborados conforme uma percepção intrumental visto que propõe compensações eminentemente materiais para os dois casos.

Para exemplificar esse processo, recorro ao estudo de Lascheski e Zhouri (2011), sobre a Comunidade Peixe Cru, reassentada em outro local para viabilizar a construção da UHE-Irapé. Tal comunidade foi retirada das margens do Rio Jequitinhonha e reassentada em meio a um eucaliptal, a área localizada em uma chapada, denominada Chapada de SãoDomingos. O local fica a 30 km do Rio Jequitinhonha e a 20 km de um outro córrego que abastece o reassentamento. Nesse processo, a população da Comunidade Ribeirinha Peixe Crú, perderam o seu *homeland* ao passo que foram transferidos para uma região onde não possuem o domino do manejo, já que não conta com a adubação natural viabilizada pelo ciclo

do rio. Assim são obrigados a comprar fertilizantes e utilizar maquinários agrícolas para a produção, pois, a perda da autonomia produtiva gerou uma dependência econômica aos reassentados que foram obrigados a aderirem ao modelo de produção empresarial, ora plantando eucalipto para as empresas em suas terras, ora pela proletarização através doemprego nas empresas reflorestadoras. Desta forma, a intervenção contribuiu também para resolver o problema de mão de obra da empresa reflorestadora.

Embora as condições de acesso a equipamentos públicos como, urbanização, escolas, postos de saúde sejam evidenciadas como eminentes a uma melhora da qualidade de vida desse grupo atualmente, são as lembranças do antigo Peixe Cru, dos calendários agrícolas, dasfestas religiosas, das atividades que aquele território possibilitava pela junção de múltiplos espaços revelam uma condição de nostalgia, saudade e a ligação com o antigo território.

O ônus resultante dos grandes projetos desenvolvimentistas, agronegócio, hidrelétricas e outros, recaem sobre as comunidades tradicionais, desencadeando um processo conflituoso entre as lógicas de apropriação dos recursos naturais, visto que os agentes locais, quase sempre, não dispõem de uma articulação política tão organizada quanto os agentes das empresas e governamentais. Os impactos desses empreendimentos incidem diretamente no ambiente e nas relações humanas, principalmente em sistemas tradicionais cujo modo de vida está intrinsecamente vinculado ao território impactado. Sendo assim, comunidades que historicamente desenvolveram técnicas de usos e manejos sustentáveis, Diegues (1996), são oneradas ora por empreendimentos desenvolvimentistas, ora pela intervenção estatal através dos parques e unidades de conservação que também são uma forma de compensar os impactos sociais desses empreendimentos. Nesse sentido pode configurar-se um conflito socioambiental latente, em que não há um embate político efetivo, ou mesmo ao contrário, umimpasse travado pelo direito ao acesso ou pela condenação dos usos predatórios por outros agentes.

CAPÍTULO III

O MELHOR DE TUDO É A ÁGUA[23]: ÁGUA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES GIGANTE E PÉ DA SERRA

FIG. 1: Água pela terra: conduzida da nascente até o quintal da casa do Sr. Joaquim.
FONTE:RODRIGUES, L. R. 2010.

Neste capítulo busco demonstrar através de descrição etnográfica como dois grupos tradicionais do Vale do Jequitinhonha, que se estabeleceram numa região de veredas, concebem a representatividade dos cursos d'águas no seu cotidiano, como elemento significativo para constituição de sua identidade e territorialidade; além disso, enfatizo os conflitos inerentes ao processo de restrição do uso da água por órgãos governamentais; nesse caso, principalmente aqueles em que a restrição subsidia projetos desenvolvimentistas que impactam o seu modo de vida.

É entre o Sertão norte-mineiro e o Vale do Jequitinhonha, no Município de Botumirim, que estão localizadas as comunidades Gigante e Pé da Serra.

[23]GUIMARÃES ROSA, 1985, p. 43.

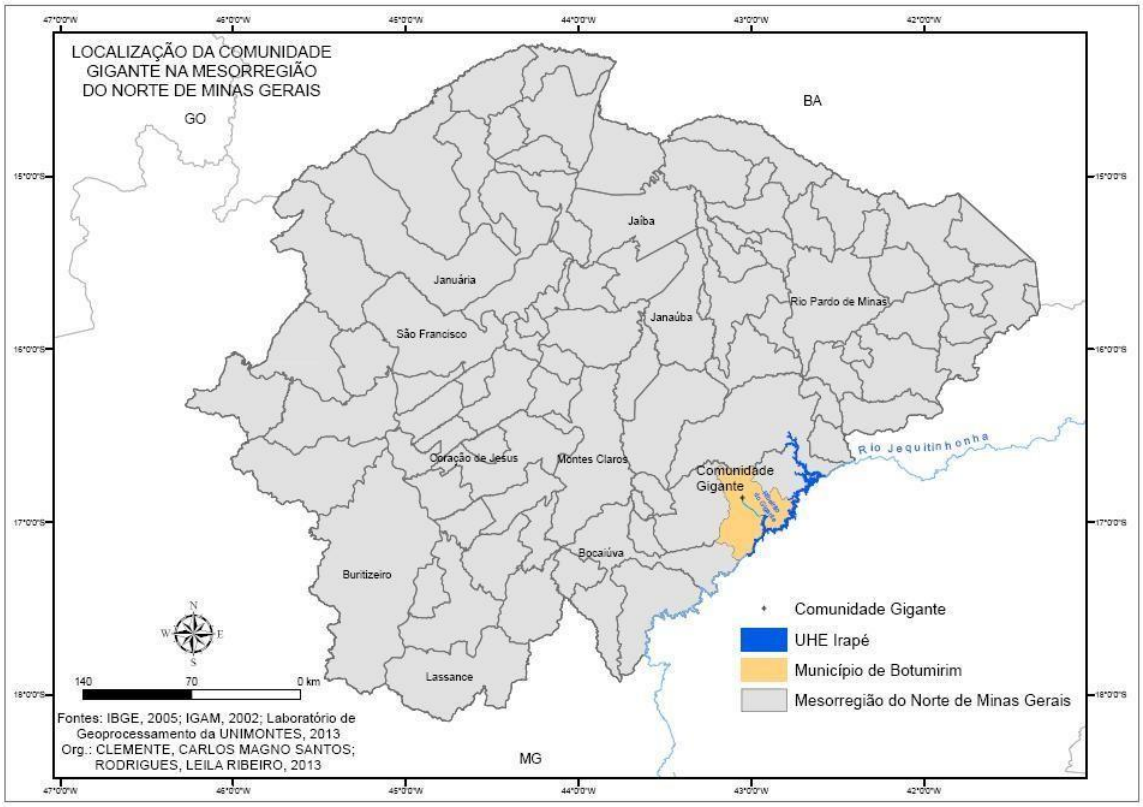

FIG. 02: Mapa com localização das Comunidades Gigante e Pé da Serra, na Mesorregião do Norte de Minas.
FONTE: CLEMENTE, C. M.; RODRIGUES, L. R. 2013

Embora o vínculo munícipe esteja no Norte de Minas, na divisão política oficial está localizado na Bacia Hidrográfica do Jequitinhonha e pertence à área de atuação da antiga CODEVALE. Dista 12 km do rio Jequitinhonha por estradas cavaleiras; 36 km pelo acesso a Caçaratiba e 30 km por uma estrada há pouco aberta nas terras de uma empresa recém instalada na região, que leva a uma chapada. Existem outros acessos, porém evidenciei os que me parecem mais próximos e justificam a inserção dessas comunidades no Vale do Jequitinhonha, para efeito deste estudo. Essa vinculação não está restrita à questão física que aponto, mas também pelas referências ao Vale identificadas nos diálogos que estabeleci com os sujeitos desta pesquisa, cujo cotidiano envolve a relação com os ambientes e as pessoas que compartilham em seu histórico, tanto a esperança e a glória evidenciadas no ciclo do ouro, quanto as visões simplistas que os relacionam a estereótipos de pobreza e estagnação econômica na contemporaneidade.

Botumirim é um dos municípios da microrregião de Grão Mongol, mas já pertenceu ao Vale do Jequitinhonha da antiga CODEVALE; porém, na organização do território atual, localiza-se na mesorregião do Norte de Minas e é, desde 1993, um dos municípios agrupados na Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE – AMAMS.

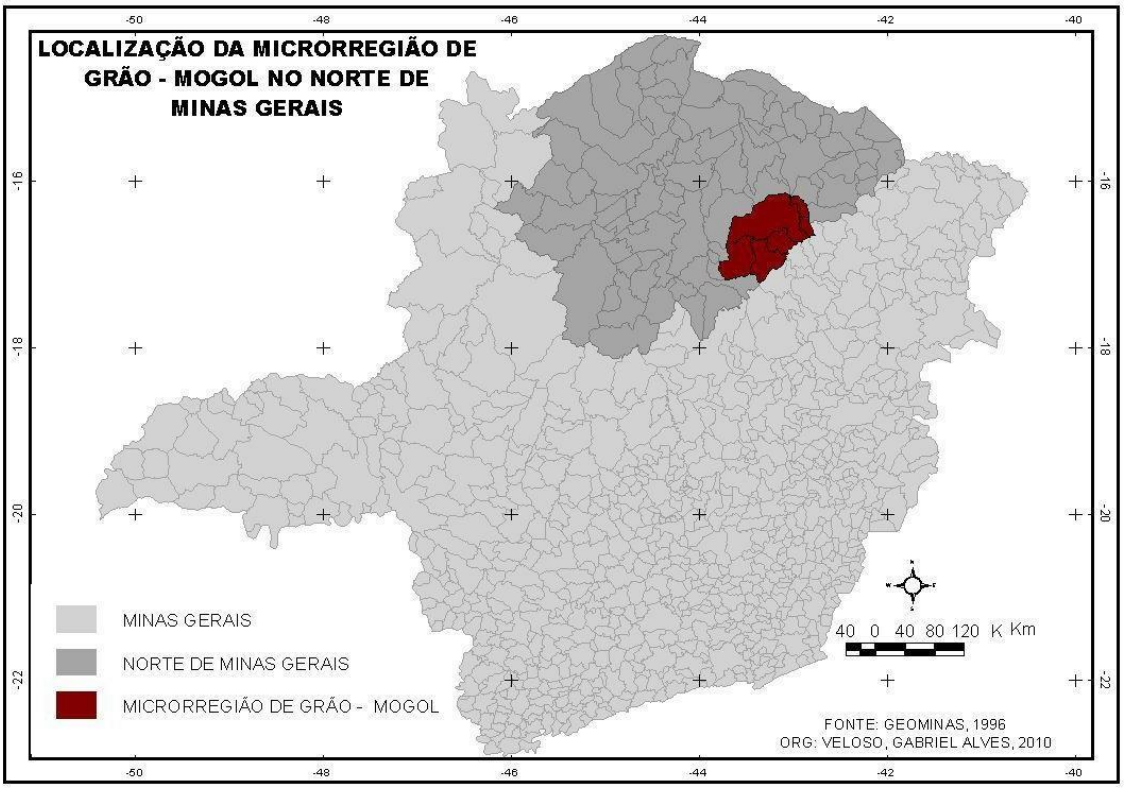

FIG. 03: Mapa com localização da microrregião de Grão-Mogol, Norte de Minas Gerais.
FONTE: VELOSO. G. A. 2010.

Embora localizado no Norte de Minas, o histórico de formação desse município está estreitamente relacionado com a formação do alto Jequitinhonha tanto no aspecto físicoquanto sociocultural. Os diversos córregos que correm entre as serras formam as grotas, locaisonde muitos grupos rurais se estabeleceram por apresentarem maior condição de reprodução material, visto que são áreas úmidas, onde geralmente são localizadas as nascentes d'água. Os campos nos sopés das serras, onde se encontram as veredas, são utilizados para a criação de gado na solta em períodos de seca, além de coleta e pesca de peixes pequenos.

Também é uma região fronteiriça com outros três municípios: Itacambira, Bocaiúva e Turmalina, o que justifica a heterogeneidade de relações que extrapolam o limite político e orientam o modo de vida dessa população que se originou a partir da coexistência tanto das atividades vinculadas à criação de gado quanto da mineração artesanal e agricultura para autoconsumo.

O povoamento da região se deu em função das investidas dos bandeirantes pelo sertão brasileiro, em virtude dos ciclos da mineração, embora a existência de povos primitivos num passado milenar seja sinalizada pelas figuras rupestres existentes em várias serras do território que constitui as comunidades Gigante e Pé da Serra; essa última conhecida formalmente como

Fonseca. A ocorrência dos desenhos se dá principalmente nas imediações da Vargem da Estiva e Vereda Grande, cujas figuras evidenciam a fauna e a flora da região.

A distância da sede municipal – 87 km – e o difícil acesso historicamente facilitaram uma relação mais estreita com a sede municipal de Itacambira – 45 km –, o que me permite relacionar o histórico desses grupos ao desse município a partir da caracterização de Matos (1979), quando discorre sobre Itacambira:

> Arraial situado à margem direita do rio deste nome, ramo do Jequitinhonha. Este terreno que é áspero, cheio de serranias e cortado de rios caudalosos, foi explorado no ano de 1698, pelo Capitão Miguel Domingues, com uma bandeira de paulistas. E entrando ali, outra no ano seguinte, a que chamaram a dos Papudos por haverem nelas alguns homens com papos (ou broncocelos), travou-se de razões e delas passaram a fazer uso das armas, de maneira que, decidindo a sorte a favor dos Papudos, foram expulsos os primeiros ocupantes. O ouro deste lugar foi manifestado ao governador da Bahia, Luís Cezar de Mendes, no ano de 1707. Tem Igreja Paroquial e 39 fogos. Há nestes terrenos muitos diamantes e outras pedras preciosas. (MATOS, 1979, p. 168).

A criação de gado é sinalizada na região desde o século XVIII, conforme sugere a referência de Spix e Martius (1981), que passaram pela região no início do século XIX:

> As fazendolas tornam se cada vez mais raras e pobres. Extensos currais para onde o gado é de quando em quando tocado a fim de ser reunido ou ser recolhido à noite, deixam supor rebanhos numerosos, entretanto esses devido à falta de comunicação, não constituem riqueza para do proprietário. (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 76).

Justifica também a versão de alguns moradores de que o povoamento se deu em função do trânsito de bandeirantes durante o auge da mineração, em busca de metais preciososno interior do Brasil. Como os minerais não foram encontrados em quantidade expressiva, algumas pessoas foram se fixando em locais às margens dos pequenos córregos, onde a água era farta, o solo fértil e o clima ameno e sem grandes elevações de temperatura durante o verão. Para Little (2002), a decadência de práticas coloniais contribuiu para a multiplicidade de territórios na sociedade brasileira, visto que a expansão das fronteiras para o interior contribuiu para a constituição de novas territorialidades.

A criação de pequenos animais e a articulação de vários ambientes nos sistemas produtivos, como a coleta, a caça e a pesca, garantiram a alimentação *forte*.[24] Historicamente,

[24] Para os moradores de Gigante, as proteínas animais constituem *comida forte.*

uma rede de relações entre várias comunidades otimizou os espaços produtivos, principalmente pelo sistema de troca, de modo que cada ambiente era utilizado segundo sua potencialidade e as relações de troca eram uma espécie de complementação dos produtos que certa região não produzia.

As estradas cavaleiras foram durante muito tempo a principal via de acesso a essas localidades formadas entre boqueirões de serras. Atualmente existem estradas em bom estado de conservação; as motocicletas constituem o principal meio de transporte. A memória compartilhada pelos grupos rurais comporta histórias paralelas ao ciclo da mineração, articulando as técnicas antigas do garimpo com as atividades produtivas para auto-consumo.

Os incentivos para instalação de complexos agrícolas e industriais no sertão norte-mineiro tiveram maior efeito no entorno dessas comunidades, principalmente na região de Itacambira e Bocaiúva, com ações que deram subsídios para a expansão da fronteira agrícola através das plantações de eucalipto e industrialização nos anos de 1960. Nessa época, já estava prevista a instalação de pequenas e grandes barragens de perenização para produção de energia elétrica, visto que os rios caudalosos e o relevo acidentado constituiam uma potencialidade para essa atividade.

A relação com os centros urbanos foi intensificada a partir da extração do cristal de agulhas em Pedregulho, comunidade rural de Bocaiúva, e da instalação da UHE de Irapé, já nas últimas décadas do Século XX. A extração do Cristal é uma atividade que mobiliza trabalhadores das várias comunidades locais e também pessoas dos centros urbanos que deslocam-se para a região e consigo levam equipamentos para auxiliar a extração do cristal. Algumas *catas*[25] não são regulamentadas e durante minha pesquisa houve o registro de uma morte causada pelo desmoronamento de um dos corredores de uma *cata*. Ainda assim essa atividade é bem vista, por se tratar de uma oportunidade de trabalho e de se fazer fortuna. Quando as *catas* não são registradas, algo muito raro hoje, elas funcionam de forma clandestina e por isso são coletivas, de modo que cabe a cada um aquilo que conseguir retirar. Porém, a retirada de algumas pedras demanda equipamentos, o que tensiona aqueles que não possuem equipamentos para trabalhar por porcentagem. O trabalho nas catas envolve principalmente os homens, mas é comum ver mulheres e crianças trabalhando nas *rólas*[26], ou seja, procurando pedras menores de cristal de agulha que soltaram das pedras maiores e juntaram-se às terras retiradas das catas. Desde de 2008, quando iniciei minha pesquisa nesta

[25] Locais de onde são retirados os cristais.

[26] Terras retiradas das catas onde podem ser encontrados os pedaços menores do cristal. Esses pedaços, embora possuam um valor significativo (quanto), são dispensados pelos homens e valorizados pelas mulheres e crianças.

região, foi visível o momento de prosperidade retratado na mudança significativa no aspecto das moradias que eram totalmente reformadas em um pequeno espaço de tempo.

Porém, esse período de prosperidade trouxe também problemas. Muitas famílias ficavam apreensivas por causa da intensificação do trânsito de pessoas estranhas. Seu Antônio de Fia, morador de Gigante, conta:

> Muitos bandidos vieram trabalhar nessas catas de Pedregulhos. Direto tem ocorrência lá. Dá final de semana, eles pegam as motos e descem pra cá para caçar, pescar, fazer farras nos rios. A gente não conhece, né? Fica com medo. (Tone de Fia /Gigante, 2010).

Na última década do Séc. XX e início do Séc. XXI, para a implantação da hidrelétrica de Irapé, em atividade desde 08 de Junho de 2006, cujo espelho de água atingiu oito municípios, foram construídas muitas estradas serpenteando as várias serras. Um morador relaciona o nome Irapé a essa dificuldade de trânsito na região que, em muitos lugares, só era possível *ir à pé*, como narra o Morador da Comunidade Gigante:

> A hidrelétrica é no Jequitinhonha mesmo! Inclusive antes deles começarem a obra, eu fui lá, aí criou o nome Irapé, porque lá não ia carro não, tinha que descer a pé um espinhaço terrível de serra. O lugarejozinho lá chamava Lamarão. Daqui na represa são uns oito quilômetros por dentro. Pela estrada são uns doze. (Tone Chaves/Gigante, 2010)

O processo de implantação da barragem culminou na remoção de várias comunidades ribeirinhas, dentre elas as comunidades Canabrava e Peixe Cru, que estabeleciam relações estreitas com as comunidades deste estudo. Essa condição alterou significativamente as relações religiosas, de casamento e comerciais, principalmente com relação à comunidade Gigante, cujos casamentos preferenciais eram estabelecidos com a comunidade Canabrava.

Os estudos ambientais que precederam a instalação da hidrelétrica, tencionavam a criação de Unidades de Conservação - UC's. O Parque Estadual de Grão Mogol, (Figura 4) além de outros órgãos do governo, como o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, passaram a introduzir compulsoriamente práticas de apropriação dos espaços de forma contrastiva com os princípios tradicionais; no caso de Gigante e Pé da Serra o não aprisionamento da água.

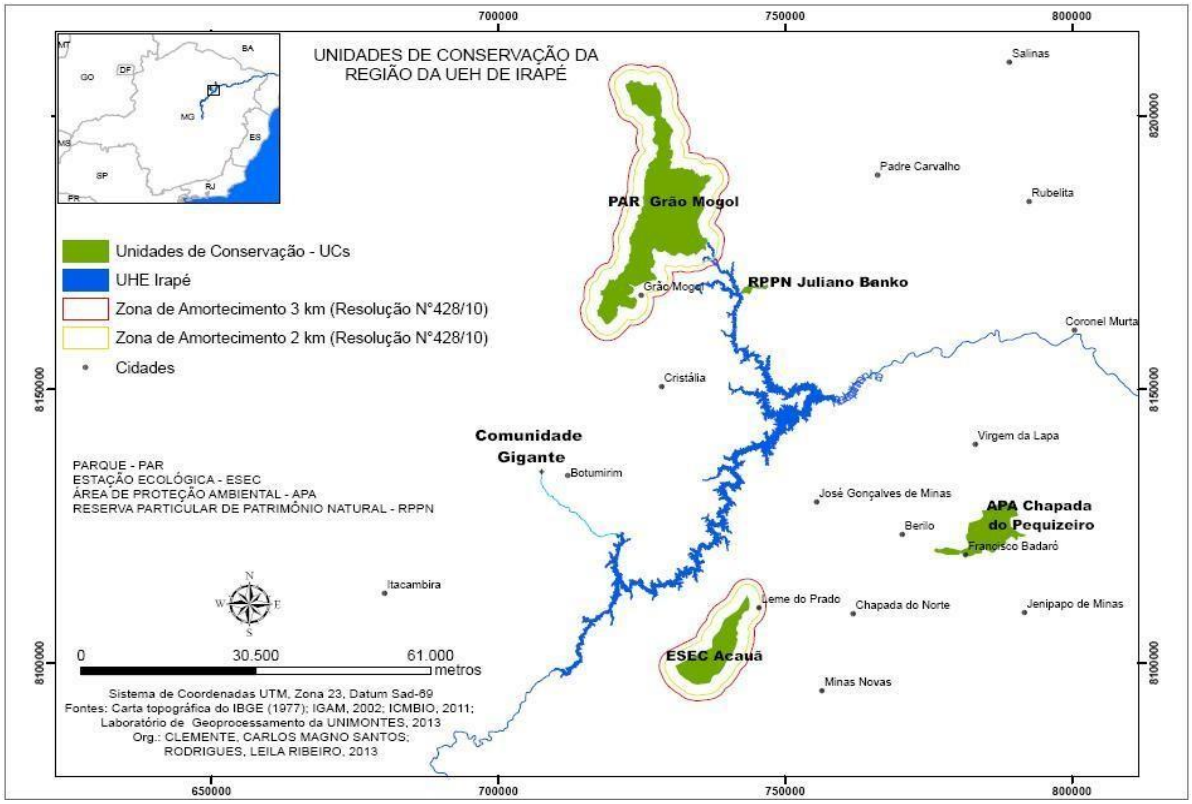

FIG.04: Mapa das Unidades de Conservação na região da UEH de Irapé.
FONTE: CLEMENTE, C. M.; RODRIGUES, L. R. 2013

Com o advento das ações conservacionistas de órgãos como Instituto Estadual de Florestas – IEF e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, muitas atividades de coleta, caça e criação de gado nas diversas veredas ou *vargens*[27] existentes na região foram impossibilitadas, principalmente a partir do início deste Século. Dessa forma, a relação com esses espaços foi alterada em diversos aspectos, o que refletiu em todas as esferas da vida social.

As comunidades tradicionais que se encontram inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP's[28], como Gigante e Pé da Serra, recebem controle maior frente à legislação ambiental e tornam-se alvos de políticas públicas genéricas, que não levam em conta a simbologia auferida nos usos e manejos desses grupos que historicamente convivem com esses ambientes. A relação com os cursos d'água são pautadas em práticas tradicionais, a

[27] Vargem é o termo local utilizado para as áreas conhecidas no meio acadêmico como veredas. Sendo assim, no resto do texto utilizarei o termo local. Esses locais são utilizados para solta de gado apenas nos períodos de seca.

[28] O Código Florestal atual estabelece como áreas de preservação permanente (APP's) as florestas e demais formas de vegetação natural situadas às margens de lagos ou rios (perenes ou não); nos altos de morros; nas restingas e manguezais; nas encostas com declividade acentuada e nas bordas de tabuleiros ou chapadas com inclinação maior que 45º; e nas áreas em altitude superior a 1.800 metros, com qualquer cobertura vegetal.

partir do conhecimento aprofundado do ambiente e dos ciclos da água, que orientam tradições e crenças; neste caso, baseadas no uso livre da água, conforme evidencia este estudo.

3.1 Água e Sertão

Expressões da identidade e da territorialidade do povo de Gigante e Pé da Serra podem ser percebidas na fala do Senhor José Soares, antigo tropeiro e conhecedor de muitas localidades. Ao falar que andava por todo aquele sertão a fora, lhe pergunto: Onde é o sertão? Ele me responde apontando com a mão:

> Sabe ali oh, depois da Estiva. Pra lá pras bandas de Juramento, é naquela redondeza ali. Eu viajava pra lá troperando, vendia boi, vendia diamante, só comprava sal e uma vez que eu comprei um rádio, daqueles grandes assim, eu vim de lá aqui com esse rádio na cabeça com medo de quebrar.[29]

Assim, quando o morador fala *"depois da Estiva*" ele concebe o sertão como um lugar seco, sem água, já que a estiva[30] e suas imediações constitui-se, para ele, como uma fronteira que separa o oásis do sertão. A Vargem da Estiva é uma vereda majestosa, com quilômetros de nascentes e buritizais que constituem o principal marco territorial entre as comunidades estudadas e o *sertão*,[31] na concepção local. Para esse e outros moradores dessas localidades, o sertão é um lugar distante, cuja importância se limitou, há algum tempo, apenas à possibilidade de fornecer o sal. Nesse sentido, Lopes (2012) informa que o sertão norte- mineiro é compreendido como múltiplos sertões; "os vários biomas existentes no interior do sertão são eixos constitutivos dos sertões, em que modos de vida e identidades (...) surgem e co-existem categorias explicativas do mundo dos sertões" (LOPES, 2012, p. 363). Assim, cada grupo compreende o sertão a partir do que torna significativo para o entendimento do grupo; nesse caso, a água, já que cada povo, considerando a historicidade brasileira, tende a classificar o sertão como realidade desconhecida, ou seja, uma realidade constrastiva.

---

[29] Fala do Seu José Ferreira, 76 anos, aposentado, morador de um lugar às margens do Jequitinhonha chamado Veredas. Seus vizinhos foram removidos, em virtude das obras da represa, mas como sua casa era distante da área represada não foi considerada atingida e, embora tenha tido parte de sua propriedade desapropriada, ele não foi incluído na remoção, de modo que ficou sozinho nessa região. Sua esposa e filhos foram embora para Montes Claros e ele vive de casa em casa, viajando pelas diversas comunidades da região em dois cavalos, um para revezar o outro, como fazia quando era comerciante de ouro e diamante.

[30] Vereda da Estiva, área conhecida localmente como vargem ou brejo. Constitui-se em ampla área de nascentes que surgem na Serra da Estiva e limitam o Município de Bocaiuva.

[31] O sertão norte-mineiro é compreendido por Lopes (2012) como múltiplos sertões, de modo que cada grupo tende a compreender o sertão em contraposição ao grupo a que pertence.

Destarte, Lopes (2012), baseado nas proposições de Richard Burton (1977), ressalta que a percepção do sertão para os próprios sertanejos sempre se configurou numa perspectiva dual, que informa uma inversão, ou seja, “o Sertão estava sempre além. Assim, não havia a possibilidade desta leitura de fora e de dentro, pois a de dentro replicava a de fora” (LOPES, 2012, p. 356).

Portanto, quando se passa da Estiva, em direção a Itacambira e Bocaiúva, os ambientes naturais mudam, mudam as relações, mudam os valores morais. Sendo assim, é o ambiente umidificado pelas veredas, pelas nascentes e pelas serras o território compartilhado dosgrupos aqui estudados, em contraposição ao sertão.

3.2 Os lugares das águas

Como vou falar de água, começarei pelas nascentes.

As áreas das nascentes constituem o principal marco territorial dos dois grupos rurais deste estudo no Vale do Jequitinhonha. Nascentes de serra, brotos d’água nas matas e nascentes de veredas estão localizados nas encostas das serras. Das nascentes surgem os córregos que originam os ribeirões que, por sua vez, deságuam no rio Jequitinhonha. Assim, considero para minha análise desde a relação com as nascentes até a foz, no Jequitinhonha, onde também existem populações que historicamente se relacionaram e ainda se relacionam com Gigante e Pé da Serra.

O ribeirão Gigante origina-se a partir do encontro do córrego do Pé da Serra com o Córrego da Estiva. O primeiro nasce a partir de nascentes de várias serras e o segundo nasce na Vargem da Estiva, área de veredas. Desde sua nascente à foz, na margem esquerda do rio Jequitinhonha, o ribeirão Gigante recebe água de outros córregos de menor vazão, que também são inseridos na dinâmica de reprodução dos dezoito grupos familiares que habitam ali. O córrego Pé da Serra também é referência para as dezenove famílias da comunidade Péda Serra, a qual insere em suas estratégias de produção, além dos pequenos córregos, as nascentes nos orifícios da Serra da Estiva e da Serra Quebra Cabeça. Os pequenos córregos que orientam a construção da territorialidade local são formados por várias veredas ou por nascentes oriundas dos orifícios das serras, de modo que todos deságuam nos ribeirões. Essa dinâmica contribuiu para uma classificação das várias águas, cuja referencia é o espaço origem:

Quadro 1- Espaços da águas	
Nome	**Local**
Minações	Nascentes nos orifícios das serras ou nos capões de serra
Olhos ou brotos d'água	Nascentes na mata densa
Brejos ou vargens	Áreas alagadas nas nascentes, buritizais (veredas)
Córregos	Pequenos cursos d'água
Ribeirões	Cursos d'água de maior vazão
Rio	Água de difícil domínio, (Jequitinhonha)

FONTE: pesquisa da autora

Saliento que a nomenclatura *vargem* sintetiza o ambiente das veredas para essas comunidades que, quando se referem a este ambiente dizem – *"Lá na vargem"* – e não me refiro aos microambientes da vereda, cuja classificação identifica a "varge" como a parte não inundada. Assim, as vargens são subdivididas nos microambientes compreendidos localmente como vargem, quando pronunciadas foneticamente com "m" no final toma uma conotação plural, ou seja, abrange os demais microambientes:

FIG.: 05- Microambientes da vargem em Gigante e Pé da Serra.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2013

O brejo constitui a área central que permanece alagada o ano inteiro. Aí geralmente estão as palmeiras buriti, podendo encontrá-las em fase de broto até ao final de sua vida, quando os pássaros alimentam do palmito do tronco e depois o aproveitam para fazer morada.A oferta de água potável, a coleta de coco, de flores, dos pendões do buriti[32] (engata) e daseda do buriti são algumas atividades desenvolvidas nestas áreas.

A vargem é areenta e úmida; mesmo no período de seca, apresenta uma espessura molhada, sendo necessário usar botas do tipo galocha para se locomover. Aí são coletadas as flores sempre-vivas. Localmente se faz uma distinção entre sempre-vivas e dourado[33]. As sempre-vivas, flores menores e brancas, podem ser encontradas nas vargens a partir do mês de março, até maio. Os dourados podem ser encontrados no período das secas, entre julho e agosto. São flores no tom de dourado e mais resistentes ao transporte. A coleta de ambas foi durante muito tempo a principal atividade econômica desenvolvida para comércio externo, embora sempre conduzida por atravessadores.

A beira de vargem forma a área de transição para a terra seca. Nessa área ainda há recorrência de sempre-vivas, porém de forma menos intensa do que na vargem. A terra seca constitui uma área que antecede as pedras das serranias onde geralmente estão localizadas as vargens. Nessas áreas eram levantados acampamentos nos períodos de coleta de sempre- vivas:

> A gente ia pra lá, fazia acampamento e ficava lá umas três semanas catando flor. (Adelmo, filho de Adão Soares / Gigante, 2013).

As áreas de vargem, compreendidas como eixo central da territorialidade, sucedem as áreas de serra e matas. As terras de cultura são encontradas às margens dos córregos e ribeirões em alguns pequenos espaços entre as grotas que formam em meio às serras, onde as moradias são construídas e constituem o eixo central das estratégias produtivas, principalmente em Pé da Serra. Na pesquisa desenvolvida por mim em 2010, sobre os espaçosda casa, identifiquei que a casa é construída no centro dos espaços de produção; que compreende o espaço entre o rio e a mata em Gigante e entre pequenos córregos e a serra em Pé da Serra.

---

[32] Nome científico da palmeira buriti: *Mauritia flexuosa*.

[33] Flor da família das sempre-vivas.

Abri esse parêntese para esclarecer sobre a distinção entre a *vargem*, localmente compreendida como os espaços de veredas, e *vargem* microambiente da vereda. Assim,retomo os lugares das águas.

As minações compreendem nascentes nos orifícios de serra conduzidas para os quintais das casas, cujas finalidades são as atividades domésticas, o consumo de animais e rega de plantas e de hortas nos quintais. Esse manejo prevalece em Pé da Serra.

Os Olhos ou brotos d'água surgem nos capões de serra ou em meio à mata densa. Nesses casos, o local para a moradia é escolhido sempre abaixo das nascentes por possibilitar o manejo que, geralmente, é feito considerando a gravidade. É considerada a água mais limpa e destinada ao consumo direto das pessoas. "A água sai de lá e vai direto para panela da Fia" (Tone de Fia / Gigante, 2012).

Os córregos são cursos d'água que, conforme sua vazão, possibilitam atividades distintas; assim, quanto menor a vazão, mais fácil o domínio para a agricultura. Nas imediações dos córregos também são encontradas as argilas utilizadas para produção detelhas, panelas, pintura da casa, etc.

Os ribeirões possuem a maior vazão de cursos d'água com a qual esses grupos lidam no cotidiano. No contexto deste estudo, apenas o ribeirão Gigante é classificado nessa categoria. Quanto ao rio, são feitas referências apenas ao Jequitinhonha, lugar de trânsito que, no passado, viabilizou sociabilidades diversas no que se refere à religião, comércio e casamentos. Na atualidade resume-se num "mundão de água[34]", perigoso, no qual apenas os homens se aventuram para pescarias e caçadas.

3.3 As comunidades Gigante e Pé da Serra

As duas comunidades estão dispostas na mesma posição geográfica; são separadas apenas pela serra do Gigante, e ligadas por *estradas cavaleiras* que serpenteiam entre as serranias por cerca de sete quilômetros. Pela *rodagem*, a distância entre as duas comunidades corresponde em média a quinze quilômetros. A relação com os cursos d'água remete à localização que entremeia pelo menos três grandes complexos de veredas: A principal, Vargem da Estiva, sucedendo a Vereda Grande e Vargem do Areão. Além desses três núcleos maiores, existem vários outros em menor proporção, geralmente anexos aos principais.

[34] Daniel, 14 anos, morador de Gigante.

No esquema abaixo é possível ter uma idéia da localização das comunidades, bem como dos ambientes que as compõem. Importante enfatizar que nos grupos de Botumirim, exceto uma única família, não há atividade agrícola nas veredas; é um espaço utilizado de forma comunal.

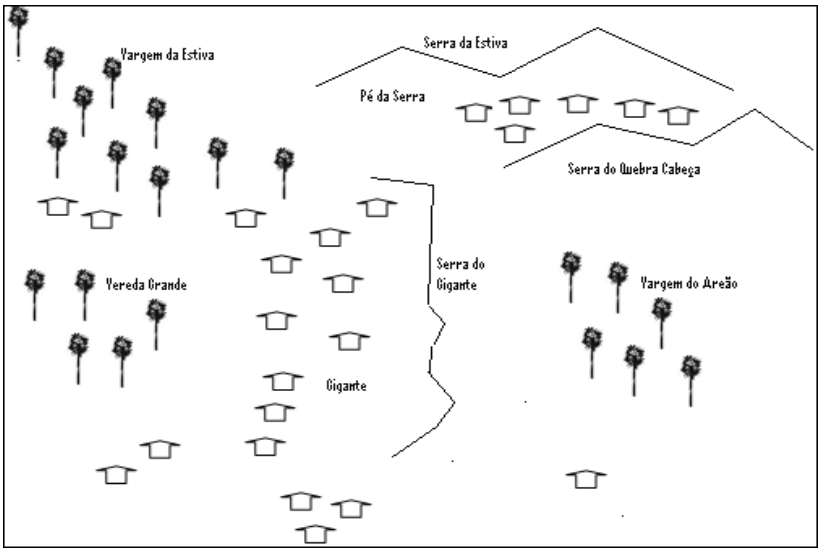

FIG. 06: Esquema das comunidades Gigante e Pé da Serra.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2013

O que mais me impressionou nesse ambiente foi o fato de se verificar explicitamente uma mudança no ambiente, quando a estrada, que sai de Itacambira, passa por Bocaiuva e se bifurca em y, de modo que à direita é o acesso a Caçaratiba/Turmalina e à esquerda, ou indo reto, é o acesso às comunidades Gigante e Pé da Serra. Ao adentrar esse último limite, é impressionante como a ambiente muda; as serranias se sobrepõem ao cerrado hegemônico até então. Os fiozinhos de água brotam das serras e atravessam a estrada em vários pontos, tornando a paisagem e o ar mais úmido. Mais adiante, quando começa a descida, a Vargem daEstiva aparece majestosa, acompanhando a Serra da Estiva e dá origem ao Ribeirão Gigante, que serpenteia entre as serras e recebe toda a vazão de água dos inúmeros córregos perenes daregião. A estrada corta a vereda em duas partes, de modo que em alguns pontos a água molha ou até mesmo inviabiliza a passagem de automóveis, dependendo da época do ano, como explica seu Antônio:

> Eu fiquei mais de semanas tendo que buscar as meninas lá na vargem quando elas vinham da escola. Mais de 11 horas da noite, elas atravessavam a vargem com água pra cima da cintura porque a Splinter não passava. Eu e o Neném tivemos que esgotar a vargem pra ver se a água baixava: nós

> tirávamos as folhas, os galhos pra ver se a água descia mais rápido. (Tone Chaves / Gigante, 2010).

Caracterizarei separadamente as comunidades Gigante e Pé da Serra por compreendê-las como dois grupos com relações estreitas, porém distintos e com manejos do ambiente específicos.

Gigante

Terra de caboclo sério
De mulher trabalhadeira
Que roça, garimpa e cria.
Tem serviço a vida inteira[35]

Essa estrofe de um poema regional caracteriza bem a representação que os *de fora* têm em relação aos homens e mulheres da comunidade Gigante. Homens reservados, conservadores e mulheres que "acompanham o eito" (Sueli/Gigante, 2009) junto com seus maridos no trabalho diário, seja no roçado, no curral, no forno de carvão, ou mesmo colhendo flores nas vargens.

A comunidade Gigante se formou às margens do Ribeirão do Gigante. É composta por dezoito grupos domésticos organizados em pequenos sítios, cuja maior aglomeração não compreende uma dezena de casas. Na historicidade dos grupos não há referências quanto à subordinação ao trabalho nas fazendas ou nas minas. Tanto a atividade mineradora quanto a de criação de gado é referenciada como atividade desenvolvida esporadicamente e de forma autônoma. A estrutura produtiva do grupo articulou historicamente a produção local, a troca com grupos circunvizinhos, a coleta e a caça.

Com relação à nomenclatura Gigante, os membros da comunidade se apóiam em duas versões para explicar a origem do nome: a primeira é referente a um fêmur e a uma arcada dentária encontrados na região, cuja grande espessura foi relacionada ao tamanho de um gigante; a outra é baseada na imagem da Serra do Gigante que, quando olhada de determinado ângulo, remete ao perfil de uma pessoa em posição póstuma. Essa mesma versão foi relatada

[35] ROCHA, Benjamin. História do Povo da Beira dos Rios. CAMPO. 1992. Durante o texto aparecerão outras estrofes dessa mesma referência: poemas produzidos a partir da história das comunidades do vale do Jequitinhonha, que foram afetadas pela instalação da barragem de Irapé. Esses poemas expressam a historicidade, a culturalidade, as angústias e a luta das pessoas dessas comunidades, tendo como referência a cosmografia criada através da ancestralidade desses territórios.

nos estudos do historiador Ricardo Ribeiro (2006), cujos dados de pesquisa foram coletados em 1999 e 2000. As narrativas a seguir, transcritas de Ribeiro (2006), não se contrapõem à versão colhida por mim sobre a nomenclatura do lugar:

> [...] É um tio que eu tive que conta essa história dessa ossada. [...] Isso é coisa de quando foi começado dos primeiro moradores, que morou aqui nessa área que achou o osso. [...] achou quando tava fazendo os roçadoachou esse, foi um só, também. [...]. Parecia um osso da canela de uma pessoa e tinha um metro de comprimento (Adão – Gigante, *apud* RIBEIRO, 2006, p. 21).

> Ele achou dentro da cata. Diz ele que sabe o lugar certinho donde ele tirou. [...] (diz que era muito grande, pesava uns 100 gramas cada um.) Cada dentão, eles é maior que uma pilha de rádio, aqueles dentão pesado, assim (Fia – Jequitinhonha, *apud* RIBEIRO, 2006, p. 22).

> É lenda, não é certeza! Foi achada uma canela que media pra mais de um metro. Os primeiros moradores da região que encontrou essa canela. Eles vieram da Itacambira, nós somos descendentes desse povo, dos Amaral. Já teve muitas histórias de gente daqui que foi pego a dente de cachorro. A outra é que a serra tem forma de um gigante deitado (Adão Amaral –Gigante, 2009).

Sobre a versão do gigante deitado, Ricardo Ribeiro ressalta que,

> Seja como for, a denominação, parece ser mais antiga do que se (*sic*) supõe aqueles moradores, pois na *Karte der Brasilian. Provinz Minas Geraes*, realizado pelo engenheiro alemão Halfeld e pelo cartógrafo Friedrich Wagner, editado em 1862, já figurava a Serra do Gigante (HALFELD, *apud* RIBEIRO, 2006, p. 22, grifos do autor).

FIG. 07: Imagem da Serra do Gigante vista do Córrego do Gordura,
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2010

Nas falas, alguns termos como *catas*, me permitem relacionar o estabelecimentodesses grupos em função principalmente da atividade mineradora, porém articulada com a agricultura para autoconsumo.

Na região da Vargem da Estiva, assim como em outras vargens, existem algumas pinturas de figuras rupestres com desenhos de animais que provavelmente eram caçados para servir de alimentos. São indícios de que antes dos bandeirantes a região já havia sido habitada. Alguns moradores, ao contar sobre seus antepassados, citam a ascendência de indígenas que, segundo eles, foram capturados a dente de cachorro. Outros moradores citam outras nomenclaturas de seus ancestrais como Cafuzos e Caboclos dado à ascendência indígena e negra da população, configurada pela figura mítica da senhora de escravos que será descrita posteriormente.

Os moradores se referem às pinturas rupestres como *os desenhos dos bugres*. Ao observarem os desenhos, eles especificam que todos os animais desenhados habitavam as vargens e que os bugres os matavam para se alimentar. Os bugres são os indígenas que viveram na região tendo a caça, a pesca e a coleta como bases da alimentação dessa época; esses dois últimos elementos são representados nas figuras por uma espinha de peixe e um pendão da flor do Buriti. Na concepção local, o sangue e a gordura desses animais seriam utilizados como tinta para fazer tais desenhos nos abrigos naturais entre as rochas e cavernas existentes nas muitas serras.

FIG. 08: Lapa dos bugres, próximo à Vargem da Estiva, entre o Gigante e o Pé da Serra.
FONTE: ARAÚJO, E. C. de, 2008.

As territorialidades ancestrais relacionadas às veredas são visivelmente identificadas nas figuras desenhadas nas serras. Elementos da fauna e da flora local são representados por desenhos e indicam um modo de vida que articulava os vários espaços entre as serras e as veredas.

Depois dos indígenas, os descendentes de europeus, juntamente com escravos africanos, habitaram a região motivados pelas riquezas minerais. Provavelmente a origem do nome Gigante se consolidou a partir da influência da cultura europeia, já que a figura do Gigante era bem representativa no imaginário dessa cultura. Existe uma versão de que a família Amaral, que até os dias atuais é o sobrenome da maioria dos habitantes do Gigante, foi a primeira família branca a se estabelecer na região, quando construíram a fazenda do Gigante, onde escravos trabalhavam nos arredores fazendo desde serviços domésticos até o garimpo.

A família Amaral, com costumes coloniais e dona de escravos, estabeleceu-se às margens do rio Gigante provavelmente no final Séc. XVIII ou início do Séc. XIX. A busca por diamantes atraiu essa família e com ela os escravos africanos que também contribuíram para a formação cultural da comunidade em questão. Atualmente ainda é possível observar nos quintais resquícios dessa atividade: muros de pedra, montes de pedregulhos e lascas de cristais. Esse último mineral ainda é muito extraído na região e constitui como uma das principais alternativas de trabalho para jovens rapazes.

Dois troncos familiares deram origem a essa comunidade, cujos patriarcas defendem, cada um com uma versão, ser descendentes da primeira família que povoou a região. As falas a seguir mostram um pouco dessas histórias:

> A Maria do Amaral foi uma das primeiras habitantes dessa região; deve ser da minha família que eu sou dos Amaral. (Adão Amaral /Gigante, 2008).

A casa de Dona Maria Amaral, uma das primeiras habitantes brancas que se fixou na comunidade Gigante, dizem ser de gente muito rica, que veio de Itacambira na época dos bandeirantes. Sua família possuía alguns escravos que seriam destinados a serviços domésticos, à agricultura e à extração de ouro e diamantes. A primeira casa, feita pelos escravos, é considerada a casa mais antiga, segundo os descendentes de Maria do Amaral. Os esteios de aroeira, que mediam cerca de quatro metros de altura, estão jogados pelo quintal da casa de dona Justina, casada com um dos descendentes da primeira moradora.

> A primeira moradia daqui foi uma ali abaixo do Fonseca, do povo dos Leão da Itacambira. Depois eles fundaram a fazenda do Gigante, a da Maria do Amaral. Nessa fazenda do Gigante ainda teve muito escravo. Na fazenda do Gigante, na casa, os esteios de aroeira dava dois palmos de face, tudoforrado, assoalhado com tábua, as paredes eram de enchimento, tudo barreado a mão, não tinha adobe naquela época, não! As telhas eram dessas queimadas mesmo, o povo fala que eram feitas nas coxas dos escravos, mas deve ser brincadeira, é porque é cada uma de uma largura. (Adão – Gigante, 2008).

A casa, segundo relato dos descendentes, foi construída por escravo, e foi a maior casa já vista na região: era possível andar em pé no espaço entre o assoalho e o chão. Na parte superior, existia um espaço entre o telhado e o forro denominado *sote*, onde eles guardavam objetos e até mantimentos. Na casa havia muitos quartos, grandes salões. Um muro de pedra em ruínas ainda pode ser visto. Dizem que o tal muro cercava toda a chácara até o Ribeirão Gigante, onde na frente ainda existe uma bela cachoeira. Dona Justina[36] relatou que carregou muitas pedras do antigo muro para fazer sua casa atual. Um dos descendentes dela fala sobre esses elementos:

> O banco lá da casa da Joaquina era dessa casa. Ele teve que ser cortado pra caber na sala. Lá tinha umas salonas e, até igreja tinha, naquela parte de

[36] Dona Justina Faleceu em 2012.

cima. Lá tinha um muro de pedra que os escravos fizeram pra proteger dos bichos. O povo fala que debaixo daquele engenho lá tem um pote de diamante escondido. Eram os escravos que achavam e escondiam. (João/Gigante, 2008).

FIG. 09: Cachoeira em frente à casa da Justina.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2010

FIG. 10: ruínas do muro de pedra, no quintal da casa da Justina.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2010

O que aconteceu com a casa?

O povo não conservou, não. Lá ainda tem os monjolão dessa altura, a aroeira de uns quatro metros que servia de esteio. Eles vão precisando, vai usando, o resto deixa lá. A Joaquina fez outra casa, deve ter usado alguma coisa! (Adão / Gigante, 2008).

O quintal perto da casa era todo cercado por um muro de pedra, para que animais domésticos não tivessem acesso a casa. É possível observar no quintal resquício desse muro, além de muitos objetos que seriam utilizados por essa família. Pude ver algumas peças de madeira arredondada e de cor preta, compridas e com cerca de vinte centímetros de largura. Outro muro de lascas completava o muro.

Quem chegava pela trilha, vindo do Pé da Serra, primeiro avistava a pequena igrejinha. Quem chegava tendo como referência o Gigante, se deparava com um muro de pedra saindo do rio e seguindo até a entrada da casa. Na pequena capela, localizada na parte superior do quintal da casa, aconteciam as missas e os batizados. Um pequeno móvel de madeira que servia para colocar a água do batismo ainda se encontra jogado no quintal de Dona Justina. Ela observa que alguém já andou tentando fazer um pilão dele, mas desistiu por que a madeira era muito dura.

Para que serve esse móvel?

Era que eles usavam para batizar os meninos! Parece um pilão. Um já tentou afundar ele pra fazer um pilão, mas a madeira é dura demais.

Que madeira que é?

É aroeira. (Joaquina /Gigante, 2010).

FIG.11- Móvel utilizado para batismo
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2010

Nas proximidades do local onde ficava a casa, pode se chamar de quintal externo, um velho engenho construído por escravos permanece firme em meio ao pasto abundante; quase

não se vê de longe. Não é utilizado e as crianças demonstram certa aversão ao lugar, já quase que totalmente tomado pelo mato. Muitas lendas são contadas tendo como referência esse engenho. Uma delas, contada pelas crianças, é que os negros teriam escondido um pote cheio de diamantes embaixo do engenho e que esse tesouro está lá até hoje; mas ninguém tem coragem de procurar, por medo das assombrações dos escravos.

A principal referência dessa época remete ao comportamento da Matriarca, Senhora Maria do Amaral. O filho de dona Justina, conhecido como José da Justina, conta uma história muito conhecida pela comunidade sobre a primeira moradora de Gigante:

> Essa senhora, Maria do Amaral, era uma senhora muito orgulhosa: quando recebia visitas em sua casa, ela servia o café ou a comida normalmente. Quando a visita ia embora, ela perguntava seu marido se a pessoa era rica ou pobre. Se fosse uma pessoa rica, ela mandava lavar as louças. Se fosse uma pessoa pobre, ela mandava jogar a louça toda pela janela. (José da Justina / Gigante, 2008).

A esposa do filho da Justina, Dora, complementa,:

> Quando a gente morava lá, e a gente estava carpindo, encontrávamos muitas dessas louças sem quebrar sem nada, boazinhas, enterradas na terra. (Dora, Nora da Justina – Gigante, 2008).

Dona Justina conta sobre a morte dessa senhora:

> Quando ela morreu, durante o velório ela levantou do caixão e saiu correndo igual uma doida pelo sítio gritando: Soberba, Soberba. O céu ébom o inferno é ruim!
> Depois disso, ela só comia folha de couve, ficou repetindo essa frase durante um ano, quando interou um ano, ela realmente morreu. (Justina /Gigante, 2008).

A narrativa anterior representa concepções da própria comunidade em relação aos *de fora*, ou seja, quando os europeus chegaram à região já existia uma concepção moral estabelecida e, portanto, pessoas organizadas com princípios comuns. A casa de Dona Maria do Amaral foi construída a partir de elementos da cultura colonial; expressa a culturalidade

europeia conformada com técnicas africanas, nesse caso a parede de *enchumento*[37], mas não constitui uma moradia padrão, visto que a estrutura colonial influenciou, mas não prevaleceu na arquitetura desenvolvida localmente. Já os ranchos de palha e capim prevaleceram durante um bom período após a chegada dos europeus. O mito relatado anteriormente muda o nome da protagonista, Maria do Amaral para Balbina, quando relatado por outra família, embora os demais elementos continuem literalmente os mesmos. Essa disputa interna pela ligação com a família branca é recorrente na comunidade, de modo que o próprio mito reflete essa dinâmica.

Um morador de outro tronco familiar também defende a versão de que seus parentes foram os primeiros moradores*:*

> Meu pai nasceu aqui, em 1913; meu avô já era daqui e os pais dele também. Isso aqui é velho! A fazenda do Gigante era nossa, agora que nós vendemos. É lá que esse povo tá mexendo agora. (Tone Chaves e Pedro Santos /Gigante, 2008).

A reivindicação de serem os primeiros habitantes é importante para os dois patriarcas, já que são as principais referências do local para os *de fora*. Há implícita uma disputa de poder que orienta as duas versões sobre o início da história local, porém não é algo que comprometa o entendimento, visto que na antropologia essas questões são tomadas comoparte das relações. Nesse sentido, até um mito local com relação aos primeiros habitantes tem duas versões contadas por eles, cada qual defendendo seu ponto de vista

As atividades agrícolas são desenvolvidas às margens do ribeirão Gigante, além das margens de vários outros pequenos córregos que ali deságuam. As terras são utilizadasconforme os ciclos do ano, conformando duas épocas principais: *as águas* e *as secas*. Nas *águas* são utilizadas as terras altas, próximas a casa. Nas *secas* são utilizadas as terras baixas,à margem do ribeirão. Porém, o período principal para a produção nos roçados é nas *secas*. Nas *águas*, há somente a plantação de arroz para algumas famílias que ainda o produzem.

Em Gigante, o ribeirão, desde a nascente na Vargem da Estiva, até sua foz, no Jequitinhonha, possui elementos que caracterizam a identidade e a territorialidade do grupo, compreendida como referência compartilhada pelo grupo numa rede de relações que identifica, classifica e utiliza os ambientes, (LEVI-STRAUSS, 1999). Os pequenos córregos, afluentes do ribeirão, são referências pessoais e ou familiares, indicadas principalmente em expressões que identificam a pessoa ou a família ao se referirem a ela tendo o rio ou o curso

[37] O enchumento, ou pau a pique é uma técnica de construção com uma estrutura interna feita por uma trama de madeira situada entre os esteios da casa; em seguida é colocado barro para fazer as paredes.

d'água como identificador. Nesse sentido temos: córrego do Pedro Santos, córrego da Cristina, cachoeira da Justina, etc. O sistema de produção indica uma temporalidade distinta, uma vez que utiliza os espaços conforme o ciclo do rio.

Dormiram em casa de amigo
No chão de Mandacaru?
Contaram caso ouviro outro
Na igreja de Peixe Cru

As pessoas da comunidade Gigante frequentavam as festas de santo na comunidade Peixe Cru antes da remoção desta para implantação da Barragem de Irapé. Nessas ocasiões, aconteciam os casamentos e os batizados, além do estabelecimento de relações que envolviam toda esfera da vida social da comunidade. Na época das festas, as famílias se deslocavam inteiras para essa comunidade e lá permaneciam vários dias para participarem das festividades religiosas. Acontecia também o comércio dos produtos de cada comunidade, geralmente através de trocas. Algumas pessoas mostraram fotos dessas ocasiões.

Desde então, a vivência religiosa esfriou, visto que esse grupo era acolhido pela comunidade Peixe Cru em função da proximidade cultural, considerando uma percepção similar nas relações da divisão sexual do trabalho, ou seja, a mulher com um papel efetivo nasatividades produtivas consideradas masculinas. Isso gera um estereótipo negativo para outras comunidades circunvizinhas, embora mais próximas. Assim, a comunidade Gigante ficou sem referência, visto que se relacionava mais com as comunidades removidas do que com outras mais próximas, como Pé da Serra. Atualmente duas famílias se converteram ao protestantismo, Igreja Cristã do Brasil, e os cultos religiosos são realizados nas casas dos evangélicos. O ancião que conduz o culto é de um povoado, Pedregulho, próximo à região de uma *cata*[38] de cristal em atividade no município de Bocaiúva. Alguns vizinhos comparecem aos cultos, mas não se consideram evangélicos e estão ali por consideração ou por parentesco.Outros católicos mais fervorosos reclamam do preço que têm que pagar para um padre ir ao Gigante celebrar uma missa e pela falta de união quando o assunto é pagar o padre para ir até lá.

A festa Junina, apesar de estar relacionada ao calendário escolar e a tradições católicas, constitui um momento de festividade no qual a comunidade demonstra a harmonia entre evangélicos e católicos, que compartilham de uma mesma organização social. Pude observar essa integração durante a preparação para a quadrilha: a Secretária da Educação de

[38] Nome que se dá ao local de onde se retira o cristal de agulhas.

Botumirim estava presente e, apesar de ser evangélica, participou de toda preparação para a festa, inclusive na elaboração das comidas típicas. O culto evangélico aconteceu no mesmo dia da quadrilha, e quase todas as pessoas participaram dos dois eventos. A quadrilha, apesar de ter sido ensaiada só com os alunos, no dia da apresentação era permitida a participação de quem quisesse dançar. Entre velhos, jovens e crianças os passos saiam harmoniosamente. O teatro do casamento da noiva foi improvisado, mas parece que o texto estava na ponta da língua e retratava as relações compartilhadas no cotidiano dos relacionamentos amorosos.

A imagem dos santos, que antes eram comuns nas paredes e nos pequenos santuários, permaneceu em poucas casas. Porém, quando se pergunta sobre a religião, eles mostram insegurança em assumir uma ou outra, justificando que todas são de Deus ou mesmo que não são de nenhuma.

Pé da Serra

(...) Mas se engana direitinho.
Quem pensa que é muito igual
Em cada banda do rio
Cada um é cada qual

Tem cada qual seu sistema
De carpir, plantar e colher.
Os jeitos são diferentes
E não é fácil entender.

Nos estudos de Ricardo Ribeiro (2006), a comunidade Gigante é tomada como referência para analisar as práticas de apropriações tradicionais do Vale do Jequitinhonha. Seu trabalho descritivo apresenta a riqueza natural e a sabedoria de um povo que utiliza os recursos naturais de forma sustentável e sem grandes impactos ambientais. Porém, as várias comunidades que compõem o Vale do Jequitinhonha apresentam especificidades, e ao generalizá-las corremos o risco de deixar de conhecer uma imensa riqueza cultural capaz de distinguir uma comunidade da outra, mesmo que essas sejam separadas apenas por uma serra, como é o caso das comunidades Gigante e Pé da Serra.

A comunidade Pé da Serra formou-se em meio a duas serras, a Serra Quebra Cabeça e a Serra da Estiva, cujas casas são construídas bem ao pé das duas serras; por isso as pessoas dessas localidades são conhecidas pelas demais comunidades próximas como *povo do Pé da Serra.* A água é conduzida das nascentes nos orifícios de serra ou dos olhos d'água que brotam nas áreas de mata densa, perto da serra.

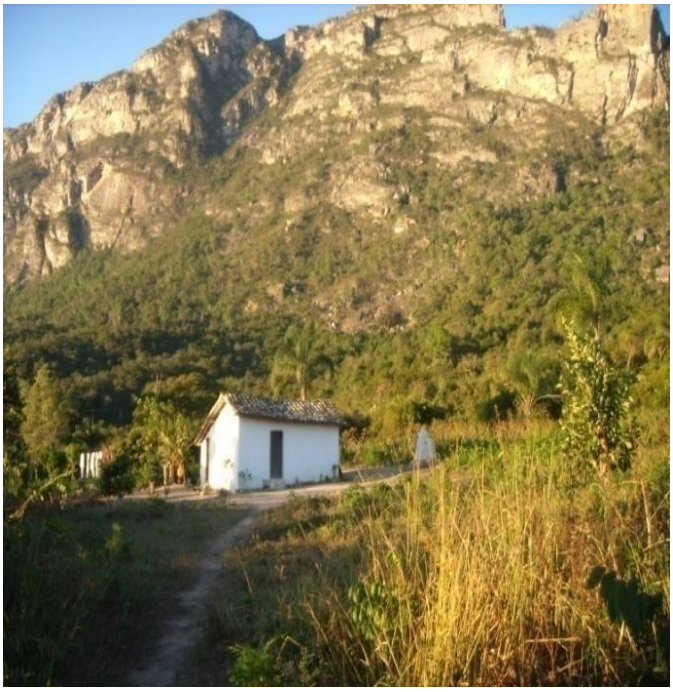

FIG. 12: Casa do José João; ao fundo a Serra Quebra Cabeça.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2010

.

Essa área abriga uma infinidade de nascentes de água; quase todas surgem nas pequenas aberturas em vários pontos das serras, de forma que essa proximidade com a água abundante foi primordial para a escolha do local para a construção das moradias.

> **Porque que o senhor construiu a casa aqui, tão perto da serra?**
>
> Quando eu casei, eu morei na casa da minha mãe um ano. Eu fiz a casa, depois que eu dei de casar; casei; não podia fazer a casa perto da minha mãe,minha tia já morava lá perto, lá na frente tinha outro vizinho, do outro ladodo córrego tinha outro. Não tinha como eu fazer a casa entremeio os quatro vizinhos. Ia ficar muito apertado. Aí eu pensei: como que eu faço? Aí né, tinha essa aguinha né, meu pai colocou ela *pela terra* pra eu poder fazer a casa, pra fazer os adobes pra construir a casa. Deu trabalho pra poder levar a água pela terra; foi levando a água aos poucos até que encostou água lá no terreiro, aí fez o adobe e construiu a casa. Aí depois ela não quis correr mais lá no terreiro; ela ficou muito pouquinha; aí cortou. Aí eu pensei: vou fazer acasa lá na *grota*, no recanto. Vou fazer lá naquele canto de serra; aí a água corre lá pertinho, aí ela não seca. Aí eu peguei e fiz, mas aqui é muito recantilado, muitas pessoas vêm aqui acha muito bonito o lugar, mas é muitorecantilado, como diz, só tem uma saída. (Joaquim – Pé da Serra, 2009).

Na percepção da esposa:

> Nós escolhemos aqui por causa da água, né? Porque pra outro canto a água era longe, porque antes não tinha mangueira. Eles compraram aí e escolheram aqui pra fazer porque a água vinha pela terra, fazendo rego no

> chão. E ainda achou um quintal melhor para plantar o café, né. Lá no quintal da mãe dele (sogra) também dava, mas ele não quis fazer lá. (Jacinta – Pé da Serra, 2009).

Em Pé da Serra são as grotas que entremeiam os córregos, o local privilegiado para moradia. Desde que sejam observadas algumas normas na percepção dos moradores, a localização da casa requer um espaço razoável entre um membro da comunidade e outro; isso principalmente por causa da formação do quintal. Não se mora apenas na casa, estrutura arquitetônica, mas num espaço que agrega vários outros espaços de ordem diversa, que possibilitam a reprodução material e simbólica. Além do espaço da casa, propriamente dito, é necessário espaço para o cultivo de hortaliças, para o roçado, para formação do pomar, lugar para banho e também um lugar mais privado, reservado às necessidades fisiológicas, geralmente locais de vegetação pouco modificada e reservados já com o intuito de privacidade. O banho, que antes era feito diretamente nos pequenos córregos, atualmente nãoé muito comum, visto que o trânsito de pessoas é muito maior.

Embora a referência dessa localidade seja o córrego do Fonseca, a comunidade é subdividida internamente por mais três nomenclaturas relacionadas aos córregos locais: Córrego Moinho, Córrego João Gomes e Córrego Quilombo, de forma que a nomenclatura que os integra é Pé da Serra; denominação que expressa a diferenciação tanto para eles mesmos quanto para os *de fora*. Na análise de Seu Joaquim, pode-se compreender a questão do englobamento de grupos locais na denominação Pé de Serra:

> Aqui onde eu moro não chama Fonseca, a gente trata Fonseca porque aqui é perto do Fonseca e tal, mas aqui é, é, é, esse aqui que corre aqui no fundo de casa é córrego do moinho (Lá tem um moinho de moer barro para fazer telha); aquele córrego de lá é córrego João Gomes; aquele outro ali, ondetem uma fazenda na beira da estrada, chama Córrego Quilombo, e o lá do grupo que é o do Fonseca. Então o povo trata tudo Fonseca. Agora, vão supor, a gente chega em Itacambira, qualquer lugar, Caçaratiba ou Montes Claros para fazer um papel, um documento qualquer, eles perguntam: Onde você Mora? Aí a gente fala: Eu moro no Fonseca. (Joaquim Ferreira / Pé da Serra, 2009).

Começando pela própria nomenclatura, muitos outros elementos podem evidenciar uma distinção entre Gigante e Pé da Serra, embora exista uma relação intensa entre essas duas comunidades. As práticas produtivas se concentraram principalmente em conduzir as águas das várias nascentes através de regos até seus quintais, técnica conhecida como *água pela*

terra, no sistema de caída por gravidade. Esse manejo possibilita a plantação de hortas e pequenos roçados.

De onde vem sua água seu Vitalino?

> A minha água eu tiro de uma minação. Aí eu fiz uma barraginha de terra, aí a água subiu. Aí eu fiz um ralo de uma lata de óleo; aí eu furei com um prego, levei a mangueira e coloquei ela na lata, sabe? Pra evitar de vir cisco. Aí eu coloquei 100 metros, ela veio; aí eu fui colocando de 100 em 100; ela foi vindo foi vindo até chegou aqui. A lata fica lá no meio da barraginha. Prafazer a barraginha, primeiro eu ponho uma terrinha, depois eu ponho umas pedras. Aí, pra não dá vazamento, eu ponho umas folhas, aquelas folhassecas sabe? Eu vou encostando as folhas assim. (Vitalino/ Pé da Serra,2009).

A mesma pergunta feita a seu Joaquim:

> A água da bica escorre é pela terra. Antes era tudo pela terra. Foi na época que meu pai tirou ela, que ele fez aquela casa, ela cortava, aí e escambava lá mais ou menos naquelas árvores lá. Lá ele fez a curva com ela e passou perto daquela peroba lá. Aí ele fez os adobes e construiu a casa. Depois da casa pronta, que ele mudou lá pra casa, ela não quis mais escorrer. Ela vinha embebendo nos pés dessas pedras até não poder correr mais. Aí a minha mãe pegou água no córrego uns vinte anos. Ela ia lá e pegava água no pote. Tinha uns pote de barro. Ela carregava o pote na cabeça com uma rodia de pano e uma cabaça cheia de água nos braços. O pote na cabeça, solto, e a cabaça nos braços. Depois meu irmão, esse que ficou doente, que sofreu derrame, comprou em Turmalina as mangueiras; aí encanou ela. A mangueira passa aqui no alto. É a mesma que passa lá no terreiro do Denne (filho). A casa da minha mãe ficou só, né? A água ficou desocupada, aí meu menino levou lá pra casa dele. Agora a da bica tá pouquinha, nessa época de tempo seco. (Joaquim Ferreira / Pé da Serra, 2009).

A água oriunda de uma nascente só pode ser usada por membros da mesma família, ou seja, cada grupo familiar tem sua própria nascente. A água é disponibilizada para uso em outra casa só se houver laços de parentesco de primeiro grau: irmão, pai, filho.

A diversidade dos ambientes também possibilitou o desenvolvimento de várias atividades com vários tipos de barro. A comunidade Pé da Serra foi referência durante muito tempo em atividades diversas ligadas à qualidade e variedade do barro local, tais como na fabricação de telhas e panelas de Barro. Dona Nega do Gigante faz uma referência à atividade de *paneleira* na fala a seguir:

> Quando nós casamos, cozinhamos foi em panela de barro; nós não tínhamos vasilha; nós não tínhamos nada. Papai morava sozinho, tinha uma mulher

> que tratava das panelas de barro; ele contratou as panelas, eu fui lá e busquei. [...] ele deu mais três pra papai. Tinha uma de fazer garapa, uma de cozinhar feijão, outra dele cozinhar arroz. Quem fez foi a Maria Fogueteira, Lá do Pé da Serra. A Luzia do Joaquim Teotônio também faz, ela é filha da Maria Fogueteira. (Dona Nega /Gigante, 2009).

Na fala anterior, além da atividade de *paneleira*, que trata as panelas, ofício que passou de mãe para filha, também é possível apreender sobre os hábitos alimentares dessa época, que tinham como base o arroz, o feijão e a garapa; esta última consistia na garapa que era transformada em melado e utilizado para adoçar o café. Outra questão também implícita na fala é que, apesar de ser a mulher que fazia as panelas, era seu marido quem negociava.

Essa comunidade utilizou durante muito tempo a água transportada exclusivamente por regos, *água pela terra.* A água chegava geralmente até o quintal, um pouco abaixo e aos fundos da cozinha, para proporcionar espaço com maior privacidade, já que lá, além de fazerem todas as atividades domésticas, também tomavam banho. Atualmente, com a difusão das mangueiras, as casas estão sendo construídas mais próximas às estradas, e a água pode serlevada através de mangueiras até a pia da cozinha e aos cômodos de tomar banho, que já existe em quase todas as casas.

A relação com a mineração também é recorrente na comunidade Pé da Serra. Atualmente muitos jovens trabalham na lavra em Pedregulho, porém a própria historicidade da comunidade remete a uma cultura de mineração artesanal. Alguns termos muito recorrentes nessa atividade são vistos na fala de seu Joaquim:

> Lá naquela serra, do Quebra Cabeça tem uma *forma*, deve ser de um diamante, ou então de ouro. No pezinho lá embaixo onde tá batendo o sol. Eu e meus irmãos estávamos *lavrando* lá na *peneira*, mas nunca nós pudemos pegar nem ouro, nem diamante. Mas tem a forma completinha. A *cata* juntou água, aí não deu pra descer lá na *piçarra* não. Deu pra juntar água e tinha umas pedras muito altas, a cata pequena. Nós cismamos de continuar trabalhando com a cata, mas não tinha como tirar a água pra continuar trabalhando. Aí nós esmorecemos e deixou. Mas não fomos na *piçarra*, não. O *cabedal* fica embaixo, a *piçarra* fica no final. Se for *lajedo*, talvez é lajedo! A serra junta, aí o cascalho fica por cima acumulado com os diamantes, por cima da *piçarra.* Aí agente vai trabalhando, às vezes vai até perto da *piçarra* e esmorece e deixa. (Joaquim Ferreira / Pé da Serra, 2009).

Embora essa atividade seja recorrente, ela nunca constituiu em atividade principal.

Na comunidade Pé da Serra, a grande maioria da população é católica, e as praticas religiosas como missas e levantamento de mastros são apoiadas pela comunidade Curral, do município de Bocaiuva, que se desloca para a comunidade Pé da Serra na época da festa mais

importante: a bandeira do Divino Espírito Santo, quando participam na organização e algumas vezes até como festeiros. Pequenos leilões são feitos para concluir a construção da primeira igreja da comunidade, obra que foi parcialmente concluída em 2012. Quando não existia o prédio da Igreja, os vizinhos ofereciam suas casas de forma alternada para os cultos que acontecem todos os domingos. A Folia de Reis e a Bandeira do Divino Espírito Santo, além das Fogueiras Juninas, são manifestações que fazem parte da formação da cultura local, além de se constituírem como referências temporais, assim como os ciclos agrícolas. Os cultos seguem os padrões da missa convencional, visto que os folhetos que orientam são os mesmos utilizados em Itacambira e Botumirim.

Também pude observar manifestações da cultura africana, mandingas ou simpatias colocadas no telhado da cozinha. Algumas nomenclaturas, como por exemplo: Córrego Quilombo, nome de um dos principais rios da comunidade Pé da Serra, também remete à possível existência de comunidades quilombolas na região, reforçada pelo fato de tal rio ser oriundo de uma comunidade próxima, de nome Carioca, onde boa parte da população é negra, além é claro da própria casa construída de pau a pique.

FIG. 13: Joaquim acompanhando oração no rádio à pilha.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2009.

FIG. 14: altar para receber o terno de folia.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2009

Até aqui descrevi as especificidades de cada comunidade que compõe o estudo no Vale do Jequitinhonha. Evidenciei principalmente os processos historiográficos e a relação com a água. Busco agora evidenciar as categorias *êmicas* e as percepções locais que subsidiam a identidade e a territorialidade referenciada pelos usos e manejos das águas, além de evidenciar os conflitos inerentes às questões fundiárias e sobre as restrições do uso dos recursos naturais, principalmente o uso direto das nascentes de água.

3.4 Posses tradicionais e questões fundiárias

Quanto à questão fundiária, a comunidade Gigante é uma das poucas da região, onde a disponibilidade de terras ainda não é um problema que inviabiliza a reprodução material. Os diversos ambientes situados entre as diversas serras contribuem para diversificação de biodiversidade, que favorece a reprodução material, sendo possível utilizar de forma coletiva várias áreas. As áreas de vargens e algumas áreas de mata são utilizadas dessa forma nos períodos de seca para a criação de gado na solta, porém, recentemente, uma empresa instalou-se na região e cercou a principal área de *solta* que correspondia a centenas de hectares entre a comunidade Gigante e o rio Jequitinhonha. Desse processo resultaram conflitos entre os moradores que utilizavam esse espaço para a solta e os novos proprietários.

As moradias nos pequenos sítios são identificadas pela formação dos quintais por árvores frutíferas e pequenos roçados. Nos quintais úmidos a água escorre rotineiramente pelas diversas mangueiras ou regos. A caça e a pesca ainda são as principais fontes deproteína animal, aliadas às pequenas criações do quintal como aves e porcos. O gado é o principal elemento de reserva de valor, e todas as famílias possuem no mínimo cinco cabeças, mas não ultrapassam 20 unidades. Observei que o gado é valorizado de forma distinta pelas mulheres; quando as vacas dão crias, preferem que os bezerros sejam fêmeas, ao contrário doshomens, que preferem os machos. Ao questionar a motivação, dona Dina explica:

> Ué Leila, pois você não sabe? Quando o bezerro nasce se ele for macho o Adão vai vender. Se for fêmea vai ficar aí para dar outra cria e nós tirarmos leite. Não é melhor? A gente faz queijo, faz requeijão e ainda toma com café. O leite faz fartura. Se nascer macho é do adão e se for fêmea é minha, pois sou eu que tiro o leite. (Dina/ Gigante, 2010)

Num esforço estrutural posso compreender a partir dessa percepção de dona Dina que o homem está para a unidade de produção assim como a mulher está para a unidade de consumo (HERÉDIA, 1979). Assim, a preocupação do homem é na reserva de valor monetário que o gado possibilita, ao passo que a mulher prioriza a transformação do leite em alimento. Portanto, em Gigante, o homem cria o gado, mas é a mulher que ordenha.

Fiz essa digressão para que o leitor compreenda que a possibilidade de criar gado nas soltas também alimenta essas percepções, ao passo que no cotidiano as soltas são o lugar de liberdade dos bois e também dos homens, pois ficam nas soltas *campeando* o gado várias horas por dia. Nessas ocasiões, o homem se insere em um mundo só dele; é lá onde ele se encontra e encontra novidades para trazer para sua família. Assim, ele se percebe como

provedor, que a qualquer momento chega com uma fruta até então desconhecida, uma erva para remédio, a notícia de novo bezerro ou bezerra (para alegria da mulher), o olho de um buruti para fazer corda, ou mesmo uma flor para esposa. É assim que o território é construídoe é com as cercas que eles são desrespeitados. Voltemos às questões das posses.

Não existe disparidade econômica significativa entre os moradores. Em Gigante, das dezoito famílias, apenas uma possui grande extensão de terras. Os demais possuem propriedades equivalentes a doze alqueires ou com poucas variações. Em Pé da Serra, cada família possui um *direito* que varia entre seis e oito alqueires.

Na minha primeira visita, o assunto principal era relacionado a uma pesquisa que alguns técnicos faziam na região. A palavra *pesquisa*, para os moradores locais está quase sempre relacionada a liberação para exploração mineral, o que, de certa forma, tem um pouco de relação com a tal pesquisa que tais homens diziam fazer. Volta e meia uma caminhonete parava nos colchetes e cancelas da comunidade. Nessas ocasiões, as crianças corriam para a cancela e voltavam com as mãos cheias de balas. O que as pessoas da comunidade sabiam sobre essa pesquisa foi passada para eles de forma superficial pelos então pesquisadores, mas foi suficiente para eles saberem exatamente a localização do que procuravam:

> **O que será que esse pessoal tanto procura aí para baixo, Toninho?**
>
> Eles falam só que estão procurando uma pedra. Eu não sei não, mas eu acho que é minério de ferro, igual ao dessa pedra que eu achei no rio lá embaixo. Olha pra você ver: ela solta um pozinho de ferro. Bem que eu sei onde têm elas, mas ninguém me perguntou! (Toninho / Gigante, 2008).

A região do Vale Jequitinhonha, conforme discutido por Moura (1988), vem sendo alvo ainda na contemporaneidade da ação de grandes proprietários ou mesmo de indivíduos poderosos que dispõem de cacife político para conduzir negociações duvidosas com posseiros e sitiantes que se vêem seduzidos pela oferta de dinheiro, sem saber das verdadeiras intenções desses compradores:

> E os falsos fazendeiros, por interesse próprio ou como prepostos de empresas de multinacionais, invadem áreas habitadas por posseiros. A empresa florestal usa expedientes que vão desde a persuasão de que o posseiro não tem qualquer direito (documento cartorial) de permanecer ali, até a coação através de novas regras para as relações de trabalho e uso da terra. A aceitação destas pode excluir a expulsão imediata; quando às novas regras, determinam a utilização do trabalho do posseiro para o desbaste do terreno no cimo da chapada, pelo período de tempo necessário para o plantio de eucalipto. (MOURA, 1988, p. 7).

Embora essa passagem do texto da autora seja antiga, se torna atual no processo atual da comunidade Gigante; entre os anos de 2008 e 2009, um dos moradores entrou em acordo com os irmãos e vendeu a então Fazenda do Gigante, que era herança de seus pais, para um senhor que se dizia empresário no ramo de eucalipto no estado de Goiás e que pretendia expandir os negócios nessa região.

Quase dois anos depois, a intenção de plantar eucalipto já foi substituída por vária outras, entre mineração e pequenos projetos de irrigação. A desconfiança de alguns moradores com relação às reais intenções dos novos proprietários é conciliada com favores prestados pelos novos vizinhos, que demandam de trabalhadores no processo de formação e manutençãoda fazenda sede da empresa. Em alguns casos, o emprego é formalizado com registro em carteira, condição que ameniza a recorrência de conflito direto com as famílias que possuem vínculo empregatício. Ocorre ainda o apadrinhamento de filhos dos empregados pelo supervisor das atividades da empresa no local; este me relatou que está ajudando aquela comunidade na medida em que oferece emprego para seus membros. Essa concepção de ajuda mútua também é compartilhada pelos moradores, que não têm ideia dos impactos ambientaise sociais dos empreendimentos cogitados para a região: minério de ferro e plantação de eucalipto, ambos incidindo respectivamente na contaminação e diminuição do bem mais valioso para esses grupos: a água.

Um morador desconversa quando eu pergunto sobre o negócio feito por ele na venda da propriedade, falando outras coisas que eu também considerei muito significativas:

> **Essa fazenda do Gigante, que foi vendida agora, era da sua família?**
>
> Era, aí eu e meus irmão vendemos. Sabe Leila, esse povo aí com essamexida na papelada achou o outro nome dela: Fazenda Paris. Sabe o que significa Paris, Leila? Paris era uma armadilha de pegar o peixe, fazia feito um balaio e colocava na água pra pegar o peixe. Esse paris colocava onde que a água tinha corrida, tinha queda. Eles colocaram o nome dela Fazenda do Gigante porque foi uma retificação de área, quando foi agora que eles foram lá em Grão Mogol e encontraram o nome certo dela.
>
> **Mais foram os proprietários antes da família do senhor que deram esse nome?**
>
> Não, foi na época da divisão.
>
> **Que época da divisão?**

> Foi quando vieram os primeiros agrimensores de terra: As terras aqui eram todas em comum, você morava, outro morava, não tinha pedaço de terra que fosse dividido. (Tone Chaves/ Gigante, 2008)

As falas sugerem a condição de posseiros que utilizavam as terras em comum e que, a partir de determinada época, nesse caso 1937, o Estado passou a oficializar a posse em função da arrecadação tributária. Outra questão que fica clara é que os novos donos fazem questão de levantar todo o histórico das terras para assegurar a regularidade da posse, bem como para buscar informações sobre terras que não possuem documentação, de modo a serem inseridas em sua propriedade.

Recentemente, com a difusão da valorização do cristal de agulhas ou cristal barrado, alguns moradores do Gigante se associaram para explorar uma *cata* nas terras de proprietário de outra área, que é utilizada como solta, que logo proibiu a atividade. É o que seu João explica na fala a seguir:

> **E a lavra João? Você está mexendo lá ainda?**
>
> Lá na vereda (Vereda Grande), nós não tiramos mais não. Chegou esse povo lá, né! Mandou a gente parar, nós paramos. Bem que de lá eu vendi 21 mil; era uma sociedade de quatro pessoas aqui do Gigante, nós dividimos igualzinho. (João da Joana /Gigante, 2010).

Nesse sentido, fica implícito que antes de comprar, os tais pesquisadores já haviam identificado algum elemento de valor naquela localidade. Talvez não seja exatamente a exploração de cristais, mas os interesses pela região, considerando o grande investimento que tem sido feito, são indicadores de um grande projeto, visto que outros moradores já receberam ofertas por suas terras.

Existe uma relação de cordialidade entre os novos vizinhos e a comunidade, porém não existe confiança irrestrita, principalmente pelos indícios do não cumprimento da utilização do local, como estava previsto: para plantação de eucalipto. A maior resistência estánas famílias que dependiam das soltas para a criação de gado. Logo que a empresa se instalou,as terras foram cercadas e um cadeado com uma corrente colocado na cancela, impedindo o trânsito livre das pessoas pela estrada vicinal, que foi reaberta pelos novos proprietários até uma chapada que margeia com o rio Jequitinhonha.

Pelo menos um grande proprietário de terra eu pude identificar, cuja fama pela grilagem de terras se estende pela região. Um fazendeiro da região de Itacambira, que nasceu na região, e dono de uma Fazenda nas imediações de Canta Galo, se refere a ele dessa forma,

quando eu toco no assunto: “Esses Proença são os maiores invasores de terra dessa região. Eles chegam ver que não tem dono, põe uns gadinhos e fala pro povo que é deles. O povo é simples, né? Não questiona. Mas isso é muito comum nessa região.” (José Geraldo Cardoso) Esse suposto dono da grande maioria de terras entre as comunidades Gigante e Pé da Serra, inclusive se diz dono da Vargem da Estiva e Vargem da Vereda Grande, não cercou as terrase também nunca proibiu o uso coletivo das vargens. Apenas fez uma restrição à exploração docristal de agulhas em suas terras.

Em Pé da Serra, por sua vez, a restrição do território tradicional já está consolidada. Dezenove grupos domésticos habitam os pequenos sítios de seis a oito alqueires, sendo que algumas famílias se organizam para evitar a fragmentação da terra, estratégias semelhantes às que Moura (1978) descreveu tendo como referência a comunidade de São João da Cristina – Santa Fé – MG. Duas grandes Fazendas ocupam a maior parte das terras da região, principalmente a porção central entre as duas serras, sendo que nessas a única atividade desenvolvida é a criação de gado.

Conforme proposto anteriormente, após 1937, foi estabelecida em toda comarca de Grão Mongol, da qual essa comunidade faz parte, a divisão de terras e a formalização da propriedade. Esse se constitui no principal marco divisor entre o tempo das *terras soltas* e a atual conjuntura de propriedade. Na comunidade Pé da Serra, ao contrário da comunidade Gigante, a invisibilidade econômica se deu num período bem anterior, visto que a formalização da condição de posseiros pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, instituiu um limite em alqueires a que cada família tem direito. Uma média de 6 a 8 alqueires. A esses pedaços de terra os moradores locais dão o nome de *direito*. Cada *direito* corresponde ao limite que cada família dispõe para sua reprodução material, visto que, pela heterogeneidade de ambientes, algumas famílias dispõem de um ambiente único, propício a manejos específicos. Assim, áreas que historicamente eram destinadas à produção coletiva ficam sob domínio de um único grupo familiar. A condição de heterogeneidade nos ambientesauxilia a reciprocidade entre os membros da coletividade e viabiliza trocas dos produtos de cada área, mas também gera conflitos, visto que a formalização da divisão limitou a um único proprietário o uso de áreas com potencialidades produtivas especificas que eram comuns a todos.

Quem colocou aquelas plaquinhas lá perto da cancela, seu Joaquim?

> É o agrimensor; ele é de Sete Lagoas. Ele veio fazer medição, porque o pessoal teve que fazer cadastro das terras, né! Saiu medição pra meu menino aqui, pra comadre Maria ali. Pra João de Zé Evaristo e o Vitalino. Pra mim aqui eles não vieram não. Aonde começa a medição eles colocam o marco e coloca a chapinha por cima, depois vêm os documentos. Eles fazem tudo direitinho e os meninos assinam. Só que até hoje não veio documento pra ninguém não. (Joaquim Ferreira – Pé da Serra, 2009).

É evidente a preocupação do Estado em legitimar as posses e restringir o uso de cada grupo ao direito formalmente instituído, já que nessa comunidade a porção central entre as duas serras é área de fazenda de criação de gado, cujo proprietário é um político da região. Nessa configuração, as posses tradicionais ficaram restritas aos sopés de serra, local onde as restrições ambientais são mais recorrentes, como a retirada de madeira, caça, manejo da água das nascentes. A propriedade, quando é formalizada torna-se passível de ser comercializada, de modo que viabiliza uma movimentação do território ao bel prazer do capital. Segundo Moura,

> a posse, era pois, a forma histórica de ocupação da terra. Simultaneamente havia terra do comum, que tinha estatuto distinto, calcado na apropriação coletiva. Com esta denominação as câmaras protegiam terras de uso comum – pastagens, florestas de onde se retiravam a lenha, a madeira para feitura de móveis e vigas – bem como aguadas. Com a privatização da terra, esta torna-se passível de aquisição, pela mediação mercantil da compra e da venda. Na prática, a propriedade privada torna-se antitética da posse, institutoprovisório a ser transformado em propriedade (MOURA, 1988, p. 14).

Nesse processo, os agentes acostumados com a burocracia, são também os que manipulam a noção de direito costumeiro, e apropriam de noções de direito (costumeiro x formal), conforme considere favorável a sua conveniência.

3.5 A barragem de Irapé: cercamento e as ações conservacionistas

(...) Cobrir de água essas data
Que herdamos dos bisavô
Afogar e destruir casas
Feitas com tanto amor

(...) Se a água sobe barrada
Afogando nossas vidas
Água também desce dos olhos
Com a alma sendo ferida

A Usina Hidrelétrica Juscelino kubitschek – Usina de Irapé – foi construída no Rio Jequitinhonha. Assim como outras barragens, provocou profundas alterações no modo de vida das populações rurais atingidas. As comunidades Gigante e Pé da Serra, embora não façam parte dos números de pessoas impactadas de acordo com os relatórios da CEMIG, foram impactadas social e ambientalmente pelo empreendimento. Apesar de essas comunidades estarem localizadas a doze quilômetros do rio Jequitinhonha (por estrada cavaleira) e a mais de cem quilômetros das obras efetivas, duas comunidades ribeirinhas que estabeleciam relações diversas, principalmente com a comunidade Gigante, foram removidas e reassentadaslonge do ciclo social que contribuía para a reprodução material e simbólica dessa comunidade. Observei que no período posterior à remoção das comunidades Canabrava e Peixe Cru as relações religiosas, de casamento e o comércio de trocas resultaram em conflitos tanto no âmbito social quanto ambiental.

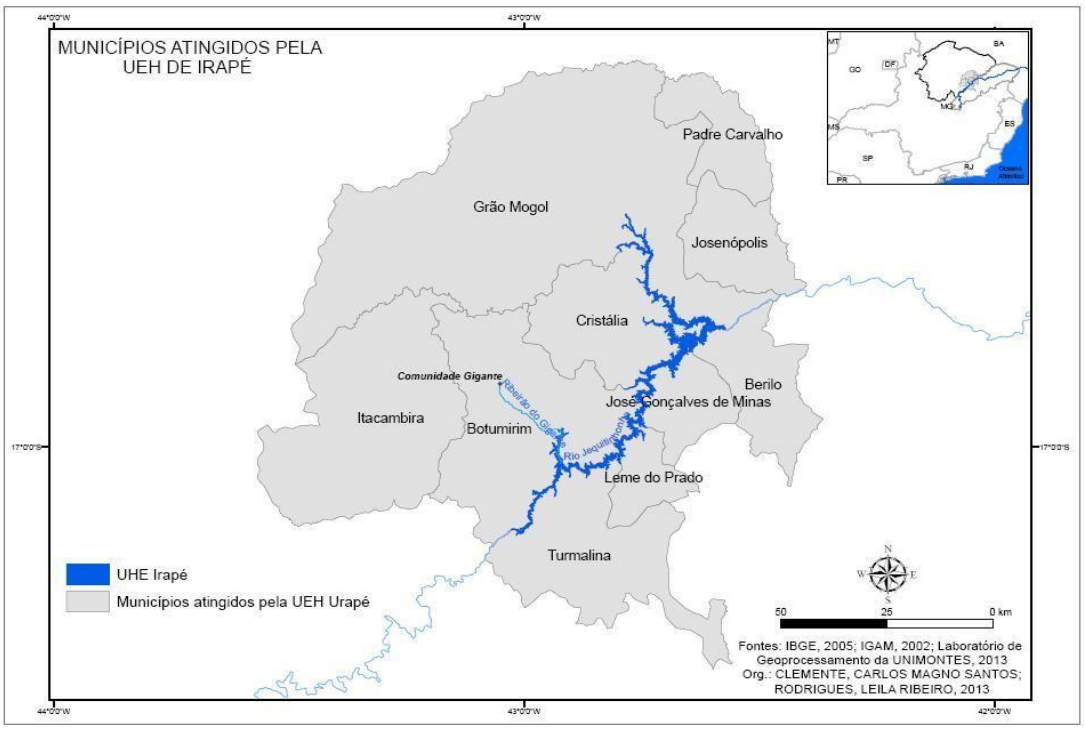

FIG. 15: Mapa dos Municípios atingidos pela UEH Irapé
FONTE: CLEMENTE, C. M.; RODRIGUES, L. R. 2013

Ricardo Ribeiro, que acompanhou o processo como pesquisador e como mobilizador das comunidades no processo de negociação com a CEMIG, relata a percepção dessas mudanças pelos moradores de Gigante num período anterior à ativação da Hidrelétrica:

> (...) Nos últimos quinze anos, os moradores da parte mais baixa do Ribeirão do Gigante, e de dezenas de outras comunidades às margens do Jequitinhonha estão ameaçados pela construção da usina hidrelétrica deIrapé, cuja barragem tem 200 metros de altura. As suas obras ainda não tinham sido iniciadas pela CEMIG, mas havia uma grande expectativa entre essas populações sobre os impactos sociais e ambientais desse empreendimento. Os entrevistados, residindo na parte mais alta dacomunidade, não teriam suas casas inundadas, mas também se envolviam no movimento das comunidades atingidas, participando da sua organização e das lutas visando garantir que as obras não prejudicassem suas vidas: "Eu acho que diretamente pela água, nós não somo atingido, não, mas eu acho que indiretamente, nós somo" (Adão – Jequitinhonha). (RIBEIRO, 2006, p. 26).

Nesse sentido, identifiquei que as famílias de Gigante tinham três opções de lugares para estabelecer relações diversas, inclusive de casamento: Canabrava, Peixe Cru e Pé da Serra. Dentre essas, duas comunidades: Peixe Cru e Canabrava foram removidas em funçãoda inundação provocada pelo espelho d'água da barragem de Irapé.

A comunidade Peixe Cru era referência para a comunidade Gigante, principalmente com relação ao trânsito através de estradas cavaleiras e pelos canais estreitos que permitiam a travessia para a outra margem do Jequitinhonha, através de pequenas embarcações. Essa opção diminuía quase pela metade a distância e o valor do transporte para outras localidades, como Turmalina, município referência para prestação de serviços como saúde e educação. Nesse trânsito, uma gama de relações era estabelecida; a comercialização, feita pelo sistemade trocas, garantia uma dinâmica social baseada na reciprocidade que, além de reproduzir sociabilidades, evitava a concentração da produção numa mesma área; plantava-se algumas culturas e outras eram trocadas. De acordo com Galizoni (2000), no Alto Jequitinhonha predomina a agricultura familiar realizada em terrenos fragmentados, baseados no sistema de derrubada – queima – pousio. Como essas comunidades estão alocadas nas margens do ribeirão e nos sopés de serra, a extensão de áreas dos roçados é inviabilizada pela legislação ambiental.

A comunidade Pé da Serra foi durante muito tempo referência para os casamentos com a comunidade Gigante; porém, o estreitamento do grau de parentesco inviabilizou os casamentos em virtude da possibilidades de relações incestuosas. A comunidade Canabrava passou então a ser a uma alternativa para os casamentos preferenciais, além de outras relações como a complementaridade de serviços, conforme narrativa abaixo:

> Antigamente a gente casava mais era lá no Fonseca, depois todo mundo ficou sendo parente (...). Os rapazes do Gigante buscaram um bocado de

> moça lá do Riacho. “Riacho, não mãe; Canabrava”, corrige Branco [filho]. Arnaldo buscou a Fátima; Zé de Justina buscou a Dora; Osmazinho buscou a Silva. (Nega /Gigante, 2009).
>
> A gente tinha muito entrosamento com esse povo. Fazia negócio com eles. Nessa época a coberta era feita de algodão, as tecedeiras eram de lá, minha mãe fiava direto e reto e teciam as cobertas era lá do outro lado do Rio Jequitinhonha. Minha mãe fiava a linha e levava pra tecer lá. (Adão Amaral /Gigante, 2009).

As mulheres que foram *buscadas em Canabrava*[39], e que atualmente são casadas com homens do Gigante, reclamam da dificuldade que têm para visitar seus pais, que foram reassentados em outros municípios. Canabrava era tradicionalmente conhecida como Riacho, de modo que os mais velhos ainda se referem a ela com essa nomenclatura. Durante uma de minhas visitas, falei com pessoas que viajavam de motocicleta de Diamantina até Gigante para visitar filhos. Outra vez, um automóvel Splinter da Prefeitura de Botumirim estava reunindo familiares para visitar os parentes removidos.

A movimentação de pessoas na região em virtude de estudos socioambientais na época anterior a implantação da hidrelétrica, despertou nessa comunidade certa euforia com relação ás promessas de melhoras nas condições de vida, principalmente quando a mesma foi cogitada para ser uma reserva ambiental que compensaria o impacto ambiental causado pelas obras da Hidrelétrica. Alguns moradores ficaram animados com as possibilidades de indenizações prometidas, outros, orientados pelo Centro de Assessoria dos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha - CAMPO, se posicionaram e aderiram ao movimento contra a implantação da reserva que, segundo eles, acabou sendo implantada no município de Grão Mongol. Abaixo as interpretações sobre essas realidades:

> Na época eles vieram aqui e olharam porque eles queriam deixar aqui pra reserva. Ai eles olharam e se fosse aprovado pra reserva eles iriam negociar com gente: compravam as terras, iam desapropriar todo mundo. (Tone Chaves)
>
> Essa reserva, eu mesmo fui um dos que foi contra, briguei muito por conta disso. A CEMIG queria colocar isso aqui tudo pra ser reserva. Se colocasse pra reserva ia acabar com a vida da gente aqui. Teve um dia, que teve uma reunião, porque eu fazia parte de um grupo ai que trabalhava orientando o povo a negociar com a CEMIG, nós estatavamos nessa reunião em Turmalina, eu tinha levado um abaixo assinado pra ser contra a reserva. Quando chegou lá o cara da CEMIG falou:

[39] Essa expressão é utilizada localmente para se referir às noivas que eram preferencialmente da comunidade de Canabrava.

> - Ah! Essa reserva lá pra vocês vai trazer muito benefício, vocês vão ser indenizados. Ai eu Falei:
> - Qual é a forma que nós vamos ser indenizados?
> - Vocês vão mudar de lá e tal. Aí eu falei:
> - Agente deixar o lugar que nós nascemos e criamos vai ter indenização que vai pagar?Toda vez que eu pergunto alguém da CEMIG qual é o beneficio que vai trazer? Eles engolem a língua e não fala. Só fala que vai indenizar!
> Desse dia pra cá acabou o papo de reserva. Essa reserva saiu lá pro município de Grão Mongol. Até hoje tem um povo lá dentro da reserva enrolado que não pode fazer nada e eles não fizeram nada por eles (Adão/ Gigante, 2009).

O maior questionamento dos moradores locais é que mesmo que não tenha sidoaprovada a reserva em Gigante, eles vivem como se fossem numa, já que os órgãos do governo como o Instituto Estadual de Florestas - IEF, o Instituto Mineiro de Gestão das águas- IGAM, O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA controlam a utilização dos recursos naturais e não aprovam muitas práticas ancestraisque possibilitam a reprodução material e simbólica dessa comunidade.

> **O senhor acha que eles ainda têm intenção de fazer uma reserva aqui ?**
>
> É eles aproveitaram lá [Grão Mongol] porque lá já era uma reserva, mas tinha posseiros que moravam lá. Agora Leila, aqui não foi constatada a reserva que era pra ser, se não a gente tinha que ter negociado com eles. Mas ultimamente ficou quase sendo reserva mesmo, porque o que acontece? Hoje não pode fazer nada nessa área: não pode caçar, não pode tirar madeira, acabou sedo reserva do mesmo jeito. (Tone Chaves/Gigante, 2008)
>
> **Como é que ficou aquele projeto de preservação IGAM das águas aqui na região?**
>
> Esse programa chama Bolsa Verde. Ele diz o seguinte: é a preservação das nascentes de água. Todo mundo tem que cadastrar as nascentes. Ouvi dizer que vai sair uma verba pras pessoas cercar as nascentes pra não estragar. Eu só cadastrei porque eles fizeram uma pressão de que quem não cadastrasse ia sofrer uma multa altíssima. (Tone Chaves/Gigante, 2008)
>
> **O senhor acha que o senhor estraga as nascentes de água?**
>
> Eu? Eu não! Eu preservo. Inclusive essas nascentes, todas aqui nunca secaram. Nós sempre mexemos ai pra cima e pra baixo e elas estão ai, nunca faltou água. (Tone Chaves/Gigante, 2008)

Depois da usina implantada, lá se foram os técnicos e ficou no ar um sentimento de isolamento, visto que, a passagem pelo rio não era mais possível devido ao alargamento do curso d´água pelo represamento. Duas das três comunidades citadas foram removidas e

reassentadas, Peixe Crú, no mesmo município de origem, Turmalina, porém numa região de chapada. A comunidade Canabrava foi reassentada em Diamantina, segundo relatos dos parentes que moram em Gigante, “Lugar de terra muito boa” não fosse a distancia e a saudade.

A principal estrada vicinal local, trazia o Gigante como última comunidade da trajetória. Os demais deslocamentos dava-se por estradas cavaleiras complementadas pela travessia no Jequitinhonha. Após a inundação, a sensação de isolamento contribuiu para que muitos conflitos se dessem no âmbito familiar e comunitário. Alguns jovens ficaram sem perspectivas de casamento, tendo como única alternativa deixar suas famílias e buscar relacionamentos em outros locais, relação totalmente desaprovada localmente.

A busca por novas saídas que permitissem outras opções de locomoção, não só para a comunidade, mas para o entorno, gerou muitos conflitos entre as pessoas da comunidade. Numa de minhas visitas, o prefeito de Botumirim estava no local com o propósito de decidir sobre o curso de uma nova estrada que desse à comunidade Gigante uma nova saída em direção à Botumirim. Essa também seria uma alternativa para as demais comunidades que poderiam passar no Gigante sem ter que ir diretamente ao Gigante.

> “A pessoa que vir para o Gigante tem que vir aqui mesmo! Porque não tem saída. Pra sair tem que voltar lá no Tone de Fia. Não tem Jeito!” (Sueli – Gigante, 2009).

O processo de escolha do local para estrada fez surgir entre os moradores certa hostilidade, já que alguns queriam que a estrada passasse próximo às suas casas. Situação que demonstra uma certa ansiedade por novas relações. Nos últimos meses de 2009, a nova estrada ficou pronta, dando acesso á comunidade Folha Larga e diminuindo em cerca de 40 quilômetros a distância com a sede do município. No dia da conclusão da estrada, os trabalhadores da obra, todos homens da comunidade Gigante, soltaram *foguetes* em comemoração. Assim o trânsito de pessoas novamente seria possível. Em 2010, uma jovem da comunidade Gigante, estabeleceu união conjugal com um jovem da comunidade Folha Larga.

3.6 Água, identidade e território

Nos primeiros momentos de vivência que estabeleci com as duas coletividades em Botumirm, me deparei com um elemento que evidenciou a minha condição de *outro* perante as comunidades: a água, água que escorre por todos os lados deixando o ambiente úmido, algo que para mim era inédito, visto que, eu cresci testemunhando campanhas para que se fizesse economia de água. Durante a noite, era difícil dormir devido ao som de uma torneira jorrando a noite inteira, e o barulho da água caindo dentro de um reservatório que estava sempre cheio bem próximo ao quarto que eu dormia.

FIG. 16 - Reservatório de água de dona Fia/Gigante, Maio 2010
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2010

Esse incômodo inicial foi positivo para minha pesquisa, pois me deparei com outras percepções de apropriação da água, cuja as formas preservação e conservação, não estão condicionadas ao estoque, ao *aprisionamento da água* como sinônimo de acesso. Nesse sentido, a apropriação da água de forma livre, não só livre no sentido de não haver controle na apropriação, mas livre no sentido de liberdade da água, ou seja, na condição de vê-la livre correndo pelos quintais, umidificando o ambiente ao passo adentra as raízes das arvores frutíferas que circunda a casa de morada, é um dos elementos mais expressivos que contribuíram para a formação cultural dos grupos pesquisados.

Esses grupos convivem com a diversidade dos ambientes criados pela dinâmica das, águas, produzindo conforme a potencialidade de cada espaço, numa relação de

interdependência e respeito mútuo. Para essas comunidades, prender a água torna a inadequada para o uso, já que não permite o processo de autodepuração garantido pela*liberdade da água*, ou o entendimento que a água solta possibilita a complementaridade do ciclo natural da mesma o que viabilizaria o retorno natural dela para o ambiente. A lógica da liberdade da água, evidencia a condição de diferença, Silva (2000), ou seja, uma afirmação identitária pela negação de uma lógica que entende que conservar é aprisionar, isolar ou mesmo impedir o uso. As falas de alguns moradores mostram as percepções desse ciclo, que orienta a lógica local.

> A água fica caindo assim, Nem! O tempo todo, mas ela acaba voltando pro mesmo rio. Ela vai embebendo pela terra abaixo sabe?Quando pensa que não ela cai no rio de novo. (Vitalino / Pé da Serra, 2009)

> Quando eu vou pra Itacambira, na casa que eu fico lá, é um nojo pra não desperdiçar água. Ficam chamando atenção da gente! Aqui não tem esse problema. É água a vontade!(Jacinta/ do Pé da Serra, 2009)

A relação com a água abundante, que brota de todos os lados através da infinidade de nascentes, contribuiu para que práticas ancestrais orientadas por crenças relacionadas à apropriação da água influenciassem a formação identitária dessas comunidades. Assim, mitos são criados em função da representatividade desse elemento, como demonstra a fala de uma moradora da comunidade Curral, ao se referir às crenças relativas à apropriação das águas pelas pessoas das comunidades:

> Um dia que Clenilda dormiu aqui, ela dormia com um copo de água debaixo da cama. Ela falava que era pecado dormir com sede. Falava que se a gente dormir com sede a alma sai para beber água, e se ela não voltar, a gente morre. (Lindaura/Curral, falando sobre Clenilda do Gigante, 2010)

Nessa perspectiva, não existe pecado maior que dormir com sede em um lugar rodeado de água. E, para o maior pecado, o maior castigo, a morte.

As águas são percebidas e classificadas hierarquicamente, conforme sua textura e gosto que geralmente são apurados por sua origem e vazão. As águas das nascentes são as mais nobres e também as de menor vazão. Galizoni e outros (2010), ao pesquisarem a relação com a água em comunidade rurais do alto Jequitinhonha, classificaram essas águas como águas pequenas. Na percepção dos grupos, Gigante e Pé da Serra, na classificação as águasdas nascentes são sucedidas pelas águas dos córregos, dos ribeirões e dos rios respectivamente, como demonstra o esquema abaixo com relação à origem da água.

FIG.16: Esquema: Percepção hierárquica das águas em Gigante e Pé da Serra.

A qualidade da água é relacionada à forma como ela surge e se encontra alocada no ambiente, de modo que os usos e manejos são organizados a partir dessa percepção e cada água subsidia uma apropriação especifica.

As águas das nascentes, por serem as mais nobres, são destinadas ao consumo direto; são minuciosamente conhecidas e classificadas. No estudo de Galizoni e outros (2010), identificou-se que

> A forma como a água surge, de acordo com as famílias de agricultores, é importante para conhecer a qualidade das nascentes. A água pode irromper num jorro que se abre na superfície da terra, com força, fervendo, borbulhando, levantando areia junto formando os brotos: é uma água mais global, define o senhor Isaías do município de Turmalina. (GALIZONI *et al.*, 2010, p. 133).

A autora, conforme informada pelos camponeses de Turmalina, faz a seguinte classificação das nascentes, que correspondem também com as classificações de Gigante e Pé da Serra:

Quadro 2- Classificação das nascentes	
Nascentes de brejo	-Localizadas no assentado das chapadas e abastecem as nascentes das grotas. -São consideradas nascentes mais fracas por estarem submersas e vulneráveis as praticas predatórias e ao assoreamento.
Nascentes de serra	-Localizadas nas encostas das chapadas são consideradas águas mais fortes devido sua capacidade de manutenção por vários períodos. -São consideradas nascentes melhores, mais puras e seguras.
Nascentes de capão	- São finas, frescas e fortes o que sintetiza o ideal de uma água. -É a mais nobre entre todas e localiza - se nas áreas de capão cuja vegetação é densa.

FONTE: GALIZONI *et al.* 2010.

As águas são consideradas fortes quando resistem aos períodos críticos de estiagem. Em Pé da Serra as famílias estrategicamente construíram suas casas em locais que possuem esses dois tipos de águas fortes. As encontradas nos orifícios das serras são mais fáceis de ser transportadas por mangueiras e a dos capões pela terra.

A água da nascente é conduzida até as moradias para serem utilizadas dentro de casa, nas atividades domésticas. Assim, no âmbito da moradia (casa, quintal), elas sãocategorizadas como *água de dentro* e *água de fora*;a primeira destinada ao uso dentro da casa (beber, cozinhar, lavar vasilha, banho) e a outra destinada ao uso no quintal (molhar as plantas, alimentar os animais, etc.). *A água de dentro* é conduzida dos orifícios das serras pelatécnica de caída por gravidade até a pia da cozinha e o reservatório do banheiro. A *água de fora* é uma extensão da água de dentro; tem origem na mesma mangueira, porém pode ser estrategicamente colocada em vários espaços próximos, basta desconectar as várias partes da mangueira. *A água de fora* é também uma água móvel, deslocada para vários espaços, tais como: poleiro, chiqueiro, hortas, plantas, etc. Quando não está sendo utilizada em alguma atividade, ela está desocupada, e jorra de forma amena quando levemente elevada por uma peça de madeira que pode ser um pilão velho amarrado por um arame (figura 17). Quando retirada desse suporte, sua vazão aumenta.

FIG. 17: Água de fora na casa da Jacinta, em Pé da Serra.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2009

O espaço destinado á *água de fora* é geralmente utilizado para lavar as panelas encarvoadas pelo fogão à lenha ou engorduradas. É também utilizada para pequenas atividades de higiene, como escovar os dentes, lavar as mãos e o rosto.

Em Pé da Serra, onde os córregos e ribeirões estão mais distantes, acrescenta-se uma terceira água no âmbito do quintal: a *água da bica*, que constitui uma água de maior vazão, conduzida *pela terra*, através de regos. Sua localização é mais afastada, nos fundos do quintal; geralmente são utilizadas para o banho das pessoas da família, quando não há hospedes; para lavar roupa ou outro objeto maio, ou que precise de grande vazão de água (limpar a barrigada do porco, o couro do boi, lavar a peneira, etc.), funções que correspondem ao ribeirão em Gigante. Em algumas casas a água da nascente ainda é transportada diretamente *pela terra*[40]. Atualmente, as mangueiras substituíram os regos, mas a técnica de caída por gravidade é a mesma.

[40] Técnica que conduz a água da nascente até o quintal, através de um rego.

FIG. 18: Nascente da *água de fora* numa mata próxima à serra.
FONTE: Acervo da autora, 2010.

FIG. 19: Nascente da *água de* dentro, orifício de serra.
FONTE: Acervo da autora, 2010.

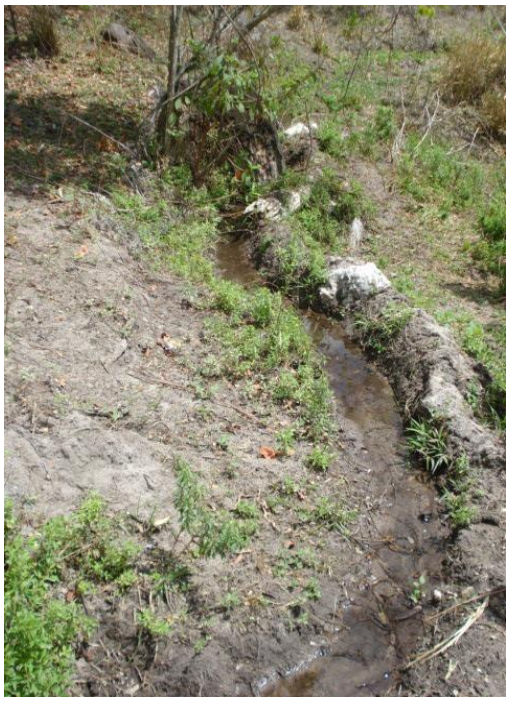

FIG.20: Água pela terra, casa da Jacinta em Pé da Serra.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2011

FIG. 21: Água da Bica na casa da Jacinta em Pé da Serra.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2011

As imagens acima (figuras 18, 20 e 21) correspondem à mesma água, porém a figura 18constitui a nascente; a figura 20 é a técnica utilizada no transporte da água e a figura 21é o lugar da água, onde é comum colocar uma manilha para receber a água no lugar de uso. A vazão da água varia conforme a época do ano e a origem da nascente. As imagens anteriores correspondem ao período de outubro; são nascentes onde a água brota da terra, mas bem perto

da serra, numa área de mata. A imagem abaixo, (Figura22) corresponde a vários brotos d'água, que também brotam do chão numa área de mata densa e distante da serra.

FIG. 19: Água da bica na casa de Dona Fia em Gigante.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2011

Como a quantidade de nascentes permite, cada família possui sua própria nascente, de modo que o uso fica restrito ao grupo familiar, podendo ser estendida a parentes de primeiro grau. "Minha água vem lá de cima, ela passa lá na minha irmã e de lá ela vem pra cá." (João do Zé Evaristo – Pé da Serra, 2009). Essa é uma regra preferencial, mas não se sobrepõe à necessidade coletiva. Quando uma família não possui nascente com potencialidade para o manejo pela gravidade, os vizinhos próximos cedem sua água.

Em Pé da Serra, as nascentes foram as principais referências para a localização das moradias, como informa Joaquim Ferreira:

> Nós escolhemos aqui por causa da água, né? Porque pra outro canto a água era longe, porque antes não tinha mangueira. Eles compraram aí e escolheram aqui pra fazer porque a água vinha *pela terra*, fazendo rego no chão. (Joaquim Ferreira, / Pé da Serra, 2009).

> Quando eu casei, eu morei na casa da minha mãe um ano. Eu fiz a casa depois que eu dei de casar casei, não podia fazer a casa perto da minha mãe; minha tia já morava lá perto; lá na frente tinha outro vizinho; do outro lado do córrego tinha outro. Não tinha como eu fazer a casa entremeio os quatro

> vizinhos. Ia ficar muito apertado, aí eu pensei: Como que eu faço? Aí né, tinha essa aguinha, né; meu pai colocou ela pela terra pra eu poder fazer a casa, pra fazer os adobes pra construir a casa. Deu trabalho pra poder levar a água pela terra, foi levando a água aos poucos até que encostou água lá no terreiro; aí fez o adobe e construiu a casa. Aí depois ela não quis correr mais lá no terreiro; ela ficou muito pouquinha; aí cortou. Aí eu pensei: vou fazer acasa lá na grota, no recanto. Vou fazer lá naquele canto de serra, aí a água corre lá pertinho, aí ela não seca. Aí eu peguei e fiz, mas aqui é muito recantilado; muitas pessoas vêm aqui, acha muito bonito o lugar, mas émuito recantilado; como diz: só tem uma saída. (Joaquim/ Pé da Serra,2009).

A disponibilidade de água também orienta a localização da moradia em Gigante, porém o principal elemento de orientação é o ribeirão e os pequenos córregos. Esse grupo também maneja as nascentes, mas estas não são os elementos principais para a localização da casa e sim o Ribeirão e os córregos.

No âmbito da comunidade, embora alguns locais possuam nomenclaturas oficiais externas, essas não são legitimadas pela comunidade, de modo que a orientação interna se dá pela referência aos cursos d'água, como analisa o morador:

> Aqui onde eu moro não chama Fonseca, a gente trata Fonseca porque ... Aqui é perto do Fonseca e tal, mas aqui é, é, é, esse aqui que corre aqui no fundo de casa é córrego do moinho (lá tem um moinho de moer barro para fazer telha), aquele córrego de lá, é córrego João Gomes; aquele outro ali, onde tem uma fazenda na beira da estrada, chama Córrego Quilombo, e o lá do grupo que é o do Fonseca. Então o povo trata tudo Fonseca. Agora, vão supor, a gente chega em Itacambira, qualquer lugar, Caçaratiba ou Montes Claros para fazer um papel, um documento qualquer, eles perguntam: Onde você Mora? Aí a gente fala: Eu moro no Fonseca. (Joaquim Ferreira – Pé da Serra, 2009).

O nome oficial – Fonseca – conforme relata o morador, possui validade para questões burocráticas, onde os limites políticos são importantes. Porém, no âmbito das relações entre eles e com a circunvizinhança, vale a referência dos cursos d'água, que pode ser uma nascente, um córrego, um ribeirão. As serras também são citadas como pontos de localização, por isso a nomenclatura de uma das comunidades, Pé da Serra. Nos orifícios das serras estão as nascentes que abastecem as famílias e são identificadas por elas conforme o uso: *barraginha* do Vitalino, *barraginha* do Joaquim Ferreira, *barraginha* do Zé do Teotone, etc.

A manutenção das nascentes é um entendimento imbricado nas relações sociais. A criança é orientada desde muito pequena a respeitar o espaço da nascente e a informar a seus responsáveis caso observem algum sinal predatório nesses ambientes, seja ele praticado pelo

gado ou mesmo pelo homem. Nas minhas caminhadas, um dos meus companheiros, com pouco mais de nove anos, atravessou uma cerca para retirar lixo da nascente de um vizinho. Situação que pouco ocorre, visto que as áreas de nascentes são nas matas, de acesso difícil. Em alguns casos a trilha feita para a instalação da barraginha ou das mangueiras desaparece, sendo necessário carregar um facão para reabrir o caminho.

A concepção compartilhada para garantir a disponibilidade da água é a de que o ciclo da água não pode ser interrompido. Ou seja, não se pode prender a água, pois se assim fizer ela vai embora e não volta para as nascentes. Nesse sentido a água, mesmo quando conduzida pelas mangueiras, *água de fora*, quando não está sendo usada para encher a caixa que reserva água para a pia da cozinha e banheiro, corre solta pelo quintal a fora.

3.7 O manejo da água e as estratégias de produção

O manejo dos pequenos córregos para o sistema produtivo é uma atividade mais recorrente na Comunidade Pé da Serra. Conhecer o ciclo das águas é primordial para orientação sobre o tempo e o local do plantio. Na comunidade Gigante e Pé da Serra, em comparação ao Norte de Minas, o tempo de *planta* e de colheita são diferentes, como comparao morador:

> Feijão das águas é plantado junto com a roça de milho, de outubro até novembro, plantado nas terras mais altas. Tem a planta de feijão das secas, que já é plantado mais nas margens do ribeirão de fevereiro até abril. E vem o temporão, que é plantado na faixa de junho até princípio de agosto. Aqui não é bom pra feijão das águas; o problema daqui é que as terras são muito baixas e o feijão mela. O forte lá pra região suas lá, Juramento, é o feijão das águas, né? Aqui pra nós o forte ta sendo o feijão das secas. Agora com o recurso da irrigação o temporão também tem vez que dá certo. (Adão Soares–Gigante, 2010).

Algumas técnicas de manejo das águas das nascentes foram criadas para proporcionar condições de plantio durante todo o ano. Os roçados são feitos em terras baixas, entre os canais úmidos formados pelos fios de água que saem das inúmeras nascentes nas serras. A técnica do *entancamento* ou *barraginha* consiste no represamento com barro de um pequeno curso de água, geralmente oriundo de algum dos orifícios da serra ou capão de serra, que

forma pequenos córregos. Depois de escolher uma área de *terra de planta*[41], o agricultor prepara a terra e represa parcialmente a água naquele ponto. Depois de certo tempo, a água represada umidifica uma pequena porção de terra, que já foi previamente desmatada e queimada pelo sistema de coivara, onde será plantado feijão ou milho. Geralmente são áreas muito pequenas, o equivalente a uma circunferência que varia entre trinta e cem passos largos.Essa técnica só pode ser utilizada nas secas, já que nas águas, por ser área inundada, é destinada ao plantio do arroz. Em gigante, apenas uma família utiliza essa técnica atualmente, mas como a vazão do rio Gigante é maior, possibilita a irrigação por aspersão. A figura 20 mostra uma porção de terra sendo preparada para o plantio ao lado de outra quase em época de colheita; a figura 21 apresenta o córrego utilizado para o *entancamento* no mesmo lugar:

FIG. 20: Terra em preparação para plantio.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2008

FIG. 21: Córrego utilizado para o *entancamento*.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2011.

A mesma técnica também é utilizada para plantar hortas. Dona Maria Delfonso costuma cercar uma porção de terra formando um círculo rodeado por um rego que umidificaa parte central e dá origem a um canteiro. No interior do círculo são plantadas hortaliças que

[41] Área classificada como propícia ao plantio por membros da comunidade.

recebem um reforço de água jogada com uma cuia de manhã bem cedinho. Ela justifica que além da horta não ficar muito seca durante o dia, na hora de molhar, a água já está *no jeito*. Do lado exterior ao círculo são plantados milho, cana, cidras e plantas medicinais.

> Eu faço um rego de água pra ficar mais fácil molhar a horta. Porque até ir ao córrego é ruim; aí a gente pega com uma cuia assim e joga a água na horta, molha rapidinho, eu faço um rego em volta da horta toda, aí ela já fica meio molhada. (Maria Delfonso – Pé da Serra, 2009)

No caso da horta, o curso d'água apenas é desviado *pela terra* até o canteiro. O *entacamento*, ou o *barramento* da água é feito apenas por um curto período de tempo. Entre três e sete dias. Assim que "*A terra agradece*"[42] , ou seja, as plantas ficam verdinhas, o barramento é desfeito e inicia-se um novo processo de observação, que indicará quando deve ser feito outro barramento e em qual proporção, visto que existem barramentos distintos para cada fase da planta.

A água do córrego e do ribeirão também é classificada como *água de fora*, primeiro por estar exposta na superfície e, depois, por ser utilizada nas atividades fora da casa. Em Gigante as águas dos córregos e do ribeirão também podem ser utilizadas dentro de casa. Esta chega aos quintais por uma mangueira colocada diretamente no curso d'água, localizado sempre acima da residência, de modo que ela se movimente pela gravidade. Essa técnica é utilizada também para pequenas irrigações, afazeres domésticos e alimentação dos animais, motivo pelo qual os núcleos familiares se estabeleceram *rio abaixo*.

Embora os cursos d'água sejam um bem comum, alguns estão sob o domínio de uma ou mais famílias por estarem localizados na propriedade de determinada família. No quadro abaixo, listo todos os córregos desde a Vargem da Estiva até a foz, no Rio Jequitinhonha, as famílias e o respectivo domínio sobre cada córrego. Saliento que as famílias estabelecidas às margens do rio Gigante possuem o domínio da parte correspondente ao quintal de baixo, que constitui espaço da intimidade familiar, seguindo normas semelhantes ao domínio dos córregos.

[42] Expressão utilizada pelo Sr. José da Percila para identificar quando as plantas estão bonitas por causa da umidade da água.

Quadro 3 – Cursos d' água, domínios e normas de uso em Gigante		
Curso de Água	**Domínio familiar**	**Normas e formas uso**
Ribeirão Gigante	- Justina - João da Joana - Osmar - Toninho da Sueli - Adão Soares - Joaquim da Nega - José da Justina - José Adão - Luzia - Adão do Téco	Embora o ribeirão seja percebido como um bem coletivo, cada família possui o domínio do uso na parte correspondente à sua posse, especificamente onde se elege um poço para atividades domésticas como lavar vasilhas e roupas, para o banho diário e o lazer. Nessas áreas, a pesca e a coleta são feitas preferencialmente pelo respectivo grupo familiar. Quando não há banheiros nas casas, (informação que todos compartilham) o trânsito rio abaixo ou rio acima é controlado por condutas de usos em que em determinado horário não se transita no rio. Essas famílias possuem um sistema de irrigação oriundo de um pequeno barramento da água no rio Gigante, desde o ano 2009, o que possibilita a plantação de feijão e milho em épocas variadas do ano. Nem todas as famílias se dispõem a produzir a partir desse recurso devido ao alto custo da manutenção das mangueiras, registros e aspersões.
Córrego da Estiva	Tone Filipino	O córrego da Estiva, por ser próximo à vargem, também toma configuração de domínio coletivo; as pessoas costumam pescar o lambari e coletar os cocos, engatas e olhos dos buritis. A criação de gado é moralmente aceita na época das secas quando o pasto das posses já esgotou completamente. A família de domínio desenvolve atividades produtivas nas vargens, principalmente hortas.
Córrego do Pedro Santos	Tone de Fia e Neném	Essas duas famílias conduzem a água de uma nascente para uso doméstico através de mangueiras e por técnicas semelhantes às desenvolvidas em Pé da Serra. Retiram a água de um capão localizado acerca de 200m da moradia. A água do córrego é destinada aos animais e atividades de caça e pesca.
Córrego da Vereda Grande	Coletivo	Solta de Gado e para lazer e acampamento nas épocas de coleta de sempre-vivas; parentes, quando a passeio, costumam utilizar para o lazer
Córrego do Poço d' água	Cristina	Conduz a água da parte alta até o quintal através de mangueira.
Córrego do Barreiro	Coletivo	Retirada da tabatinga, o barro mais nobre utilizado na pintura das casas e na limpeza do fogão.
Córrego do Areão	Si e Alisson	Irrigação de pequenos roçados com aspersor, em que a água é conduzida pela gravidade.
Córrego do Gordura	Si e Alisson	Atividades domésticas e pequenas plantações diversificadas em áreas próximas às margens.
Rio Preto	Tião da Neném e Tião da Aninha	Pequenas plantações diversificadas em áreas próximas às margens.
Ribeirão da Onça	Coletivo	Pesca, área de solta.
Córrego do Laje	Coletivo	Pesca, área de solta.

FONTE: pesquisa da autora

Existe uma ética compartilhada nos usos desses espaços. Por exemplo, o banho no poço do Córrego do Poço d'água, onde o domínio é da família da Cristina, geralmente é feito

por outras famílias que, antes de adentrar para o poço, passam na casa da Cristina e falam: A gente veio dar uns pulos aí no córrego! (Jéferson/ Gigante, 2008)

Essa visita prévia funciona como um pedido de permissão e evita conflitos. Assim, esse momento se transforma numa visita que muitas vezes perdura o dia inteiro, de modo que o passeio a esses espaços também auxilia as relações de reciprocidade entre as famílias ou de conflito, se algumas convenções não forem respeitadas.

O nome dos córregos referencia a textura da água e ambiente como um todo: fauna, flora, vegetação, relevo, solo, etc. No córrego do Gordura, por exemplo, a água possui um aspecto mais liso; é uma água mais escorregadia, segundo os moradores.

As atividades produtivas em cada córrego são feitas conforme o domínio de cada família, podendo ser realizadas negociações internas para plantação de *meia.* A coleta, a caça e a pesca sem a intervenção de órgãos estatais contribuíram para que os territórios coletivos fossem ampliados e consolidados. Na definição de territorialidade (LITTLE, 2002), é possível compreender os processos vividos pelas populações de Gigante e Pé da Serra que, pelo conhecimento aprofundado do ambiente, desenvolveram manejos específicos para cada espaço, conforme a potencialidade de cada um.

A produção nos quintais, roçados e hortas é complementada com as atividades de coleta e caça. Geralmente são frutos do cerrado: buriti, pequi, mangaba, araçá, murici, etc. No passado, "quando as coisas eram mais difíceis"[43], muitas frutas nativas eram utilizadas para consumo próprio, como a mamona para a produção de óleo combustível para as lamparinas; o óleo do coco macaúba para a preparação de alimentos e para a produção de sabão; o coco do buriti para fazer doce e também para a criação de porcos e aves no quintal. Nessa época a receita monetária era quase que em sua totalidade oriunda das atividades de coleta, salvo quando um membro da família saía para prestar serviço fora, como descreve dona Nega de Gigante:

> Eu ficava era pras roças, todo canto pegando flor. Eu criei meus filhos todos debaixo das moitas, apanhando flor, apanhando pataca, apanhando engata, apanhando tudo enquanto é trem, pra vender, por causa de dinheiro. Eu ia para roça, mais ele (esposo) todo dia; chegava de tarde ajudava a mexer na cozinha; no outro dia cedo ia pra roça; voltava, ajudava a fazer almoço; nós almoçava, coava café, voltava com os meninos pra roça, debaixo das moitas lá. Eu criei nove filhos debaixo das moitas. Vinha em casa era mais pra dormir. (Nega – Gigante, 2008).
>
> **O que mais vocês pegavam para vender?**

[43] Joaquim Ferreira – Pé da Serra.

> Era sempre-viva, dourado, aqueles engate de coqueiro buriti; aqueles que davam aqueles caixão a gente cortava e trazia no lombo do animal. Aqueles cachinhos de coco catulé, pataca, uma fruta que é uma banda assim oh! Tudo que falava que dava dinheiro a gente pegava. Tinha vez que nós pegavamos trezentos quilos de sempre-vivas, e dourado. (Nega – Gigante, 2008).

Os utensílios utilizados no dia-a-dia também eram produzidos na própria região. O barro, a seda do coco buriti, a fibra de bambu, o couro, o algodão e até a casca de alguns tipos de abóboras d'água ou cabaças eram utilizados como matéria-prima para produção desses. Algumas pessoas se especializavam na produção de alguns utensílios como: a *paneleira*, que produzia panelas de barro e a *fiandeira*, que fiava o algodão e produzia tecido. Ainda havia pessoas que se dedicavam a outros ofícios como o fazedor de arreios e bruacas de couro; o fazedor de peneiras, balaios e cestos de bambu e os confeccionadores de esteiras e cordas de seda de buriti. Quando não havia uma dessas especializações no local, eles recorriam às comunidades próximas: as *tecedeiras* de coberta do Canabrava, as *paneleiras* do Pé da Serra, as *fazedeiras* de peneira do Folha Larga. Os produtos, introduzidos no circuito das relações sociais, eram trocados entre os moradores por coisas necessárias a um e a outro, na perspectiva do escambo. Isso possibilitava um nível menor de isolamento e viabilizava as relações de reciprocidade entre os moradores locais com outras comunidades. Os casamentos preferenciais são resultantes dessa relação.

A coleta de flores para comércio não é mais desenvolvida devido à falta de procura externa, assim o contato com as vargens é mais recorrente nas atividades de *campear* do gado nas épocas de secas e aleatoriamente quando as famílias vão à passeio. Ao acompanhar um desses passeios, as crianças se passavam por bugres e se deitavqm dentro das pequenas cavernas para me mostrar como seus antepassados dormiam.

Na atualidade, a receita monetária é complementada pelas frutas dos quintais, muito valorizadas pelos comerciantes que trazem produtos para vender e recebem as frutas como parte do pagamento. Em Gigante, Seu Adão informa que todas as suas laranjas já estão vendidas para o Eupídio, um comerciante de Montes Claros que mensalmente vai até a comunidade com o caminhão cheio de mercadoria para os moradores fazerem suas feiras. As laranjeiras, por estarem próximas ao rio, produzem a maior parte do ano.

3.8 Os cursos de água e o conhecimento do barro

O contato com os cursos d'água se expressa de forma mais concomitante no conhecimento e uso das argilas. Essas comunidades são portadoras de um conhecimento sobre

varias espécies de argilas da região, de modo que encontram tonalidades e aplicações distintas: barro de panela, barro de parede, barro do chão, barro de pintar a casa, etc.

Para o chão, o mais usado é o barro preto, misturado ao estrume de vaca fresco e dissolvido em água. A escolha desse processo é justificada por Sueli, pelo entendimento de que o estrume de vaca é anticéptico, permitindo evitar alguns insetos nocivos e amenizar a poeira. Essa propriedade do estrume do gado, conhecido localmente como *adubo*, também foi sinalizada na hora da ordenha, quando a ferida da vaca é tratada com o próprio estrume, assim que ela evacua. Dona Sueli, sem nenhum receio, pega o estrume com a mão e passa na ferida do animal, e explica que essa técnica evita que a ferida se torne uma bicheira.

FIG. 22: Dona Dina passando no chão barro preto, estrume de vaca fresco misturados com água.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2010.

A tabatinga é mais utilizada para a pintura das paredes e do fogão: por ser bem branquinha, semelhante à cal, não é tóxica nem solta com facilidade. Na gramática local, é um elemento que representa o asseio, a limpeza, a retidão. As mulheres se preocupam em deixar preparada a tabatinga para limpar seu fogão sempre que necessário, três, quatro, cinco vezes por dia se for preciso. Nessa perspectiva, Mary Douglas (1976) analisa a vida social a partir de níveis que limitam as ações sociais conforme crenças que normatizam o comportamento e estabelecem códigos morais. Sendo assim, para a mulher veredeira deixar seu fogão sujo seria o mesmo que infringir uma lei, transgredir uma regra que tornaria ela mesma imunda, não de sujeira física, mas de sujeira moral. Uma casa onde as paredes não são *tabatingadas* e o fogão não esteja sempre barreado (com tabatinga branca) pode ser considerada uma casa que foge aos padrões locais de higiene e de comportamento moral.

Fig. 23: Fogão da Fátima em Pé da Serra.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2008.

O conhecimento consistente do ambiente e dos cursos d'água possibilita a distinção dos vários tipos de barro, cuja utilização depende de propriedades especificas para cada atividade. No quadro abaixo, sistematizo alguns tipos de barro, a origem e o uso. Mas saliento que são apenas alguns exemplos, visto que não me aprofundei nessa questão e que os tipos de barro citados foram feitos espontaneamente no processo de pesquisa. Nesse sentido, entendo que há inúmeras classificações e utilizações do barro não citadas aqui que devem ser explorado em outras pesquisas.

Quadro 4 – Tipo de barro, lugar retirado, aplicação

Tipo de barro	Lugar retirado	Utilidade
Preto	Próximo a nascentes/ barrancas do rio	Barreamento do chão das casas
Tabatinga: branca/cinza	Barreiros próximos a nascentes de serra e barreiros dos pequenos córregos na área baixa	Limpeza do fogão e pintura das paredes da casa
Terra de formigueiro cores diversas	Formigueiros em locais variados	Barreamento da casa
Barro arenoso	Área alta próxima aos pequenos córregos e área baixa, quando área de serra	Fabricação artesanal de adobe
Barro colento	Barreiros dos pequenos córregos	Fabricação de telhas, panelas, botijas, potes, etc.
Barro dos cupinzeiros	Cupinzeiros	Barreamento da casa

Além do conhecimento do ambiente, o uso do barro requer um conhecimento mítico, de modo que embora exista um domínio coletivo do conhecimento dos espaços de onde é retirado cada tipo de barro, pouquíssimas pessoas conhecerem as técnicas de retirada e manuseio, de modo que existe todo um ritual para se tirar e manusear esse barro.

> Ah! minha filha, tudo tem a época certa. Tem o lugar certo. Tem vez que a panela fica boa, tem vez que não fica. Tem que saber onde tira o barro; ali mesmo perto o rio tem um barro bom pra panela, mas já tem muito tempo que eu não faço. Tem que fazer, não pode gritar, não pode chupar laranja quando tá fazendo, senão a panela racha. (Luzia – Pé da Serra, 2008).

A matéria-prima disponível influencia no desenvolvimento de algumas técnicas que são repassadas oralmente, ao ponto que, ao longo de algumas gerações, as famílias tinham como referência o ofício que desempenhavam. O conhecimento dos recursos naturais permitiaàs pessoas classificá-los, ordená-los para depois utilizá-los. Em *O Pensamento Selvagem* Lévi-Strauss (1999) destaca a importância do conhecimento tradicional e sua posição não inferior, mas paralela ao conhecimento científico, cada um com sua especificidade.

Atualmente, pela percepção da mudança nos recursos naturais, algumas estratégias são utilizadas para mudar a tonalidade desses barros. Em Pé da Serra, dona Jacinta, entendendo que pelo tempo seco e a mudança da alimentação do gado, antigamente capim gordura e hojeé capim braqueara, o estrume das vacas fica amarelado. Dessa forma, a cor do barro do chão não estava lhe agradando, de modo que Dona Jacinta resolveu misturar também um pouco de tinta verde, para ficar mais parecido com a mistura quando feita com estrume na época das águas, quando ele sai verdinho:

> A gente vai passando o barro dentro de casa, ele vai arrebitando, né? Aí a gente, de tempo em tempo, tem que raspar com enxada e jogar lá fora. Agora o chão tá verdinho desse jeito é porque eu pus tinta nele. Eu pus tinta porque agora os adubos estão muito amarelos porque o pasto está muito seco, sabe como é que é? Então eu pego e ponho tinta junto, põe o adubo. Não está verdinho? (Dona Jacinta – Pé da Serra).

FIG. 24: Chão da sala (Pé da Serra) barro com tinta xadrez.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2009.

A identidade e a territorialidade desses grupos articulam, na relação cotidiana das pessoas com os cursos d'água, estratégias diversas que historicamente possibilitaram a reprodução social. Assim, o domínio desse território é evidenciado nas relações sociais das pessoas e dessas com o ambiente. Nessa perspectiva, o *mundus* social desses grupos perpassa pela classificação das águas, que orientam as práticas e manejos que garantem uma organização nos sistemas produtivos, no estabelecimento das moradias, nos usos e manejos dobarro que, juntos, evidenciam o domínio coletivo do território.

3.9 Água e Políticas desenvolvimentistas

Como foi descrito, para o povo de Gigante e Pé da Serra, a água é um elemento significativo para constituição territorial e identitária dos grupos, já que a dinâmica das águas, em seus vários espaços, é classificada, hierarquizada e orienta várias práticas que contribuem para a reprodução física e simbólica do grupo. Como esses grupos, outros tantos se relacionam com os cursos d'água e com ambientes diversos impactados pelos projetos de desenvolvimento, em que prevalece a percepção instrumental dos agentes do governo. Para Laschefski e Zhouri (2010), "o deslocamento de significado deste bem natural, é uma das causas mais profundas dos inúmeros conflitos oriundos da implementação do modelo hegemônico de desenvolvimento." (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2010, p.188). Ao impactar o ambiente, os povos que ali residiam perdem seu território e veem o conhecimento que

construíram em centenas de anos ser subjugado nos projetos de reassentamento e em legislações ambientais. Algo semelhante ao que aconteceu com a comunidade ribeirinha PeixeCru, vizinha da comunidade Gigante, ao ser reassentada numa região de chapada, no município de Turmalina.

Enquanto as famílias reaprendem a lidar com o novo ambiente, se sujeitam à proletarização nos eucaliptais que as cercam. Assim, o processo produz desterritorializados que se transformam em mão-de-obra barata; assim, o governo vai reproduzindo a desigualdade através de um sistema perverso que retira desses grupos a autonomia para buscar ou definir os caminhos do seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, o que eles chamam de processo participativo já está previamente esquematizado com início meio e fim e até o que os grupos devem escolher, já chega a eles previamente determinado.

No processo de perda do domínio físico do respectivo território – porque ainda são portadores do domínio intelectual – convivem com a desestruturação das relações sociais, mesmo dentro do reassentamento, visto que os espaços potenciais de reciprocidade nãoexistem mais: igrejas, cemitérios, praças, matas, cachoeiras, córregos, poços, etc.

As políticas de reassentamento paralelo à instalação de hidrelétricas tentam ponderar através de um valor monetário os simbolismos dos espaços da vida cotidiana, agora submersos de água e de saudades. E se para os que foram, houve uma indenização, para os que ficaram só a solidão e a restrição, já que muitas atividades não têm mais sentido. Em Gigante e Pé da Serra é comum ouvir frases desse tipo: Para quê fazer panelas de barro, se os compradores foram embora? Se eu for pescar no Velho Peixe Crú, onde vou passar a noite proseando? Para os rapazes, as opções de casamento diminuíram, de modo que a sazonalidadeagora possui mais incentivo, visto que é também uma possibilidade de conseguir uma noiva.

As restrições, por sua vez, também possuem uma centralidade nos recursos hídricos. A intervenção estatal nas práticas locais de apropriação das águas, conduzidas pelo IGAM, tem sido o principal fator de conflito entre moradores locais e órgãos governamentais e de representação, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Isso devido às lógicas de apropriação dos recursos hídricos introduzidas, que condenam algumas práticas de utilização das águas, tais como o uso de mangueiras sem torneira e medidor. Outra ação do IGAM é referente ao cadastro das águas de cada propriedade, para aferir as práticas de apropriação com a finalidade de subsidiar um processo de cobrança pelo uso. Nesse processo, existem políticas públicas que visam a gestão da água, porém sob parâmetros externos, sempre evidenciando a questão da escassez, que pouco tem a ver com as práticas tradicionais, que historicamente preservaram as nascentes e cursos d’água.

Outro fator que contribui para que essas áreas estejam sob o olhar de intervenções do estado é o ambiental, mais do que o social, ao passo que as ações são sempre de cunho conservacionista, que apontam para os recursos naturais e subjugam a relação das pessoas com o ambiente.

Os grupos que conviveram com esse território, com as práticas cotidianas e potencializaram a biodiversidade se veem monitorados em função de compensar ambientalmente o estrago causado por grandes projetos desenvolvimentistas, como a hidrelétrica de Irapé. Quando entrou em atividade, em 2006, nenhuma das famílias de Gigante e Pé da Serra possuía energia elétrica em suas casas. Em 2008, quando iniciei minha pesquisa de graduação nesses locais, só as duas escolas e mais sete moradias haviam recebido o benefício. A cada ano o governo liberava recurso para sete ou oito moradias, de modo que só em 2012 todas as moradias tinham sido contempladas com o recurso. Seis anos após a instalação da hidrelétrica foi o tempo necessário para o Estado equipar aqueles grupos de um recurso que as práticas desenvolvimentistas usufruem há décadas.

E se isso não bastasse, o grupo de Pé da Serra vive há muito mais tempo exprimido nas franjas de serra, onde tudo é restrito pela legislação ambiental, enquanto as fazendas de criação de gado ocupam a parte central, sem nenhum controle do Estado. Nesse sentido, a desigualdade no processo distributivo está imbricada em todas as relações conflituosas, inclusive a relação com a água, visto que os gestores estatais da água sintetizam seu discurso no caráter instrumental, baseado na escassez e ignoram a disparidades nas formas de uso e acesso a esse bem.

Os gestores tradicionais, por sua vez, compreendem a água assim como compreendem a si mesmo, livres, leves e soltos: Livres pela percepção de que a água presa é passível de contaminação e escassez; leve, porque esta é a textura da água boa; e solta, porque água não se nega a ninguém [44].

[44] Nesse sentido, vide Porto-Gonçalves, 2008.

CAPÍTULO IV

"A ÁGUA ENCURTOU": ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE NEGRA BORÁ

FIG. 25. Romana retirando água da cacimbinha/Borá/Sumidouro,
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2012.

Era meu primeiro dia de trabalho de campo, após a reunião de 13 de agosto de 2011, na qual fui apresentada como pesquisadora que contribuiria com sua pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Social para o processo de estudo da Comunidade Negra Borá, que subsidiaria o reconhecimento da mesma como remanescente de quilombo. Uma condição de estudo, a meu ver, privilegiada, visto que as identidades em processo são para mim uma das formas mais expressivas do Desenvolvimento Social Local, pois nesse processo a percepção das coletividades são resignificadas, tomando uma dimensão política que articula tanto questões globais quanto locais. No âmbito global, mobilizam-se questões relacionadas aos direitos humanos, respeito à diversidade e sustentabilidade ambiental. Mas é no âmbito local, com inserção das pessoas, agora como sujeitos da mudança de condição social, econômica e política, a partir de reflexões sobre sua historicidade, a condição de seus antepassados, que o acesso aos direitos constitucionais são acionados.

Porém, esse contexto de pesquisa consideravelmente positivo, até então não ocultava minha preocupação com os riscos inerentes à fase inicial de contato que os grupos tinham com essa nova categoria, a quilombola, inserida a partir do diretor da escola municipal local,

um professor de História que percebeu através dos alunos que a comunidade Borá era constituída de pessoas negras.

Durante o percurso do segundo trabalho de campo, agora já com o objetivo de estabelecer um mínimo de conhecimentos dos quatro grupos que constituem este estudo, muitos questionamentos me afligiam, visto que o processo de mobilização da comunidade quanto à reconstrução da identidade se encontrava em fase bem inicial e, como até então esse era meu principal objeto de estudo, pensei que seria um tanto difícil trabalhar a questão da identidade étnica nesse contexto.

Estava indo na estrada de acesso por Brasília de Minas, quando, pouco depois de passar sobre a ponte do rio São Lourenço fui presenteada com uma imagem: uma senhora de meia idade com uma bacia na cabeça, acompanhada de três das sete filhas que tem. No mesmo momento, parei e abordei a senhora para pedir orientações sobre o percurso que ainda faltava para chegar em Borá. A senhora me informou que eu acabara de entrar no território conhecido atualmente como Borá II. Nessa oportunidade, não contive a minha curiosidade depesquisadora, e perguntei:

O que a senhora leva com tanto jeitinho nesta bacia?

A senhora me respondeu achando graça:

> É uma barrigada de um porco que o pai da minha filha matou. Ele mandou recado pra eu vir buscar a barrigada para ela. Ele é o pai desta mais pequena. Ele deu pra ela, aí eu vim buscar para limpar para ela comer.

Dentro da bacia era visível a cabeça do porco e muitas tripas, umas mais grossas, outras mais finas, ainda por limpar. Continuei conversando assuntos referentes ao trajeto, e sobre o local onde ela morava e segui viagem.

A imagem da mulher negra com a bacia na cabeça e as três filhas foi uma das respostas às minhas aflições, pois reproduziu uma condição histórica daquele e de muitos grupos negros na sociedade brasileira. Percebi, então, que a autodeclaração à categoria quilombola se torna um instrumento eminentemente constitutivo do processo de reconhecimento, ao passo que é o cotidiano como essência da pesquisa etnográfica queidentifica elementos históricos e junto com a comunidade materializa formalmente e reivindica essa dívida histórica com os grupos negros rurais brasileiros. E se eu estava ali paracontribuir, vamos lá!

4.1 A comunidade negra Borá

A comunidade negra Borá é formada por cinco coletividades: Borá I, Borá II, Sumidouro, Cedro e Vereda da Onça, localizadas na sub-bacia do rio Riachão, cujo vale é uma área rodeada de chapadas cobertas por cerrado, o que Gervaise (1999) denominou de interflúvio São Francisco-Rio Verde, região que abriga verdadeiras ilhas agrícolas em meio aoGerais. O Riachão nasce na Lagoa da Tiririca e percorre um trecho de 96 km entre os municípios de Montes Claros, Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas, deságua no rio Pacuí, que é afluente do Rio São Francisco pela margem direita (mapa 4) .

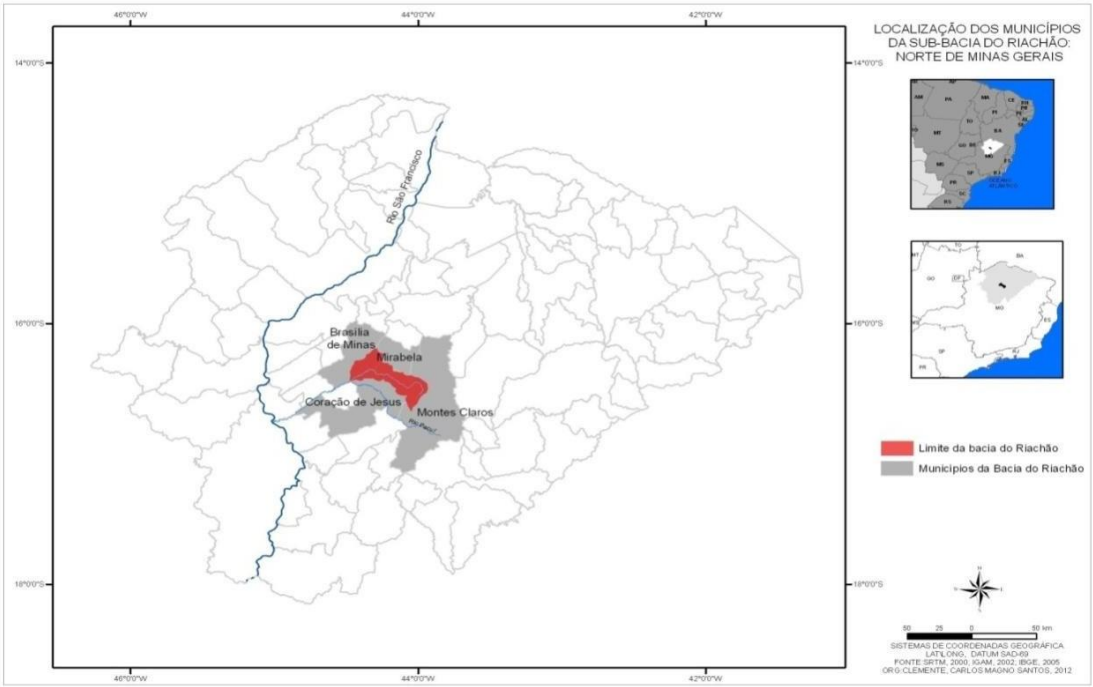

FIG. 26: Mapa da Localização dos municípios da Sub- bacia do Riachão.
FONTE: CLEMENTE, C. M. 2012.

Todos os núcleos são vinculados ao Município de Brasília de Minas-MG, no baixo Riachão; somam-se a esse grupo ainda algumas famílias de Riacho das Pedras[45], distrito do município de Mirabela, médio Riachão, compreendendo, assim, cerca de 250 famílias.

[45] Lideranças locais reconhecem algumas famílias de Riacho das Pedras como participes da comunidade negra, principalmente sitiantes que possuem relações estreitas com o grupo.

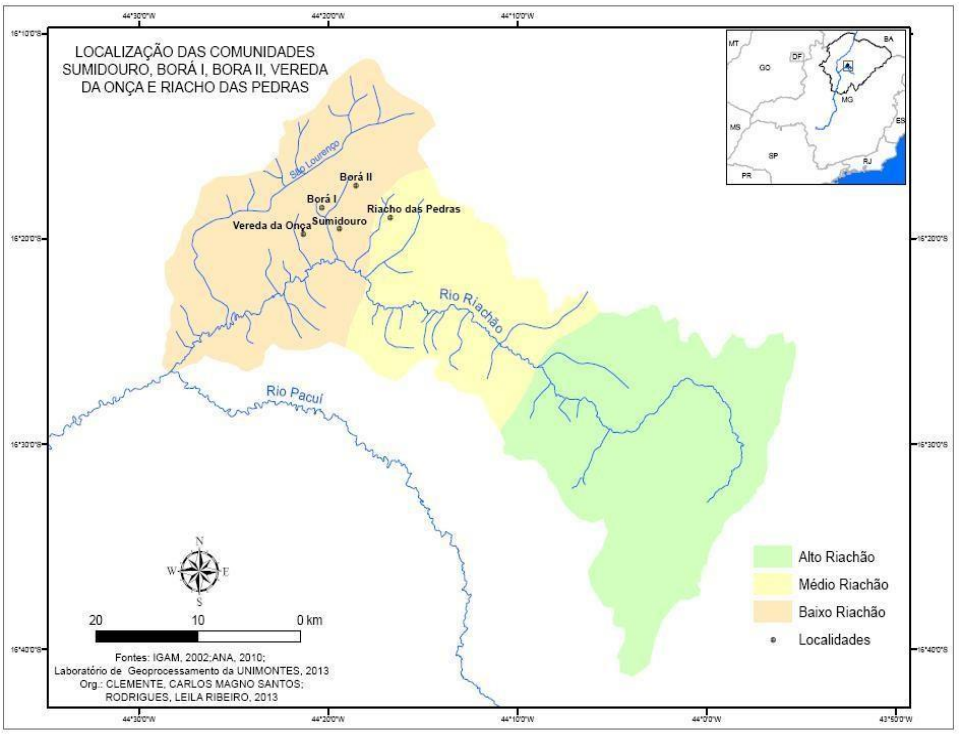

FIG.27: Mapa da Localização dos núcleos na Sub-bacia do Riachão.
FONTE: CLEMENTE, C. M.; RODRIGUES, L. R. 2013.

Brasília de Minas historicamente foi um dos municípios criados no início do século XVIII, durante o processo de formação da sociedade pastoril nortemineira, cujos povoados e vilas surgiam a partir de uma fazenda de criação de gado. No documentário sobre esse município, Gonçalves (2006) informa que Brasília de Minas era vinculada à capitania de Porto Seguro (Bahia), cujo donatário era Pero de Campos Tourinho e constituía um dos núcleos da criação de gado do sertão nortemineiro. A fazenda Gaia, criada na época do bandeirismo, deu origem ao povoado de Contendas, que na atualidade é Brasília de Minas. A autora relata:

> Na época de sua colonização, o Brasil foi dividido em quinze Capitanias Hereditárias, (início do século XVI). A região de Contendas, hoje Brasília de Minas, pertencia à Capitania de Porto Seguro (Bahia), governada pelo donatário Pero de Campos Tourinho. [...] O Governador Geral do Brasil, arcebispo Frei Manoel da Ressurreição, (substituto de Matias da Cunha), enviou à região os mais famosos bandeirantes paulistas da época. Mathias Cardoso de Almeida, em 1690, desceu o rio São Francisco com 600 homens armados e se fixou na região de Morrinhos. [...] que mais tarde recebeu seu nome, e, juntamente com outros combatentes (inclusive o seu dedicado companheiro, Capitão Antonio Gonçalves Figueira, com 700 escravos e poderes absoluto de regente), penetrou o sertão do vale do rio Verde e Gorutuba e mais tarde fundou a fazenda de Jaíba, Olhos D'água e Montes Claros. Esses bandeirantes travaram sangrentas batalhas com os índios e tomaram posse de terras; assim implantaram diversas fazendas no norte de

> Minas Gerais, que se transformaram depois em povoados.[...] Em muitas dessas fazendas de criação de gado, foram surgindo os povoados, inclusive Contendas (Início do século XVIII). (GONÇALVES, 2006, p. 20-21).

Ressalta ainda a estudiosa que o coronel Januário Cardoso de Almeida (filho de Mathias Cardoso de Almeida) veio posteriormente, principalmente em função de pacificar as lutas recorrentes ao comércio ilegal no Rio São Francisco, que não passava de trocas efetuadas com a região da mineração. Segundo a autora, "ele fixou seu comando em Morrinhos, (hoje Matias Cardoso), construindo seu próprio arraial na encosta de três colinas [...]". (GONÇALVES, 2006, p. 20).

Os bandeirantes, assim que chegavam, iniciavam o processo de formação das fazendas, dizimando as populações locais, índios e negros refugiados que se deslocavam em busca de outras áreas. Muitas dessas fazendas se tornaram núcleos dos povoados que deram origem a muitos municípios nortemineiros. No caso de Contendas, a partir da criação da Capitania de Minas Gerais em 1720, o Governador desta doou cartas de sesmarias a vários donatários para a região que se tornaria o Norte de Minas Gerais. Nessa dinâmica, Manoel Afonso Gaia (pai de Antônio Gonçalves Figueira) tornou-se proprietário da Fazenda Gaia, área que deu origem a Contendas.

Seu reconhecimento como sede local se deu em função do deslocamento do padre Antônio Ferreira de Souza, originário da Paróquia de Morrinhos, que fixou residência neste local como meio de refugiar-se da insalubridade encontrada nas regiões ribeirinhas do São Francisco. Teve como referências os bons ares encontrados na região. A partir de então, Contendas constituiu-se como filial da paróquia de Morrinhos. A referência à boa qualidade de vida em Contendas também foi observada por Saint-Hilaire (1975) durante sua viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais:

> A povoação de contendas compõe-se unicamente de uma dúzia de casas construídas sobre um morro isolado donde a vista se estende ao longe. Colocada no meio de uma espécie de plataforma que termina o morro, a igreja é pequena e me parece maltratada. Toda região circunjacente é cheiade matas, e desde que me achava no deserto ainda não vira tão grande extensão de terreno coberto de bosques. É de presumir [...] que essa fraca população aumente rapidamente, pois que os casamentos são, nessa região, de extraordinária fecundidade. Nada é tão comum como encontrar pais de doze, quinze, e até mais filhos, e o cura afirmou-me que havia em sua paróquia uma mulher que, após ter tido dezoito filhos, contava com a idade de 85 anos, duzentos e treze descendentes, entre filhos, netos e bisnetos". O ar da sucursal de Contendas é de tal modo puro, as moléstias aí são tãopouco comuns, e a fecundidade das mulheres tão grande, como já vimos, que para quarenta nascimentos, não se contam mais de duas mortes. Aliás, pode

> dizer-se o mesmo de todas as zonas descobertas do sertão que não estão próximas do Rio S. Francisco, e dos rios que se lhe reúnem (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 331).

Mesmo nos relatos dos viajantes, havia predominância de grande população de cor nos sertões, inclusive citam diretamente a região deste estudo:

> A população atual do sertão é quase toda ela composta de homens de cor. Não havia, por ocasião de minha viagem senão dois homens brancos na povoação de *Contendas*, e não vi mais do que um único durante os quatro dias que passei na de *Coração de Jesus*. (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 308, grifos meus).

Assim, os viajantes reconhecem que o território sertanejo já era ocupado mesmo antes das bandeiras adentrarem o interior do Brasil, como evidenciado na descrição das várias gerações identificadas em Contendas. Destacam também a boa qualidade de vida nos altos gerais, que auxiliavam a significativa expectativa de vida. Ainda observam o comportamento sexual desregrado das mulheres e dos homens e alta taxa de natalidade na região.

Somente por volta de 1832, o arraial desenvolveu-se com mais rapidez, quando Mariana de Almeida fez doação à Sant`Ana das terras necessárias à criação da paróquia, época da estruturação do Estado no Sertão sanfranciscano, 1831 segundo Costa (2005), em que funcionários do governo fixam residência nos povoados que, a partir de então, tornam-se vilas. Muitas figuras conhecidas no histórico da formação socioeconômica do Norte de Minas,ou mesmo seus descendentes, são encontradas no histórico de Brasília de Minas:

> As terras necessárias para a criação da paróquia foram doadas a Senhora de Sant'Ana por Dona Maria de Almeida. Esta era descendente de Mathias Cardoso de Almeida e seu esposo era Francisco Ferreira de Souza (descendente dos Gaia). (GONÇALVES, 2006, p. 23).

Assim, a história desse município, central na história do norte de Minas, ajuda a compreender a história de minorias sociais que se desenvolveram, nesse mesmo contexto, historicidades periféricas, mas não menos significativas, pois constituem-se em matrizes culturais da sociedade brasileira, aqueles que resistiram aos processos sociais, mesmo estando à margem da estrutura social vigente. Nesse sentido, pesou sobre eles um modelo de desenvolvimento construído e pensado ignorando-os; que estrategicamente reiventou suas práticas para garantir sua reprodução enquanto coletividade. Condição que os faz intrinsecamente sujeitos. É para compreender esses sujeitos, suas práticas, suas crenças, suas

estratégias de reprodução que proponho neste capítulo adentrar no *mundus* social da comunidade negra Borá. Para tal, analiso a relação com os cursos d'água, por meio do entendimento do sistema de produção nos brejos, que informa estratégias de resistência frente à expropriação da água e do território enquanto bens coletivos, vivenciados por esta coletividade.

Muito da história cultural de Brasília de Minas faz desse município um lócus da dinâmica vivida pela população negra no Brasil. A começar por um Bairro Chamado Gorutuba, formado em meados do Século XIX por um grupo de pessoas originárias da região do Quilombo do Gurutuba[46]. Desde que se estabeleceram em Contendas comandavam apresentações folclóricas, principalmente nas comemorações de São Sebastião e na dança de São Gonçalo.

João Colete, nascido nesta cidade em 1912, filho de Cândido Ferreira da Silva e Gabriela Pereira do Rosário, é uma figura importante para o folclore local, mesmo depois de sua morte em 2001. Era o cantador das quadrilhas nas festas juninas e representava São Gonçalo no grupo de dança que ele mesmo comandava. Seus pais vieram em um grupo de pessoas que se deslocou da região conhecida como Quilombo do Gurutuba, o maior quilomboMineiro, e que, nas franjas do século XXI, é reconhecido, mas ainda não foi titulado. Tal deslocamento pode ter ocorrido devido a questões conflituosas com fazendeiros que se instalaram na região, originalmente apropriada pela população negra para se eximir da escravidão. Gonçalves (2006) relata que esses grupos debandaram devido a uma grande fome que assolou a região, porém acredito que esse processo esteja relacionado ao processo de expropriação do território de reprodução desses grupos pelas fazendas pecuaristas. Sobre o processo vivido pelos gurutubanos, Costa Filho (2005) relata:

> [...] vive no vale do rio Gorutuba (Norte de Minas Gerais) desde o século XVIII, vitimado por um brutal processo de expropriação deflagrado no século XX, mais precisamente nos anos 50, e intensificado com a chegada da SUDENE, a partir da década de 70. Trata-se de um povo numeroso, morador de 27 localidades ou grupos locais, situados na confluência dos municípios norte-mineiros de Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janaúba, Gameleira, Catuti e Monte Azul. Ao todo, são aproximadamente 5.000 pessoas, 650 famílias, muitas das quais coabitando e ocupando exíguas frações de terra dos seus ancestrais, em meio a grandes fazendas de pecuária extensiva. Não obstante o contingente populacional, é flagrante situação social. (COSTA FILHO, 2005, p. 6, nota do autor).

[46] Utilizo a grafia Gurutuba quando me refiro à nomenclatura êmica.

Quanto à fome deflagrada na região, é recorrente destacar em que parâmetros ela aconteceu para compreender que não se pode relacioná-la a uma catástrofe bíblica ou a uma disfunção da natureza:

> Associada à expropriação, a exigüidade de recursos conforma um quadro intrigante: o cercamento das terras, a "privatização" das águas rio acima, a substituição da biodiversidade pelos campos de pastagens homogêneas, deixaram os Gurutubanos limitados ao uso restrito de uma pequena parcela de terra nos Capões ou nas Vazantes[47]. O quadro é tão alarmante que em visita do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado deMinas Gerais – CONSEA/MG – na região, o vice-coordenador daAssociação Quilombola do Gurutuba, então recém criada, assim sepronunciou: "Nós, Gurutubanos, caminhamos numa penúria desgraçada, no meio das terras que eram nossas, caminhamos no meio do boi gordo; pra elesnum falta comida nem água; nós estamos pior que os boi, essa comida qu'eles come nenhum de nós tem em casa, essa fartura...". (COSTA FILHO, 2005, p. 6, nota do autor).

Fiz esse recorte para que o leitor compreenda que toda a dinâmica das comunidades quilombolas tem a ver com os processos aos quais elas foram submetidas e que, diante de cada circunstância, estrategicamente se posicionam como sujeito, ainda que para se esquivar do sistema; condição que justifica a grande mobilidade no espaço que evidencia a história de muitos desses grupos. Para ressaltar também que em Brasília de Minas, município no qual predomina este estudo, há remanescentes de quilombo, assim como em muitas outras localidades de Minas e do Brasil. Não quero com essa passagem, porém, justificar uma possível ligação entre os negros de Borá e os negros do Gurutuba, embora também não queira,com essa observação que acabei de fazer, afirmar que não há nenhuma relação histórica entre eles. Posso afirmar, entretanto, que, nos grupos que compõem a comunidade Borá, o histórico de expropriação territorial assemelha-se ao que passaram e ainda passam os negros gurutubanos e outros grupos tradicionais no Brasil cujas terras de trabalho *engolidas* pelos cartórios.

Retornando a Brasília de Minas, assim como o grupo ancestral do Sr. João Colete, muitos outros saíram de regiões e tomaram áreas que posteriormente foram transformadas em território, inclusive áreas urbanas. A comunidade negra Borá e os núcleos que a compõem

---

[47] A *vazante* é a unidade de paisagem delimitada pelo regime das cheias, que corresponde à faixa de terra próxima ao leito do rio; pode atingir de 2 a 4 quilômetros de largura, utilizada para a solta do gado, o plantio de bengo e arroz, bem como para reserva de peixe em suas lagoas. Os *capões* são os terrenos de maior fertilidade, onde se constroem as casas, com quintais e hortas e plantam suas roças de milho e feijão gurutuba. No dizer dos Gurutubanos, "*capão é onde a água não alcança" – "varge é lugar que enche de água e na seca abaixa*" (Rufino, Gado Veiaco, 35 anos).

constituem-se como povoados criados nesse processo, mas principalmente a partir da lei de terras de 1850[48], quando a estrutura fundiária é alterada e o sistema de agregação tradicional passa da relação de compadrio para a de prestação de serviços. As áreas coletivas, essenciais para a reprodução social dos grupos tradicionais, adquirem valor monetário e são inseridas nas propriedades privadas. Inicia-se a partir desse marco legal a difusão das cercas. Ao cercarem as propriedades particulares, posseiros e sitiantes são enclausurados, já que, suas práticas articulavam os espaços do quintal, roçado e áreas coletivas para caça, coleta e criaçãode gado leitero. O conflito inerente a esse processo redunda numa série de estratégias dos camponeses para reorganizarem os espaços de produção e as relações com novos agentes comracionalidade díspares:

> Em larga medida, esse conflito girou em torno do uso das *aguadas* e das chapadas, *soltas*, terras de uso comum, não apropriada em caráter privado, e de importância central, no passado, para a reprodução social camponesa. A gradativa perda das soltas provocou uma série de mudanças nas práticas e estratégias dos sitiantes, que vão desde a organização do espaço do sitio, até o sentido do arrendamento. A partir de 1850, que instituiu a propriedade privada mercantil, intensificaram-se as disputas. Os sitiantes eram posseiros e não *proprietários*, termo reservado aos *fortes*, os antigos criadores e os atuais pecuaristas. Para os sitiantes o direito à terra não passava pelos cartórios, mas derivavam(*sic*) do trabalho. Era a *terra de trabalho*, expressãoque encerra um conjunto de significados morais. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 19 – grifos dos autores).

Historicamente a população negra estabeleceu-se em espaços livres para instituírem pequenos grupamentos em lugares recônditos, ermos, impróprios para a vida de indígenas e brancos. Porém, em virtude dos processos socioeconômicos e pelas legislações fundiárias tendenciosas, esses grupos foram fragmentados, visto que o aparato burocrático garantia a posse e permanência principalmente a quem possuía poder de barganha, ou mesmo condições de registrar a propriedade. Assim, os grupos tradicionais, cujo direito não passava pelocartório, mas eram moralmente construídos, foram presas fáceis para o Estado burocratizado apartir das oligarquias tradicionais.

Nessa dinâmica, o valor legal da terra contribuiu para a fragmentação de grupos historicamente vinculados a um território, cujo destino dependia das estratégias de trabalho ou locais que possibilitassem ao mesmo tempo a fixação para a moradia e a demanda pela prestação de serviços. Assim, é a partir do conceito *terra de trabalho* que faço a leitura da

[48] Com a promulgação da Lei de Terras, em 1950 instaura-se uma nova estrutura fundiária ao passo que institui uma a propriedade privada mercantil.

comunidade negra Borá. Compreendo estar nesse elemento a concepção local de fixação e de relação com o território

Expulsos de seus territórios, à medida que as propriedades eram formalizadas, muitos grupos tradicionais, alheios a questões burocráticas, articulavam através das relações detrabalho nas fazendas uma possibilidade manutenção do domínio do território. Nesse sentido, o fazendeiro tem o domínio formal, mas são os grupos tradicionais que dominam o conhecimento intelectual compartilhado dos recursos naturais que garantem a reprodução material e simbólica.

Outros núcleos familiares buscavam infiltrar-se na estrutura fundiária engessada, ocupando áreas que não são interessantes economicamente; tornavam-se posseiros fixos ou temporários, explicando assim a grande mobilidade desses grupos. Algumas posses eram geradas inclusive com a troca por prestação de serviços nas fazendas. Nesse contexto, processualmente se constituiu a comunidade negra Borá, localizada acerca de 24 quilômetros de Brasília de Minas, na região do baixo Riachão. Os cinco núcleos que compõem essa comunidade: Borá I, Borá II, Sumidouro, Cedro, e Vereda da Onça são compostos principalmente de pequenos proprietários e agregados; esses últimos são agricultores sem terra que vivem sob o regime de agregação não tradicional ou em pequenos lotes nas vilas.

Os cinco núcleos ainda possuem outras divisões em seu interior, organizados geralmente a partir de um núcleo familiar. Borá I constitui-se como núcleo político central, devido à referência dos equipamentos comunitários, escola e posto de saúde. Nesse núcleo, a configuração de vila é mais expressiva. Existem ainda duas igrejas evangélicas, ambas localizadas no terreno dos fazendeiros. Uma delas entre Vereda da Onça e Borá I, na qual também são desenvolvidas atividades de pecuária. Segundo os moradores, a fazenda é propriedade da Igreja. A única igreja católica está localizada em Brejinho, no limite entre os núcleos Borá I e Borá II. No meu entendimento, Borá I é subdividido em mais dois núcleos: Borazinho e Brejinho, esse último o principal núcleo religioso católico, onde moram as lideranças religiosas.

Borazinho distingue-se pelas pequenas propriedades (sítios) e está fora da relação agregado/fazendeiro. Como sitiantes tradicionais, geralmente as famílias se organizam para a produção de alimentos, principalmente o feijão, o milho e a mandioca. A criação de aves e porcos constitui a principal atividade dos quintais da moradia, além de pequenos currais para a ordenha, sempre com uma ou duas vacas leiteiras. A propriedade geralmente é o que eles denominam de *espólio*, ou seja, terras de herança. Porém, são recorrentes os conflitos

fundiários identificados em alguns relatos que relacionam a expansão das fazendas para dentro das terras dos sitiantes.

> Minha herança era três alqueires. Fiquei apenas com um alqueire. O resto ficou dentro das mangas do povo do José Ribeiro. Tive que lutar sozinho.Pus na mão de advogado, mas saiu mais caro que as terras. Deixei pra lá. (Zequinha, morador de Borazinho/Borá I).

Na relação entre sitiantes e fazendeiros há um clima de hostilidade em função do processo de afazendamento. Os sitiantes se inserem no processo de reconhecimento do território quilombola, incentivados principalmente pela questão fundiária. Nesse processo, recorrem ao histórico de seus ancestrais, estabelecendo uma relação com a época escravocrata. No relato a seguir, observa-se que a avó do Sr. Zequinha foi criada por uma família que possuía escravos, nas imediações do rio São Lourenco, região de grande produção de cana de açúcar:

> Muita gente falava que era negro cativo. Compravam eles do mesmo jeito que compravam o gado. Minha mãe falava que a pessoa que criou sua mãe tinha negro cativo. Trabalhava sem receber nada. Era no Baixão, na Beira doRio São Lourenço.

O córrego Borá constitui-se como principal curso de água, porém há cerca de dez anos suas águas secaram e, de quando em quando, no período das águas, forma algumas poças de água, mas com nível muito inferior, inviabilizando a fertilização das vazantes onde eram produzidos itens importantes para o plantio realizado pelas famílias locais, dentre eles, arroz, feijão, açafrão, hortas, milho, etc.

A comunidade Borá II também é conhecida como *Sapato*. Outra nomenclatura inferida ao lugar em situações de sátira é *Cabeceira de Sepultura*. Segundo conta o morador, quando alguém morria, era colocado numa rede pendurada sob um pau e levado para enterrar em Brasília. Quando chegava a Sapato, lá tinha uma birosca, os carregadores do defunto paravam para beber e passavam da hora de enterrar. Então eles abriam a sepultura lá mesmo eenterravam o defunto. O mito que nomeia a comunidade Borá aconteceu nessa comunidade. Sobre a nomenclatura Borá II (Sapato ou Cabeceira de Sepultura), Zequinha, de Borá I, relata:

> Lá nos abelhas, eles abriram um Borá[49] que deu 23 litros de mel. Por isso o nome de Borá (...)
>
> (...) Outro nome lá do Sapato é cabeceira de Sepultura! La tinha um tal de Lourenço Tolete, onde o povo ia com os mortos no pau feito uma rede. Tinha uma venda, eles paravam para beber cachaça, embebedava e passava de hora de enterrar o defunto. Aí eles abriam uma sepultura ali perto e enterrava o morto. (Zequinha/Borá I)

Os abelhas originam-se de um núcleo familiar que tradicionalmente ocupou essaregião e hoje vive como agregado em fazendas da região. A comunidade Cedro é composta por onze famílias, em sua grande maioria parentes cujas moradias também estão localizadas em área de Veredas de onde origina o Córrego Cedro; este também secou, desde sua nascente.Possuem propriedades razoáveis, mas não inserem-se na categoria de grandes e médiosfazendeiros. Geralmente trabalham em suas terras em atividades diversas, inclusive criação de gado. Utilizam mão-de-obra familiar e em algumas épocas contratam trabalhadores pelosistema de diárias.

São trabalhadores diaristas também, mas principalmente em atividades que requerem um pouco de especialização: pedreiro, tratorista, etc. Possuem uma relação de troca com as demais comunidades e uma simpatia pela comunidade Sumidouro, principalmente pela referência do trabalho desenvolvido nas fazendas da região pelos ancestrais negros, cujo grupo que mais se destaca é o dos *Feles.*

Vereda da Onça é composta por aproximadamente 37 famílias de pequenos proprietários. Possuem relações de casamento, trabalho e comércio com as demais. As crianças, desse e de todos os demais núcleos, estudam em Borá I.

Riacho das Pedras é uma vila urbanizada; para efeito deste estudo, considerou- se algumas famílias de pequenos sitiantes que mantêm relação com o grupo Sumidouro.

Sumidouro constitui-se como principal núcleo negro desse grupo, não só pela predominância de negros, mas pelo histórico de estigmatização e luta pelo território de reprodução que arrasta desde o primeiro ancestral até os dias atuais. Grupo que se estabeleceu na cabeceira do Córrego do Sumidouro e possuía o domínio deste até o deságue no córrego Borá. No processo de expropriação, foi simbolicamente separado dos demais grupos circunvizinhos por não se submeterem aos desmandos dos fazendeiros e sitiantes chegantes. Resistiram ao processo de vilarização e, mesmo com o secamento do brejo e a perda de quase

[49] Colméia de abelhas.

que a totalidade do território ancestral, reiventam suas práticas produtivas no brejo para se manterem autônomos enquanto grupo.

Com relação à Brasília de Minas, a ponte do Rio São Lourenço constitui o principal marco de referência para o início do território identificado como ciclo de relações das pessoas pertencentes a esses grupos. Ele mantém relações significativas com o distrito de Fernão Dias, no mesmo município; Riacho das Pedras, no município de Mirabela e com as comunidades Espora e Salto, em Coração de Jesus. Porém, entendo que o núcleo formador da comunidade negra está em Sumidouro, Borá I e II, de modo que as demais comunidades possuem relações entre si. A divisão entre os dois núcleos principais (Borá I e II) foi legitimada após a criação de associações de trabalhadores rurais, embora a relação entre as comunidades indique um mesmo núcleo social, sendo entendida ainda como uma estratégia do Estado para fragmentar os grupos tradicionais, dificultando o atendimento das reivindicações. As famílias de Sumidouro são membros da associação de Borá I.

As fazendas de médio porte e as empresas reflorestadoras no ramo de eucalipto constituem os maiores proprietários de terra. O quadro abaixo mostra a realidade do acesso à terra no ano de 2001elaborado a partir de pesquisa em vinte e oito localidades da sub-bacia do Riachão.

Quadro 5 - Sub-bacia do Riachão: Acesso à Terra

Agente local	Acesso à terra por ha	Quantitativo por categoria
Lavrador sem terra[50]	-	823
Micro Agricultor	0,1 - 50,0 ha	628
Pequeno Agricultor	50,1 - 100,0 ha	165
Médio Agricultor	100,0 - 500,0 ha	73
Fazendeiros e empresas	Acima de 500,1ha	19
Total		1.708

FONTE: Dados, CAA-NM

Assim, o quadro fundiário do Riachão permite identificar que quase a metade da população não possui terra e pelo menos 85% (compreendendo os lavradores sem terra e micro agricultores) não possuem terras suficientes para o sustento da família, considerando o parâmetro do módulo rural, 50 hectares. Esta desigualdade reflete também no acesso a água, visto que, os 15% restantes pertencem a pequenos (10%), médios (4%) e grandes proprietários (1%), cujas atividades produtivas (pecuária, agronegócio e plantação de eucalipto) demandam

[50] Agregados e moradores de vilas que possuem apenas o espaço da casa de morada.

do uso intensivo da água. O gráfico elaborados pelo CAA evidenciam essa disparidade entre essas categorias e a distribuição fundiária.

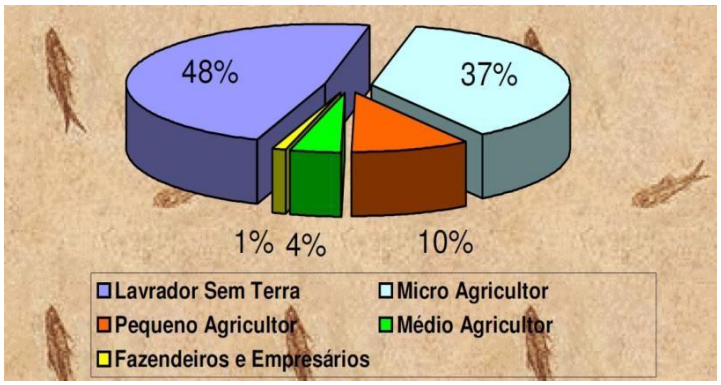

FIG. 28 - GRÁFICO - Quadro fundiário da sub-bacia do Riachão.
FONTE: CAA-NM

No presente etnográfico, existe uma recorrência de médias fazendas, onde a população negra reside como agregada, numa estrutura diferente da agregação tradicional[51], nas quais recebe apenas um lote de aproximadamente 500 metros, onde constrói a moradia, cultiva árvores frutíferas e pequenos animais. São trabalhadores com parcial autonomia, visto que quando não estão fora, para os trabalhos sazonais, prestam serviço pelo sistema de diárias ao respectivo fazendeiro e também a outros proprietários, porém sempre priorizando a fazenda na qual é agregado. Estratégia que garante a existência de mão-de-obra próxima à fazenda, se não pelo patriarca, como na antiga agregação (MOURA, 1988), por seus familiares. Os roçados são feitos nas terras dos fazendeiros ou dos sitiantes pelo sistema de *meia*[52].

A grande maioria das famílias vive em vilas cuja reprodução articula temporalidades sazonais no trabalho e prestação de serviços nas fazendas. Conforme relatório do CAA(2001), na região do Riachão, que incluía todos os grupos deste estudo, o processo de

---

[51] Chama-se agrego ou agregação a relação de morada de uma família na fazenda, implicando o desempenho de tarefas para o fazendeiro e a produção direta dos meios de vida para o agregado. A agregação é uma relação familiar que envolve um grupo de trabalhadores – agregado, sua mulher, seus filhos, eventualmente irmão e a mãe de um dos cônjuges, na qual o próprio agregado é a parte principal. [...] Trata-se de um conjunto de regras interiorizado por ambos, agregado e fazendeiro, fundado numa oposição inconciliável entre duas formas de trabalho e que só uma forma de dominação específica pode conciliar (MOURA, 1988, p. 81). [A dominação de que trata a autora consiste no controle irrestrito dos movimentos do agregado pelo fazendeiro no sentido de garantir, por meio da prestação de serviços, a estrutura econômica e social da fazenda.

[52] Nesse sistema a produção é dividida pela metade com o respectivo dono da terra.

“vilarização”, sempre com estrutura precária, ocorreu como medida mitigadora dos governos locais ao processo de intensificação do uso dos recursos naturais pelo agronegócio e empresas reflorestadoras, o que reduziu e até inviabilizou as atividades tradicionais que garantiam a reprodução dos grupos locais. Nesse contexto, as vilas foram assemelhadas aos campos de refugiados do processo intensivo de ocupação econômica:

> Transplantam para as vilas, não só a moradia, mas a esperança de encontrar novas alternativas de ocupação e sobrevivência. Dessa forma, as vilas e povoados vão se constituindo cada vez mais no espaço dos destituídos do seu lugar. Como as guerras vão constituindo seus campos de refugiados, dos despatriados do seu lugar, os governos dos municípios do Riachão se veem obrigados a estruturar, precariamente os vilarejos para receber os refugiados ambientais, expulsos de suas atividades pela voracidade da ocupação econômica, sobre os estoques de capital natural-solo, água e biodiversidade. (CAA, 2001, p. 57).

Os médios fazendeiros, com o domínio formal da maior parte do território e ligados à elite política regional, concentram suas atividades produtivas na criação de gado e plantação de cana para a produção de cachaça e ração para alimentar o gado nas secas. Toda a mão-de- obra absorvida pelas fazendas é oriunda da população negra, que articula estratégias de reprodução da família em uma conivência pacífica com os fazendeiros, visto que continuam plantando em áreas dos fazendeiros. Em alguns casos, quando as famílias são agregadas e trabalham efetivamente nas fazendas, (agregados e empregados), algumas áreas são cedidas pelos fazendeiros para os roçados.

Os *fracos*, categoria local para identificar agregados ou moradores das vilas, em oposição aos fortes (fazendeiros), vivem da prestação de serviços para os fazendeiros; articulam a renda dos serviços sazonais em granjas, corte de cana e colheita de café com a renda das diárias nas fazendas (Mulheres = R$ 20,00 e Homens =R$ 30,00), além da coleta nos *tabuleiros* inseridos nas terras dos fazendiros e da produção nos quintais ou em terras cedidas no período das águas para o plantio de feijão e milho. A compra do dia de serviço exime o fazendeiro de qualquer responsabilidade em estabelecer reciprocidades com o prestador de serviço, de modo que a relação de trabalho encerra quando acaba a demanda. Para Moura (1988), o trabalho por diária ou empreitada caracteriza a desestruturação do antigo sistema de agregação e faz surgir um tipo social novo: o proletário rural.

FIG.29 O trabalho nas fazendas (venda do dia para produção de cachaça)
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2008.

Os filhos acima de quinze anos também prestam algum tipo de serviço nas fazendas, principalmente na época da produção de cachaça. Os homens, após os dezoito anos, começam a migrar para os centros urbanos ou mesmo para prestar serviços sazonais em funções rurais: plantações de café e de cana. As mulheres, desde os 14 anos, saem para trabalhar como domésticas. À princípio, em Mirabela e em Brasília de Minas; posteriormente em Montes Claros, Belo horizonte e São Paulo. As meninas geralmente vão trabalhar nas casas dos fazendeiros ou médios proprietários locais que têm residência fixa nas cidades. Nessa dinâmica, muitos conflitos surgem visto que muitas meninas são assediadas pelos patrões. Assim, elas retornam à comunidade com certa aversão aos antigos patrões e posteriormente saem para trabalhar nos grandes centros. É comum a maternidade entre os 14 e 16 anos de idade e, em alguns casos, oriundos de relacionamentos rápidos entre os jovens ligados aos fazendeiros e as meninas ligadas aos agregados. Esse relacionamento geralmente não redunda em casamento; as moças criam os filhos na maioria das vezes sem contribuição dos pais. Algumas mulheres permanecem solteiras; geram outros filhos de outros relacionamentos, masos criam sozinhas ou com a ajuda dos filhos mais velhos.

No âmbito regional, a condição de expropriação territorial se deu efetivamente a partir de 1960, através da ocupação econômica das chapadas e dos recursos hídricos; a primeira para plantação de eucalipto e a segundo pela intensificação do uso da água pelo agronegócio nesse processo protagonizado pelos projetos desenvolvimentistas da SUDENE, de reflorestamento e irrigação. Segundo o CAA,

> a partir dos anos sessenta, a lógica modernizante das políticas governamentais impactam sobremaneira a sua dinâmica econômica, social e cultural. As medidas adotadas para o desenvolvimento regional contribuíram significativamente para impulsionar o setor industrial sem, contudo, promover correspondente investimento no local. Sendo assim, as formas de produção na sub-bacia do Riachão desestruturam-se, intensificando e gerando desigualdades e tensões, distanciando-se de um padrão de equidade social. (CAA, 2000, p. 79).

Nos núcleos estudados especificamente, a precarizacão do trabalho se deu através da diminuição da água dos brejos e pequenos córregos, visto que as atividades produtivas articulavam os ambientes brejo/sequeiro, terra de cultura e área de mata (tabuleiro/ chapada) nos vários períodos do ano. Condição que garantia a reprodução material do grupo. Conforme informa o estudo de Morais (2009) no sertão do Piauí, a ocupação do cerrado por grupos camponeses sempre privilegiaram o *baixão.* Para a autora os camponeses, pensam e vêo mundo à partir do *baixão*, área baixa entre as chapadas que constitui como eixo central e ponto de partida para pensar o manejo do ambiente conforme as várias possibilidades. No entanto o uso das chapadas sempre foram incorporadas nas estratégias produtivas da família camponesa, seja como áreas coletivas par coleta plantas medicinais e frutos, caça, criação de gado ou como áreas alternativas para algumas culturas que se adaptavam em áreas de transição entre o baixão e a chapada. Sobre o estudo no sertão do Piauí, ela relata,

> Na taxonomia local, “chapada” ou “serra” designa os terrenos altos e planos de longa extensão, com solos “de barro” (maior teor de argila) ou “de areia” (mais arenosos) e o “clima seco”, com árvores esparsas e de porte baixo (cerrado), e um tipo de capim, o “agresto”, encontrando-se, ainda, ali, áreas de “carrasco”, o que corresponde a uma vegetação mais compacta, propícia para caça e coleta, e áreas de “cerradão”, com árvores mais elevadas, com madeiras consideradas nobres. Na economia camponesa tradicional, “chapadas” são áreas de caça, coleta de frutos, mel e plantas terapêuticas ede criação do gado e da “miunça” “na solta”. Já o “baixão” ou interior corresponde às terras baixas, com solos tidos como mais ricos e úmidos que os da “chapada”, devido à presença de rios, riachos, lagoas e brejos. Aí, localizam-se áreas de “catinga”, matas com árvores de porte mais elevado, madeiras nobres como cedro (*Cedrella odoratta*) e pau-d’arco amarelo eroxo (respectivamente, *Tebebuia serralifolia* e *Tebebuia avellanedae*). Há também dois tipos de terreno muito importantes: vazantes (margens dos rios)e brejos (alagadiços), onde, florescem os buritizais e, nas imediações, os babaçuais, fundamentais nas atividades extrativistas. Os brejos [...] são estratégicos no rodízio inverno/verão: (MORAES, 2009, p. 139)

Conforme o relato da autora, a percepção da ocupação do camponês é orientada pela garantia de um espaço central, que conforma disponibilidade de água e cultivo de alimentos

essenciais para a reprodução social familiar, e da coletividade a qual está inserida. Nesse sentido, percebo a partir dos dados historiográficos e do contexto atual desta coletividade, um conflito latente entre os agentes locais (Lavradores sem terra, micro agricultor ou sitiantes, pequeno agricultor, médio agricultor e fazendeiros e empresários), principalmente no que se refere ao acesso aos espaços de trabalho e à água; esse último, constitui ainda como pivô dos conflitos socioambientais vigentes não só entre os grupos deste estudo, mas em toda bacia do Riachão. Conforme diagnóstico do CAA-NM[53], a desigualdade no acesso à terra e a água, informam o contexto social do Riachão.

4.2 Sub-bacia do Riachão: a água do forte e a água do fraco

Cerca de 3.000 famílias de pequenos produtores disputam o acesso à água com pelo menos oito grandes irrigantes e reflorestadores que acreditam estar promovendo o desenvolvimento regional. Segundo o Atlas Digital da Águas de Minas, o intensivo processo de uso e ocupação do solo, aliado ao uso indiscriminado das águas superficiais e subterrâneas para irrigação, culminou numa acirrada disputa pela água desde o ano de 1995, quando o Riachão torna-se intermitente. O conflito pelo uso da água no Riachão teve início em 1991, quando foram instalados pivôs centrais diretamente na nascente por produtores irrigantes. Nesse contexto, a pequena produção ficou prejudicada devido à diminuição das águas superficiais.

Instaurado o conflito entre os irrigantes e pequenos produtores, foi necessária uma série de intervenções do governo no sentido de implantar mecanismos para melhor aproveitamento da água. Em 2003, por deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, as bombas foram desligadas, mas logo voltaram a funcionar e o problema continuou. Em 2005, o mesmo conselho deliberou que medidas emergenciais fossem tomadasno sentido de promover a recuperação e o uso sustentável da Sub-bacia do Riachão, sendo esta a última medida proposta.

No contexto atual, o Riachão é percebido com um bem coletivo, como um redentor para todas as tragédias hídricas que aconteceram na região. Com muita luta, campanhas, mobilizações o Riachão reconstituiu parcialmente suas águas e hoje tem sido o curso de água regular, que garante água para os *fracos*, porque os *fortes* podem perfurar poços artesianos

[53] Relatório técnico solicitado pelo Programa recuperação e manejo de recursos hícricos, após mobilização da sociedade civil pela

particulares, que são, quando a coisa aperta, nos períodos de seca longa, em que há racionamento de água, excelentes instrumentos de barganha.

Desde que os bandeirantes adentraram o sertão norte-mineiro ocuparam as áreas nas margens férteis dos grandes rios: São Francisco, Verde Grande, Jequitinhonha, Pardo, etc. As populações residentes, índios e quilombolas, deslocaram-se para outras áreas buscando um distanciamento necessário para garantir a reprodução enquanto grupo social, ao passo que parte significativa desses mantinha relações com os respectivos fazendeiros, sendo muitas vezes inseridos na estrutura das fazendas como trabalhadores. Nesse processo, formava-seuma população camponesa que procurava áreas próximas aos pequenos cursos d'água, próximas à chapada e encostas de morros. Conforme Costa *et al.* (1991), as terras geralmente eram menos férteis que as ocupadas pelos fazendeiros, porém outros ambientes eram utilizados para garantir a autonomia dos sítios, tais como o uso das chapadas para a solta do gado e a coleta.

Historicamente, o impacto gerado pelo uso da água *pelos fortes*, compreendidos categoricamente como pecuaristas (grandes fazendeiros), monocultores de eucalipto e grandes agricultores que utilizavam o sistema de irrigação intensiva, constitui-se processualmente no principal degradador dos ambientes da bacia do Riachão, bem como o principal responsável pela diminuição das águas superficiais e subterrâneas da região.

O uso indiscriminado desses ambientes iniciou-se a partir dos anos sessenta, com incentivos governamentais para a monocultura do *eucalipto* e agricultura irrigada, quando uma nova lógica de produção foi inserida no âmbito regional e local, alterando significativamente a disponibilidade dos espaços de reprodução e os recursos naturais. Embora a criação de gado já fosse significativa, houve um deslocamento dessa atividade das áreas de ocupação camponesa, geralmente próxima aos córregos e áreas inundadas, conhecidas localmente como *pantame* ou *brejo*. Assim, há um entendimento local de que a diminuição de água, não só no Riachão, mas também em toda bacia, advêm das atividades de pecuária, que compacta o solo próximo aos olhos d'água, da monocultura do eucalipto e da agricultura irrigada. A percepção local expressa algo bem próximo das analises técnicas citadas a seguir:

> O eucalipto, com suas raízes profundas, alcança os lençóis freáticos, mantendo suas folhas sempre verdes e um processo de crescimento que, em algumas condições, é contínuo durante todo o ano. Estima-se que a transpiração do eucalipto pode chegar a seis mm/dia, entre três e quatrovezes mais que a transpiração da vegetação de cerrado, 18 significando um consumo anual de 2.190 mm. Como a precipitação média anual está

> estimada em 1.082 mm19, temos aí um déficit anual acima de 100% da água precipitada, se consideramos o seu aproveitamento integral. Ou seja, os 12.415 ha de eucalipto consomem anualmente, cerca de 137.558.200 m3 de água a mais do que teria disponível pelas precipitações anuais, justificando as informações dos moradores nas proximidades das áreas de eucalipto, que viram suas nascentes secarem após a chegada desta monocultura na região. Um volume muito superior à capacidade de recarga da sub-bacia, o que implica em consumo dos estoques de água, e, por conseguinte, no abaixamento dos lençóis freáticos e secamento das inúmeras nascentes que formam os afluentes do Riachão. (CAA, 2006, p. 38).

Cerca de 25% da área da sub-bacia do Riachão foi comprometida pela implantação de eucaliptais, compreendendo principalmente a região do alto e médio Riachão, de modo que "a implantação de florestas homogêneas de eucalipto nas áreas de chapada compromete decisivamente o papel ecológico desta unidade paisagística, responsável por realizar a recarga (depuração e reabastecimento) do aqüífero" (CAA, 2001, p. 37). Para Silva (1998), a região da Sub-Bacia do Riachão passou por três fases de ocupação econômica que alterou significativamente a dinâmica produtiva da região, principalmente no que concerne aos usos e manejos tradicionais em que os ciclos da água dinamizavam a produção:

> A primeira ocupação econômica se deu com a substituição da vegetação nativa por pastagens. A Segunda foi nos anos 70, quando incentivos fiscais do governo federal sustentaram a formação de maciços de eucalipto para produção de carvão. (...) A terceira forma de ocupação econômica chegou ao sertão via grandiosos projetos de irrigação, tanto públicos, quanto privados subsidiados. (Sr. Teixeira, in: SILVA, *apud* CAA, 2000, p. 34).

Os mapas abaixo permitem fazer uma comparação sobre a intensificação do uso do solo no período de 1999 à 2009.

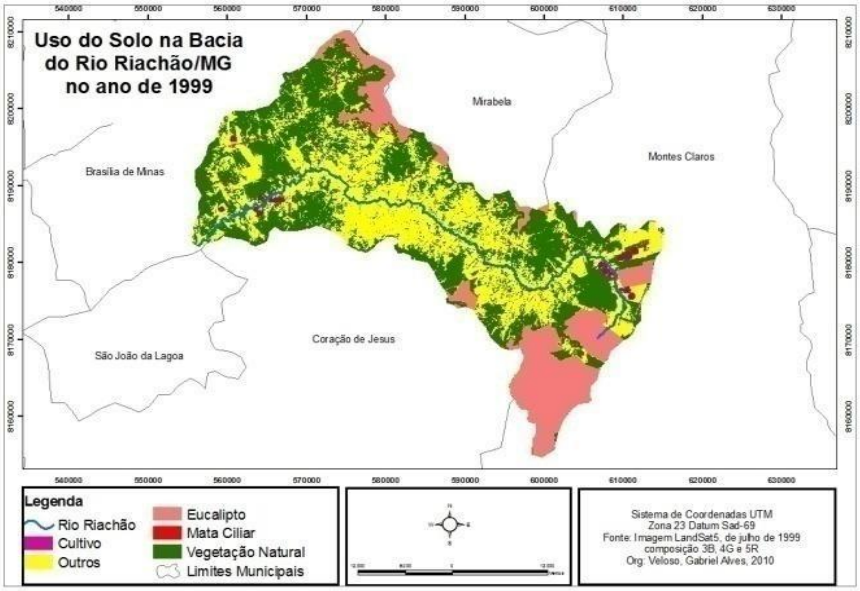

FIG. 29 Mapa: Uso do solo na bacia do Riachão em 1999.

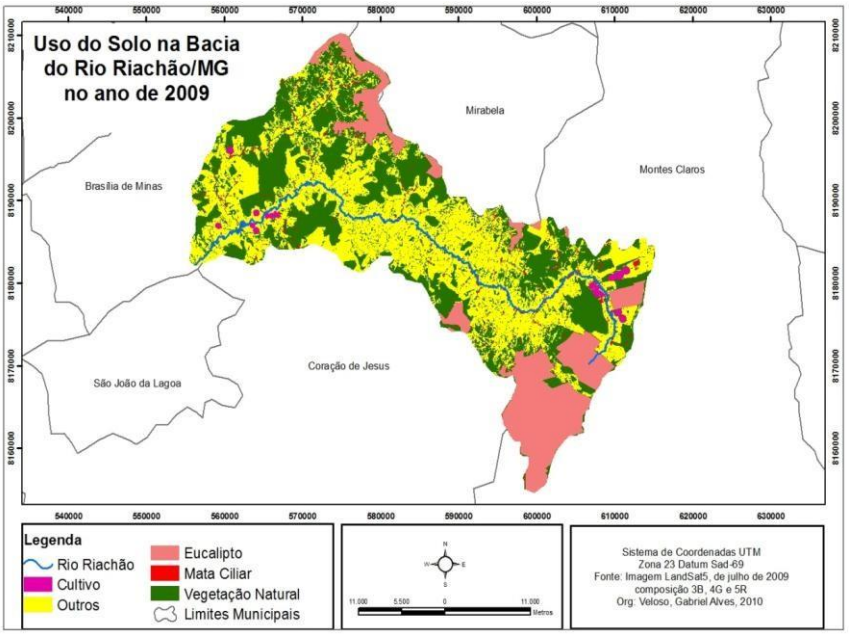

FIG. 28 - Mapa **-** Uso do solo na bacia do Rio Riachão em 2009.
FONTE: VELOSO. G. A

Conforme os mapas, é possível observar que a plantação do eucalipto está na área da Lagoa da Tiririca, nascente do Riachão e que o uso do solo foi intensificado em toda bacia, sobretudo no baixo Riachão.

A intensificação de atividades agrícolas em regiões próximas às nascentes do Riachão, principalmente no entorno da Lagoa da Tiririca, onde o uso das águas subterrâneas para a irrigação comprometeu a restituição natural da lagoa, passou por períodos de degradação, gerando fases de grande escassez de água e até de ameaça à perenidade do rio, devido à plantação de eucalipto nas áreas de recarga e ao uso de pivôs na irrigação, além da intensificação da atividade pecuária.

Quadro 6- atividades agrícolas no entorno da Lagoa da Tiririca

Atividade	Área (ha)	Consumo de água
Fruticultura	297,5	14.875.000-litros/dia
Horticultura	78,5	3.925.000-litros/dia
Feijão	76,0	3.800.000-litros/dia
Milho	27,0	1.350.000-litros/dia
Sorgo	15,0	600.000- litros/dia
Pasto	70,0	3.800.000-litros/dia
Flores	1,0	50.000-litros/dia
TOTAL	**565,0**	**28.250.000/ Litros /dia**

* Consumo médio por ha irrigado: 50.000 litros/dia.
FONTE: Dados CAA-NM/ 2001

CROQUI DA OCUPAÇÃO ECONÔMICA NA CABECEIRA DO RIACHÃO

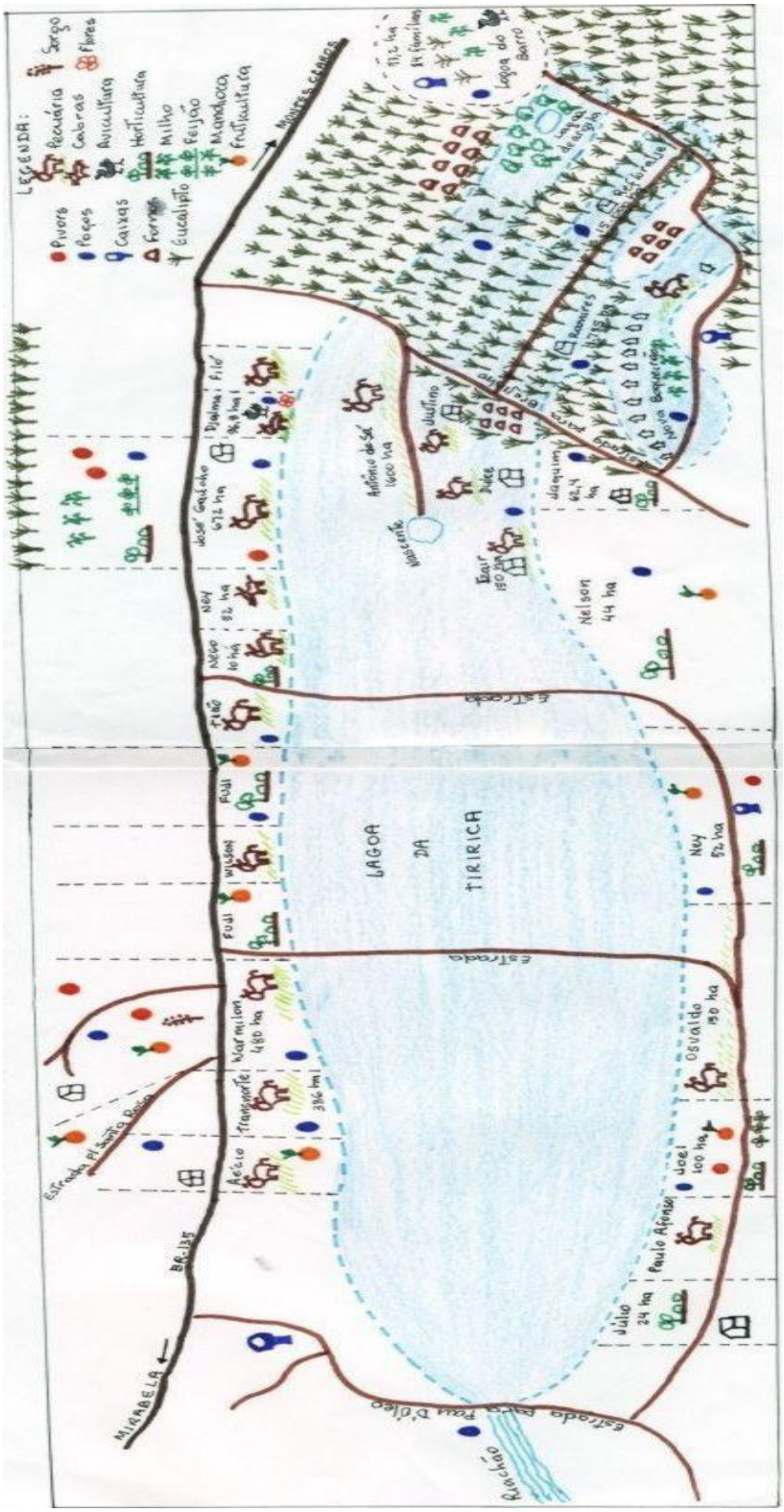

FIG. 29 Croqui da ocupação econômica na cabeceira do Riachão.
FONTE: CAA-NM-2001

Conforme os dados e a visualização do croqui, há uma intensa utilização econômica na área próxima à nascente, principalmente da fruticultura irrigada. E, embora sem dados numéricos, é possível visualizar os maciços de eucalipto e a produção de carvão vegetal de forma expressiva.

A diminuição das águas superficiais marcou a vida das populações que dependiam dela para questões básicas, como o uso doméstico, a produção de alimentos básicos, desestruturando as estratégias produtivas tradicionais que continham elementos importantes de sustentabilidade, como a articulação dos ambientes conforme a época do ano. Depois da intervenção do estado e da sociedade civil, em prol da recuperação do Riachão, boa parte de sua potencialidade de vazão foi restabelecida, mas muitos de seus afluentes, córregos everedas ainda dependem do período chuvoso para acumulação de água, mesmo assim em curtos períodos de tempo:

> A análise que se fez, ao final da pesquisa de campo, sobre as causas da desestruturação das estratégias produtivas dos sertanejos do Riachão, que até então continham elementos importantes de sustentabilidade, é que estavam correlacionadas com o processo de ocupação econômica iniciados ainda na década de 60, impulsionado por políticas de fomento à pecuária extensiva de corte, ao desenvolvimento florestal, e ao desenvolvimento da agricultura irrigada, que promoveram a privatização, primeiro das chapadas e, em seguida, das águas. Com a restrição do acesso às chapadas para a solta do gado, coleta de lenha, frutos silvestres e plantas medicinais, as atividades produtivas tradicionais são confinadas a ambientes frágeis de encostas, ao mesmo tempo que, (sic) inviabiliza-se o cultivo de regra em mais de 500 hectares. (CAA, 2001, p.51)

Muitas atividades foram inviabilizadas nas áreas da nascente e na vazante, o que alterou os meios de produção principalmente do pequeno produtor. A quantidade de pivôs queretiravam água do rio e do subsolo foi desativados e há um controle ambiental maior por partedo governo, principalmente através do IGAM e IEF. Existe um consenso entre os micro e pequenos agricultores que desenvolviam atividades nas vazantes, quanto à preservação da mata ciliar e das áreas de nascente. Porém os *fortes* (médioe e grandes proprietários) perfuraram poços artesianos em suas propriedades e continuam usando as águas subterrâneas sem nenhum controle efetivo. Já os *fracos*, dependem única e exclusivamente das águas superficiais do Riachão, que são rigorosamente controladas via sindicato dos trabalhadores rurais; tema que mobiliza a comunidade uma vez por mês nas reuniões da associação. Conta uma moradora:

Eu só vou na reunião mesmo por causa da água. Toda reunião é isso. Para falar alguma coisa sobre a água. A gente tem que ir, e esforçar para pagar direitinho. Se cortar é pior, porque ninguém vive sem a água. (Jéssica /Sumidouro)

FIG.30 Deslocamento das famílias no dia de reunião na associação
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2012.

Hoje, pelo menos um membro de cada família contribui com o sindicato dos trabalhadores rurais, cuja principal motivação é a garantia da água encanada nas residências para as atividades domésticas, mesmo assim sob rígido controle e racionamento na época das secas. As famílias que possuem áreas de brejo dentro de suas posses não produzem mais nesse ambiente e buscam outras áreas para a atividade; perderam um espaço de produção no período crítico para o sertanejo, o das secas.

A água dos *fracos*, localizada geralmente nos locais de difícil acesso: nas encostas, nos pequenos cursos, nas nascentes é também a água mais nobre, denominada localmente como *água fina e doce*; mais saborosa, menos agressiva para os homens e para o cultivo dos alimentos dos homens. Esse é o entendimento construído e compartilhado pelos grupos que estrategicamente construíram seus saberes em interação com esses espaços, fazendo desses espaços um lugar-território enquanto criam estratégias para superar as limitações naturais. É assim que compreendo as minorias sociais que se estabeleceram na sub-bacia do Riachão: ícone de resistência ao processo de expansão desenvolvimentista, visto que reinventaram suas práticas e conseguiram coexistir com um sistema de produção tão adverso e cruel, ao passo que reconstroem dia-a -dia uma nova possibilidade de reproduzir-se material e socialmente.

No âmbito deste estudo, os grupos que historicamente dependeram dos ambientes fertilizados pela dinâmica das águas para produção, a relação com o Riachão, se materializam

pelo uso efetivo dos brejos, nascentes que dão origem a córregos que deságuam no Riachão. O cultivo no brejo e na vazante, essa ultima compreendida como terra de cultura em excelência, garante aos grupos tradicionais autonomia produtiva que alimenta as relações de troca entre os que moram próximos à margem do rio com os que habitam outros espaços.

Esses grupos desenvolveram técnicas de uso dos ambientes úmidos nas áreas baixas durante o período *das secas* e *nas águas* produziam nas *terras altas*. Com essa dinâmica, eles garantiam a segurança alimentar do grupo familiar, além de refletir através do trabalho uma relação intrínseca com os espaços de produção, desenvolvendo um conhecimento denso do solo, testando cada produto em determinado espaço, por vários anos, até encontrar a condição ideal de produção para cada atividade. Nas chapadas e nos tabuleiros eram coletadas as lenhas, frutos e plantas medicinais, além da criação, na solta, de animais. Nos quintais, articulava-se a criação de pequenos animais com as árvores frutíferas. Em síntese,

> a agricultura dos sertanejos do Riachão constitui-se na síntese de um esforço de busca de artifícios e convivência com os potenciais e restrições ambientais dos mais diversos agro-ambientes encravados na paisagem. A partir do estudo diacrônico dos agroecossistemas, foi possível conhecer suas estratégias tradicionais de manejo, que se estruturavam em três pilares:
>
> - ✓ acesso às terras úmidas das baixadas para o cultivo de hortas, feijão, arroz e outros alimentos, e às chapadas para a solta dos animais, não sobrecarregando as pastagens cultivadas;
> - ✓ acesso à água, para uso doméstico e para pequenas irrigações em sistema de regra;
> - ✓ acesso à biodiversidade funcional (agrícola e silvestre), onde, por um lado, a grande diversidade de material genético, entre tipos de milho, favas, feijões, mandioca e outros, possibilitava o cultivo dediferentes agro-ambientes e, de outro lado, a imensa diversidade de espécies do cerrado que oferecia inúmeras possibilidades alimentares, medicinais e econômicas. (CAA, 2001, p.50)

Porém, o tempo e os ambientes não são mais fixos devido ao seu intensivo processo de ocupação e ao uso indiscriminado das águas, que ocorreu a partir dos incentivos da SUDENE nos anos sessenta, intensificado nos anos setenta e oitenta. Nos anos noventa os sinais de deteriorização do Riachão se concretizaram com intermitência. Cada ano requer um novo processo de observação. Nessa perspectiva, recorro ao estudo de caso da comunidade familiar Sumidouro, a partir das estratégias utilizadas para a produção no brejo que, há cerca de dez anos, não acumula água superficial nem no período das águas. Esse grupo constitui um dos

últimos grupos da bacia do Riachão que ainda utiliza os brejos para produção, mesmo com a restrição ambiental do espaço. Para compreender como essas práticas são reinventadas e interpretadas no âmbito local, evidencio no sistema de produção do grupo as alternativas utilizadas para garantir o cultivo de regra, bem como o sentido simbólico desta atividade.

Em *Sumidouro*, as nove famílias que tiveram seu território reduzido a área do brejo articulavam os micro ambientes do brejo para sua reprodução, conforme os ciclos do ano. Como o brejo não é mais perene, tornou-se um ambiente de produção instável e dependentedo período chuvoso. O grupo de moradores que depende da umidade das veredas, para pequenas plantações de hortaliças, busca estratégias diversas para garantir o vínculo com esses espaços. A técnica mais recorrente é a construção de pequenas cacimbas[54] que acumulam água por um período maior e garante a produtividade que alimenta a carne e as relações sociais ali existentes. A construção de cacimbinhas objetiva justamente o contrário da técnica de produção antiga – o esgotamento – que constitui a drenagem do solo; esta por sua vez cria um mecanismo para que a água permaneça na superfície o máximo possível. De acordo com o relatório do CAA,

> a diminuição das águas superficiais e o rebaixamento das águas subterrâneas tem ameaçado a viabilidade da agricultura de brejo, ou como dizem os agricultores: *"... tem minguado o cultivo de pantame..."*. Os agricultores sem terra, ou com pouca terra, em sua maioria moradores das vilas e povoados, vêem suas estratégias de reprodução ameaçadas. (CAA, 2001, p. 39).

FIG.31 Brejo seco. Cultivo de horta em volta da cacimbinha em Sumidouro.
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2012

Os brejos identificados neste estudo, o de Sumidouro, o da comunidade Cedro e o da comunidade Borá, não acumulam água na superfície em nenhuma época do ano. No período

[54] São poços feitos artezanalmente nas áreas úmidas das veredas, para acumulação de água.

das *águas*, ou de chuvas, as águas ficam mais rasas, de modo que se constroem as cacimbas para garantir a água na superfície. Nesses casos as águas são retiradas para regar os canteiros e em alguns momentos as pequenas plantações.

Embora no presente etnográfico, todos esses grupos recebam em suas casas a água canalizada do rio Riachão, não significa que há um acesso efetivo, desse bem, visto que, a água da torneira não possibilita o manejo tradicional do ambiente e é restringido para práticas produtivas. Conforme informa a presidente da Associação: "água é só para matar a sede das pessoas e dos bichos. Molhar alguma plantinha e só." (Sueli/ Borá I)

Quero enfatizar então que a escassez da água no brejo, resulta principalmente das práticas predatórias por grandes empreendimentos, a partir do uso indiscriminado das águas superficiais e subterrâneas, o que onera a disponibilidade da água dos *fracos*, não só para produção do alimento, mas também para a possibilidade de reprodução das sociabilidades baseadas nesta produção. Sendo assim, quando falo de um contexto de lógicas diferenciadas, me refiro à percepção do uso da água por sujeitos distintos.

A sobreposição da lógica dos *fortes* em detrimento à dos *fracos* contribuiu para significativa deteriorização dos recursos naturais no período que sucede à implantação dos projetos desenvolvimentistas. Nesse processo os espaços de produção foram alterados e as comunidades locais, que há centenas de anos aprenderam a utilizar os recursos naturais de forma descentralizada, buscam alternativas para reproduzir-se enquanto uma coletividadecultural.

4.3 A vida a partir do brejo

Todos os núcleos estudados desenvolveram atividades produtivas no brejo no passado, sempre articulando outros ambientes, porém apenas o grupo de *Sumidour*o ainda as desenvolve. Nesta sessão, recorro ao estudo de caso aprofundado no núcleo Sumidouro, cujo domínio do conhecimento dos espaços do brejo garantiu sua autonomia e ainda constituiu-se como elemento de resistência aos embates fundiários que incidiram sobre os nove grupos familiares, levando à restrição de parte do território que compreendia, além do brejo, a área de(mata) tabuleiro e a terra de cultura. A articulação de espaços e espécies caracteriza o sistema de produção tradicional. Para Woortmann e Woortmann (1997), é a organização de espaços ea combinação de variedades vegetais, que possibilitam a construção de ecossistemas com base

em modelos de saber, de conhecimento cumulativo e dinâmico no trato da natureza que fundamentam a prática da lavoura.

Sumidouro constitui um grupo eminentemente negro, composto por nove famílias, oriundas do mesmo tronco familiar. O local, uma área original de dezoito alqueires, escolhida pelo patriarca Félix Alves Antunes ao casar-se com Maria Caetana Soares, deu origem ao espaço social originário do grupo, como conta Zito:

> Homem preto, bem escuro. Dizem que ele era de Boqueirão de Santa Rosa, fica muito longe. Ele casou com moça daqui, Maria Caetana do Borá. As terras eram da família da Maria Caetana. Ela tinha muita terra, mas foi perdendo as terras, o povo foi tomando. Eles briquitaram pra ver se dava jeito, mas antigamente tinha muita terra enrolada. Tinha até os marcos ali emcima. Eles arrançaram e fizeram logo as cercas. Aqui pra cima era tudo deles. Até no Geraldo Preto, tem um marco lá. Eles lutaram aí pra Brasília tudo para ver se dava jeito. Teve até policia, mas todo jeito que mexia eles venciam. (Zito, morador do Cedro falando sobre a Família do Félix, 2012).

O nome Félix foi historicamente relacionado ao *fel* pelos grupos circunvizinhos, sinônimo de amargo, ou na percepção local, aguerrido, bravo, brigões. O amargo próprio da vida difícil, entre os trabalhos pesados prestados na formação das fazendas e as estratégias de reprodução que articulam principalmente a produção do brejo com os trabalhos sazonais. Outro fato significativo é que há nesse grupo uma resistência a prestação de serviços nas fazendas próximas, condição que evidencia um conflito latente entre fazendeiros locais e a linhagem dos *Feles*:

> Se as pessoas da região aqui sofriam, eles eram os que mais sofriam. Trabalhavam para ganhar uma medida de fava. Todo serviço ruim tocava para eles. Eles e o resto do pessoal dos margoso. Até o apelido deles é margoso. Fel é margoso. Pra você ver o tanto que eles sofriam. (Zito, morador do Cedro falando sobre os Feles, 2012).

Quanto ao aguerrido ou brigão, remete à bravura *dos Feles* que, por muitas vezes, resistiram fisicamente aos embates fundiários com proprietários que chegavam de fora, compravam as terras no limite e pleiteavam as posses das demais áreas, se aproveitando da falta de registro formal. Situação que atentou a família para efetivar o registro das terras no cartório, mas ainda assim muitos oportunistas tentaram expropriar a pequena porção que constitui a área de morada atual.

Ser um remanescente "*dos Feles*", além significar ter fama de brigões, arredios e bravos, também expressa ser conhecedor das técnicas de uso dos brejos, principalmente no

que se refere ao plantio de hortas. O brejo, eixo crucial[55] do sistema produtivo, está no ambiente da vereda, cujo ancestral fundador, Félix, visualizou como um ambiente propício ao estabelecimento de sua família, visto que detinha o conhecimento do manejo em épocas diversificadas do ano, ao contrário da percepção dos fazendeiros locais, que percebem esse espaço apenas como depósito de água e comida para o gado.

Na maioria das vezes, as referências aos *Feles* soam pejorativas, tanto no âmbito interno quanto externo, o que contribuiu para que fosse difundido no interior do grupo um sistema de defesa em relação aos demais núcleos, principalmente quando relacionados à bravura. A questão fundiária é retomada como núcleo de análise para esse núcleo especificamente, uma vez que entendo que o embate fundiário presente corresponde a uma estratégia de resistência que garantiu a autonomia produtiva do grupo frente ao processo de expropriação territorial que reduziu a posse dos negros da comunidade *Borá* ao lotes dentro das fazendas, como agregados. Nesse sentido, identifico núcleo *Sumidouro* como lócus de resistência, cuja categoria remanescente de quilombo é sumariamente presente na memória dogrupo pelos depoimentos sobre as relações de trabalho.

A vida reproduzida no brejo, e ou a partir do brejo, é um elemento que sintetiza a representação dos agentes externos[56] sobre a população local. O manejo do brejooperacionaliza o sentimento de localidade e de pertença que identifica esses grupos como diferenciados (JACINTO, 1998). No brejo da comunidade Sumidouro, o domínio da produçãoé da família dos *Feles*, que também possui o domínio formal dessa área de aproximadamente um alqueire. A percepção historiográfica dos *feles* conforma dois tempos: *o tempo do lado delá* e *o tempo do lado de cá.*

No tempo do lado de lá

O espaço de reprodução da Família dos Feles constituía-se originalmente em uma área de dezoito alqueires, que articulava terra de cultura, brejo e (mata) tabuleiro. O ambiente, uma região de brejo, cujas variações do solo do entorno permitiram a reprodução material do grupo em uma época que eles denominam "*no tempo do lado de lá*". Após uma série de conflitos

[55] Costa (2005) ressalta que o reconhecimento de uma comunidade como veredeira é constituído porque o eixo crucial de suas vidas gira em torno das veredas. Não que a partir desta observação adentrar sobre outro elemento étnico da discussão, apenas evidenciar um elemento significativo para orientar leituras mais aprofundadas sobre esse grupo.

[56] Médios fazendeiros, pequenos agricultores *chegantes*.

com sitiantes e fazendeiros chegantes, o grupo se deslocou para o outro lado do brejo, aproximadamente no ano de 1960.

“ Do lado de lá”

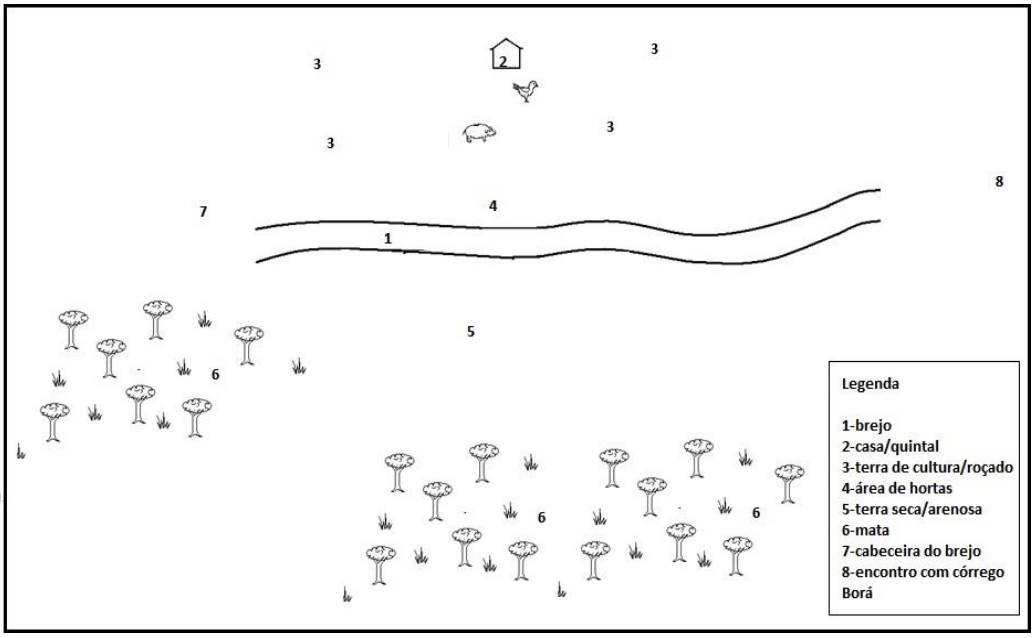

FIG.32 - Esquema da comunidade Sumidouro em no “*tempo do lado de lá”*
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2013

O lado de lá é o lugar onde foi construída a primeira casa dos Feles, que eles classificam como *terra colenta*[57], onde eram plantados principalmente o milho e o feijão, base da alimentação da família, além da mandioca, andu, favas, amendoim e hortaliças. Falar sobreo lado de lá constitui um tabu para os Feles; traz ao mesmo tempo recordações boas e ruins.As lembranças boas recordam o tempo de fartura e de muito trabalho, visto que, para os Feles, trabalho tem a ver com a doçura de viver e não como o amargo da vida. Certamente a conotação negativa é externa e uma estratégia para enfraquecer o grupo inserindo sobre eles estereótipos que reduzem a cultura grupal a uma condição de subserviência.

Não há um consenso entre a família sobre o processo que os levou a ficar sem a terra de cultura e sem a área de mata. Os mais velhos dizem que foi retirado compulsoriamente por uma movimentação de cerca, documentos falsos em meio a brigas rotineiras que fizeram o patriarca atravessar o brejo. Os mais jovens falam que foi vendido, mas não sabem explicar como se deu a negociação. O fato é que, seja qual for a versão correta, foi o evento que

[57] Terra de cultura.

culminou na criação de uma trincheira para com os demais núcleos, de forma mais expressiva com os médios proprietários de terra.

Cipriana[58], com quase noventa anos, única filha viva do Sr. Félix, relata com nostalgia esse processo:

> Tenho saudade do lado de lá. Dó! Faltava plantar dentro de casa. Dava gosto de ver. Pai amolava as enxadas e nós o acompanhávamos trabalhando. Lá era o lugar melhor que o pai fazia roça. O povo tomou de lá é nós passamos para cá. Era onde plantava milho e todas as coisas dava bom demais. Aqui só dá mandioca. (Cipriana / Sumidouro).
>
> **Ah! Então a casa de vocês era do lado de lá?**
>
> Era! Nossa casa era lá do outro lado, mas não sei com que mexida deles, eles perderam as terras e nós tivemos que mudar para o lado de cá. Esse povo mais velho, entraram nas terras deles.
>
> Aí o povo começou com uma ingrizia, tomando o que era dele [do pai]. Aí nós passamos pra cá. Depois que meu pai morreu, eles queriam tomar oresto. Aí eu levei um papel que tinha aqui para um advogado. Daí o Geraldo [o queria as terras] morreu e o trem quietou. (Cipriana/ Sumidouro).
>
> Aqui pra trás era tudo comum, não tinha lugar certo. Por isso que o povo teve a influência de tomar e de cercar. O povo não fazia manga. Nós tínhamos que dormir dentro do brejo para espantar o gado dos outros daroça. A roça tinha vez que era até cercada. Tinha que cercar até as hortas. (Cipriana / Sumidouro).
>
> Eles não venderam, não. Foi tomado na marra. Quando o velho Fel era vivo, eles não entraram aqui não. Depois que o velho morreu, eles aproveitaram. (Morador de Sumidouro, casado com uma das netas de Félix).

[58] Tia de todos, pois todos se referem a ela como *Tipiana*. Embora não tenha casado e não tenha filhos, todos têm por ela o respeito de uma matriarca, pois é a mais velha do grupo e a única filha viva do Sr. Félix.

FIG.33 Cipriana, 87 anos (única filha viva do Felix)
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2012

O brejo era o principal reservatório de água; os vários espaços subsequentes eram utilizados conforme potencialidade e época do ano. Nessa dinâmica, “a terra descansava”.

A partir da cabeceira do brejo, até o córrego Borá, há extensões de terra nas duas extremidades: de um lado a terra de cultura e do outro a área de coleta, a mata. Esta constituía a área de reprodução social do grupo de Sumidouro, no tempo *do lado de lá*.

A *baixa*, onde está o brejo, divide ao meio as duas áreas importantes historicamente para a reprodução do grupo: a esquerda, a terra de cultura, onde o patriarca escolheu para construir a primeira casa. Nesse local, o quintal foi formado e os demais espaços organizados com uma atividade produtiva durante todo o ano. O ciclo das chuvas orientava a ocupação dosespaços, sendo o brejo o eixo central dessa dinâmica. À medida que as chuvas diminuíam, as atividades iam se aproximando do brejo, ao passo que, ao aumentar a recorrência das chuvas, as atividades consecutivamente voltavam para as proximidades da casa e para outros locais mais dispersos, porém dentro do limite dos dezoito alqueires.

Do lado direito, a terra nas imediações do brejo é mais arenosa, propícia a culturas muito restritas, como a mandioca, citada com mais expressividade. A maior parte da área constituía-se como mata, ou seja, um cerrado vigoroso com potencialidade para coleta de frutos e plantas medicinais e principalmente a lenha.

Do lado de cá

No presente etnográfico, pelos processos anteriormente descritos, as áreas localizadas nos dois extremos do brejo foram inseridas nas áreas de fazendas e sítios. A área de Sumidouro ficou restrita à parte arenosa à esquerda, entre o brejo e a mata.

"Do lado de cá"

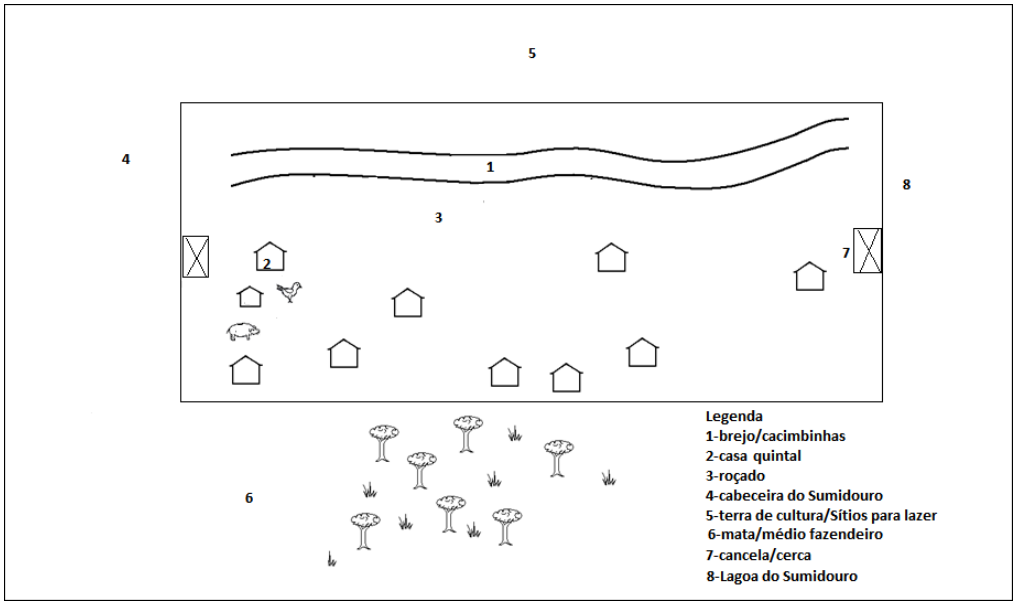

FIG: 34 Esquema da comunidade Sumidouro em 2012 no tempo atual " do lado de cá"
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2013

O brejo também foi espaço de disputa, principalmente por causa da água, visto que os sitiantes vizinhos precisavam desse recurso para matar a sede do gado. Nesse processo, o próprio grupo se organizou para cercar, evidenciando os limites físicos impostos nos processos de disputa. O domínio das áreas inundáveis, desde a cabeceira até o córrego Borá, foi mantido até a morte do patriarca, fato que fez com que a disputa se acirrasse e começasseo movimento das cercas, agora, sobre a área de brejo, reduzindo a área familiar a uma pequena porção próxima à cabeceira do brejo.

O tempo, do lado de cá, que inicia em 1960, subdivide-se em mais duas percepções de tempo: *Quando o brejo corria* e *depois que o brejo secou*; este último é o tempo atual.

“Aqui para trás”

A casa é transferida para a área arenosa entre o brejo e a mata e, com o tempo, os familiares foram constituindo família e construindo outras casas. As atividades produtivas no brejo tomam uma configuração coletiva e familiar. Porém, há um entendimento implícito de que o brejo é um espaço de trabalho tipicamente feminino. Assim, os homens, ao perderemseu espaço de trabalho – terra de cultura e mata – inserem se na dinâmica dos trabalhos sazonais e as mulheres assumem interinamente a unidade de produção[59] (HERÉDIA, 1979), que antes era compartilhada com os homens.

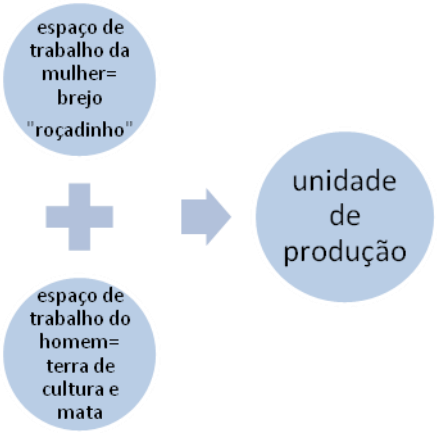

FIG.35: Esquema- Organização da produção no tempo do lado de lá

Na terra arenosa, só se produzia expressivamente cana e arroz; nas imediações do brejo, e mandioca na área de terra seca. Como o brejo tornou-se o principal espaço produtivo, passou-se a esgotá-lo para o cultivo de hortas, feijão e milho. Nas águas, como o esgotamento não era possível, plantava-se arroz. As hortas eram feitas pelo sistema de rega; cerca de sessenta canteiros eram plantados, com a produção divida entre as famílias. Os produtos eram direcionados à alimentação, à troca por rapadura, leite, queijo e requeijão, com alguns sitiantes, e vendidos na feira em Brasília de Minas. A produção da mandioca e cana nos brejos possibilitava a produção de farinha e rapadura, Dona Joana, 86 anos, nora do Felix, conta que produziam farinha de forma artesanal mesmo. Quando algum vizinho disponibilizava a casa

[59] De acordo com Herédia (1979), as unidades de produção camponesa articulam-se a *unidades de consumo* e a *unidade de produção*. A unidade de produção é típica do mundo masculino, na figura do pai, o provedor do alimento, através do domínio do roçado. A unidade de consumo é, pois, vinculada ao mundo feminino, ou seja, às atividades da casa onde se transforma a produção em alimento. Num esforço estrutural, o homem está para o roçado assim como a mulher está para a casa.

de farinha, eles iam com a família para ajudar na produção que era dividida. Quanto à produção artesanal, ela explica:

> Ralava a mandioca num ralo, feito com uma lata, qualquer lata, é só furá-la com um prego. Fazia uma trança de embira de arapuá, colocava a maça no trançado e torcia a massa. Depois era só torrar. Agente tinha uma pedra redondinha de torrar. Fazia uma fornalhinha de barro, fazia uns adobes colocava a pedra e barreava. Torrava com uma cuia de caxi. (Joana/ Sumidouro)
>
> Parte a castanha põe para secar uma semana. Torra a castanha numa panela - não deixa torrar muito não – soca no pilão, volta para a panela e põe água. A gordura sobe, aí agente pega ela por cima com uma colher. Torna fritar para sair o resto de água, depois coloca num litro. (Joana/ Sumidouro)

A produção também era pensada como possibilidade de gerar renda monetária para comprar itens não produzidos.

> Plantava o arroz nos brejos. Tinha vez que agente dormia dentro do brejo para olhar o arroz por causa do gado. Quando o arroz tava seco, agentecolhia e socava no pilão. Tinha um arroz que era branquinho, o outro era um vermelho.(Cipriana/Sumidouro)
>
> O café a gente ia colher para os outros e ganhava um pouco como pagamento. Agente socava para tirar a casca, depois torrava o caroço e socava de novo para moer. (Romana /Sumidouro)
>
> Alguma coisa que faltava agente juntava mandioca mansa, alho, cebola, o que tivesse e levava para vender na feira em Brasília. Aquele peso na cabeça. Agente saía daqui no primeiro canto do galo, só mulher, com as trouxas na cabeça, íamos à pé para o mercado. Chegávamos lá ainda escuro, e ficávamos esperando a feira começar. Na hora de vir embora, agente comprava um pouquinho de cada coisa, café, sal, às vezes arroz, essas coisas que agente não tinha. Ia amarrando as trouxinhas tudo em um saco de pano só. Uma trouxinha para cada coisa. Parecia um rosário. (Cipriana/Sumidouro)

As cacimbas eram grandes poças de água, de onde se retirava a água para beber e para os afazeres domésticos. A roupa era lavada diretamente nas cacimbas, tanto pelos familiares quanto por amigos dos grupos circunvizinhos, que compartilham o entendimento de que a água *doce*, em oposição à água *salôba*, contribui para a economia do sabão, além de contribuir para alvejar a roupa branca. Nesse sentido, o brejo torna-se também em um espaço de sociabilidade.

Depois que o brejo secou

Os brejos se constituíram historicamente como espaços privilegiados para *os fracos*, em contraposição ao processo que se instalou no norte de Minas, inclusive na região da sub- bacia do Riachão a partir de 1970, onde as águas de grande vazão foram apropriadas pelo agronegócio. Consequentemente, as famílias que utilizavam os pequenos cursos d'água sentiram gradativa diminuição no volume de água a cada ano, até a intermitência do Riachão, em 1995, e a exaustão contínua das águas dos pequenos córregos e veredas da região. Para o CAA,

> a nova ocupação econômica e a estrutura produtiva que se instala impulsiona uma nova e completa reconfiguração espacial de uso do território, encurralando os agricultores familiares para franjas estreitas de terra, às margens de veredas, córregos e encostas, exigindo desses a busca de novas estratégias de sobrevivência, que vão se desenvolvendo a partir de uma digestão lenta, de um amargo aprendizado. (CAA, 2001, p. 52).

Nesse contexto, os ciclos produtivos tornam-se inconstantes. Os brejos não acumulam água, apenas uma umidade gradativa, conforme os ciclos da chuva. Assim, os grupos que dependem exclusivamente desse espaço para a reprodução iniciam um processo de tentames para identificar novas formas de manejo para a produção.

No caso de Sumidouro, inicia-se a cada ano um novo processo de observação dos microambientes do brejo. Logo após uma chuva, prepara-se o solo para a plantação de feijão e milho. De março em diante, são construídas as cacimbinhas para acumular água para o cultivo de hortaliças. O principal adubo para os canteiros é um composto orgânico de *ciscos* das árvores próximas (abacateiro, mangueira, etc.). Segundo dona Romana, o brejo ainda é uma área mais úmida, porém não acumula água desde o ano de 2001. Assim, para a plantação de hortas é necessário fazer uma cacimbinha, estratégia para acumular água por mais tempo eque já apresenta suas limitações.

> Aqui pra trás, as cacimbas enchiam tudo de água. Pegavam água para lavar roupa, lavar vasilha, para fazer tudo. (...) Cacimba é um buraco que a gente faz com um enxadão para acumular água. Abria quando estava chovendo. Em qualquer lugar, se tiver pé de buriti, dava água. Hoje só se tiver chovendo.
>
> Aqui pra trás tinha água no brejo o ano todo. Nas águas não podia mexer com nada aqui. Nós começava a plantar de julho em diante. Agora o brejo nas águas é igual nas secas mesmo. Agora depois que ficou assim, a gente tem que esperar dar uma chuvinha pra mexer. Caça aquelas chuvinhas. Lá

> pro mês de outubro, quando os outros tá plantando pra lá, eu planto aqui no brejo.
>
> **Então hoje vocês não utilizam aqui na mesma época que antes não?**
>
> Não, hoje diferençou. A gente tem que esperar chover pra gente plantar as roças. Quando a chuva vai embora, a gente se vale das cacimbinhas. As cacimbinhas é mais para plantar horta. Tem vez que eu planto feijão em cima desses canteiros. De uns tempo pra cá não está plantando mais não.
>
> Por causa de água né? Era uma aguona aqui; aí foi secando, foi secando; eles esmoreceram.
>
> **A senhora não esmorece, não?**
>
> É mesmo por tema! Eu gosto muito de ajudar os outros, e eu já acostumei também. Porque a vida nossa era essa, aqui pra trás. Serve pra gente e serve pro povo, né! Porque a gente vive não é só com as coisas da gente, né? Eu dou, quando alguém procura ou quando eu vejo que a pessoa tá precisando. Porque a falta da água está muito grande, né? Os outros não estão podendo plantar. Então, eu gosto de servir os outros. (Romana/Sumidouro)

O desânimo citado por ela resulta da fragmentação do brejo, decorrente do processo de expropriação fundiária. Destarte, vida no brejo referencia os negros de Borá, visto que o domínio da produção no brejo também é parte constitutiva da identidade do grupo.

A agricultura de brejo, também conhecida na região como *cultivo no pântame*, é viabilizada pelas águas superficiais. Geralmente os brejos são espaços de produção coletivos e, na maioria das vezes, a única opção para pequenos produtores ou produtores sem terra. Quando a água era abundante, era necessário fazer o esgotamento[60], técnica que drenava a área inundada para possibilitar o plantio. Hoje, a técnica mais utilizada é a cacimbinha, cujo fim é exatamente o contrário, reter a água.

> **E as cacimbinhas, foi a senhora que fez?**
>
> Foi; eu vou limpando ela com a mão, tirando as folhas. Se não chover, ela fica assim, limpinha. Quando chove junta folha; aí a gente tira aquelas folhas podres para poder pegar a água para molhar os canteirinho. Agora,nós plantamos pouco, por causa da água. De primeiro, a gente plantava aquele *hortismo*, era uns cinqüenta; até uns cem canteiros nos já plantamos. (Romana, Sumidouro)

[60]O esgotamento é a drenagem do brejo por meio de valas que conduzem a água para fora do brejo. Alguns falam encanamento da água, outros rego.

As cacimbinhas são perfurações feitas com enxadão e até com a própria mão. Seu tamanho corresponde a cerca de um metro de profundidade por um metro e meio de circunferência, construídas estrategicamente para garantir a plantação de hortas no período das secas. Os canteiros são plantados bem perto das cacimbinhas, formando um círculo cuja prioridade é o canteiro de alho da sexta-feira da paixão.

4.4 Viver no brejo e viver do brejo

Contavam muito caso que eles trabalhavam nesses brejos tudo.

Zito/Cedro

Em minhas visitas à Sumidouro, sempre que chegava à casa de dona Romana uma das filhas me recebia e logo falava:

> Mãe está lá embaixo, no brejo; se a senhora quiser ir lá é só seguir este caminho ali. Não tem erro, não.

Assim eu fazia, passava por dentro da antiga casa de adobe, que levava ao quintal na parte de baixo; passava por um pequeno pomar e descia um caminho estreito, construído em função do passar constante por ali. Nesse percurso, é possível observar uma organização dos espaços produtivos: nas terras mais altas, prevalecem as árvores frutíferas e a mandioca; o andu em meio a pequizeiros e algumas árvores de maior porte. À medida que vou descendo, aterra arenosa toma uma textura mais escura e mais fofa; alguns pés de milho, banana, cana plantados em meio aos coqueiros macaúba e buriti.

Desço mais um pouco, pelo caminho agora menos batido, devido a umidade, onde geralmente são abertas as cacimbinhas, e lá está dona Romana, com os pés descalços para obter mais estabilidade sobre o barro que se forma ao redor da cacimbinha, enquanto ela se agacha; com uma vasilha pequena, estica os braços para alcançar alguns centímetros de água doce, que ainda resta, para encher o regador inúmeras vezes, até molhar os canteiros de alho plantados sexta-feira da paixão.

O brejo, além de ser o principal espaço produtivo para essas famílias, é também lugar de memória; rende lembranças que jamais são faladas nos demais espaços. Nesse sentido, aproveitei os espaços de conversa ali para apreender a visão de mundo desse grupo. A relação com a água perpassa a esfera da vida social, porém é evidenciada principalmente nas relações com as atividades produtivas. Possuir água para trabalhar garante a reprodução dos grupos

tanto em aspectos práticos quanto simbólicos. O trabalho na lavoura garante a autonomia do grupo familiar muito além da questão da reprodução material da família. As lavouras são plantadas pensando uma rede de relações que ela possibilita, inclusive relacionada ao sagrado. Um canteiro de alho é tradicionalmente plantado na sexta-feira da paixão, pois a crença diz que o produto tem propriedades curativas. Como o brejo não junta água nessa época, várias estratégias são utilizadas para que o canteiro de alho seja plantado nessa data. A abertura de cacimbinhas é a principal técnica utilizada; depois de escavar com enxadão ou com a própria mão o buraco que acumula água, as cacimbas são tapadas com o caule da folha do buriti para evitar a evaporação.

As cacimbinhas são abertas na região central do brejo, considerando que este constitui-se a partir de outros microambientes minimamente classificados por dona Romana (brejo, vargem, beira de vargem e terra seca), conforme o esquema abaixo:

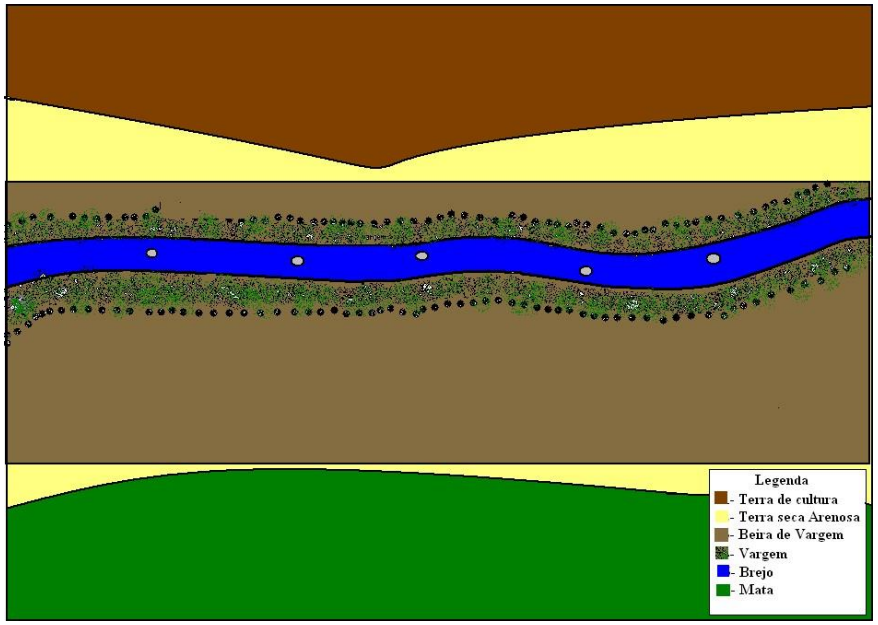

FIG.36- Esquema dos microambientes do brejo

Na área do brejo, o eixo central constitui como área que corria água quando o brejo era *molhado*; é o espaço mais nobre e dedicado também aos produtos mais nobres: alho, feijão e milho. Segundo Roxinha,

> no brejo produz horta, feijão, milho, cana e banana. Tudo!
> De um tudo você planta no brejo. Antigamente até arroz nós plantávamos.
> Até roupa a gente lavava. Tinha um poção aqui; vinha gente de longe lavar roupa aqui. Era uma água tão boa, os meninos brincavam na água o dia inteirinho. (Roxinha/Sumidouro).

Conforme a fala da Dona Roxinha, o tempo de antigamente traz uma representação diferente sobre o brejo. Além das atividadse produtivas, existia uma gama de relações com a comunidade circunvizinha nos espaços do brejo, principalmente pela água em abundância.

A vargem sucede o espaço do brejo; também é uma área importante, visto que quando no brejo corria água durante o ano todo, eram nas áreas de vargem que a produção se efetivava com a mesma dinâmica da atualidade. Assim, a vargem transfere sua importância simbólica e produtiva para a área do brejo, em função da diminuição da água. Na vargem são produzidos a mandioca e o feijão; esse último apenas na época das águas, considerando a conjuntura atual do sistema produtivo, visto que até 1999 era possível produzir até as hortasna vargem e o feijão das secas[61]:

> A terra de vargem hoje é mais fraca do que a terra firme; a gente planta lá por causa da água [umidade]. A mandioca dá na vargem, na beira de vargem e na terra seca.

A beira de vargem corresponde ao espaço de transição entre a vargem e a terra seca; até pela sua instabilidade constitui-se num espaço simbólica e produtivamente menos valorizado.

A terra seca, onde geralmente são construídas as casas, também é significativa para a reprodução do grupo, visto que é mais extensa e permite produção maior na época das águas. Nesse espaço, prevalecem as árvores frutíferas, os pequizeiros, mandiocais; na época das águas, planta-se também milho e feijão.

A produção é hierarquicamente organizada a partir das hortas de alho, que constituem em elemento simbólico para as relações sociais entre o grupo. O esquema a seguir mostra a organização da produção em torno da cacimbinha.

[61] Feijão produzido entre abril e junho.

Organização da produção em torno da cacimbinha

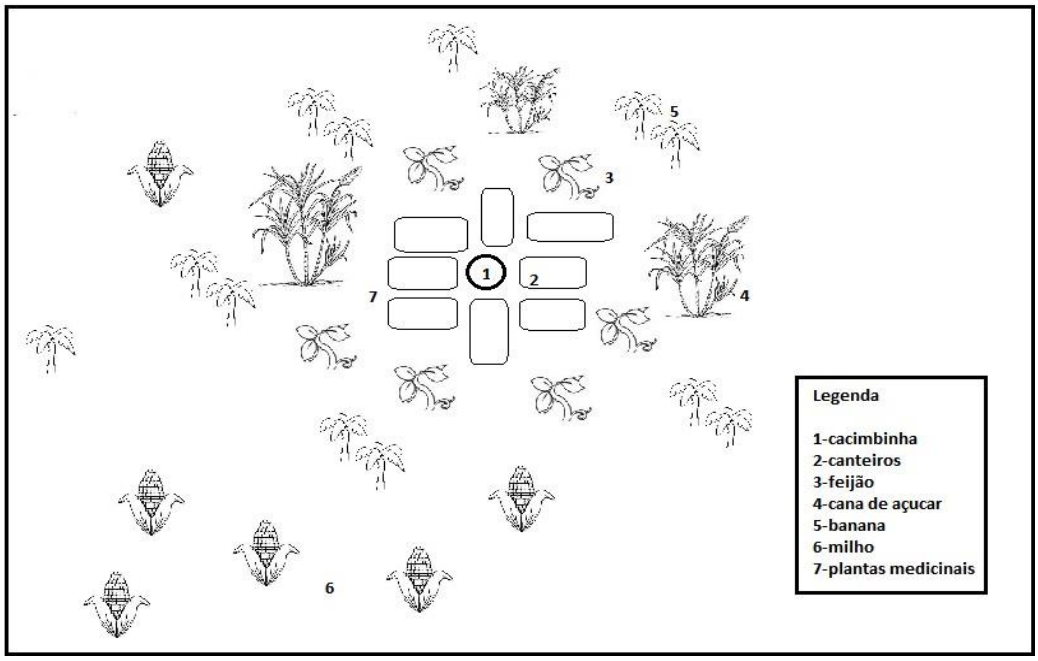

FIG.37 Organização da produção em torno da cacimbinha
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2013

Nessa estrutura, nas secas, os canteiros de alho são plantados mais próximos à cacimbinha que está no centro, facilitando o processo de *rega*[62]. Após os canteiros, planta-se o feijão e o milho consorciado. Para aproveitar melhor o espaço, o milho e o feijão sãoplantados aleatoriamente, não respeitando o sistema de linhas convencional. O feijão deve ser plantado sempre antes do milho, para que ele cresça e *vingue*[63] primeiro. Nos parâmetros do conhecimento local do ambiente, o milho nasce e cresce mais rápido e quando plantado junto com o feijão, faz sombra no feijão impedindo o desenvolvimento deste.

> **A senhora planta o milho e o feijão assim tudo misturado?**
>
> É, eu planto junto assim pra aproveitar mais, né!? Quando o feijão está com oito dias eu planto o milho. Porque no brejo, o milho refaz rápido, mais do que o feijão. Se ele ficar muito alto, ele aperta o feijão e a flor cai. (Romana/ Sumidouro).

Esses espaços constituem ainda uma estratégia de produção num espaço significativamente reduzido, visto que o milho e o feijão são plantados muito próximos e não

[62] Irrigação manual.

[63] Categoria local para se referir ao desenvolvimento do feijão. Quando o feijão vinga significa que está apto a produzir.

seguem o modelo tradicional plantados em fileiras que os lavradores denominam de *linhas*. Ao passo que se distância da cacimbinha, prevalecem as bananeiras, as moitas de canas, plantas medicinais de porte maior, em meio pés de milho e feijão, agora plantados empequenos espaços alternados, onde a luz do sol alcança a maior parte do dia. À medida que se aproxima da vargem, os pés de mandioca vão aparecendo gradativamente até se transformar num efetivo mandiocal: da beira de vargem em diante, até próximo ao terreiro da casa.

O canteiro também informa uma hierarquização no modo como é estruturado, o que me permite certificar de que o alho possui mais *status* no sistema produtivo no brejo em sumidouro. O alho sempre é plantado no centro do canteiro, que é rodeado por pés de alface. Entre os pés de alface e de alho planta-se aleatoriamente o coentro. Nos cantos um pé de tomate. A cebola toma o lugar do alho em alguns canteiros, porém a importância simbólica doalho é reafirmada nas crenças que orientam os ciclos produtivos que envolvem a interpretaçãodo tempo a partir das fases da lua e da religiosidade:

> A lua é assim. Que nem nós aqui. Nós plantávamos alho era antes das *cheia*s de maio [lua]. Nós cuidávamos dos canteiros, e tudo, no tempo que tinha água bastante. Depois que a água foi diminuindo, os poçinhos são mais poucos, eu comecei a plantar em abril. Quando a paixão dá em marco, sempre a gente planta até em marco, uns canteirinhos. Aquele ali mesmo foi plantado na paixão.
>
> **A paixão que senhora fala é semana santa?**
>
> É! Sexta-feira da paixão. O povo fala que o alho do canteiro da paixão é remédio. Porque Jesus é acompanhado do alho.
>
> O alho que planta na sexta-feira santa é bom para livrar da tentação do inimigo. Ele já não gosta de alho, ainda mais plantado na sexta-feira santa.Se sexta-feira santa der em abril, a gente planta em abril, se der em março a gente planta em março. Não é pra negócio, é pela fé mesmo.
>
> **Vocês o usam como?**
>
> Igual a gente usa os outros mesmo. Usa ele primeiro, quando ele acaba, usao outro. Eu dou dele para as pessoas também. Eu planto porque eu gosto de ajudar os outros que não têm um lugarzinho para plantar.
>
> O outro, eu deixo para plantar qualquer dia. Mas é sempre na crescente da lua que é bom para plantar, antes dela ser cheia. Foi por isso que eu fui plantar o alho pra mulher ontem. Porque ela não sabia que tinha que ser na crescente pro rumo das cheias. Do quarto dela pra diante. (Romana/ Sumidouro)

Em se tratando de fé, muitas crenças foram construídas principalmente em função da garantia da produção no brejo. A observação da lua e do sol, a correlação entre os dois e os

efeitos dessa relação são elementos significativos para a orientação do tempo e de práticas na produção em Sumidouro. Nesse sentido, Toledo (1995) salienta que,

> Em pleno contraste con el sistema occidental de conocimiento ecológico, los saberes campesinos de numerosos grupos culturales integram la observacion e interpretación del cielo a su práxis productiva. Para darle dignificado simbólico y prático a los cielos, estos grupos sociales consideram tanto su cinemática (sus movimentos) como su dinâmica (sus interrelaciones) [...]. De esta forma el tránsito del sol, la luna, los planetas y las constelaciones es registrado de maneira detallada por los observadores campesinos y correlacionado con enventos de tipo climático, agronômico, biológico, productivo y ritual. (TOLEDO, *apud* RIBEIRO, 2006, p. 62).

Dona Romana esclarece sobre algumas dessas crenças:

> **Porque vocês colocam esse chifre na horta?**
>
> Sempre em tempo de eclipse eles [ancestrais] colocavam. É uma fé que a gente tem, né!? Tem hora que é chifre, tem hora que eu escarafuncho o algodão que eu coloco na ponta de uma varinha, ou até um vidro branco.
>
> **Tem que ser branco?**
>
> Para eclipse tem que ser branco. Tudo branco, o chifre pode ser assim, né! Mas as coisas [objeto] contra o eclipse tem que ser branco. A gente põe um vidro branco numa vara. Uma vara bem alta. Aí não diferencia as coisas, não. Para não atrapalhar, porque o eclipse é assim oh! Se ele deu, a gente não pôs qualquer coisa, ele amarela as coisas [hortaliças]. Pode ser um vidro, um algodão, um pano branco. O do sol é pior. O da lua não é tanto. Quando é do sol, ele já sai piscando, esquenta, esquenta e tampa tudo. Depois que o sol sai, ele [o eclipse] tampa tudo; se a gente não por nada pra disfarçar, ele amarela as plantações. (Romana/ Sumidouro)

As referências aos ciclos do ano também sugerem um calendário religioso que, devido ao pouco tempo de pesquisa, não foi possível complementar. Mas se depreende que uma gama de significações religiosas também orientam os ciclos produtivos. Para efeito de exemplo, tomemos a fala de dona Romana:

> De 19 de março em diante, dia de São José, até esse dia tem cheia [tempo das águas]. De 20 de marco pra lá é secas.
> Dia 29 de setembro, dia de são Miguel, agente plantava abóbora.

Assim como alho, na sexta-feira da paixão, outros produtos eram plantados conforme um calendário religioso. Porém, nos relatos, essas atividades aparecem sempre no passado, de modo que a oferta nutricional do grupo também foi reduzida.

O manejo do brejo no âmbito local é uma referência de atividade desenvolvida pelos negros. Percebo nas falas de dona Romana um esforço contínuo para reaprender as mudanças no tempo e no espaço, para reestruturar o sistema de produção no brejo. Nesse processo, o ciclo do ano, ao passo que se tornou irregular, demanda uma atenção e uma intervenção contínua, quando as práticas são também resignificadas no âmbito do grupo. Essas estratégias compreendidas por Woortmann e Woortmann (1997), estão baseadas nas proposições de Lévi-Strauss (1989) como ciência do concreto em que o conhecimento é construído na relação cotidiana do homem com a natureza e do homem com o homem. Nesse sentido,

> (...) o que queremos é revelar os princípios em que ele [o conhecimento] se assenta e as práticas de produção nele baseadas numa forma camponesa específica. Esses princípios informam estratégias dinâmicas e orientam seletivamente a incorporação de conhecimentos e práticas novas, como "respostas" a mudanças no ambiente natural e social. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 14).

Nesse processo, tanto o saber técnico quanto o saber mágico e ritual é importante e passível de adaptação. Em Sumidouro, por exemplo, o dia de plantar os canteiros de alho é sexta-feira santa, porém se a água da cacimba não for suficiente, ou mesmo o se período chuvoso se estender, planta-se ao menos um neste dia, e os demais são substituídos por outras culturas, de acordo com a condição do espaço naquele momento.

4.5 Trabalho: a essência da vida

Enquanto eu aguentava trabalhar era um consolo. As mãos eram só os calos. Hoje é lisinha. Eu queria ser gente ainda, como eu era aqui pra traz quando eu aguentava trabalhar.
Cipriana, 87 anos.

Trabalhar era um consolo, essa era a percepção dos negros de Borá sobre o tempo em que o trabalho no brejo e nos demais espaços do sistema produtivo garantia a autônima do grupo. Falar de trabalho quando não se pode mais trabalhar, recorrendo de modo nostálgico à memória de um estado de ser, no qual o trabalho era a essência da vida, foi um dos aspectos que me incitaram a tomar a representação do trabalho como condição de existência humana, a fim de compreender a dinâmica estabelecida na relação com os espaços de trabalho na comunidade negra Borá. Assim, "o processo de trabalho, quando falado, é mais que uma sequência de ações técnicas. Quando comunicado a nós, pela fala, torna se um processo

discursivo, ganhando com isso múltiplos significados.” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 16).

> No outro mundo, porque esse mundo já é outro. Eu para mim este mundo não é meu. Porque no meu mundo tinha muita coisa boa. Tomava um pouquinho de cachaça, mas não esquecia do serviço. Na semana santa era só reza. Passava a noite rezando. Hoje o povo passa é bebendo, farreando.
> (Cipriana / Sumidouro)

A população negra no Brasil teve sua história vinculada ao trabalho nas atividades agroexportadoras, principalmente a cana de açúcar e o café. A relação com as atividades produtivas baseadas na policultura para reprodução dos próprios grupos, ao longo dos vários ciclos socioeconômicos, contribuiu para que se constituíssem coletividades específicas a partir do conhecimento do ambiente e do desenvolvimento de técnicas que possibilitaram a permanência dos grupos em localidades recônditas, cuja invisibilização era condição estratégica de resistência e de afirmação da autonomia; principalmente pela independência produtiva em relação à sociedade opressora. Nesse sentido, o conhecimento construído em processo, deu sustentabilidade à própria ocupação do sertão.

No caso de Borá, quando os fazendeiros chegaram, já havia o domínio do território por esses grupos. Porém, a lógica de propriedade que se instalava, agora formalmente documentada, fragmentou os territórios tradicionais, cujo olhar sobre a população residente serestringia à possibilidade de mão-de-obra. Os negros de Borá inicialmente percebiam ocercamento das fazendas como uma possibilidade de trabalho; porém, ao passo que as cercas privatizaram o território, os espaços de trabalho foram reduzidos, gerando dependência em relação aos novos sitiantes e fazendeiros pecuaristas. A precarização das atividades produtivas, principalmente aquelas para autoconsumo, resultou na fragmentação das relações produtivas, visto que a dependência do trabalho nas fazendas comprometia boa parte do tempo dos homens, de modo que as atividades no brejo, espaço de trabalho cujo domínio estava restrito à população negra, obteve sustentação principalmente pelas mulheres.

FIG. 38- Menino observando o pai trabalhar do outro lado da cerca no alambique da fazenda
FONTE: RODRIGUES, L. R. 2011.

O esvaziamento masculino origina-se da precarização das terras de trabalho, a partir da redução dos espaços produtivos. O homem, ao perceber a diminuição do território, buscou nos grandes centros urbanos, ou nas atividades sazonais, alternativas para manter um mínimo de dignidade aos familiares que permaneciam no lugar. Assim, o domínio do conhecimento do manejo do brejo e a percepção das mudanças ambientais e sociais, passam a pertencer às mulheres, já que na percepção local o brejo era um espaço complementar. Quando a área de produção fica restrita ao brejo, uma nova dinâmica se instala; não existe mais o espaço de trabalho dos homens, e a mulher toma a posição de referência para o grupo doméstico, tanto do conhecimento técnico quanto do conhecimento mágico. Para Woortmann e Woortmann (1997),

> A produção é central para a reprodução do grupo, visto que como um todo, e para cada grupo doméstico específico que a realiza, que é também a unidade de reprodução de forca de trabalho. Se a produção é central para a reprodução, e se é pelo trabalho que se constrói a família, é pelo saber técnico que ela se faz e é pelo controle sobre esse saber que faz a hierarquia do grupo doméstico. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 12).

A recorrência de mulheres provedoras da família também foi um fator significativo, visto que os homens saíam, e ainda saem, para trabalhar em granjas, corte de cana, carvoeira e outros. As mulheres trabalhavam com os filhos nos brejos e ou nos pequenos quintais; em algumas épocas, prestavam serviço nas fazendas, onde trabalham tanto em atividades domésticas quanto em atividades compreendidas como masculinas. Os maridos, muitas vezes,

saem pelo mundo em busca de novas perspectivas e nunca mais retornam. Em alguns casos, depois de muitos anos, a notícia de falecimento chega:

> Meu pai contava pra nós que trabalhava numa granja. Ele e os meninos mais velhos. Aquela modernagem ficava mais mãe. Era uns sete ou oito homens e quatro mulheres. Uns saíam, quando tinha notícia tinha morrido. (Cipriana /Sumidouro)

Embora não seja um modelo fixo, é comum mulheres assumirem a família sozinha, sem manter compromisso fixo, como um único homem. Quando nesta condição, participam efetivamente da produção em todos os espaços, sejam eles masculinos ou femininos.

A referência dos *de fora* com relação aos negros de Borá, historicamente os vincula ao trabalho pesado:

> Leusinho, dos Feles, [negro oriundo da comunidade sumidouro] fez uma destoca de enxadão que eu fiquei abismado com os tocos que ele arrancou. Merecia ser filmado os pausão que ele arrancou. Em pouco tempo arrançou uns dois hectare de pau. Eu fico admirado como é que eles colocavam o pessoal para fazer isso com o tanto de pau que tinha.
>
> Domingão e Zé do Bico, lá do Sumidouro, arrancava cada tocão nessas fazendas aí a fora.
>
> Foram as pessoas que vi mais nessa situação. Comiam fava sem ao menos gordura. De vez em quando eles ajudavam meu pai aqui. Trabalhavam de foice e machado pra esses fazendeirinhos aí. Arrancavam até arvore.(Zito, morador da Comunidade Cedro, 2011).

A relação da população negra com as atividades pesadas foi identificada em todas as comunidades; porém na comunidade Sumidouro o histórico de opressão e luta diária pela reprodução do grupo, através da prestação de serviços no processo de formação das fazendas, foi um elemento importante para entender uma dinâmica na qual a relação com o trabalho identifica o grupo e torna-se condição para a própria razão de viver do grupo.

Muitos se referem aos moradores do *Sumidouro* como *cerqueiros*, homens fortes que arrancavam tocos e faziam cercas de vários tipos (valas, lascas, pedra, etc.). Um morador do núcleo Cedro cita alguns desses exemplos:

> Brazinho, dos Feles, era cerqueiro. Fazia cerca em Fernão Dias, nessas fazendas aí afora tudo.

> Por aqui nunca teve este tipo de cerca, [de pedra] mas lá pro lado do São Lourenço, na Vargem do Capim, lá tem até hoje. Era assim: eles colocavam umas pedras sobre as outras e iam colando com barro mesmo.
>
> Faziam umas valas para servir de cerca para os animais não pular. Uma coisa absurda. Essas valas são antigas, é coisa de escravo mesmo, porque o ser humano hoje não faz isso. Não aguenta.
>
> Depois dessas valas, apareceu as cercas de madeira; eles cortavam as forquilhas e colocavam um varão de uma forquilha na outra. Colocava uma forquilha mais baixa, depois ia colocando uma mais alta, e outra. Iam alteando até dá a altura de uma cerca.
>
> Apareceu também as lascas; parece que eles descobriram que a aroeira era mais dura e boa de lascar; aí eles já mudaram o sistema. Fincavam duas lascas no chão e colocavam as lascas no entremeio. Conforme o comprimento da lasca, vai fincando mais duas. É mais ou menos um metro e meio; dois metros cada lance de cerca.
>
> O batume era feito para proteger as roças do gado. Trançava as ramas para o gado não ver a lavoura de dentro. Usava umas forquilhas; pegava ramo e garrancho. (Zito, morador da Comunidade Cedro).

FIG. 39-Brazinho (filho mais velho), Maria Caetana e Félix.
FONTE: autor desconhecido.

Conforme as falas, identifico o batume como a cerca feita para proteger a lavouras, em função do afazendamento, processo representado nos outros modelos de cerca. As madeiras finas, ramos e garranchos, ainda indicam a proximidade com as lavouras no brejo. Pela

funcionalidade, o que diferencia o batume das demais cercas é que esse modelo era construído para proteger a lavoura e, as outras, para identificar e cercar as propriedades.

4.6 Mitos e religiosidade

E vem as barras do dia
E vem José e Maria
E vem os anjos do céu
Para romper sua guia

(Cipriana, 87 anos /Sumidouro)

Os rituais fúnebres foram identificados como expressiva manifestação religiosa, no passado, com cantos emocionados (*incelência*) que preparavam a alma do morto para entrar no céu. As mulheres cantavam versos de reza, que mudavam seu conteúdo e sua intensidade conforme fosse chegando a hora do enterro. Essas ocasiões chegaram a ser comparadas a festas pelo poder de mobilização que possuíam. As moças que eram proibidas de ir a festas, muitas vezes conheciam os futuros esposos em ocasiões como essas.

> Festa aqui pra trás usava era rezar.
>
> Era uma tal de reza incelência. Na hora que rezava, o povo chorava demais. Era uma reza muito triste. (Cipriana)

As folias, que já foram as manifestações religiosas mais abrangentes, são organizadas atualmente principalmente no dia de São Sebastião, vinte de janeiro. Porém tornou-se uma manifestação que não mobiliza a comunidade como um todo. Acontece esporadicamente em algumas casas previamente oferecidas:

> Aqui pra trás tinha muito folião, quando dava no tempo deles saírem, a gente já deixava a porta aberta. Eles entravam e cantavam. Dava vinte e cinco de dezembro, eles estavam batendo canto no Sumidouro, do fundo à cabeceira. Cantavam nas casas todas até o dia amanhecer. (Cipreiana)

Os seres mágicos foram construídos a partir da figura de um porco. Contam sobre uma porca com vários leitõezinhos embaixo de um pé de pequi. Porém, o ser mitológico mais recorrente em todos os grupos é a figura do *porcão* ou *gritador*. Segundo contam,

> era um rapaz; o nome dele era José Anecleto de Araújo. Ele tinha uma mula e só andava em cima dela. Não soltava de jeito nenhum. Um dia, a mãe dele ficou com dó da mula e soltou . Quando ele viu, ele pegou os arreio da mula e colocou na mãe. Montou em cima dela e bateu nela, igual ele fazia com a mula. A mãe foi e jogou uma praga nele. Que ele viraria um porco e ficaria sem direção. Ele fica rodando aí; tem hora que ele dá uns gritos fininho; tem hora que é uns assovio. Ele vira cobra; ele vira cachorro; ele vira lobisomem; fica gritando assoviando.
>
> Quando a gente ia caçar, ele começava a gritar. Quanto mais a gente chegava perto, ele ia gritando mais alto. Quando o grito tava bem perto, a gente voltava. Era um aviso, né?
>
> Um dia eu e papai vínhamos lá de baixo. Ele assobiava e gritava. Ele andava na semana santa. Se chamasse ele de porção, ele vinha para o lado da gente. Tinha que chamar ele de José Anecleto de Araújo.
>
> Ele aparecia nas encruzilhadas também.
>
> Ele não andou mais; acho que ele foi salvo!
>
> **Ele é daqui mesmo?**
>
> Não! Eu não sei de onde ele é, não. Ele anda pra tudo quanto é canto.
> (Roxinha)

Realmente o *gritador* anda “pra tudo que é canto”. Godoi(1998), ao estudar alguns povoados no sertão do Piauí, cujo processo de ocupação do território se assemelha com os dos grupos de Borá, identifica entre os seres mágicos o *gritador*. Um ser descrito com características físicas e funcionalidades bem parecidas com o gritador de Borá:

> O *centre* compreende espaços que não são e nunca foram cultivados pelo homem, mas constituem ocasionalmente um lugar de caça e de coleta de plantas medicinais. Nele, os homens estão subordinados à boa vontade dos seres do lugar, como testemunham muitas histórias vividas ou imaginadas e contadas por esses sertanejos. Quanto ao *gritador*, há aqueles que dizem tê- lo visto – um bicho parecido ao homem peludo negro, com um grande peito musculoso e uma longa cabeleira –, mas no mais das vezes ele é *sentido*. Ele nunca mexeu com ninguém, ele se contenta em fazer um sinal negativo com dedo indicador – Para não tocarem nele?; para não tocarem nas coisas da natureza. (GODOI, 1998, p. 102).

Em Borá, a forma do mito é um *porcão* e o nome do mito é o *gritador*; porém, ao descreverem suas características, percebemos que elas aproximam-se muito da forma de um lobisomem. A origem do mito revela proximidade com as coisas sociais e com as coisas da natureza, visto que o porcão foi gerado a partir de uma praga de uma mãe sobre o filho que

maltratava os animais. Como o filho maltratou a própria mãe, ele foi castigado e transformado em porco.

Nesse caso, ele também já foi visto, mas seu principal instrumento de comunicação é o som dos seus gritos e assovios, que aumentavam ao passo que aproximava a hora de recuar de alguma atividade ilícita para o grupo.

Quando perguntei sobre o local em que geralmente o porcão aparecia, houve uma diferença na indicação da comunidade Sumidouro em relação às demais. Em Sumidouro, Roxinha apontou com o braço para a mata, na parte de cima das casas; ou seja, na área de cerrado onde os grupos tiravam lenha, caçavam e coletavam. Área que também limita com o cemitério. Nos demais grupos, o gritador aparecia nas baixadas e na beira dos pequenos córregos. Nesse sentido, o significado do mito foi alterado em Sumidouro porque, na concepção do grupo, o brejo é um lugar de trabalho por excelência. Assim, se o gritador aparecesse no brejo, a produção naquele local não seria bem vista.

Os núcleos que compõem a comunidade negra Borá estabeleceram uma relação peculiar com os brejos,[64] visto que identificam os espaços produtivos a partir da articulação com os brejos e cursos d'água que, historicamente, dependem de técnicas que articulam váriosespaços durante o ciclo do ano para a produção de alimentos e artefatos. O manejo dos brejos também foi uma das atividades cujas referências são o povo negro. O conhecimento do ecossistema, dos ciclos do ano, aliado a crenças nas fases da lua, resultou em práticasancestrais que contribuíram para a reprodução material e simbólica do grupo. Os espaços de trabalho são construídos interativa e socialmente por meio dos símbolos e significados compartilhados e reproduzidos pela coletividade.

4.7 A categoria quilombola no âmbito da comunidade negra Borá

A categoria quilombola foi difundida recentemente (em 2011), por iniciativa do diretor da Escola Municipal Joaquim Alves Cardoso, que proporcionou o primeiro contato com a categoria e com as implicações positivas (Políticas públicas) do seu reconhecimento. Em uma dessas oportunidades, pude observar a partir do contexto de uma reunião denominada *A verdadeira*, que aconteceu nos dias 13 e 14 de Agosto de 2011 nessa comunidade, como sujeitos externos contribuem para o processo de construção da identidade quilombola na

[64] Ecossistema conhecido na academia como veredas. Constitui área de buritizais, geralmente inundadas por serem áreas de nascentes.

Comunidade Borá. Essa reunião tinha como principal objetivo reunir vários agentes que dialogam a questão das comunidades negras e sua luta pela cidadania e pelo acesso ao direito instituído pela Constituição de 1988, a fim de se pensar estratégias que contribuíssem para o reconhecimento dessa coletividade.

Nessa perspectiva, os esforços apontam para a articulação com os Movimentos Sociais regional e estadual que deram início a essa nova fase; para a busca coletiva pelo reconhecimento da identidade como estratégia política de defesa de um território historicamente vinculado às atividades produtivas do grupo. Porém, ainda não são claras as implicações políticas e sociais desse processo para os membros da comunidade, visto que pouco se sabe sobre os embates locais que acarretam o processo de reconhecimento daidentidade quilombola. Outro fator que dificulta esse processo é o fato de que os agentes locais dependem integralmente dos sujeitos externos para conduzirem esse discurso, mesmo contemplando no seu cotidiano os elementos culturais significativos para a constituição dessa categoria.

Para Castells (1999), a insurgência de uma identidade de resistência como elemento de transição para a identidade de projeto, referencia a articulação dos povos e comunidades tradicionais em busca do reconhecimento de seu direito a partir de sua identidade política. Nesse contexto, os processos sociais de expropriação podem ser lidos a partir de alguns aspectos da cultura: identidade, pertencimento, territorialidade, historicidade, sistema de produção, etc; esses como instrumentos de reivindicação de uma identidade que permite acessar direitos constitucionalmente instituídos. Para Castells,

> *Identidade de resistência:* criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizada pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a esses últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política da identidade.[65] (CASTELLS, 1999, p. 24, grifos e nota do autor).

A Identidade de Projeto configura-se como uma forma de construção da identidade que, a partir da redefinição de elementos postos, cria novos significados para suas práticas sociais coletivas, contribuindo assim para transformações na estrutura social. Sendo assim, o processo de construção dessa identidade, que visa um projeto de vida diferente tem nessas transformações um prolongamento desse projeto de identidade; no caso dos povos e

[65] CALHOUN, 1994, p. 17.

comunidades tradicionais, um processo eminentemente político, embasado em princípios culturais.

A origem da identidade de resistência está relacionada quase sempre à estratégia de defesa coletiva diante de uma opressão e, nesse processo, ela pode resultar numa identidade de projeto, na qual sujeitos tornam-se agentes de uma condição de mudança, colocando-se em processo de defesa de seus direitos, buscando o reconhecimento de uma identidade oprimida.

Portanto, a identidade de resistência não busca uma mudança estrutural, como a identidade de projeto, o que não impede que dissemine novas concepções e visões de mundoe interfira em estruturas socioeconômicas já legitimadas. Sendo assim, o processo de formação do sujeito de direito (TOURAINE, 1992), ou da identidade de projeto encontra na identidade de resistência seus principais argumentos e um ponto de partida essencial para o processo de formação de uma identidade coletiva.

A análise de Castells sobre o processo de construção de identidades está eminentemente relacionada ao surgimento da Sociedade em Rede, ou seja, da formação socialde um projeto reflexivo, numa dinâmica expressiva de comunicabilidade entre o local e o global. Nessa dinâmica, as Comunidades Tradicionais, em sua interface com Movimentos Sociais e ONG'S, têm contribuído para a democratização do poder local, resultando em processos mais legítimos de desenvolvimento, nos quais as associações locais estão envolvidas com a dinâmica socioeconômica global. Um desenvolvimento baseado em laços cooperativos que pressupõem um controle interno nas relações políticas, socioculturais e econômicas do grupo local, numa esfera global. Os grupos locais que optam por modelo de cooperação e controle redistributivo visam ao desenvolvimento coletivo e contribuem para o desenvolvimento mais equitativo e sustentável em suas relações comunitárias e ambientais.

As ONG's e Movimentos Sociais participam como agentes mediadores nesse processo. Essas comunidades, que outrora eram invisíveis, buscam agora na (des)invisibilização acessar sua identidade coletiva em meio à esfera política como estratégia de defesa do seu território. Quando essas comunidades estão vulneráveis a algum efeito de empreendimento, como exemplo as barragens, o reconhecimento político da identidade coletiva pode amenizar os efeitos negativos desse processo.

No contexto da reunião *A verdadeira*, representantes de várias instituições e de outras comunidades quilombolas reuniram-se na comunidade Borá para dividir experiências acerca do procedimento de organização política no processo de reconhecimento coletivo da identidade quilombola. Todos os esforços eram direcionados para o diálogo com instituições

acerca de estratégias de mobilização local para a busca do reconhecimento da identidade étnica dos grupos locais que compõem a comunidade Quilombola Borá.

Quero destacar o papel da Escola Municipal Joaquim Alves Cardoso enquanto instituição, cuja importância para esse processo se deu pela capacidade em articular os vários saberes que possibilitou construir uma relação crítica sobre a opressão vivida pela comunidade. Assim, quando o professor de História Marcos Veloso Ramos, na época diretor, observou que seus alunos, em sua grande maioria negros, se percebiam como brancos, através do auto-retrato em desenhos, mobilizou os professores no sentido de intervir para a valorização étnica daquele grupo. Nessa perspectiva, o diretor atentou para a importância de buscar, através da escola, desconstruir o estigma da cor e valorizar o cultural que, além de ser inerente àquele grupo, também é uma possibilidade de trazer autonomia política e benefícios sociais e econômicos através do reconhecimento e valorização da ancestralidade.

Entre os vários sujeitos que participavam do encontro, o Antropólogo João Batista de Almeida Costa, estudioso da questão quilombola no Norte de Minas Gerais, ressalta sobre a possibilidade de a comunidade Borá e de os demais grupos adjacentes pertencerem à categoria de Quilombos Históricos, aqueles que se estabeleceram em áreas de difícil acesso, denominadas de barreiras naturais. Nessa oportunidade, ele ainda explica como se procede todo o percurso da busca pela titulação do território coletivo e as bases teóricas que embasam o direito constitucional. Também salientou sobre a importância de reconstruir elementos culturais que sintetizam a identidade quilombola e contribuem para a coesão do grupo.Recorreu ainda aos elementos míticos locais que carregam em si a visão de mundo dos antepassados e podem contribuir para a configuração identitária local.

No âmbito estadual, o representante da SEDESE apresenta as políticas públicas especificas para a população negra e reconhece que pouco tem sido feito no sentido de criar projetos que preparem pessoas no âmbito local para acessar recursos públicos e participar efetivamente nos conselhos deliberativos. Nesse sentido, observa-se os limites das políticas públicas: oferecem os recursos, mas criam um emaranhado burocrático que impossibilita o acesso direto pela comunidade, que perde autonomia para o aparato político municipal, que percebe esses recursos como barganha política para autopromoção.

O apoio no segmento da gestão da informação para comunidades negras foi subsidiado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, cuja posição foi de apoio técnico para formação social e política, principalmente quando nesse processo implicamcausas agrárias, encontrando assim com a questão quilombola similitudes na luta pela equidade e valorização das minorias no contexto de expropriação.

O representante do Grupo de Pesquisa de Saúde da População Negra e Quilombola da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES apresentou as ações extensionistas de pesquisa e como vêm contribuindo para que esses grupos tenham acesso a serviços de saúde que realmente venham ao encontro da demanda da população negra nos vários grupos de intervenção. Considerou ainda que o acesso à saúde de qualidade é um direito inerente a qualquer processo de desenvolvimento social e que essa interação entre o grupo acadêmico e as várias comunidades negras possibilita um fortalecimento que mobiliza ambos os lados para a busca de seus objetivos. Na perspectiva antropológica, a saúde do corpo tem uma função importantíssima para a coesão do grupo (MUSSOLINI, 1980) visto que em grupos tradicionais a doença representa um elemento de instabilidade e insegurança que compromete atividades rotineiras da estrutura social.

A N'Golo, Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, através da mobilização de outros grupos, cujo processo de reconhecimento e titulação está mais adiantado, buscou inserir nesse novo grupo a importância da força coletiva para o acesso ao direito, entendendo que movimento social não se forma com didáticas sem significado, mas seconstrói na interação prática. Sem dúvidas, os reflexos positivos desse processo são instantâneos, já que encontra materialidade na expressão de bem-estar dos sujeitos que carregam em si os elementos de maior significância para esse processo: as práticas cotidianas pensadas também em sua dimensão simbólica.

Para aqueles que já estão na luta há muito tempo, nesse caso as lideranças de um Quilombo próximo já reconhecido, Buriti do Meio, esses encontros são a oportunidade de recarregar as forças para continuar a caminhada. Quando o resultado positivo acontece simultaneamente ao prazer de estar lutando, vale à pena, pois é uma forma prazerosa de sociabilidade e de se perceber como sujeito de mudança. Para os moradores locais, cujo processo ainda está no início, a negritude como elemento positivo, cultural, social e econômico pode causar expressões distintas: espanto, graça, ansiedade, esperança, intolerância; enfim, o momento é realmente de instabilidade. Essa que é necessária nesse processo, visto que para haver mudanças numa estrutura, no mínimo ela precisa ser, dealguma forma, abalada.

O auto-reconhecimento de um grupo social por meio da vinculação a uma identidade coletiva é o primeiro passo no processo de luta pelo território. A esse processo de articulação política e cultural para acesso ao direito constitucional de comunidades emergentes como sujeito de direito, Costa (2010) conceitua de (des)invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais. Esse processo possibilita que povos antes invisíveis na esfera política e social

brasileira tornem-se visíveis e busquem nessa visibilidade elementos para reconstrução da identidade política através de uma reelaborarão cultural.

Não há dúvida de que o processo de construção da identidade coletiva é muito mais externo do que interno. Os movimentos sociais, Organizações não governamentais, grupos acadêmicos de extensão, entre outros sujeitos políticos, são um suporte técnico de grande importância propulsora. Porém, é no interior do grupo que ele possui sua força legitimadora, através da reconstrução prática e simbólica da identidade coletiva. Os incentivos são os mais diversos, os econômicos são os mais visados e também os mais criticados. Contudo, é compreensível que numa sociedade tão desigual, onde a população negra sempre ocupou os estratos econômicos mais baixos, o interesse material a princípio seja uma estratégia de compensação buscada por grupos historicamente estigmatizados. Talvez a maior recompensa desse processo nem seja material, já existe uma riqueza social imensa no processo de mobilização e organização desses grupos em busca dessa reconstrução identitária, mesmo que eles aparentemente não tenham consciência disso. Mas ainda assim seria egoísmo criminalizar os interesses materiais desses grupos que tiveram que exterminar de sua memória os elementos constitutivos de sua cultura por serem julgados como socialmente inferiores. Talvez nesse impulso material peremptório esteja implícita uma ansiedade pelo grito de desabafo da negritude.

No caso de Borá, percebe-se que há uma conformação por parte dos *fracos* sobre a estrutura desigualmente construída, justificada pelas relações de trabalho. Assim, a construção da identidade coletiva na comunidade reflete o processo histórico dessas comunidades, o que remete a uma condição de subserviência aos *fortes*. Porém, essa aparente subserviênciaconstitui uma estratégia para que continuem tendo acesso ao território tradicional por meio da prestação de serviços que, de certa forma, garante a continuidade da autonomia do conhecimento tradicional sobre o território, desconsiderando, é claro, quando esta relação se dá com a proletarização nas reflorestadoras e empresas do agronegócio. Nesse caso, hárealmente uma ruptura com as relações estabelecidas na terra de trabalho.

A relação de trabalho nas fazendas e o trabalho sazonal amenizam os conflitos inerentes à relação de desigualdade entre os dois grupos: *fracos* e *fortes*[66]; relação querestringe o processo de luta pela identidade quilombola aos benefícios paralelos à questão fundiária. Os pequenos proprietários, agentes locais muitas vezes brancos, acessamjuntamente com a comunidade negra essa identidade política. Para esses, a questão fundiária

[66] Saliento que em nenhum momento se fez referência aos fazendeiros como *fortes*. Este termo foi criado como estratégia descritiva para caracterizar categoricamente em oposição aos *fracos*.

se tona central e impulsiona a luta local pelo reconhecimento. Para os agregados, a luta é impulsionada mais pela perspectiva de uma melhora da qualidade de vida a partir de benefícios sociais ou mesmo uma possibilidade de condições de trabalho na terra. Percepção que redunda na função comunitária deste bem. Nessa perspectiva, devo diferenciar a relação com o trabalho nas fazendas com o trabalho para a reprodução social do grupo, que tem nos agrossistemas do brejo seu princípio constitutivo, consolidado como *lócus* da resistênciacultural da população negra em Borá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação do espaço natural é inerente a qualquer nível de relação de produção, porém o rompimento com a concepção cosmológica homem/natureza subsidiou relações de produção/consumo que não possibilitam um tempo necessário para que a natureza restabeleça. O conceito de desenvolvimento cunhado para sintetizar as aspirações de bem-estar social, em uma escala sempre progressista, contribui para a naturalização das desigualdades. Nesse processo, o aspecto contraditório materializou-se principalmente no conceito de desenvolvimento sustentável, quando instituído paralelo ao modo capitalista de produção, que reduz ao discurso instrumentalizado da escassez parâmetros de intervenção e ignoram os aspectos socioculturais locais.

Outras formas de perceber o desenvolvimento, desvinculadas de uma lógica apenas econômica e desenvolvimentista, devem ser consideradas no âmbito de qualquer política pública, para que grupos com concepções econômicas e sociais distintas sejam inseridos no discurso do desenvolvimento e passem a refletir e a se posicionar como sujeitos do seu próprio desenvolvimento, seja no âmbito econômico, na busca pela melhoria na qualidade de vida ou em relação ao ambiente em que vive. Nesse processo, as identidades acionadas e legitimadas pelos grupos no contexto local podem dinamizar os poderes locais ao reafirmarem-se como coletividade a partir do direito consuetudinário.

A mudança de paradigma com relação aos povos e comunidades tradicionais, que anteriormente eram considerados atrasados e um empecilho ao desenvolvimento, atualmente, diante da crise ambiental, é a menina dos olhos dos organismos internacionais, que tencionam os órgãos deliberativos nacionais a aderirem legislações específicas para essa categoria, o que tem contribuído para o processo de (des)invisibilização desses grupos em busca de afirmação da identidade coletiva como estratégia política de defesa do território e de sociabilidades.

Não se pode negar que existem incoerências e interesses antagônicos nos acordos políticos instituídos pelas convenções internacionais com relação aos povos e comunidades tradicionais, visto que até no interior dos grupos existe essa ambivalência. Mas se há de convir que é um grande passo rumo à democratização do poder, já que a esfera local tem sido inserida no debate e tem gerado uma articulação com outras comunidades em situação semelhante. Contudo, a importância desses grupos não deveria ficar restrita à concepção tautológica de que usam os recursos naturais de forma sustentável, ou seja, o discurso instrumentalizado da escassez, já que existe uma gama de relações culturais estabelecidas com os respectivos territórios e redes de sociabilidades que são subjugadas nesse discurso.

As coletividades aqui estudadas reproduzem, a partir de sua relação com os cursosd'água, aspectos da historicidade dos grupos, que levam a refletir sobre o enfoque desenvolvimentista que é postulado hegemonicamente, no qual as intervenções estatais, quando criam reservas naturais, reduzem a importância dos povos locais, sua capacidade de preservar e de produzir biodiversidade que, posteriormente também poderá ser apropriada pelo capital. Quando a intervenção auxilia os projetos desenvolvimentistas, os territórios tradicionais são fragmentados, os recursos naturais utilizados de forma excessiva e as sociabilidades são alteradas, de modo que esses povos, estrategicamente, reinventam suas práticas e criam novas estratégias de reprodução social e material de forma interdependente.À medida que o território é fragmentado pela legislação fundiária e ou ambiental, que historicamente privilegiou as oligarquias locais e os grandes empreendedores, as práticas tradicionais que demandam espaços coletivos, como áreas de *soltas* e *pousio*, passam aconcentrar suas atividades em áreas pequenas que, em alguns casos, são também reservas ambientais. Assim, são criadas novas estratégias de reprodução social.

No caso das comunidades do Vale do Jequitinhonha, Gigante e Pé da Serra, nos lugares das águas: *água das nascentes*, *dos ribeirões*, *dos córregos* e *do Jequitinhonha*, identifico a apropriação das águas como um elemento de fixação num espaço que contribuiu para a formação da identidade e da territorialidade dessas comunidades e, em virtude dos processos sociais, está despontado como sendo o elemento de conflito com instituições governamentais. Paralela a esse processo, a instalação da hidrelétrica de Irapé culminou no deslocamento das comunidades Canabrava e Peixe Cru que, ao serem removidas e reassentadas longe do ciclo social anterior, desarticularam as relações com as comunidades remanescentes; inclusive pelo fim do comércio através de trocas de mercadoria que contribuíam para descentralização das atividades produtivas e para a regulação da capacidade produtiva de cada propriedade, visto que o sistema de trocas evitava a concentração produtiva em áreas muito pequenas, além de movimentar as relações interpessoais, já que muitoscasamentos resultavam dessa dinâmica. Sendo assim, houve impactos tanto no âmbito social quanto no ambiental.

No âmbito social foi observado que as relações de casamentos preferenciais, em que homens da comunidade Gigante buscavam suas esposas na comunidade Canabrava,foram interrompidas provocando certa ansiedade na comunidade sobre os futuros matrimônios. Em alguns casos foram identificados conflitos familiares, quando um membro buscava relacionamentos fora do ciclo social compreendido com as demais comunidades do entorno. Os casamentos aconteciam em virtude do trânsito por estradas cavaleiras, que davam

acesso ao rio Jequitinhonha, principalmente na altura da comunidade Peixe Cru, onde o rio era estreito e permitia a travessia. As atividades religiosas, como casamentos, batizados, festasde santo também eram realizadas na comunidade Peixe Cru, principalmente pelos membrosda comunidade Gigante. A instabilidade gerada pela falta de momentos intensos de atividades religiosas, bem como pelas festas de santo, tradicionalmente compartilhadas com a comunidade Peixe Cru, facilitou a adesão de algumas famílias ao protestantismo, principalmente à igreja Congregação Cristã do Brasil.

No campo ambiental, a inviabilização do comércio através do trânsito pelo rio Jequitinhonha, devido ao aumento da vazão do rio, contribuiu para que os espaços das comunidades recebessem maior concentração de atividades produtivas. Muitas culturas, antes comercializadas por troca, tiveram que ser produzidas localmente, ou mesmo a produtividade teve que aumentar para ser inserida no comércio convencional e garantir a compra de outros produtos. A concentração dessas atividades se deu principalmente nas áreas de vazante dos rios, já que são áreas mais férteis e próximas as moradias. Em contrapartida, surgiram as restrições impostas pelos órgãos governamentais, como o IEF e o IGAM, que passaram a controlar as atividades nas vazantes, nas encostas das serras e no uso direto das nascentes para o uso doméstico, desencadeando um sentimento de retraimento gerado pelo controle de órgãos externos sobre algumas práticas.

A grande potencialidade de recursos naturais dessa região, principalmente aprospecção de minério de ferro, tem despertado o interesse comercial de diversos seguimentosprodutivos. Isso faz com que esses povos tradicionalmente ocupantes da terra instituam regrasde uso desses recursos, na medida em que têm seus costumes ameaçados, pois sujeitosexternos intervêm de forma contrastiva aos usos e manejos tradicionais desses grupos considerados reservas socializadas, ou seja, ambientes que talvez só existam em função da presença dessas comunidades.

No caso da Comunidade Negra Borá, a relação com os cursos d'água é evidenciada principalmente no domínio da população negra do cultivo de *pantame*, ou cultivo no brejo, espaço que constitui o eixo central do sistema produtivo do grupo. Com uma trajetória escrita à sombra dos fazendeiros, esse grupo encontrou nos espaços de trabalho uma alternativa de resistência à expropriação territorial consolidada por processos de burocratização das relações fundiárias. Nesse sentido, o *papel*, enquanto mecanismo que reconhece a posse, evidencia disparidades na aplicação da legislação fundiária no Brasil, visto que os grupos tradicionais compartilham de regras comuns, em que o trabalho é que legitima a posse e não o papel. Mesmo assim, os grupos tradicionais se apropriaram desse mecanismo como estratégia de

defesa, à medida que procuram registrar suas posses individualmente ou coletivamente pelos processos de reconhecimento do direito consuetudinário.

Na memória coletiva do grupo e nas representações subjetivas, a existência humana tanto na esfera pessoal quanto na grupal remete às atividades de trabalho, seja no âmbito da reprodução do grupo ou na prestação de serviço nas fazendas; esta última passou de atividade complementar para atividade principal, devido ao processo de expropriação fundiária e à proibição da produção nas margens dos córregos e brejos.

A condição de subserviência aos fazendeiros chega a ser reconhecida como algo natural e omitiu historicamente elementos socioculturais constitutivos da identidade negra. Nessa relação, a comunidade negra se apropriou dos valores difundidos pela sociedade hegemônica e tem encontrado dificuldade no processo de reconhecimento da identidadequilombola, já que as matrizes culturais africanas tiveram um histórico de estigmatização gerando respectivamente um processo de distanciamento étnico-racial da população negra em relação à sua cultura. A condição de agregado na relação com os fazendeiros é uma relação socialmente entendida como algo positivo, que viabiliza um status melhor em relação aos que contam apenas com sua força de trabalho, já que toda estrutura da propriedade pode ser utilizada pelo agregado. Nesse sentido, as famílias se organizam de modo a dividir as influências dos respectivos fazendeiros, numa relação de omissão de ambos os lados quanto à questão fundiária.

No processo atual, a busca da identidade quilombola insere os grupos em um processo reflexivo, em que seus aspectos culturais são chamados à visibilidade. Porém, a condição de servidão já internalizada no âmbito social e pessoal obscurece e naturaliza as relações de dominação na comunidade Borá; as relações com o trabalho pesado, principalmente no processo de formação das fazendas, contribuiu para a reprodução social dessas relações de dominação que se configuram como elemento constitutivo das práticas presentes no cotidiano da comunidade, cuja visão de mundo está sintetizada nas relações de trabalho. Assim, existe um esforço para o reconhecimento da identidade quilombola; mesmo que a maioria da população não conheça os princípios constitutivos, está explícito o esforço coletivo para buscar elementos culturais que contribuam para o processo de reconhecimento da identidade,o que articula lideranças locais e representantes de instituições e dos Movimentos Sociais. Estes últimos têm contribuído para inserir o grupo em experiências práticas e discursivas com outras comunidades. Isso se refere ao processo de reelaborarão cultural numa perspectiva organizada e com fins políticos explícitos. O processo de (des)invisibilização do grupo remonta a um paradoxo identitário, visto que historicamente a maioria dos elementos

constitutivos da identidade negra foi apagada da memória coletiva; na atualidade esses elementos são retomados à visibilidade com o respaldo da Constituição de 1988.

Nos processos constitutivos da identidade, a dimensão social e étnica é inerente ao processo histórico e cultural de cada comunidade, conduzida pelas relações pessoais X grupais e grupais X intergrupais, respectivamente. Já o processo de construção da identidade coletiva na dimensão política, é um processo muito mais externo do que interno; nele existem relações de poder distintas e objetivos contraditórios.

O conflito instaurado com a intermitência do rio Riachão e dos córregos e veredas da região, em virtude do uso excessivo dos recursos naturais, água e solo, contribuiu para que se refletisse sobre as percepções distintas de apropriação e gestão da água, bem como os limites impostos pela natureza nesse processo. Assim, pequenos córregos e veredas foram assoreados e secaram, e a *água dos fracos* mais uma vez foi subjugada no discurso da escassez; os que dependem dela criam estratégias e reinventam as práticas produtivas que garantem a autonomia do grupo, como no caso de Sumidouro que, ao não abrir mão do território ancestralnão se submeteu à vilarização e à subserviência dos fazendeiros. A resistência do grupo garantiu a manutenção do espaço de trabalho que os dignifica como pessoas, mesmo que de forma fragmentada, além de produzir para se reproduzir enquanto sociabilidades e crenças, como quando produzem o alho para dar a quem precisa e para manter um ritual na sexta feira da paixão. Porém, tal resistência além de cultivar sociabilidades alimenta a hostilidade que historicamente os acompanha por serem resistentes ao sistema hegemônico, mesmo entre os seus.

A água enquanto elemento de sociabilidades envolve as disparidades inerentes aos processos sociais na dimensão territorial, em que os ciclos são compreendidos como marcos temporais e os cursos d'água como delimitadores de espaços e pessoas, de crenças e de um conhecimento tão geral quanto específico, que possibilita criar estratégias de resistência a territorializações antagônicas. Na dimensão cultural e identitária, representam referências coletivas na percepção e apropriação que justificam regras comuns no pensar e agir sobre o meio. Observando as mudanças na natureza, percebe sua própria mudança enquanto sujeito coletivo, cuja visão sistêmica possibilita prever o futuro e se antecipar para o bem da coletividade. Na dimensão conflitiva evidencia as disparidades inerentes ao modo de produção capitalista, em que percepções distintas coexistem, e no caso das comunidades tradicionais, resistem ao sistema desigual e contraditório resignificando suas práticas a medida reconstroem saberes e sociabilidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada. São Paulo, 2000.

_____. O futuro das Regiões Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

AFONSO, P. C. S. UERJ, Departamento de Geografia, 2006. Água – Consultores Associados Ltda. IGAM (Instituto de Gestão das Águas) & ALIER, J. M. Justiça Ambiental (local e global). IN: CAVALCANTE, C. (org). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1997, 172p.

AFONSO, P. C. S.; CLEPS J, J. A questão da água na bacia do riachão - norte de minas gerais: gestão e conflitos pelo uso na agricultura. Disponível em http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t08.pdf

ALMEIDA, A. W. B. de. "Terra de preto, terra de santo, terra de índio: uso comum e conflito. " *Humanidades*. Rio de Janeiro, 1988.

ARAÚJO, E. C. de. Quilombo da Lapinha: clivagem social, sociabilidade, tempo de expropriação e articulação política. In: COSTA, J.B. de ; LUZ DE OLIVEIRA, C.(orgs) Cerrado , Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios Cultural; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes. 2012.p.175-192.

_____. Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Légua. Montes Claros: UNIMONTES, 2010. Dissertação de Mestrado.

ATLAS DIGITAL DAS ÁGUAS DE MINAS: uma ferramenta para o planejamento e gestão dos recursos hídricos. Coordenação técnica, direção e roteirização Humberto Paulo Euclydes. 2. ed. Belo Horizonte : RURALMINAS ; Viçosa, MG : UFV, 2007.

BARRETO FILHO, H. T. Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política. In: Work Shop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. Parati, RJ: 2001 (mimeo).

BARTH. F. "The system of social stratification in Swat, North Pakistan". In: E. Leach (ed.), Aspects of caste in South India, Ceylon and North-West Pakistan. Cambridge: Cambridge University Press. 1971,p. 113-146.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. The social construction of reality. A treatise in the sociology of knowledge. London: Penguin University Books, 1971.

BOAS, F. A mente do ser humano primitivo. Petrópolis, Vozes, 2010.

BOURDIEU, P. Les sens pratiques. Paris: Les Editions Minuit, 1980.

_____. O Poder Simbólico, Lisboa: DIFEL. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford. 1989.

BRANDÃO, C. R. Texto de metodologia. II Seminário preparatório para coleta de dado para elaboração de plano de intervenção. Belo Horizonte: SEPLAN, 1981. (mimeo).

_____. A Partilha da Vida. Taubaté. Editora Cabral, 1995.

_____. Tempos e Espaços na Comunidade Rural: a visita de um antropólogo à geografia. Texto elaborado para a palestra de abertura do II Encontro de Grupos de Pesquisa-Agricultura e Desenvolvimento Regional e Transformações Sócio-espaciais. CD dos Anais. Uberlândia, 2006.

_____. A Comunidade Tradicional. In: COSTA, J. B. de ; LUZ DE OLIVEIRA, C. (orgs). Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo. Intermeios Cultural, p. 367-380.

CÂNDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações no seu meio de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CAPOBIANCO J. P. R. et al (orgs). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. ISA/Estação Liberdade, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. In: O Trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a Ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A. (org): A insustentável leveza da política ambiental - Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARNEIRO, P.R. F. Dos Pântanos à escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes. São Paulo: Annablume, 2003. 136p.

CASTELLS, M. O poder da identidade. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt.2. Ed: Paz e Terra, São Paulo, 2000.

CASTILHO, M. A. de; ARENHARD, M. M.; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre Le. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. 2009. Disponível em: www.sciello.br/PDF.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (org.): Etnoconservação. São Paulo. Hucitec, 2000.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS - CAA-NM. Programa recuperação e manejo de recursos hídricos: a participação da sociedade civil em programas de gestão ambiental. Projeto Piloto de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos e de Educação Ambiental na Sub-Bacia do Riachão. Relatório Final do Diagnóstico da Sub-Bacia do Riachão. Montes Claros, 2001. 136 p.

CHAGAS, I. das. Eu sou o cerrado. In: Rodrigues, L; Maia C. (orgs.) Cerrado em perspectiva (s). Montes Claros: UNIMOTES, 2003. P. 19- 26.

COSTA, J. B. de A.; FERREIRA, A. C.; LUZ, A.; DAYRELL, C. A. Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas. Revista Desenvolvimento Social, v. 1, p. 63-78, 2008.

COSTA, J. B. de A. Populações Tradicionais do Sertão norte mineiro e as interfaces socioambientais vividas. Revista Cerrados. UNIMONTES, v. 4, p. 81-107, 2007.

_____. Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: O Norte de Minas como síntese da nação brasileira. Revista Verde Grande, Montes Claros, v. 1, n.3, p. 8-48, 2005.

_____. Quilombos da Jahyba: a vizibilização do negro no território branco norte mineiro. Caminhos da História. UNIMONTES, v. 10, p. 9-34, 2005.

_____. (Org); OLIVEIRA, C. L. de (Org.) . Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos. 1. Ed. São Paulo: Intermeios Cultural, 2012.385p .

_____. A (des)invisbilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: A produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. In: Dieter Gawora; Maria Helena de Souza Ide; Rômulo Soares Barbosa. (Org.). Povos e Comunidades Tracionais no Brasil. 1ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011, v. 1, p. 51-68.

_____. Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão: A População Tradicional do Assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Inventário das Referências Culturais. Brasília: Funatura, 2005 (Parecer).

_____. Cultura sertaneja: a conjunção de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, G. R. (Org). Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas. Montes Claros: BEST, 1997.

COSTA FILHO, A. Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba. Brasília: Fundação Cultural Palmares/Universidade Católica de Brasília. Mimeo. 2005.

CUNHA, M. C. e ALMEIDA M. Populações tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO João P. R. et al (orgs). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e repartição de benefícios . ISA/Estação Liberdade, 2001.

DAYRELL, C. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: LUZ, C. e DAYRELL,C. (orgs). Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 189-272.

DAYRELL, C. A. Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Geraes: La contribuicón de la agroecologia y del etnoecologia en los estúdios de los agrossistemas. Huelva: Universidad Internacional de Andalúcia, 1998. Dissertação de Mestrado.

DIEGUES, A.C. (org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, Hucitec, 2000.

DIEGUES, A.C. O mito moderno da natureza intocada. 5. ed. São Paulo: Hucites, 2004.

_____. Aspectos Sócio-Culturais e Políticos do uso da Água. Texto publicado no Plano Nacional de Recursos Hídricos – MMA - 2005.

_____. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. I encontro internacional: Governança da água. São Paulo. 2007. Disponível em http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.

D'ANGELIS FILHO, J. S. Políticas locais para o "des-envolvimento" no norte de Minas: uma análise das articulações local & supra-local: Universidade Católica de Temuco - CDS, 2005, (Dissertação de Mestrado)

DOUGLAS, M. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMONT, L. "Do indivíduo-fora–do-mundo ao indivíduo-no-mundo". In, O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Capítulo 1, Rio de Janeiro. Rocco,1985.

EVANS-PRITCHARD, E. Os Nuer. São Paulo. Perspectiva, 1978.

FIGUEIREDO, A. L.V. de. O "caminho quilombola": interpretação constitucional e o reconhecimento de direitos étnicos. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALIZONI, F. M. Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Capinas, Campinas, 2005.

GALIZONI. F. M. et al. Comunidades Rurais, Cultura e Água no Alto Jequitinhonha.In: SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, M. S. Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimentos. PROEX. Belo Horizonte, 2010.

GAMA, M. das G. C. C. Água, vereda, veredeiro: um estudo sobre as agriculturas camponesas e comercial, nas cabeceiras do Rio Formoso, em Buritizeiro- MG. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

GEERTZ, C. "Ethos, Visão de mundo, e a análise de símbolos sagrados". In, A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

_____. O saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Melo Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GERVAISE, A. A Transformação Agrária do Norte Meridional: Norte de Minas. Belo Horizonte: UFMG/Instituto de Geo-Ciências/Departamento de Geografia (publicação especial n.º 1), 1975.
GODELIER, M. O Enigma do Dom. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

GODOI, E. P. de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, Ana Maria e GODOI, Emília P. de (Orgs). Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologiaindígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

GODOI, E. P. de. ; MENEZES, M. A. de. ; MARIN, R. A. (orgs). Diverdidade do Campesinato: expressões e categorias – Estratégias de reprodução social. Editora Unesp. São Paulo, 2009.

GOHN, M. da G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOMES, L. G. dos R. Etnocídio nas veredas do grande sertão: sociodinâmicas ambientais em Cabeceira de Forquilha. In: COSTA, J.B. de LUZ DE OLIVEIRA, C.(orgs) Cerrado, Gerais, Sertão:comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios Cultural; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012.p.269-284.

GONÇALVES, M. I. M. Memorial de Brasília de Minas: documentário. Belo Horizonte. Edições Horta Grande, 2006. 320p.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HALBWACHS, M. La mémoire coIlective. PUF. Paris, 1968.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP &A. 2003.

_____. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org.), Trad. Adelaine La Guardia Resende et al., Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HERÉDIA, B. M. A. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. R. J. Paz e Terra, 1979.

HONNETH, A. Luta por conhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003. 291p.

JACINTO, A. B. Afluentes da memória: Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Campinas. Universidade de Campinas, 1998. Dissertação de Mestrado.

KLIKSBERG, B. Falácias e mitos do desenvolvimento social; tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

KURZ, R. (1996), O colapso da modernização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LASCHESKI, K. ; ZHOURI, A. Desenvolvimento, água e mudança social: experiência no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A. de. ; NOGUEIRA, M. das D. P. Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade. Belo Horizonte. UFMG/PROEX, 2011.p.182-212.

LEACH, E. Repensando a Antropologia. São Paulo, Perspectiva, 1974.

_____. Sistemas Políticos da Alta Birmânia. Edusp. São Paulo: 1996

LEITE, I. B. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: RIFIOTIS, Theophilos; RODRIGUES, Tiago Hyra (Org.). Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. p. 89-114.

LÉVI-STRAUSS, C. Minhas palavras. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. O pensamento selvagem. São Paulo: NacionalLITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002.

LOPES, C. A. S. Desmitificando metáforas e construindo saberes: do sertão aos sertões e dos sertões aos sertões nortemineiros. In: COSTA, J.B. de; LUZ DE OLIVEIRA, C.(orgs) Cerrado ,Gerais, Sertão:comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios Cultural; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes. 2012.p.374-380.

LUZ, M. T. Natural, Racional, Social – Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1988.

LUZ DE OLIVEIRA, C. Os Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo Sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2005. Dissertação de Mestrado,

MATOS, R. Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 1999.

MATOS, R. J. da C. Coreografia histórica da Província de Minas Gerais(1837), Belo Horizonte, Arquivo público mineiro,1979.

MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 536p.

MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade, no final do século XX a nível mundial. Revista de Antropologia. São Paulo, 1991.

MARIN, R. A. (org). Diversidade do Campesinato: expressões e categorias – Estratégias de reprodução social. Editora Unesp. São Paulo, 2009.p.131-161

MARX, K. Manuscritos econômicos - filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993. MARX,

K. O Capital: crítica da economia política. Rio: Civilização Brasileira, 1968.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

MORAES, M. D. C. de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In. GODOI, E. P. de. ; MENEZES, M. A. de. ;

MOTA, C. R. As principais teorias do desenvolvimento. In: BURSZTUN. M (org). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.. Rio de janeiro: Garamond.2001.

MOURA, M. M. Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Os deserdados da terra. RJ. Bertrand do Brasil, 1988.

_____. Camponeses. 2. Ed. São Paulo: Ática. 1988.

NETO, J. S. (org). Direito dos Povos e comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Ed. UEA, 2007.

O'CONNOR, J. (1988), "Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction, in: CNS, 1, Fall, pp. 11-23.

OLIVEIRA, R. C. Um conceito antropológico de identidade. In: Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PARAJULI, P. Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India. In: Identities, 1996.

PEREIRA, ET al. POPULAÇÃO, RECURSOS NATURAIS E ESPAÇO NO ALTO JEQUITINHONHA: O CASO DOS ATINGIDOS PELA UHE DE IRAPÉ. http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1477&Itemid=350

PIERSON, D. O homem do Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco; 1972.

POLANYI, K. A grande transformação. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Água não se nega a ninguém: a necessidade de ouvir outras vozes. Observatório Latino-americano de Geopolítica, 2008. Disponível em :HTTP:// WWW.geopolítica.ws/média-fiel/downloard/Wporto2.pdf acesso em 21 de janeiro de 2013.

PORTO-GONÇALVES, C.W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 461p.

RAFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, R. Ritualizando um costume geraizeiro: estratégias de reprodução da vida familiar na feira de Grão Mongol. In: COSTA, J. B. de ; LUZ DE OLIVEIRA, C.(orgs) Cerrado ,Gerais, Sertão:comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios Cultural; BeloHorizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes. 2012.p.319-234.

RIBEIRO, R. F. Campesinato: resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragens no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1993. (Dissertação de Mestrado).

_____. Florestas Anãs do Sertão: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Sertão, lugar desertado: o cerrado Sertão: Veredas. In: DAIBERT, A. Imagens do na cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte: Grande Sertão. Belo Horizonte: Editora UFMG; Autêntica, 2006.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; DANIEL, L. O. ; AYRES, E. C. B.; ROCHA, L. C. D. ; GOMES, G. A. "Práticas, preceitos e problemas associados à escassez da água no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais." Anais / XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, 2000.

RIBEIRO, E. M. & GALIZONI, F. M. Água, população rural e políticas de gestão:o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. IN: Ambiente & Sociedade. 2003.

RIST, G. The History of Development. From Western Origins to Global Faith. Zed Books, London and New York, 1997.

RODRIGUES, L. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. In: Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. Montes Claros, 2009.

RODRIGUES, M. F. R. Concepções de tempo e espaço na comunidade Negra Agreste. Montes Claros: UNIMONTES, 2008. Monografia de Graduação.

RODRIGUES, L. R. A casa como um microcosmo: processos sociais nas comunidades Gigante e Pé da Serra, Botumirim - MG. UNIMONTES. 2010. Monografia de Graduação.

ROSA, J. G. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1985.

SAHLINS, M. "O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção". Parte I. Mana, v.3, n.1, pp. 41 a 73, 1997.

_____. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 259p.

SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. São Paulo:Itatiaia, 1975

SAQUET, M. A. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, T. T. da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 07-72.

SILVA, C. E. M. Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte, 1999.

_____. Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs.). Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 273-305.

_____. As Minas e os Gerais - breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (orgs). Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 189-272.

SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, Márcio Simeone. Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. 269 p.

SOUZA, J. V. A. de ; NOGUEIRA, M. D. D. P. Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011. 250 p.

SOUZA, A. F. G. de. Ciclos de vida nos lugares da águas: as ilhas do rio São Francisco em Pirapora. In: COSTA, J. B. de ; LUZ DE OLIVEIRA, C.(orgs) Cerrado ,Gerais, Sertão:comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios Cultural; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes.p.63-75.

SPIX, J. B. ; MARTIUS, C. F. P. von. Viagem pelo Brasil (1817-1820). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1981.

TAYLOR, C. As fontes do self: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997. 670p.

TOURAINE, A. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Tradução: Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Ed. Vozes, Petropoles Rio de Janeiro, 1999.

_____. Igualdade e Diversidade. Bauru, SP: EDUSC, 1998, 110p.

TUCCI, C. E. M. Gestão da água no Brasil– Brasília: UNESCO, 2001.

TURNER, V. Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Niterói: Editora da UFF, 2005.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; (Org.).1998.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades "pesqueiras" no nordeste. - In: Série antropológica. Brasília: Unb, 1991.

_____. Herdeiros parentes e compadres. São Paulo: Hucitec. Brasília: Editora UnB, 1995.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.